

ANO IV

Abril de 1944

N. 9

REVISTA BRASILEIRA

(PUBLICADA PELA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS)

"Esta a glória que fica, eleva, honra e consola"

(MACHADO DE ASSIS)



RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

| | <i>Págs.</i> |
|---|-------------------------------------|
| 1 — Pereira da Silva | TASSO DA SILVEIRA 3 |
| 2 — Fernando Magalhães | RAPHAEL PARDELLAS . 16 |
| 3 — Estudos de folclore | ARTHUR RAMOS 21 |
| 4 — A casa da Torre na Paraíba | ADEMAR VIDAL 35 |
| 5 — Três interpretações de Judith | LUIS ANIBAL FALCÃO .. 51 |
| 6 — Os dramas de Shelley e Gonçalves Dias sobre Beatriz de Cenci | EUGÊNIO GOMES 58 |
| 7 — O nacionalismo de Gregório de Matos | ANTÔNIO DE OLIVEIRA . 82 |
| 8 — Atualidade de Euclides da Cunha | F. VENÂNCIO FILHO ... 90 |
| 9 — O Visconde de Cairú — Jornalista | HÉLIO VIANA 101 |
| 10 — Achegas bibliográficas | CARLOS DE ASSIS PEREIRA 127 |
| 11 — D. Pedro II e Wagner | AMÉRICO JACOBINA LACOMBE 137 |
| 12 — Roquette-Pinto, educador ... | CELSO KELLY 142 |
| 13 — Vida Literária — Contos e contistas | JOSÉ VIEIRA 154 |
| 14 — Letras portuguesas e americanas | OSCAR MENDES 165 |
| 15 — O homem através do estilo . | ANTENOR NASCENTES . 170 |
| 16 — Através da Semântica | A. TENÓRIO DE ALBUQUERQUE 175 |
| 17 — Notícias: <i>Revista Brasileira</i> , 195; <i>Informações literárias</i> , P. J., 197; <i>Revista das Revistas</i> , O. M. B. O., 201; <i>O centenário de Paul Verlaine</i> , J. V., 205; "Póstuma", de Alberto de Oliveira, J. V., 209; <i>Academia Brasileira de Letras</i> , 211. | |

ANO IV

Abril de 1944

N. 9

REVISTA BRASILEIRA

(PUBLICADA PELA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS)

"Esta a glória que fica, eleva, honra e consola"

(MACHADO DE ASSIS)



RIO DE JANEIRO

REVISTA BRASILEIRA

Publicada pela Academia Brasileira de Letras

Sede — AVENIDA PRESIDENTE WILSON n.º 203,
Rio de Janeiro

Aparece em Janeiro, Abril, Julho e Outubro

Comissão Diretora: ALCEU AMOROSO LIMA, ROQUETTE-PINTO,
MIGUEL OSORIO DE ALMEIDA e LEVI CARNEIRO (diretor
responsável) — membros efetivos da Academia.

— A Academia e os Diretores da Revista não se responsabilizam pelos conceitos emitidos nos artigos publicados.

— A Revista publica somente trabalhos inéditos de escritores brasileiros.

— A Revista é impressa na ortografia adotada pela Academia, com a devida vênica dos autores de artigos, que pessoalmente a não observam.

— Será publicado na Revista, mediante a remuneração estipulada, desde que aprovado pela Comissão Diretora, qualquer trabalho literário inédito, remetido ao Diretor responsável, com a prova de identidade do autor.

— Será suspensa a remessa da revista às instituições e outras publicações que não acusarem o recebimento dos exemplares enviados.

Preço de venda avulsa:

No Rio — Cr\$ 5,00

Nos Estados — Cr\$ 6,00

Vendem-se na Academia exemplares avulsos dos números
atrasados a Cr\$ 6,00

PEREIRA DA SILVA

TASSO DA SILVEIRA

A poesia nasce de uma particular tristeza, — a tristeza do poeta, — que, em sua essência, é pura inquietação metafísica. Pura e inconsciente inquietação metafísica: em face da vida, o poeta não analisa, como o filósofo, não classifica, como o homem de ciência: sente o mistério universal, e tem a vaga intuição dos abismos entre os quais se equilibra seu destino. Sua tristeza é criadora, porque não significa exaustão. É, antes, reação de suas energias profundas ao agudo e, a um só tempo, obscuro sentimento da transcendência do espírito com relação ao efêmero e imperfeito desta vida.

Por isso é que, na alma do poeta, se resolve em poemas a angústia mais acerba, que se diria conduzir ao aniquilamento apenas. E é por isso também que, mesmo nos seus cantos de alegria e triunfo, percebemos a percussão dessa tristeza, que está na substância de tôdas as suas criações.

O filósofo tem consciência do misto de animalidade e angelitude que faz nossa íntima tragédia. Pode, assim, vislumbrar o sentido de nossas lutas interiores, definir, como Pascal, nossa miséria e nossa grandeza, arrimar-se à esperança de uma solução final compatível com a profundidade de nossas ânsias. Mas para o poeta, ingênuo e desprevenido, tudo é perplexidade. Ninguém tem como êle olhos tão virgens, olhar tão penetrante, para vêr a beleza e a dor do mundo. Mas ninguém é tão desprovido dessa capacidade indagadora que descobre a conexão íntima dos acontecimentos e dos fenômenos, dissocia e analisa as realidades

mais complexas, explica as antinomias mais profundas. Interpretar, para êle, é sentir e exprimir através da virgindade de sua alma o espetáculo das coisas e dos seres. Pela contemplação, faz do seu espírito um espelho do universo, sem suspeitar, contudo, da fôrça deformante dêsse espelho.

Mas se na fonte dessa tristeza vão beber todos os poetas seus motivos de queixa ou de triunfo, poucos têm sido os que diretamente a cantaram. Os "Poetas da Tristeza" formam uma teoria à parte. São os mais dolorosos e os que mais intimamente nos tocam. Modelam a matéria mesma do nosso sofrimento, e ao invés de nos distrairem de nossa dôr, aguçam-na a cada novo acorde soluçante. Fazem lembrar aqueles monges da Meia Idade que, ao se cruzarem nos corredores claustrais, mütuamente se advertiam: "Irmão, é preciso morrer..."

*

* *

Como Leopardi na Itália ou Sully Prud'homme na França, Pereira da Silva foi, no Brasil, o poeta da Tristeza. Melhor fôra dizer: o poeta da profunda Tristeza. Porque a sua foi mais do que a sonhadora melancolia de tantos outros. Foi o sentimento de um naufrágio, ou de um exílio em solidão extrema. Foi a visão de um perpétuo abandono em meio de um mundo estranho e trágico tão bem expressa nestes versos:

"Noite... Sombras... Silêncio... Indefinida
Angústia imponderável pelo ambiente.
Penso, em meu leito, como um ser consciente:
— "Mais um dia de menos para a vida..."

Como os dias passados, — o presente.
Idéias vãs; desesperada lida;
Esfôrço inútil; alma incompreendida
Em tudo quanto erê ou quanto sente;

A juventude quase no seu térmo;
Mente mais débil, corpo mais enfermo,
A nobre fé de antanho menos forte...

Que horror! A consciência, como a aranha,
Tais razões urde e nelas se emaranha
Que só fica a razão final da morte!..."

Esta, a sua paisagem, paisagem interior, que forma o fundo de todos os quadros que sua emotividade recria. Para reconstitui-la por inteiro, com as meias-tintas de sombra em que se lhe perdem as perspectivas nevoentas, bastará ir encadeando umas às outras as estrofes mais características de cada poema de Pereira da Silva.

Assim, parecem simples continuação do soneto acima êstes tercetos pertencentes a outra peça do mesmo gênero:

"Nesta indecisa solidão sombria
Sem côr, sem som, meio entre a noite e o dia,
Como que a Morte a tudo, a tudo assiste..."

Como que pela Terra desolada
A consciência universal do Nada
Deixa um silêncio cada vez mais triste..."

Os seus artistas prediletos: Chopin, cuja "plangente eloquência sonora" lhe faz dizer:

"Que sensação do Nada!"

Antônio Nobre, de quem escreve:

"Teu verso frio, pálido, amarelo,
Como se fôra uma exaustão da Raça,
Dá-me a idéia sombria da luz baça
Do sol, por um crepúsculo de gêlo..."

Baudelaire, Pöe, ainda alguns outros, — os seus artistas prediletos, os que de mais próximo falavam ao seu convulso coração romântico, são os eternos desconsolados, os filhos do *spleen* e do *ideal*, para os quais a realidade tem um pêso de chumbo sôbre o espírito.

Dos outros sêres humanos, os que lhe merecem a piedosa e integral ternura são os que vão, na vida, perdidos em sua própria solidão; as virgens Heloïsas

“... de corações despercebidos
Dos instintos, dos homens e do mais;”

e que trazem

“... os ímpetos contidos
Para ajudar as almas dos vencidos
Que Deus esquece pelos Hospitais.”;

a vagabunda, o velho marujo, a solitária enfêrma, a cegui-
nha das ruas, o ancião que se despede da vida, a zíngara, a
mulher perdida e, por contraste, aquela doce Maria de que
êle fala assim:

“És do número pouco, mas divino,
Dos que fazem da vida uma missão
Tão grande quanto o mundo é pequenino...”

São êsses párias, em alguns dos quais êle se incarna
para falar ao mundo pela voz dos seus poemas, que mais
lhe solicitam a cordial simpatia.

Solitudes, de que são extraídos todos os fragmentos até
aquí citados, representa o mais longo, e também o mais
triste, período de vida do poeta. Pereira da Silva compôs
êste livro no decurso de vinte anos, que tanto são os que
fluiram entre o aparecimento de *Væ solis*, volume de es-
tréia, e a sua publicação. Durante êsses vinte anos, a todos
os outros motivos de tristeza, juntava-se na alma do poeta
o amargor de viver ignorado; mais ainda: o amargor de
duvidar de sua própria capacidade de criação original, pois
não são as almas como a sua, feitas só de humildade, as
que independem de julgamento exterior para firmar a con-
vicção do mérito próprio.

Væ solis! não dera a Pereira da Silva a serena certeza
do seu poder criador. Os poemas que veio compondo de-
pois dêle, através de tão longos anos, e que formariam mais
tarde *Solitudes*, foram gerados na desesperança da glória:

“Senhor, meus Deus! não move minha pena,
Vós o sabeis, o impulso da vaidade.

A glória dêste mundo é bem pequena
E não nasci para a imortalidade..."

Sentindo-se isto, compreende-se com mais precisão o que foi o terrível isolamento espiritual do poeta. E compreende-se que chegasse a êstes extremos:

"Nem vós, poetas irmãos gêmeos na vida
De solitude e taciturnidade,
Já me servis de alívio e de piedade
Aos tédios da minha alma consumida.

Em certas horas lívidas me invade
Angústia tal que tudo me intimida
E eu penso na sinistra realidade
De que se nasce, por azar, suicida.

Se a razão da existência é o pensamento,
Ou seja o ser perfeito ou pequenino
Ou viva longo tempo ou um só momento,

Quem já perdeu todo êsse ardor divino
Deve afrontar do modo mais violento
Noutra forma de ser outro destino!"

Na raiz de tôda esta íntima tragédia, uma análise intencionalmente mais demorada encontraria o desengano mais lancinante que possa ferir o coração de um homem: o desengano do amor, do sonho lírico de amor que cada um de nós faz na vida. Por tôda a obra de Pereira da Silva ressoa a mágua dêsse desengano, como perpétuo refrão em sub-tema

Mas deixemos, também aqui, em sub-tema êsse motivo doloroso.

*

* *

Com a publicação de *Solitudes* conheceu o poeta a alegria da glória. As mais autorizadas vozes da crítica louvaram-lhe e exaltaram-lhe o canto. De um dia para outro,

Pereira da Silva era colocado na primeira plana dos nossos maiores poetas vivos.

Adivinha-se que o momento inicial dêsse triunfo tenha sido, para êle, como um longo sôrvo de ar fresco e puro. Mas percebe-se claramente que essa hora de confôrto viera muito tarde para modificar-lhe a visão das coisas. O estímulo da consagração, se lhe clareou o espírito, foi num sentido inesperado: no sentido de fazer com que êle mais nitidamente percebesse as grandes linhas do seu mundo próprio, de desconsólo e tristeza, e nele mais totalmente se integrasse.

Os três livros publicados depois de *Solitudes* constituem perfeita gradação de intensidade, partindo da quase euforia dos primeiros instantes de vitória para um retôrno de cada vez mais agoniado à profunda tristeza: *Beatitudes*, *Holocausto*, *O pó das sandálias*.

Cada um dêstes três livros foi composto no curto espaço de um ano, ou pouco mais. Êste, o efeito mais notável do sôpro de ventura de que a súbita nomeada lhe bafejou o destino: ativar-lhe a fecundidade criadora.

Em *Beatitudes* amortecera a ressoante pulsação dolorosa do livro anterior, dando lugar a uma poesia mais equilibrada e serena, mas, em todo caso, de menos sabor característico do que a do volume consecratório. No entanto, que clarins no seu sentimento de desopressão e vitória:

“Campo aberto, ar azul, céu diamantino.
Espectador dêste cenário imenso,
Comigo mesmo, refletindo, penso
Em tão grande e tão belo descortino...

Tivesse os dons do espírito divino;
Tivesse, como um Deus, o mesmo senso
Da Eternidade e o seu poder intenso
De dar forma imortal ao que imaginou;

Então, livre de tudo o que cativa,
À minha dôr dando entidade viva,
Êbrio de glória, como de falerno,

Oporia ao cristal da Natureza
 O da minha alma pálida, indefesa,
 Mas, por igual, maravilhoso e eterno."

Há beleza genuína, e pensamento, nestes versos. Falta-lhes, porém, a densidade de ambiente, estou quase a dizer: o fluido antereano ou cruz-e-souzeano, que aos poemas de *Solitudes* transmite tão dominadora eficácia. Do soneto citado, como da maioria das peças contidas em *Beatitudes*, se poderia afirmar, creio que sem faltar à justiça, que deixam transparecer excessivamente seu caráter de criação literária.

Quando não é isto, é a repetição dos motivos já anteriormente explorados que se verifica: o fundo filão de *Solitudes*, correndo através do outro livro, com a toada que já conhecemos, e que nem por isto deixa de impressionar vivamente.

*

* *

Os poemas de *Holocausto* e de *O pó das sandálias* vêm com outro ímpeto de pensamento, sentimento, vida. Não que se tenha modificado a visão do poeta. Mas sua inspiração, permanecendo essencialmente a mesma, se fez mais ampla e atual, pela assimilação de novos elementos de beleza.

No "Sermão da Angústia", que é o pórtico admirável de *Holocausto*, há até o arrôjo de uma concepção filosófica do destino, em que a "profunda tristeza" chega às raias do profundo desespero.

Começa dêste modo o poema:

"Na catedral. Domingo. Hora espectante
 Da missa. Sobe ao púlpito o Oficiante.
 Grande silêncio. Um povo mudo e grave
 Enche o soturno coração da nave.
 Erram, sôbre o mistério dos altares,
 Tons de reflexos tão crepusculares
 Como se a própria luz daquele ambiente
 Tivesse medo de ser mais ardente.

Então, grave, soturno, reverendo,
 O sacerdote começou dizendo:
 — “Irmãos na vida curta e atormentada!
 Não semelha a existência uma escalada
 Tanto mais bruta quanto mais veloz,
 Na qual Poder algum vela por nós?
 Em verdade vos digo! a nossa mente
 É frágil como um vidro refrangente,
 Tudo reflete; mas de modo tal
 Que não distingue se o faz bem ou mal.
 Ora se vê ridente, satisfeita,
 Como se fôra a vida uma colheita
 De frutos de ouro e de sabor tão forte
 Que a imunizasse da impressão da morte;
 Ora se queda lívida, sombria,
 Ante a miséria igual de cada dia
 Estranhando tão grande exaltação
 Das almas fátuas como tôdas são...
 Nessa inglória alternância, desvairada
 A todo instante passa tudo e nada
 Consola o nosso espírito sozinho
 No seu caminho ou no seu descaminho...”

É, porventura, o Deus de Aristóteles — ignorante da própria criação — o que nós aparece nestes versos? De maneira nenhuma. O Deus de Aristóteles desconhece o mundo; o mundo, porém, para êle se ergue ao impulso de irresistível atração. No poema de Pereira da Silva, todos os laços romperam-se entre a criatura e o Criador. Assim continúa o poema pouco adiante:

“...Mas, súbito, imprevisto, o Reverendo
 Recomeçou a prédica: — “Pretendo
 Chegar ao termo desta exortação.
 Deus existe! Mas fora da Criação,
 Fora do Mundo, além dêste Universo,
 Onde tudo é tão vário e controverso
 Que exclui a própria idéia de unidade
 Entre a miséria humana e a divindade;
 Existe para além desta vileza
 A que reduz a iníqua Natureza,
 Tão desdenhosa e irremissivelmente,
 A matéria que sente e a que não sente;
 Existe, sim! mas fora da Aparência,

Além do Verbo, da Arte e humana ciência,
 Da própria luz exterior que ilude,
 Do ódio e do Amor, do Vício e da Virtude,
 De tudo quanto o gênio presumido
 Supõe ou faz supôr ter compreendido..”

O poeta fala, a seguir, da Redenção pela dôr. Mas diante do que ficara expresso, êste consôlo final não tem sentido. Tanto que sua alma, como a dos demais ouvintes do sermão sacrílego, saiu dali

“... com a maior dôr da vida...”

Penso que Pereira da Silva atingiu neste poema a culminância da expressão do seu amargurado sentimento de abandono e tristeza. Não fôsse o poeta o ser ilógico por excelência, e não se compreenderia neste prégador estranho a capacidade de resistência que por tanto tempo o susteve sôbre os abismos da morte.

Outro elemento, de poderoso dinamismo, adquirido pela poesia de Pereira da Silva nos dois últimos livros referidos foi a visão da miséria das multidões tumultuárias. Êle não havia reparado antes, pelo menos de modo tão agudo, que ao fundo da sua paisagem enfêrma se erguia a sombra gigantesca da “cidade”. Um ou outro vulto, destacado da multidão, já lhe havia aparecido ao olhar doloroso. Continuou, porém, longamente perdido no seu fundo subjetivismo, até que aquele passageiro clarão de estímulo para a vida fez com que se erguesse para contemplar da altura a “Cidade” e a sua agitação:

“Do pináculo axul da montanha calada
 Via, no longe, a cidade entre clarões ardendo.
 — A cidade, — a ilusão da miséria dourada,
 O confuso rumor que escuto e não compreendo...”

Era de esperar-se, de sua parte, um primeiro gesto de repulsa e um violento retôrno ao desejo da solidão de sempre:

“Oh, deixai-me ficar à margem da corrente
 Desta Idade febril, em cujo turbilhão
 Os que vivem do Ideal sabem que fatalmente
 Anônimos e sós nada conseguirão...”

Que diversidade profunda entre a agonia de um poeta como êste e a agonia intelectual de um pensador em face do incompreensível da existência.

O pensador pode sentir-se esmagado ante a impotência da inteligência inábil; fica-lhe, contudo, o consôlo do esforço que o dignificou e o orgulho de haver tentado a escadada impossível.

Aos poetas como êste, é um sentimento de derrota que lhes dá o espetáculo da vida, mas de uma derrota individual, em que só êles são os eternos vencidos e humilhados.

No cantor de *Solitudes* é exatamente a visão da cidade que eleva ao grau supremo de amargor a incoercível e íntima dolência. Bem que êle compreende o tumulto de força criadora da cidade:

“A Cidade desperta. As suas energias
 Tumultuam febrís na rapidez dos dias
 Ou eriam na ideação do pensador obscuro
 Princípios que vão ser as normas do futuro.”

Mas como também lhe sente a ignomínia:

“Saio. A cidade é sempre a mesma e igual
 Com seu rumor vasto de Baeanal...”

O interêsse objetivo, tão efemeramente acordado em sua alma pelo descobrimento da Cidade, cede lugar, em pouco, às sombras antigas de subjetividade aflita. E a corda mais trágicamente triste da lira do poeta volta a soar com acuidade nova:

“Na minha sala pobre e ora vazia
 Penso êstes versos. Fora, morre o dia.
 Um morno sol de fins de outono quente,
 Como um pintor de alma flamenga inflama
 Tôda a longínqua solidão do poente.

Fantásticas imagens multicôres
Faz e desfaz, com púlgidos vapores,
A volúvel estética do Vento.

O olhar no fio do meu pensamento
Contemplo tudo solitário e cismo.
Em que? Em quem? Na vida, neste abismo
De eternas ilusões que a glória eleva
E a Morte, um dia, vem lançar na treva.

Cismo nos entes que morreram cedo
Fartos da terra como de um degrêdo,
Onde cumprissem pena imerecida
Segundo obscuras intenções da Vida.

.....

Cismo. E a sombra da Noite, que vem calma,
Enche de sombras vivas a minh'alma!"

*

* *

Em que pese o denso ambiente simbolista dos seus poemas, Pereira da Silva é caracteristicamente um néo-romântico. E pelo seu estro exuberante, pelos temas em que insiste, pela espontaneidade de sua linguagem sem rebuscamentos nem requintes, está mais dentro da tradição da poesia brasileira do que a maioria dos poetas nossos deste século.

Quem não sente nos seus ritmos, na humana simpleza de seus motivos, em sua música própria, a mesma alma comovida que soluçou e cantou na lira de Castro Alves, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela?

O Parnasianismo e o Simbolismo, refletindo-se, ou re-
fratando-se, no Brasil, vieram por alguma forma quebrar o fio daquela tradição.

Por mais que reconheçamos o quanto deve a poesia pátria a ambas essas correntes, que lhe trouxeram completa renovação de ritmos e temas, não podemos esconder que,

de certo ponto em diante, se produziu, com tal interferência, um desvio de rumo talvez grave na esfera indicada.

O mais leve exame nos faz sentir o enorme desequilíbrio entre nossa produção poética até os últimos românticos e a das gerações que vieram mais tarde a dominar com o Parnasianismo e o Simbolismo.

Representa a poesia de parnasianos e simbolistas um refinamento crescente de sentimento e de expressão. A lira romântica, pelo contrário, vibrava ao compasso do coração popular. Seus temas eram bebidos na fonte do sentimento ingênuo e simples, e, se ela os transfigurava, era pela eloquência, pelo arroubo, pelo frêmito de paixão com que fêrvidamente os realizava. Esse desbordamento, contudo, não anulava o fundo vivo de sentimento verdadeiro de que provinha. O homem do povo, por mais inculto e rude, via refletida na obra de seus poetas sua candura, a simpleza de suas aspirações, tôda a ingenuidade e amargor de suas queixas.

É necessário refletir sôbre o avanço que significou, entre nós, o Romantismo. Só com êle atingimos a genuína e substancial poesia. Antes, o que havia era literatura, no sentido depreciativo do vocábulo. O próprio arcadismo mineiro, tão mais humano e legítimo do que as expressões anteriores da poesia brasileira, trouxe não sei que refalsado tom de sentimentos não vividos que para nosso gôsto de hoje enormemente os deprecia. Os Românticos, êstes sim, mergulharam em cheio na substância mesma da sensibilidade brasileira. Sem dúvida, não lhes foi dado ultrapassar êsse limite. Só os Simbolistas, após a conquista da harmonia plástica pelos Parnasianos, iriam atingir as profundidades do espírito. Mas, em compensação, puderam os Românticos surpreendentemente captar a música íntima de nossa alma de povo. Êste, o seu grande sentido.

*

* *

Pereira da Silva respirou a atmosfera de parnasianos e simbolistas. Os diferentes recursos de que lança mão, o senso do poder sugestivo dos vocábulos e conjunções de vocábulos, seu extremado subjetivismo estão a demonstrá-lo plenamente. Mas, apesar de tudo isto, dominam, nos seus poemas, a inconfundível música e o particular acento da poesia romântica. E o ressurgimento da voz romântica neste poeta vem afirmar, pela realização que os seus cantos significam, e pela aceitação que alcançaram, o quanto exprime o Romantismo com relação à poesia que nos é própria.

FERNANDO MAGALHÃES

RAPHAEL PARDELLAS

“Arte longa, tão longa quanto a humanidade sofredora.”

FERNANDO MAGALHÃES

Médico por vocação, doutorava-se Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães, em 1899.

A carreira se lhe afigurava como “vívida do sacrificio e do desprendimento”.

Assim a encarou e a professou.

As tendências do especialista notável que o Mundo reconheceu, definiram-se quando ainda estudava Medicina.

O seu primeiro trabalho científico, em 97, já fôra sobre o “Parto prematuro provocado”.

Com o doutorado, iniciava a prática do apostolado.

A tribuna de mestre, logo conquistada, valeu-lhe também como púlpito.

Com o exercício da medicina, iniciou o do magistério e a ambos deu feição de educandário de probidade e humanitarismo.

Doutrina e exemplo.

Doutrina de sãos princípios e métodos fundamentados — Exemplo dignificante de abnegação e de filantropia.

Exemplo que qualificava de “singelo e monótono” — a “história obscura de uma vontade fiel”.

Exemplo que edificou colegas e conquistou discípulos.

Doutrinas e exemplo que construíram a mais sólida escola médica do Brasil.

Doutrina de brasilidade — Exemplo de patriotismo.

Dotado de inteligência rara a par de uma cultura invulgar, tornou-se orientador admirado e respeitado; admirado pelo fulgor de seu verbo arrebatador, respeitado pela solidez de um vasto e profundo saber.

Assim se impôs desde o começo de suas atividades pedagógicas.

Mal terminara as lides de estudante, quando, ao nascer deste século, foi escolhido pelo governo da República para a regência interina da cadeira de Obstetria e Ginecologia da Faculdade do Rio de Janeiro.

Bem sabia o Ministério do Interior de então, quem era o jovem sábio brasileiro, para entregar-lhe os destinos do ensino de tão importante matéria do curso médico.

Ainda e por toda parte, se ouviam os ecos brilhantes da atuação de Fernando Magalhães no Congresso de Medicina e Cirurgia de 1900, quando, apenas, deixados os bancos escolares, discutira com tanta proficiência e desassombro o caso das xipófagas que a tão alta notoriedade levou o professor Chapot Prevost.

Das atividades didáticas de Magalhães na regência interina e livre da cadeira de Obstetria e Ginecologia, enchem-se elogiosamente os anais da Faculdade, e do Hospital da Misericórdia. — Repositório incomparável de ensinamentos e de trabalho.

Na investidura professoral da Faculdade ilustrou e pontificou.

Ilustrou, com a dignidade e pelo saber. — Pontificou com a eloquência e pela razão.

Na cátedra que abrilhantou, também se consagrou.

Professor eminente! Mestre preclaro! Erudito tribuno!... como tal se firmou no conceito de seus pares e de seus discípulos, cujo convívio preferia.

Mais do que mestre, companheiro afável e sempre igual, excedia-se em esforços no proveito daqueles que foram seus discípulos, estimulando-os, se à beira do desânimo. Julgando-se — “Entre gente nova refeita ano a ano” a seu lado, “o convivente de todo dia, mais graduado na faina apenas por

mais antigo na lida" — nunca esmorecia em atividade e dedicação.

A sua palavra confortadora, o seu conselho acertado, o achêgo do seu acolhimento, a colaboração de seu talento, a firmeza do seu raciocínio e o aquecimento do seu imenso coração estavam sempre ao dispor daqueles que o rodeavam e, querendo seguir-lhe o exemplo, se esforçavam para algo produzir.

Honesto, e mais ainda, escrupuloso cumpridor dos deveres que o magistério impunha, excedeu-se em esforços e devotamentos.

Esforços que realizaram. — Devotamentos que o glorificaram.

Realizações imperecíveis — glorificação compensadora.

Realizações que brotaram do cérebro e do coração.

Da lucidez de sua inteligência privilegiada, nasceram verdadeiras obras-primas de literatura jurídica, social, histórica e científica; do fulgor do seu verbo empolgante, veio o entusiasmo de seus alunos, cresceu a admiração de seus pares, firmou-se a reputação de sua cultura notável de erudito tribuno social, pedagógico, político e parlamentar.

Dentro das letras médicas, produziu extensa obra — centenas de trabalhos especializados.

Do grande coração que o dominava floriu a obra de filantropia.

Tão grande, quão grande o sentimento que a inspirava.

Obra de convicção e de desprendimento. Inspirou-a a dor e o desamparo das mães na indigência e sem saúde. Ditou-a o amor àquele "fruto humano" que "na casa do necessitado evolui, definha ou prospera, no ventre materno ao sabor do acaso".

Obra que a Pátria reconhece na "Cartilha da Probiidade", nas casas de assistência à Mãe desvalida e pobre, nos cursos de enfermeiras especializadas, nas escolas de Mães e na "Pró-Matre".

Grandes e benéficas iniciativas, tôdas elas, porém, produtos da maior de tôdas, daquela que a tôdas supera, mesmo sob o ponto de vista do interêsse que traduzem pela mu-

lher brasileira, a sua obra-magna, a mais filantrópica, a mais útil e a mais patriótica, irrefutavelmente a sua escola. — Uma escola obstétrica brasileira admirada e respeitada por nós e por todos os centros cultos estrangeiros. A escola que tem levado seus frutos aos mais longínquos e fronteiros rincões do Brasil, amparando a mulher contra os riscos da assistência empírica e inconsciente de parteiras curiosas ou profissionais incompetentes. Escola que tem em seus executores fiéis missionários da ciência a derramar pelo País a dentro os ensinamentos de Fernando Magalhães, já nos domínios da profilaxia dos acidentes, já na eficaz e oportuna atuação clínica ou operatória.

Escola que começou antes mesmo de assumir a cátedra honrada por Luis da Cunha Feijó, Visconde de Santa Isabel e Feijó Júnior — êste clínico de reputação, aquêle figura ilustre por muitos títulos no tempo do Império.

Escola imorredoura e hoje universal, a serviço da Pátria e da Ciência e em benefício daquela a quem mais de perto dizem os favores da sua especialização: a Mulher.

A esta cabe também neste momento de exaltação do nome aureolado do mestre e protetor, a mais expressiva e carinhosa prova de saudade e reconhecimento.

Bem sabem os cultores da escola de Fernando Magalhães quanto de útil e benéfico têm valido à mulher os horizontes novos que êle descortinou.

Quantas dôres aliviadas! Quantos males evitados! Quantas vidas restituídas à saúde e ao bem estar! Quantas outras poupadas!... Quantos seres outrora fadados à não realização de um sonho longamente acariciado e que hoje, graças a êle, o vêem transformar-se em sorridente realidade! Um filho! Que representa isso para um coração de mulher! E a quantas parecia ter sido negada, por um destino implacável a esperança feliz de um dia poder embalar nos braços o ser pequenino, a quem teriam dado a vida! A quantas dessas, sedentas de amor materno, Fernando Magalhães, por seus conselhos, cheios de saber e de bondade, por sua assistência esclarecida e dedicada, soube abrir o caminho da felicidade, dando-lhes, também, o direito glorioso de se-

rem Mães um dia! Quantas existências sacrificadas ao desabrochar apenas, já de antemão condenadas aos rigores dos métodos antiquados, e que hoje, graças a êle, vêm normalmente à eclosão perfeita, defendidas e amparadas: — defendidas de uma agressão intempestiva, amparadas pelos preceitos seguros que, como escudo abençoado, as protegem e salvaguardam através dos perigos e acidentes, que lhes poderiam cortar o fio tênue de vida incerta! Quantos corações que sangrariam ante uma expectativa terrível e, para os quais, no entretanto, êle trouxe a paz confiante e tranquilizadora! Quantas lágrimas amargas de decepção verteriam olhos, nos quais êle fez brilhar a luz radiosa de imensa alegria!

A mulher, portanto, objetivo-máximo da grande obra de Fernando Magalhães — a mulher que êle protegeu e beneficiou, a mulher que para êle tem tamanha dívida de gratidão — é quem, nesta hora de saudade, deve erguer mais alto a voz, num preito de infinito reconhecimento. Dela devem partir as expressões mais profundas e mais sentidas, de seu coração agradecido, deve brotar a exaltação mais pura e mais vibrante.

Fernando Magalhães, apóstolo infatigável do bem e da ciência, Benfeitor devotado da mulher brasileira, benemérito Servidor da nossa Pátria, se te não sobejassem títulos ilustres, já bastariam êsses para coroar teu nome de um nimbo de glória imperecível.

ESTUDOS DE FOLCLORE

AINDA AS TEORIAS ASTRONÔMICAS

ARTHUR RAMOS

Os folcloristas adeptos das teses astronômicas escolheram de preferência, para a aplicação das suas teorias, os contos populares das coletas dos irmãos Grimm e de Perrault, e as suas variantes regionais nos diversos países europeus. Já demos o exemplo da interpretação solarista do conto da *Menina do Chapelinho Vermelho* (1). Mostraremos hoje outros exemplos, vendo como as interpretações dos adeptos das teses astronômicas nem sempre coincidem. O conto da *Gata Borralheira* é dos mais espalhados (*Cendrillon* de Perrault; *Aschenbrödel*, *Aschenbrodelchen*, *Askenposelken*... dos povos germânicos; *Cenicienta* dos espanhóis; *Cenerentola* dos italianos; *Popielucha*, *Popelusa*, *Pejeljuca*... dos povos eslavos; *Cinderela*, *Borralheira*, dos povos de língua portuguesa...). Na versão primitiva de Perrault, conta-se a história de uma mulher casada em segundas núpcias, trazendo duas filhas do primeiro casamento. O segundo marido, pelo seu lado, tinha uma filha de grande beleza e bondade de coração. Mas, desde cedo, a pobre enteada começou a ser escoraçada pela madrasta, trabalhando o dia inteiro na cozinha, nas cinzas, no borralho, de onde o seu nome.

O filho do rei dava um grande baile, para o qual foram convidadas as duas moças, que se prepararam o melhor

(1) Vide *Revista Brasileira*, Ano III, n. 8, dezembro de 1943, ps. 23 e segs.

que puderam, com vestidos e ornamentos riquíssimos. A pobre Cinderela ficou em casa chorando. Foi quando lhe apareceu a madrinha, que era fada, e começou a fazer uma série de coisas maravilhosas. Com a sua vara mágica, transformou uma abóbora em carruagem. Em seguida, de seis camondongos fez seis belos cavalos e ainda transformou um rato em cocheiro, tocando-os com a vara de condão. A mesma coisa fez com seis lagartos que transmudou em seis belos lacaios. As pobres roupas de Cinderela foram substituídas num toque da vara mágica por belíssimas vestes de ouro e prata, reluzentes de pedras preciosas. E o que é mais: Cinderela ia calçada com um par de sapatos de vidro, os mais lindos do mundo. Uma única condição era exigida: ela não devia passar um minuto que fosse da meia-noite, do contrário tudo voltaria ao que era: abóbora, ratos, lagartos, roupas sujas...

No baile, Cinderela deslumbrou a todos e o filho do rei ficou loucamente apaixonado. Infelizmente ela se esqueceu da recomendação da madrinha e quando deu a meia-noite, quis fugir aterrorizada. Mas era tarde, podendo apenas chegar à sua casa, sem carruagem, sem lacaios, e com as suas pobres vestes esfarrapadas e sujas. Na pressa, porém, perdeu um dos seus sapatinhos de vidro, que o filho do rei conseguiu apanhar. Não sabendo quem era aquela moça tão linda, que perdeu súbitamente de vista, o príncipe teve a idéia de experimentar o sapatinho em tôdas as moças da corte. Chegou a vez da casa das irmãs de Cinderela, que experimentaram os sapatos, mas inútilmente. Não querendo fazer exceção, Cinderela foi também convidada a pôr o sapato. E qual não foi a admiração de todos, quando a viram calçar com tôda a facilidade o sapatinho de vidro e mais o outro que ela havia guardado. Neste momento, surge a madrinha fada que, com a sua vara de condão, toca as vestes de Cinderela, tornando-as mais ricas que a de todos os outros. Cinderela é conduzida ao príncipe, que a desposa em meio de grande pompa e alegria.

Esta versão de Perrault existe com variantes nos diversos países da Europa e os eruditos foram descobrir analo-

gias até com longínquas histórias orientais. Cosquin, especialmente, achou que a Gata Borracheira era a transformação final de uma longa cadeia, cujos elos iniciais vieram da Índia (2). Voltaremos, em outro lugar, à discussão das teorias indianas. Para os solaristas, saídos da escola de Max Müller, as conexões orientais do conto só servem para afirmar o seu significado alegórico, em termos de fenômenos astronômicos. É assim que Angelo de Gubernatis tentou dar a chave do conto (3). Para êle, a solução do enigma está no *Rig Veda*, onde se fala de uma jovem que marcha sem pés (*apâd*). É a Aurora, que é transportada num carro luminoso que não deixa ver os seus pés. Pode haver outra interpretação para o mito, isto é, a Aurora passa sem deixar vestígios ou impressão dos seus passos. Na lenda védica, o príncipe Mitra segue a jovem, que perde um dos seus sapatos, isto é o sol vai atrás do carro da Aurora.

Charles Ploix enxerga na Gata Borracheira uma personagem mitológica, a Aurora que vive mergulhada nas cinzas, isto é, na noite escura. Mas tem que emergir da obscuridade e surgir finalmente com suas vestes luminosas, na figura simbólica da moça vestida com roupas resplandecentes (4). Será interessante comparar estas teses solaristas com as explicações ritualistas sobre que voltaremos oportunamente. O que não há dúvida é que o simbolismo do conto é tão rico, que se presta a tôda a classe de interpretações.

A história do *Pequeno Polegar* é um grande conglomerado, onde intervêm vários episódios folclóricos, como o o conto básico do *Petit Poucet*, *Poucet* ou *Tom Pouce*, de Perrault, o mesmo *Dumling* ou *Daumerling*, dos alemães, *Poltchik* dos eslavos, *Hänsel e Gretel* dos irmãos Grimm, a *Bota de Sete Léguas*, *Jack e o Gigante*, o conto luso-brasileiro das *Crianças Abandonadas* ou esta enorme série de contos

(2) E. Cosquin, *Les Contes indiens et l'Occident*, Paris, 1922, ps. 39 e sgs. Vide também do mesmo autor, *Études Folkloriques*, Paris, 1922, *passim*.

(3) A. de Gubernatis, *Mythologie Zoologique*, Paris, 1874, I vol., ps. 33 e sgs.

(4) Charles Ploix, *Le surnaturel dans les Contes Populaires*, Paris, 1891, ps. 102 e sgs.

africanos de aventuras de iniciação do adolescente, comentados por Saintyves (5).

A versão mais completa é a seguinte. Um casal de lenhadores, muito pobres, tinha sete filhos, todos do sexo masculino. Como não tivessem mais o que comer, o lenhador combinou uma noite com sua mulher abandoná-los na floresta. Mas o menor dos irmãos, que era tão pequeno que o chamavam de Pequeno Polegar, ouviu a conversa, e antes que saíssem para a floresta, de manhã cedo, encheu os bolsos de pedrinhas brancas. Sem que ninguém percebesse, quando os pais os levaram para a floresta, ia deixando cair de espaço a espaço uma pedrinha. E isso impediu que ficassem perdidos, tendo achado facilmente o caminho de volta. Os pais se arrependeram do que tinham feito, mas tempos depois, quando a fome de novo apertou, decidiram repetir a façanha. Desta segunda vez, infelizmente não pôde o Pequeno Polegar encher os bolsos de pedras, mas procurou substituí-las por bolinhas de miolo de pão. De nada lhe valeu o expediente, porque os pássaros comeram tudo, e os meninos não puderam encontrar o caminho de retôrno, ficando perdidos na floresta.

Enquanto os outros meninos choram de pavor, o Pequeno Polegar sobe a uma grande árvore e do cimo desta avista uma luzinha muito ao longe. Começou então a andar em direção da luz, que era a de uma casa, a cuja porta bateram. Uma boa mulher acolheu-os mas teve logo que escondê-los, debaixo da cama, porque o seu marido, prestes a voltar à casa, era um homem muito mau, um feiticeiro que comia carne humana. Apesar de tôdas as precauções, o homem mau descobre os meninos e quer comê-los um a um. Mas a mulher consegue dissuadi-lo, com o pretexto que êle já havia jantado muito e podia deixar para o dia seguinte.

Foram todos dormir. O feiticeiro e sua mulher retiraram-se para o seu quarto. Os sete meninos foram colocados numa cama e ao lado dêles, noutra cama dormiam as

(5) P. Saintyves, *Les Contes de Perrault*, Paris, 1923, ps. 256 e sgs.

sete filhas do homem mau. O Pequeno Polegar notou que elas traziam na cabeça uma pequena corôa e teve a idéia de, aproveitando-se do sono das meninas, retirar-lhes as corôas e colocá-las na cabeça dos seus irmãos. Isso os salvou da morte, porque, alta noite, o feiticeiro, sedento de carne humana, vai à procura dos sete meninos para comê-los. Apalpa-lhes as cabeças e sente as corôas. Acreditando haver-se enganado de leito, dirige-se à cama onde dormem as sete filhas e come-as uma a uma, julgando serem os meninos recolhidos. Logo que êle se retira, o Pequeno Polegar foge com seus irmãos para a floresta. Assim que deu pelo lôgro, sai o feiticeiro à sua procura, calçando as botas-de-sete-leguas. Os meninos conseguem sempre se esconder até que por fim, cansado, o feiticeiro deita-se para repousar. Logo que êle ferra no sono, o Pequeno Polegar retira-lhe cuidadosamente as botas-de-sete-léguas e calça-as, ajustando-se as botas aos seus pés, visto serem mágicas.

Corre o Pequeno Polegar à casa do homem mau e lá diz à mulher que o seu marido estava em grande perigo e desejava todo o seu ouro e prata para dar como resgate aos ladrões que o assaltaram. Como prova do que êle dizia estava êle calçado com as botas-de-sete-léguas. O Pequeno Polegar levou tôda a fortuna do feiticeiro e regressou com seus irmãos à casa paterna.

Na versão de Perrault, o conto termina por uma série de peripécias ainda praticadas pelo Pequeno Polegar à custa das botas-de-sete-léguas, depois do que, cheio de fortuna, regressa à casa dos pais, ficando todos muito ricos e felizes.

Husson é o responsável principal pela aplicação das teorias solaristas ao conto do Pequeno Polegar (6). Êste é assimilado à luz da manhã e ao sol nascente, como o *Horus egípcio* ou o *Phosphorus* grego. A floresta escura onde se perdem os meninos simboliza a noite, como em todos os contos populares, onde há crianças perdidas na floresta. Apesar de mergulhado na noite, o Pequeno Polegar (o sol) sem-

(6) H. Husson, *La Chaîne traditionnelle*, Paris, 1874, ps. 32 e sgs.

pre volta à casa da luz, isto é, ao oriente, ao seu ponto de partida.

As pedrinhas postas no caminho podem ser alusão às estrêlas, guias da escuridão. O feiticeiro da casa aonde vão ter os meninos é outra personificação do sol, devorador das crianças. No *Veda* há alusão aos sete raios e às sete chamas de *Agni*; não serão as sete filhas do feiticeiro que trazem em suas cabeças corôas reluzentes? Quer dizer: o sol devora as suas próprias filhas, os raios da Aurora. É a mesma explicação de Charles Ploix e de Leo Bachelin.

Já Gaston Paris opinou que os irmãos do Pequeno Polegar seriam as estrêlas da constelação da Grande Ursa (7), enquanto que para outros solaristas, êles simbolizariam os sete dias da semana. As pedrinhas brancas foram assimiladas por outros autores à via látea, à luz do crepúsculo, etc. O episódio da floresta, onde se perdem os meninos, e que é o motivo principal do conto de Grimm, *Hänsel e Gretel*, ocorrente também em muitos outros contos populares (8), é um tema caro aos solaristas. Não se fez, porém, um acôrdo sôbre a sua significação. Para uns (Husson) a floresta é a noite, no que hesitou André Lefèvre, que não sabe se é a noite ou a nuvem. Leo Bachelin também hesita entre simbolizar nela a noite ou o universo. Acha Dillaye que a floresta é a nuvem que passa e a luz avistada do alto da árvore, a aurora que se aproxima (9). As particularidades da floresta foram bem analisadas por Ch. Ploix: ela é escura, deserta e aqueles que lá penetraram só podem sair por meios mágicos (10). Os solaristas encontram sempre o motivo das peripécias do sol, que foram tão bem estudadas por Frobenius numa série de mitos primitivos. A floresta tem então o mesmo significado que o ventre do lobo, ou o mar onde

(7) G. Paris, *Le Petit Poucet et la Grande Ourse*, Paris, 1875.

(8) Vide, p. ex., a versão portuguesa *As crianças abandonadas* das coletâneas de Leite de Vasconcelos (*Tradições populares de Portugal*, Lisboa, 1882, ps. 264 e sgs.), de Consiglieri Pedroso (*Portuguese Folk-tales*, trad. de Ralston, N.º XIV), de T. Braga (*Contos Tradicionais do Povo Portuguez*, vol. I, Porto, s.d., ps. 123-125), etc.

(9) Para a discussão da série da floresta, vide Saintyvés, *op. cit.*, ps. 311 e sgs.

(10) Ch. Ploix, *op. cit.*, ps. 57 e sgs.

se deita o sol, ou é ainda a zona mágica de onde emerge o herói para as suas aventuras. Para os ritualistas, a floresta é o palco onde se formam os primeiros processos de iniciação. Os psicanalistas vêem na floresta a *zona mágica* do inconsciente, onde dormem os desejos recalçados. Examinemos a seu tempo tôdas essas teorias.

Em suma, para os solaristas, a tendência é de se considerar a floresta como a noite sombria onde tudo se perde se não houver a orientação das estrêlas, até que surja a Aurora.

A bota-de-sete-léguas é uma alusão à celeridade do sol. Para certos autores, é interpretada como uma forma mítica do vento. Mas isso não esgota o tema dos objetos mágicos, como a vara de condão, o chapéu invisível, etc., que ocorrem em vários contos e suscetíveis de outras explicações.

O conto das *Fadas* de Perrault, com suas variantes europeias, oferece também curiosas explicações solaristas. Trata-se da história de uma viúva com duas filhas, uma feia e orgulhosa e a outra, a caçula, bela porém escorraçada. A menina trabalhava na cozinha o dia inteiro. Certa vez foi à fonte e encontrou uma pobre mulher que lhe pediu água. A menina satisfez carinhosamente o seu pedido e a mulher que era uma fada, lhe fez um dom: cada palavra que a menina pronunciasse se transformaria numa flor, ou num pedra preciosa. Ao chegar em casa, a mãe e a irmã ficaram maravilhadas com o sucedido. Tôdas as vêzes que a menina falava, saíam da sua boca flores, pérolas e diamantes.

Logo a mãe teve a idéia de conseguir o mesmo para a sua filha mais velha e mandou-a com a bilha à fonte. Lá chegando, a má criatura encontrou a fada que lhe pediu água. Orgulhosamente, a menina recusou e a fada lhe disse: "a cada palavra que pronunciare, sairá da tua boca, ou uma cobra ou um sapo". Ao chegar à casa, e perguntando-lhe a mãe o que sucedera, a menina começou a falar, mas logo iam saindo da sua boca sapos e cobras. Julgando que a caçula fosse a culpada, a mãe correu para bater-lhe. Mas a menina foge para a floresta próxima, onde encontra

o filho do rei que voltava da caça. O príncipe dirige-lhe a palavra e fica deslumbrado de ver saírem da boca da bela menina flores, pérolas e diamantes. Apaixonado, o filho do rei leva a menina para o palácio, casando-se com ela. Quanto à irmã, acabou desprezada pela própria mãe e foi morrer num canto de um bosque.

Para os solaristas (Husson), a caçula é outra imagem da Aurora. As rosas são a côr da aurora; as pérolas, gotas de orvalho e os diamantes as cintilações da luz matinal. A irmã desagradável e má nada mais é do que a obscuridade da bruma do inverno (11).

Charles Ploix admite, no entanto, outra explicação que se aproxima dos ritualistas, como Saintyves. Para êle, a heroína pode ser considerada a primavera, que é a "aurora do ano", ao passo que a irmã será o inverno (12), explicação esta que ocorreu entre os solaristas, para outros contos, quando vemos as analogias entre a aurora e a primavera, e a noite e o inverno.

A *Bela adormecida no bosque* (*La Belle au bois dormant*, de Perrault) é um dos mais belos contos populares europeus, com suas inúmeras variantes, e com longínquas raízes mitológicas. É a história de um rei e de uma rainha que, há muito tempo desejosos de terem um filho, vêem afinal um dia suas esperança satisfeitas. A rainha dá à luz uma criança do sexo feminino, e para a festa do seu batizado são convidadas tôdas as fadas do reino, que fizeram os melhores dons à princesa: beleza, riqueza, bondade, etc. Uma velha fada, porém, foi esquecida, e para se vingar, fadou que a princesa furaria um dia a mão com um fuso e morreria. Tristeza e estupefação em todos. A mais jovem das fadas, que era muito poderosa, procurou, porém, atenuar a maldição: a princesa furaria a mão com um fuso, mas em vez de morrer, mergulharia num sono profundo, que duraria cem anos, ao fim dos quais o filho de um rei viria despertá-la.

(11) H. Husson, *op. cit.*, pg. 11.

(12) Ch. Ploix, *op. cit.*, pgs. 127 e sgs.

De nada valera ao rei proclamar que no seu reino não mais se fiaria, mandando destruir todos os fusos existentes. Um dia, que a princesa passeiava fora do palácio, foi ter à casa de uma velha mulher, que fiava. A princesa pediu para ver o fuso, e imediatamente furou com êle a sua mão e caiu desvanecida. A princesa foi transportada ao palácio e a boa fada, que havia atenuado a maldição da fada má, tocou com a sua vara de condão todos os seres vivos do palácio: governantes, damas de honor, gentishomens, guardas, tudo, tudo, até os animais. Todos ficaram dormindo um sono profundo, de que acordariam no dia em que a princesa fôsse desencantada.

Decorrem cem anos, até que um dia o filho de um rei que estava à caça, aproximou-se daquele castelo que todos diziam ser uma mansão de espíritos. O príncipe decidiu-se a penetrar no palácio, ficando muito admirado de encontrar tôdas aquelas pessoas dormindo como se estivessem mortas. Afinal chegou ao quarto da princesa. Ela parecia dormir no seu leito e estava justamente à espera do príncipe, pois logo despertou à aproximação dêste. O príncipe ficou deslumbrado pela sua beleza e temendo despertar a cólera da sua mãe, a rainha, que era uma fada má, não levou a princesa ao seu palácio. Passa a viver com ela, justificando as suas ausências como aventuras de caça. Viveu assim com a princesa dois anos inteiros, tendo dois filhos, uma menina que foi batizada com o nome de *Aurora*, e um menino que recebeu o nome de *Dia*.

Morrendo o rei, o príncipe teve que ser coroado, e trouxe para a côrte a sua espôsa e os dois filhos. A cólera da rainha-mãe não teve limites. Cheia de ódio contra a nora e os netos, mandou que o seu cozinheiro preparasse sucessivamente os meninos, e depois a nora, num bom mólho, para que ela os comesse. Mas o cozinheiro, penalizado, escondeu as crianças e sua mãe no bosque, matando em lugar delas um cabrito e um cordeiro, que a rainha comeu pensando que fossem as crianças. Ausente o rei, sua mulher e os filhos ficaram algum tempo escondidos, mas a rainha-mãe acaba por descobri-los e manda preparar uma grande cuba cheia de

sapos, víboras e serpentes, para nela lançar a rainha e seus filhos. No momento em que a terrível ordem ia ser cumprida, chega inesperadamente o rei, e a rainha-mãe, furiosa por ver frustrados os seus desejos, acaba lançando-se ela própria dentro da cuba e foi devorada pelos bichos que estavam lá dentro.

A história da *Bela Adormecida no Bosque*, cuja versão de Perrault é a mais completa, oferece vários episódios míticos comuns a toda uma série de fragmentos mitológicos e contos populares, que vêm desde o oriente até a Europa. Já nos referimos a Sigurd, o herói do *Edda* escandinavo, que liberta Brunhilde do sono mágico a que tinha sido condenada depois que Odin a feriu com um alfinete (13). Sigurd, como já havia mostrado Max Müller, é um herói solar que realiza o milagre da transformação da noite em dia. A noite está simbolizada nestes mitos e contos na jovem princesa que mergulha num sono misterioso ou é encerrada em locais sombrios de onde a liberta o príncipe-herói, imagem do sol (14).

Poderíamos continuar com outros exemplos. Estes bastam, porém, para mostrar a enorme aplicação das teorias solaristas ao conto popular, esse fragmento último de antigas mitologias. Neste sentido, as teorias astronômicas estão, como já temos destacado, intimamente ligadas às teorias orientalistas, principalmente as indianas, porque, como já havia mostrado Max Müller, nas suas pesquisas fundamentais, as personagens mitológicas dos *Vedas* são personificações das forças e fenômenos naturais: o Sol, a Lua, a Aurora, o Crepúsculo, o Vento, a Noite, o Fogo, etc.

No seu estudo sobre a novelística popular, comentando os contos populares lusitanos, destacava Teófilo Braga a correspondência entre os heróis dos contos e os fenômenos atmosféricos, filiando-se assim entre os partidários das teorias astronômicas:

(13) A. Ramos, *loc. cit.*, p. 19.

(14) Max Müller, *Essais sur la mythologie comparée. Les traditions et les coutumes*, Paris, 1873, ps .283 e sgs.

“O *Sol* — escreveu o erudito escritor (15) — é o príncipe encantado, o herói que salva, o amante que perde a forma horrenda, é o doente que morre prematuramente e que renasce, é o cavaleiro que mata o dragão, é o tesouro.

“A *Aurora* é a criança, a donzela, a órfã, a recém-nascida, a filha da feiticeira negra, velha e feia; é a *Psiquê* que tem o marido sobrenatural; é a *Melusina*, ou espôsa sobrenatural que abandona o marido, e a *Penelope* ou espôsa fiel que recupera o seu marido.

“A *Noite* é a velha feia e ruim, a *ogresse*, a madrasta que maltrata a enteada, finalmente o lobo devorador, o saco em que é furtada a menina, ou a cova em que estão enterrados os príncipes.

“Os *Dias* são os filhos desejados que tomam formas monstruosas, as vítimas de um voto, as crianças abandonadas, ou que têm um nascimento maravilhoso.

“Os *Crepúsculos* matutino e vespertino são os dois irmãos gêmeos; são os pequenos maltratados; são o irmão que mata o irmão ou o salva.

“Além destes tipos, nos costumes populares de toda a Europa conservam-se as cerimônias dramáticas da entrada do *Verão* e saída do *Inverno*, o rapto da *Primavera*, nas lendas do *Caçador Feroz*, na morte do *Dragão*, na libertação da donzela, como *Andromeda*, na revivescência do cavaleiro como *Artur*, *Barba Roxa* ou *Dom Sebastião*. Nas festas religiosas é que se conserva nas formas cultuais o mito do nascimento do *Fogo* ou o menino, o medianeiro ou o salvador. Assim dos dois grupos de fenômenos solares e siderais se deduzem os tipos ou temas míticos que mais persistem nos Contos populares, sendo essa também uma das causas da sua universalidade.”

A classificação da novelística popular de Teófilo Braga obedece a esse critério de escola. Entre os seus “mitos antropomórficos”, por exemplo, estão os contos do *Sol*, da *Aurora*, e da *Noite*; do *Céu*, das *Nuvens*, e das *Estrêlas*; dos *Dias* e dos *Crepúsculos*. Entre os “mitos antropopáticos”, estão as “epopéias” do *Sol* hibernal e estival ou do jovem herói que morre e ressuscita; e ainda as da *Primavera* ou a donzela raptada (16).

Nas suas “Notas” do segundo volume dos “Contos Tradicionais do Povo Português”, fez Teófilo Braga um eru-

(15) T. Braga, *op. cit.*, vol. I, ps. XLIV, XLV.

(16) *Id.*, *ibid.*, p. XLVII.

dito estudo comparativo dos contos populares lusitanos e vários outros da tradição oral européia e alguns contos populares brasileiros da coletânea de Silvio Romero. E suas interpretações são as conhecidas concepções astronômicas já exemplificadas, seguindo o autor português a esteira aberta pelos Gubernatis, Bruyère, Husson, etc.

No Brasil, a mítica indígena ofereceu um vasto campo de aplicação das teorias solaristas. E já vimos, em artigo anterior, que Ehrenreich, seguindo o exemplo dos etnólogos alemães do seu tempo, se baseou para as suas interpretações solaristas principalmente nos mitos dos nossos indígenas. Foi Couto de Magalhães quem aplicou a teoria aos fragmentos míticos dos índios, justamente naquela parte do seu livro "O Selvagem", intitulada "Mitologia Zoológica na Família Tupi-Guarani", o que mostra como êle foi influenciado pelas idéias do autor da *Mythologie Zoologique*.

As lendas do jabuti prestaram-se a êsse gênero de interpretação. Carlos Frederico Hartt já havia interpretado algumas dessas histórias do jabuti dentro das concepções solaristas, considerando o jabuti um herói solar (17). Couto de Magalhães aceitou integralmente as explicações da escola solarista. Tomemos o exemplo da história "O jabuti e a anta do mato". A anta, abusando da sua fôrça, procura expulsar o jabuti debaixo do taperebazeiro, onde êle vivia. O jabuti reage mas a anta o pisa, enterrando-o no barro, onde permanece até a vinda das chuvas. Com a terra amolecida, o jabuti consegue escapar e sai ao encalço da anta, acabando por matá-la.

Couto de Magalhães vê no jabuti o símbolo do sol, e na anta o símbolo do planeta Venus. "Na primeira parte do mito continua o autor de "O Selvagem" (18) — o jabuti é enterrado pela anta. A explicação parece natural, desde que como é sabido, em certa quadra do ano, Venus aparece justamente quando o sol se esconde no ocidente.

(17) Cr. F. Hartt, *Amazonian Tortoise Myths*, Rio, 1875, *passim*.

(18) Couto de Magalhães, *O Selvagem*, 3.^a ed., Brasiliiana, S. Paulo, 1935, ps. 2224-225.

“Chegando o tempo do inverno, o jabuti sai e, no encalço da anta, vai sucessivamente encontrando-se com diversos rastos, mas chega sempre depois que a anta tem passado.

“Assim acontece realmente com o sol e Venus: esta aparece de manhã, mas apenas o sol fulgura, ela desaparece.

“O jabuti mata finalmente a anta.

“Isto é, pelo fato de estar a órbita do planeta entre nós e o sol, há uma quadra do ano em que êle não aparece mais de madrugada, para só aparecer de tarde. O primeiro entêrro do jabuti é a primeira conjunção, aquela em que o sol se some no ocidente para deixar Venus luzir. A morte da anta pelo jabuti é a segunda conjunção, aquela em que Venus desaparece para deixar luzir o sol.”

A explicação parece um tanto forçada, pois seria transportar aos contos zoológicos dos indigenas uma rica simbólica astronômica. A recíproca seria mais compreensível, isto é, a projeção, em mitos ou símbolos astronômicos, de episódios humanos e animais. É assim que os primitivos construíram os seus mitos da natureza, como ensaios etiológicos bebidos em ensinamentos humanos.

No folclore indígena do Brasil temos inúmeros exemplos disto. Na série “Contos astronômicos e botânicos”, colhidos por Barbosa Rodrigues, além dos grandes motivos, como “A origem do Solimões”, “O dilúvio”, “O mar do mundo”, “O eclipse”, há vários outros motivos que explicam a formação das Plêiades ou “Sete Estrêlas”, dos “Três Reis Magos”, da estrêla Canopus, do Serpentário ou “Cobra grande”, do “Cruzeiro”, etc. (19).

No sistema cosmolátrico dos nossos indigenas, os astros e os meteoros são concebidos com entidades benfazejas ou malfazejas, animados de sentimentos “humanos”. O sol é o deus criador ou um herói civilizador; a lua, a mãe dos viventes; os meteoros, demônios; as tempestades, uma figura humana vestida de preto, simbolizando as nuvens carregadas e equipada com uma lança que emite raios (entre os *Apinajé*). Entre os *Pareci*, o sol e a lua são entidades dotadas de sentimentos humanos; as fases da lua são devi-

(19) Barbosa Rodrigues, “Poranduba Amazonense”, *Anais da Bibl. Nacional*, vol. XIV, 1886-1887, ps. 209 e sgs.

das a quatro tatus, que ocultam progressivamente o disco lunar; as estrélas e constelações seriam outros tantos animais espalhados no firmamento... Os *Bacaeri* têm uma explicação análoga para as fases da lua; quanto às estrélas e constelações não são mais do que objetos usados cá em baixo. Os *Borôro*, os *Carajá*... possuem concepções cosmolátricas análogas (20).

Temos assim uma curiosa inversão da teoria solarista, isto é, a aplicação aos astros e fenômenos atmosféricos, de sentimentos e episódios humanos. Seja como fôr, as teorias solaristas não podem ser afastadas definitivamente como pertencendo ao número das escolas mortas do folclore. Elas poderão ser revividas e reinterpretadas a uma nova luz, quando chegarmos à compreensão das relações estreitas entre o microcosmo e o macrocosmo. Em última análise, deuses, demônios, bem como astros e fenômenos atmosféricos podem ser interpretados como projeções da psiquê humana. O inconsciente humano projeta-se nos espaços siderais, e no movimento dos astros vê retratados os seus próprios anseios, peripécias, problemas e dúvidas eternas. A repetição cíclica dos fenômenos siderais é a própria lei do "constrangimento ou impulso de repetição" (*Wiederholungszwang*), inscrita no inconsciente como uma categoria fundamental.

(20) Vide A. Ramos, *Introdução à Antropologia Brasileira*, 1.º vol., Rio, 1943, 1.ª parte, *passim*.

A CASA DA TÔRRE NA PARAÍBA

ADEMAR VIDAL

Capistrano de Abreu chegou a lamentar que ainda não se tivesse escrito a história da Casa da Torre para melhor avultar a importância desbravadora dos Garcia d'Ávila. A incumbência coube anos depois ao sr. Pedro Calmon com a publicação de um livro que representa um esforço em prol dos interesses de nossa história nacional. Sente-se que a unidade do país muito deve à ação daqueles pioneiros afoitos e destemidos: homens ordinariamente magros, de estatura reduzida, porém senhores de uma energia assombrosa, vencendo todos os obstáculos e conseguindo firmar o prestígio de um nome que merece tôdas as homenagens. Foi uma família de bandeirantes que se alastrou pelo norte, tudo conseguindo absorver na sua fome de terra e domínio feudal. O sr. Pedro Calmon iniciou o resgate de uma dívida com o trabalho oferecido à crítica dos estudiosos. É verdade que o tema das aventuras dos Garcia d'Ávila se mostra extenso demais e daí me parecer que o livro referido (trata-se da "História da Casa da Torre") não se acha completo. Falta-lhe alguma coisa, pelo menos no que diz respeito à Paraíba, onde o poder dos bandeirantes baianos se fez sentir de forma notável, confirmando aquela afirmativa de Capistrano de que "é no estudo dos caminhos que melhor se aprende a história do Brasil".

Foi Francisco Garcia da Vila (assim escrevem Jaboação, Vicente do Salvador e Nóbrega) o "primeiro Garcia d'Ávila". Nasceu em S. Pedro de Rates, tendo viajado com Tomé de Sousa para o Brasil e, pela sua dedicação, despertou con-

fiança do Governador Geral, que lhe proporcionou tôdas as facilidades possíveis. Assim é que se fixou em Tatuapara com a sua "casa com capela e tórre". E procurou atrair as atenções gerais a ponto dos viajantes como Cardim demorarem nos pagos de Garcia e dessa visita tirarem o melhor proveito para os interêsses da colônia nascente. Tratou de ampliar as fazendas de gado. Para tanto contou com o prestígio de Tomé de Sousa, que lhe cedeu, por venda, e com data de 1573, a sesmária que ia do Pôrto da Injúria ao Rio Real. Entrou pelo Sergipe — e é Felisberto Freire, na sua "História Territorial do Brasil", quem registra o domínio que se fez de quinze léguas com aldeias e 10 currais. Ia do rio Jacuípe, na Bahia até o Itapecurú, no norte, fazendo-se assim uma penetração bastante sensível. Os seus filhos Belquior Dias Caramurú e Francisco Dias d'Ávila, aquele ao norte e êste ao sul, continuam em 1612 a mesma trajetória de ambição de terra, conseguindo o último o título de "Senhor da Tórre de Tatuapara" com outra concessão territorial, mas agora ao longo do rio Inhambupe, penetrando o sertão em 10 léguas batidas. Nesse tempo rolava a guerra holandesa. As lutas não tinham fim. E certamente embaraçavam a penetração dos Garcia d'Ávila. Depois que o flamengo se viu forçado a abandonar a nossa costa, renunciando à luta, é que a Casa da Tórre entra na sua fase de expansão: as vistas do seu chefe, já agora capitão com tôdas as honras, se voltam para o S. Francisco, divisando as suas riquezas e os seus mistérios quase impenetráveis.

Dito e feito. Passado algum tempo, já em 1659, anexava uma sesmária de 10 léguas ao longo daquele brasileiríssimo rio. Realmente eram 40 léguas, pois Francisco Dias não ficava isoladamente com aquela porção de 10, mas também os outros herdeiros — Catarina Fogaça, Bernardo Pereira e o padre Antônio Pereira. Êsse domínio no S. Francisco findou com 260 léguas em direção ao centro e 80 ao norte. O sertão da Bahia encontrava-se nas mãos da família e ainda de um competidor desta, o mestre de campo Antônio Guedes de Brito, senhor de 160 léguas, desde o morro do Chapéu até às nascentes do rio das Velhas. Pouco tempo se

passa, um ou dois anos, para que Francisco Dias transponha o grande rio, subindo no caminho do Pageú 20 léguas (sesmaria dada ao capitão Francisco de Brá e outros com data de 3 de novembro de 1660) e avançando com o Pageú numas seguras 52 léguas, assim distribuídas: dez para o padre Manuel Francisco da Silveira, Nossa Senhora dos Prazeres dos Guararapes e outros; Lourenço de Brito e outros 12; e aquela mesma Santa ainda 30, perfazendo um domínio vastíssimo sob a direção da Casa da Tôrre. Daquele ano em diante, devido à ação bandeirante dos paulistas, que, segundo Felisberto Freire, viajaram por via marítima até à Bahia, é que data uma penetração mais desalmada, tornando-se Fernão Carrilho temeroso e mesmo destruidor. Era um homem do sul que teve sob a sua direção as companhias de ordenanças da Casa da Tôrre e Praia, Sertão e Campos do Rio Real, não trepidando em arrazar Geremoabo, desbravar Itapicurú-Mirim, Jasipura e Jacobina, Rio Real e Itabaiana, traçando as primeiras ligações entre São Salvador e Piauí.

O exemplo de Carrilho não foi em vão: a estrada que "limpou", matando e aprisionando índios, foi seguida pelo tenente-general Matias Cardoso que empregou iguais meios, fazendo viagens longas e aventureiras. Tinha suas concessões de terra obtidas em 1674 no nordeste. E na companhia de Antônio Filgueiras suplanta os índios da região do Jaguaribe e do Assu, percorrendo, desta forma, grande parte do Ceará e Rio Grande do Norte. Quando teve de regressar levava consigo notável prêsa que consistia em cargas e prisioneiros, sendo que êstes foram "distribuídos ao longo do percurso", afim de diminuir os "gastos do transporte", fazer ainda "povoados lugares desertos" e, sobretudo, "abrandar a responsabilidade". O desbravamento estava feito. Até o missionário Martins de Nantes (capuchinho francês que agia no S. Francisco em favor da catequização, chegando a dirigir várias missões, inclusive uma na Paraíba) fez logo uma viagem direta, saindo de Pernambuco para Penedo por via marítima, tomando a direção do mais nacional dos nossos rios, onde chegou a sofrer as maiores per-

seguições. Foram-lhe as perseguições movidas pelo coronel Francisco Dias d'Ávila, Tomé Alves e Antônio de Oliveira, uma vez que as referidas missões abrangiam as suas terras numa extensão de mais de 200 léguas. Só o senhor da Casa da Tôrre possuía 150. E aquele padre estrangeiro perturbando a vida nos seus domínios! Era um desaforo. Precisava uma correção. Dai as perseguições injustas e mesmo indignas. Nem as lutas — e que de uma delas saiu ferido de morte — abrandaram o temperamento do coronel Dias, tudo indicando que êle preferia a indiada selvagem e sem freios a que estivesse sob a direção espiritual e educativa do padre Martin de Nantes.

Por volta de 1693 houve uma tentativa de João Amaro para aprisionar índios no S. Francisco. Tentativa porque a entrada da bandeira se processou regularmente, mas nada conseguiu quanto à outra parte, aquela que diz respeito a interêsses econômicos, embora houvesse tomado o mesmo caminho da Casa da Tôrre. Processava-se o povoamento com certa rapidez, pois se ia encontrando gente domesticada por onde antes nada existia: nem índios e nem currais. Os caminhos facilitavam uma completa modificação. Dai os "latifundiários começarem a impacientar-se". Muito mais cedo do que pensavam êsses donos gananciosos, os latifúndios teriam de sofrer uma diminuição gradativa. O problema foi tomando vulto a ponto da provisão de 19 de maio de 1729 proibir que "as sesmarias tivessem mais de três léguas". Um mundo pertencia aos Garcia d'Ávila e Brito Guedes ou Guedes de Brito: uma zona que compreendia Itapicurú, Ilhambupe e S. Francisco, derramando-se e perdendo-se os seus "rastos" pelo interior de Pernambuco e Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte. A Casa da Tôrre desenvolvera-se muito sob a direção do primeiro e do segundo senhor. Êste legou ao terceiro descendente, Garcia d'Ávila Pereira, o comando do barco, portando-se bem nas suas investidas de penetração. A febre continuava alta. Vendo que sôzinho não conseguiria realizar seu sonho, pois queria dominar os índios do Piauí, pediu ajuda a Gonçalo da Costa Temudo e Braz Mataroá, João Barbosa Rabelo e Miguel de

Abreu Sepúlveda, Francisco Xavier Pinto e, não satisfeito, ainda solicitou concurso dos capuchinhos da Piedade e também dos franciscanos. A expedição teve bom efeito. Foi bem sucedida. E novo caminho ficou aberto à civilização.

A política do Reino tinha sua lógica, evidenciada na Carta Régia de 20 de outubro de 1782, dando como caducas as sesmarias que não estivessem habitadas, querendo, por este meio, afetar o domínio da Casa da Torre, de Bernardo Ravasco e Antônio Guedes, pois que iam tendo a sua influência cortada ou restringida aos poucos dentro de uns pagos tão extensos. Não obstante, o prestígio dos Garcia d'Ávila não era pequeno. Na Paraíba êles meteram o seu longo dedo latifundiário. A sesmaria de n. 243, de 24 de maio de 1735, reporta-se à Ribeira do Piancó. Tem como requerente o alferes Curvelo de Medina que alega ter confrontações com as terras pertencentes à Casa da Torre. Além dessa sesmaria, existem outras conhecidas, em número de 45, que descem o rio Piancó, alastrando-se pelas nascentes do Piranhas, dominando o boqueirão dos Coremas e Cauã, Lagoa Tapada e S. Gonçalo, envolvendo o Rio do Peixe e o Brejo das Freiras. Em todas elas figuram os Garcia d'Ávila como os senhores quase discrecionários da terra paraibana. Tudo faz crer, no entanto, que os latifúndios entraram em desagregação (pelo menos na Paraíba, onde a Casa da Torre possuía a região mais rica, por excelência, tida nesta conta por causa do ouro encontrado à flôr da terra) naquele ano, uma vez se tome como ponto de partida para um estudo o decréscimo de entusiasmo, alienando-se o que constituía a "razão de ser de uma família obcecada": a fome de terra até então não conhecia desânimo na sua ambição desmedida. Na Paraíba, o domínio dos Garcia ia da fronteira do Pageú, metia-se pelo curso do Genipapo e das Bruscas (ou "Bruxas", havendo a respeito lendas interessantes), pelo curso do Sant'Ana e outras nascentes do Piancó para, contra o costume dos colonizadores, descer o rio e não perder as suas alianças com os índios. Entre êstes havia particular afeição pela obra dos Garcia. Tal como se observava relativamente com os holandeses e

franceses. E a explicação estava na maneira cordial com que eram tratados nos seus arraiais em confronto com as perseguições que lhe faziam os portugueses. Os homens de barba ruiva contavam com simpatias gerais, enquanto já o mesmo não acontecia com aqueles outros de barba preta.

Os senhores da Casa da Tôrre não tinham nada de polidez. Tratavam rudemente os seus "conquistadores", era mesmo de resto que olhavam para a sorte dos primeiros moradores, limitando-lhes o mais possível a liberdade, nada lhes facilitando, pois a "terra dava tudo" — e que ela se encarregasse de fornecer-lhes meios. E quando os mais bravos no trabalho e na organização conseguiam prosperar, então adotavam meios de Idade-Média: arranjavam uma desculpa qualquer para embaraçar a tranquilidade, arrebatando-lhes a parte material. Mas deveriam fazer isso com especiais cuidados, pois que, ainda assim, a gente que vivia sob sua direção, preferia mil vezes o "seu guante" à escravidão sustentada pelos agentes da Colônia. Daí justificar-se a "simpatia muito viva" que demonstrava não apenas pelo francês e holandês, mas também pelos Garcia d'Ávila. Os selvícolas andavam já muito apanhados e queriam mais descanso. Num confronto de sofrimentos que se fizesse, não restava dúvida que seria preferível a canga opressora da Casa da Tôrre. Demais havia uma circunstância odiosa que precisava ser evitada sempre que fôsse possível: os agentes da Colônia se dedicavam ao serviço de prear índios com o fim de vendê-los como escravos. Eram forçados a deixar a terra com as suas roças de maneira definitiva. Já desta forma não procedia a Casa da Tôrre. É verdade que cometia arbitrariedades revoltantes, porém não aprisionava índios para o comércio da escravidão. Eis porque de um lado e de outro a preferência se voltava para os pioneiros dominadores do S. Francisco. Acontecia ainda que aqueles senhores arrazavam tudo nas suas "entradas", mas depois tratavam de fundar fazendas, atraindo o índio e a êste entregando a direção do negócio, ensinando-o como cultivar a pecuária e fazendo, sobretudo, com que não saísse voluntariamente do seu recanto. Enquanto que os agentes (os mais

famosos foram Domingo Jorge Velho e Oliveira Ledo) não tinham igual procedimento: o extermínio não conhecia piedade, desde que, quando êles não matavam, outro caminho não conheciam senão a venda como escravos, viajando os tapúias e cariris para outros mundos desconhecidos. Se eram tristes por natureza, então iriam experimentar ainda maiores efeitos da melancolia de haver deixado a terra em que nasceram e viveram.

Não havia nos Ávila bondade no sentido verdadeiramente humano. O que havia era o interêsse material sem entranhas. Uma ganância sem limites. Mas a verdade é que sabiam fazer a sua política de domínio ao ponto de diferenciar-se bastante dos chamados agentes da colônia. Os processos eram quase os mesmos, só se modificando na parte apontada. Acima citamos o caso do padre Martin de Nantes que entrou em luta declarada com a Casa da Tôrre por causa da obstinação de Francisco Dias em prejudicar a sua missão católica. Por duas vezes os índios domesticados lhe foram arrebatados com grande ferocidade, havendo até sangue, sendo que de outra feita ficou aquele capitão bastante ferido. E por que essa disputa violenta? Qual o seu motivo? O padre nada queria senão a alma do selvícola, aproximando-a da Cruz, ministrando-lhe ensinamentos morais indispensáveis, pois que vivia na mais completa ignorância das leis, dentro de um regime comunista de uma naturalidade tão completa que chegava a ser grosseiro, urgindo — assim pensam os sociólogos místicos — uma intervenção para que os “hábitos e costumes fôssem corrigidos sem perda de tempo”. Desta maneira também agia o padre missionário. O seu inimigo, porém, entendia de forma diferente: queria que o índio se conservasse tal como estava por uma questão meramente econômica. Se instruído, daria um mau morador e com uns ares de independência que poderiam perturbar a marcha do serviço. Eram selvagens que viviam nos matos e selvagens deveriam continuar, apenas necessitando aprender que o senhor não era o cacique de flechas e argolas na orelha, o senhor agora estava na Casa da Tôrre e precisava do seu auxílio, pondo sentido ao gado,

virando vaqueiros e correndo pelas caatingas cinzentas numa fiscalização sem descanso.

A fls. 216 (*Datas e Notas para a história da Paraíba*), cita Irineu Pinto esta nota de Celso Mariz: "Dos já velhos, truncados, rotos e carunchosos livros, que compõem o arquivo antigo desta matriz de Sousa, se colige com dificuldade quase insuperável que no ano de 1731 se requereu ao então visitador, Sr. Castro, a bênção de uma capela (que presumimos ser a de Nossa Senhora do Rosário ora servindo de Matriz) e licença para nela serem administrados todos os sacramentos. O referido visitador despachou que "feito dote para ornato da capela, se poderiam passar as provisões necessárias". Os representantes replicaram, mas, ao que parece, sem resultado provável até o ano de 1740. Nessa época, o Capitão João de Miranda, como procurador bastante do Coronel Francisco Dias d'Ávila, morgado da Casa da Torre de Galvia, passou a escritura de doação de patrimônio para a dita capela. Assim constituído o dote, foi pelo Rev. visitador Dr. Manuel Machado Freire, no ano de 1741, passada a provisão em que êle concedia a ereção da capela. Em abril de 1748, o supra dito visitador nomeou Bento Freire de Sousa administrador do patrimônio da capela, o qual foi o primeiro na ordem cronológica e o primeiro na probidade, honradez e crescido zêlo, que patenteou durante os longos anos de sua administração na capela. Em 1755, apareceram dúvidas da parte dos procuradores da mãe do Coronel Ávila, D.^a Inácia de Araujo Pereira, acêrca das terras doadas, dizendo não terem sido inventariadas entre a mãe e o filho doador. Foi Bento Freire à Bahia e obteve da piedosa D.^a Inácia a doação da parte que lhe podia pertencer, ficando assim sanado todo e qualquer defeito da doação feita pelo Coronel Ávila. Em 1756, vendo Bento Freire que os particulares (já então pouco escrupulosos) usurparam as terras doadas à Senhora dos Remédios, requereu uma sesmaria e esta lhe foi concedida pelo governador Luís Antônio Lemos de Brito, aos 3 de janeiro de 1756. Em abril dêste último ano, tomou Bento Freire posse judicial da dita e aos 26 de outubro de 1760 obteve sentença de

constituído legalmente o patrimônio da capela pelo Rev. visitador, Dr. Marcos Soares de Oliveira. No ano de 1765, cegou Bento Freire e requereu sua demissão, que lhe foi concedida, com grande pesar pelo então visitador, Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral. De 1740 a 1765 floresceu e prosperou o patrimônio sob o impulso do sólio, pobre e piedosa administração de Bento Freire de Sousa, e venerando fundador dessa cidade, que, em prêmio das brilhantes virtudes daquêle grande vulto, lhe tomou o nome deixando o de Jardim do Rio do Peixe, que tão expressivo lhe era.”

“Com o Capitão-mór José Gomes de Sá, lançou Bento Freire os primeiros fundamentos dessa cidade no comêço do século passado; em 1771 requereu a ereção da capela; em 1740, vai Bento Freire à Bahia e obtém o patrimônio; em 1765 volta à Bahia e tira as dúvidas dos procuradores da organização da fôrma já dita; em 1765 requer e obtém a sesmaria que é hoje o patrimônio da Senhora dos Remédios; em 1760 obtém a sentença que legaliza; em 1765, não podendo mais administrar com o seu nunca desmentido zêlo o patrimônio, pede sua demissão e descansa coberto de louros cívicos que o tornam o homem benemérito da Pátria e aguarda bemaventurança em prêmio de suas virtudes. É esta a fé de officio do velho Bento Freire de Sousa, que durante trinta e tantos anos consagrou sua vida à prosperidade desta cidade e ao culto do Evangelho, como bem atestam os copiosos e merecidos elogios que lhe tecem todos os visitantes em seus provimentos e visitas. É possuído do maior entusiasmo que traçamos estas linhas, lembrando os feitos e virtudes do fundador de nosso berço natal. Nossas lágrimas ao Enéas do Lavirium, cuja memória desejávamos vêr perpetuada em um monumento digno de atestar às gerações vindouras as virtudes do grande sertanejo. Não sabemos bem em que ano foi escrita a citação finda. O maior monumento moral do velho Bento de Sousa é a própria cidade lembrando o seu nome augusto que viverá à posteridade nas asas dêsse justo e digno como um bendito emblema de abnegação, de amor e de glória.”

As lutas no interior paraibano chegaram a tomar um

caráter bastante sério. Os selvagens não queriam ceder o seu terreno sem uma defesa tenaz. Bateram-se com a pugnacidade dos cariris. O elemento lusitano não lhes dava tréguas. Marchava do litoral para o sertão no propósito deliberado de "domesticar" a rebeldia das tribus do "rei Janduví". E muitas vezes piores que êsse "elemento feito autoridade" eram os bandeirantes paulistas de uma ferocidade que nem mesmo os aborígenes apresentavam entre os seus predicados. A zona do Piancó, Rio do Peixe e Piranhas não conhecia tranquilidade, vivia em pé de guerra permanente. Domingos Jorge e Oliveira Ledo traziam-na debaixo de um rigor feroz. Eles por onde passavam nada deixavam com vida: matavam os índios velhos, conduziam os moços para a escravidão, saqueavam e incendiavam não somente as tabas, ainda os escassos currais de um sertão desnudo. Não há exagêro em dizer-se que foram os Garcia d'Ávila quem pacificaram os vales daqueles rios na aquisição das suas terras boas para a criação. Não tardaram as fazendas em número considerável. Eram montadas com o apôio e orientação da Casa da Tôrre. Até Oliveira Ledo descansou construindo os seus ranchos, distendendo os seus domínios, figurando a cidade de Sousa dentro da jurisdição do pioneiro audacioso, malvado e civilizador. Não se aquietou antes de obter a paz com os Coremas. Para tanto fôra preciso empregar esforços, desde que os índios do Piancó retinham o Pageú e adjacências, assim agindo evidentemente como reação, pois os sofrimentos advindos das correrias dos bandeirantes exigiam respostas que se transformaram em rebelião. Loreto Couto (*Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*) faz uma larga demonstração dos acontecimentos que culminaram com o "contrato" feito pelo governador geral: encarregaram o capitão Manuel de Araujo Carvalho de fazer a pacificação. Aquela autoridade era D. João de Alencastre que tinha estreitas ligações com a Casa da Tôrre ou, por outra, mantinha com aquele solar relações políticas, acatando os seus pedidos e realizando as sugestões que lhe eram feitas, todas sempre no sentido de aumentar o poder da familia dos insaciáveis Garcia d'Ávila. Depois da pacificação

é que a posse foi assegurada, uma vez que o capitão Manuel de Araujo não passava de aliado, "pessoa mui respeitável", inteiramente ao serviço dos latifundiários. A Casa da Torre fazia o que bem queria e não prestava contas a ninguém. Nem tampouco respeitava as leis comuns. Tinha-se em vista o sistema por ela adotado de vender as suas terras na Paraíba sem "passar papel". Para que documento? Recebia o dinheiro e em troca dava apenas a "palavra". Não era no tempo em que o fio de barba servia de penhor? A sesmaria n. 524, de 6 de março de 1760, reza que o herdeiro do velho capitão Araujo, o seu filho de igual nome, doutor em leis, "possui há mais de 60 anos o sítio Ôlho d'Água, na Ribeira do Rio do Peixe, povoado por seu pai" e, não obstante, mandava "pagar fôro à Casa da Torre que se achava indevidamente senhora de todas as terras que outros descobriram e povoaram". Os sentimentos de absorção e exclusividade dos Garcia não permitiam nem que os seus "bemfeitores" Araújo Carvalho fôsem donos daquilo que haviam ocupado e pacificado. Aliás são sentimentos ainda agora próprios do latifúndio orientado por espiritos feudalistas que têm particular ojerisa a tudo quanto cheira ao poder legal. Uma outra sesmaria, esta de n. 533, de 18 de julho de 1760, regista a palavra da viúva Maria Tavares de Abreu Franco, que confessa "seu marido (José de Abreu Franco, com o título de cel.) fôra o primeiro cultor e povoador do sítio Arassá, no Rio do Peixe e, por falecimento, ficara a suplicante o possuindo, há 50 anos povoado, cujo sítio e suas terras com as mais da ribeira do Rio do Peixe se denominavam propriedade da Casa da Torre, sem título algum, e como o marido da suplicante fôsse o primeiro povoador, queria tirar data do dito sítio no riacho do Bé que fazia barra no rio que vinha de S. João".

Entretanto, a ação dos Garcia, no que diz respeito aos seus domínios no sertão paraibano, não se pode dizer que foi maléfica e infrutífera, trazendo consigo um cortêjo de crimes irreparáveis. Pelo contrário. Trouxe resultados benéficos, embora a arbitrariedade de sua penetração, ocupando terras que a outros pertenciam, não respeitando direitos de

ninguém, preocupados somente em fazer predominar os seus interesses materiais — esta, a verdadeira política dos dirigentes da Casa da Torre. Pode não ter sido assim relativamente a outros lugares, mas na Paraíba ela se caracterizou pela violência, pelos ouvidos fechados a toda e qualquer reclamação. Mas, como se disse mais acima, ainda assim foi benéfica a sua ação, uma vez se tenha em vista que toda a região do Piancó, Rio do Peixe e Piranhas vivia em constante insegurança por causa das pelejas intermináveis entre índios e portugueses, cujos agentes timbravam em exibir ferocidade e sentimentos outros que alarmavam os selvagens e faziam com que estes nada cedessem de bom grado, sem reação e sem lutas de sangue e morte. Já a Casa da Torre procedia de outra forma. Fez amistosa ligação com os nativos, cedia-lhes o que era possível, presenteava-lhes com bugingangas, porém em compensação nenhum estranho poderia aguentar-se na terra se não contasse com as simpatias de tão poderosos aliados. Até mesmo os agentes dos Garcia d'Ávila (Araujo Carvalho não é bem o tipo desse "representante"?) nada conseguiam de definitivo: podiam viver a vida toda naquela zona e não teriam afinal qualquer título de propriedade. Ocupavam-na de boca. E nada de herança. É o que se conclui da documentação existente.

Os sesmeiros não se conformavam com essa força que não respeitava o direito de ninguém. Faziam as suas reclamações mas nunca foram ouvidos. Achavam absorvente o domínio de uma propriedade que vinha desde a Bahia. Era uma casa intrusa — essa Casa da Torre. Todavia, a Paraíba lhe deve muito. Só a pacificação foi obra inestimável. E depois ela não ficou parada, sem se incomodar, sem se mexer no sentido de melhorar as condições do meio, mesmo porque a sua política se distinguia pelas preocupações econômicas oriundas da pecuária. Fora da pecuária, nada. E daí haver espalhado fazendas por toda parte, enchendo-as de gado, iniciando a "civilização do couro" de que falava Capistrano. Para se pôr em marcha uma ação assim, se tornava preciso gente — e escolhida, de confiança ou como se dizia: bem nascida. O gado não podia ficar entregue a quaisquer mãos.

As consequências foram, pois, benéficas, povoando-se uma região onde as lutas não cessavam, tantas as compelições pela posse da terra, pelejas entre os selvagens e os agentes dos portugueses. Progrediram as fazendas. A criação começou uma época de êxito econômico. O gado que ia para a Bahia não era mandado buscar apenas do S. Francisco e do Piauí, mas também da Paraíba e Pernambuco; gado pequeno, resistente e gordo no inverno. E depois as fazendas se tornaram aldeias movimentadas, vilas e cidades que agora ostentam uma feição entre antiga e moderna, muita mistura arquitetônica, influência de novos fatores de civilização que, nestes últimos tempos, diga-se de passagem: teve a sua maior fonte inspiradora com a presença dos técnicos da Inspetoria de Obras Contra as Sêcas. Piancó e Coremas, Sousa e Antenor Navarro, Piranhas e S. Gonçalo, Brejo das Freiras e Cajazeiras — são lugares que se acham localizados na zona pacificada pela Casa da Torre, apresentando-se atualmente na florescência de aspectos materiais e sociais que espantam na sua fôrça realizadora.

O livro do sr. Pedro Calmon é uma demonstração de interêsse em estabelecer a verdade de uma história que andava precisando de um autor consciencioso. O esforço feito em coligir a documentação apresentada (e que se deve muito ao prof. Basilio de Magalhães como revelador de amplas notas e pesquisador do assunto que tratou em primeira mão vai para mais de 30 anos) é dêsses que não podem passar sem uma palavra de aplauso. Não se encontra, porém, completo: representa inicialmente uma tese que depois foi desenvolvida, mas não tanto quanto seria de desejar a uma obra de paciência, reconstituição e que deve despertar as suas interpretações. Muita documentação existe nos arquivos sertanejos (na Constituinte de 1934 organizei um projeto que mandei para o deputado Baeta Neves e que autorizava o govêrno a arrecadar os documentos datados de mais de século e existentes nos cartórios do país; documentos que se destinariam ao Arquivo Nacional para uma seleção, estudo e posterior publicação; iniciativa certamente de vulto e que requeria alguma despesa; mas não era coisa

para se fazer da noite para o dia, espécie de sangria desatada, havia tempo de sobra para um cuidado atento e de largo sentido patriótico) que bem poderiam estar servindo de uma forma extraordinária na eficiência. E no que se refere à Casa da Torre, entre outros numerosos documentos, se conhecem os que vão relacionados abaixo, os quais serviram também de orientação ao presente trabalho e que, embora publicados na província, continuam ignorados dos leitores e estudiosos da nossa história que vivem em grande número no sul do país. Servem como uma contribuição a mais. E que de futuro, quando o sr. Pedro Calmon houver de fazer a revisão de seu livro, talvez possa aproveitá-los, pois a sua "História da Casa da Torre" se inclui entre as iniciativas que significam reparação e justiça — um livro que andava ausente e que finalmente chegou como uma larga demonstração de amor às coisas do passado brasileiro, dos primeiros passos de vida administrativa e rural, das nobres e bravas manifestações de uma raça que desde então já se batia pela unidade nacional.

Documentos. "O município de Tacaratú, compreendendo as terras de Jatobá que pertenciam ao seu primeiro ocupante: Garcia de Ávila Pereira e Aragão, fidalgo da casa real, professo na ordem de Cristo e mestre de campo e auxiliares da Torre, etc., por êste foram vendidas a Vitorino de Sousa Rocha que passou a Damião Delgado, êste, por sua vez, vendeu a Joaquim da Silva Leal, etc."

A primitiva escritura de venda das terras de Jatobá é a seguinte: "Sítio de terras de criar gados a beira do rio S. Francisco, da parte de Pernambuco com um brejo de plantar chamado: Brejo da Tábuá que tem comprimento rio abaixo e acima légua e meia e confronta pela parte superior com o rio Fundo e extrema no Riacho Grande pela parte superior com o Sítio Boa Vista, correndo também rumo da Barra do Riachão Fundo a ponta da Serra do Riacho Fundo, ficando-lhe dentro desta confrontação o Olho d'Água da ponta da serra, onde tem roça Clara Leite e tem fundo duas léguas pouco mais ou menos." Cópia feita pelo dr. Antônio Garcez, juiz em Tacaratú, de notas existentes

nos arquivos daquela cidade e na de Jatobá, ambas do Estado de Pernambuco. Além das notas acima, seguem-se as seguintes, conseguidas ainda por aquele magistrado paraibano:

“Brejinho, município de Jatobá. Garcia d’Ávila Pereira e Aragão, Fidalgo da Casa Real, professo na Ordem de Cristo e Mestre de Campo e Auxiliares da Tôrre, etc. Faço e constituo meu bastante procurador o sr. Capitão José de Moraes para por mim e em meu nome possa assinar a escritura de venda que faço a Vitório de Sousa da Rocha, de um sítio de criar gados que possuo na beira do rio S. Francisco, parte de Pernambuco, Brejinho da Tábua com as confrontações e larguezas que há de declarar o dito meu procurador, por preço e quantia de trezentos mil réis, cem mil réis ao fazer a escritura e o resto em dois pagamentos anuais e faltando algum *correrá* (*) os juros da lei e assim mais será obrigado a responder neste juízo pela sua obrigação e a pagar logo oitenta e um mil réis por João Ferreira, de foros vencidos no dito sítio que tudo poderá receber e dar quitação o dito meu procurador para o que lhe concedo todos os poderes que me são concedidos em direito. Bahia, vinte e cinco de outubro de mil setecentos e setenta e seis. Garcia d’Ávila Pereira de Aragão. E não se continha mais coisa alguma em a dita procuração que aqui bem e fielmente copiei, etc. Bernardino de Sena Araújo. Recebi a esta conta cem mil réis. 24/12/1777. Garcia d’Ávila Pereira de Aragão. Recebi do sr. Vitório de Sousa Rocha cem mil réis em dinheiro de contado que restava dito comprador da compra que ao Mestre de Campo Garcia d’Ávila Pereira e Aragão do sítio chamado Brejinho e juntamente os juros de cinco anos, vinte e cinco mil réis e por estar entregue e recebido de tudo passei êste por mim feito e assinado hoje oito de dezembro de mil setecentos e oitenta e dois. — Pedro José Delgado, Procurador do Mestre de Campo Garcia d’Ávila Pereira Aragão.”

O dr. Antônio Gomes Ribeiro, Professo na Ordem de Cristo do Desembargo de Sua Magestade Fidelissima em

(*) O grifo é meu.

Desembargador na Relação da Bahia, nela Ouvidor Geral, com vezes de Corregedor do Cível da Côrte, Juiz das Justificações da Índia com alçada pelo dito senhor: "Faço saber aos que a presente certidão de justificação virem que o meu Escrivão dou por fé do Escrivão de meu cargo que esta subcreveu, se a letra da subscrição sinal público da assinatura de venda e quitação de paga retro a fls., supra do próprio tabelião com tudo nela declarado o que hei por justificado na Bahia em vinte e nove de outubro de mil setecentos e setenta e seis. Eu Francisco Xavier da Rocha dou fé e que escrevi. Antônio Gomes Ribeiro."

*

* *

A Casa da Tôrre é um monumento nacional perdido no coração da Bahia. Dentro de suas ruínas grita o passado brasileiro com uma força que precisa ser melhor compreendida. De certo que todos ouvem e sentem êsse palpitar ofegante. Mas ninguém se move no sentido de salvar os restos de um solar maravilhoso. Só um espírito de vanguarda poderia enfrentar a necessária campanha para soerguimento da Casa da Tôrre. E não vejo pessoa mais indicada para êsse patriótico serviço do que o meu amigo Assis Chateaubriand. Eis porque daqui lhe faço um veemente apêlo, esperando que de sua inteligência e energia, sempre tão bem reunidas, venha a animação indispensável para realizar uma obra salvadora, simpática e sobretudo inadiável.

TRÊS INTERPRETAÇÕES DE JUDITH

LUÍS ANÍBAL FALCÃO

A lenda e a história sempre têm fornecido temas à literatura. E esta tem geralmente usado da maior liberdade para com essas. A arte escapa a qualquer limitação: "*Je prends mon bien où je le trouve.*" A literatura, tôdas as literaturas, disto apresentam mil exemplos.

O de Judith, já por si só sedutor, oferece um encanto peculiar; se o enredo, a ação, não permitem transgressões nem fantasias, pois tudo se resume em fatos e gestos culminando num desenlace brutal, as consequências, as ressonâncias do ato final admitem as mais variadas interpretações. O artista, o poeta, o escritor podem dar livre carreira à imaginação, criar acontecimentos posteriores a seu bel prazer e sobretudo descrever os sentimentos da heroína judia dos modos mais diversos, sem que Judith deixe de ser Judith.

A história de Judith figura no Velho Testamento, mas já na sua origem está envolta em brumas. Perdeu-se o texto inicial, sobre o qual pesa a dúvida de haver sido escrito em hebraico ou em caldaico. Há controvérsias a respeito; dos argumentos contraditórios em conflito se pode inferir, — quiçá imprudentemente, — que a versão grega dos Setenta, tida por eivada de incorreções e lacunas, foi traduzida do hebraico, enquanto a versão latina é devida a São Jerônimo, que a compôs partindo de textos caldaicos. Consta que esse ilustrado santo dalmata, quando em Bethlém, reviu o texto grego dos Setenta e redigiu a Vulgata Latina, por incumbência do Papa São Dámaso, (366-384) um dos dois clérigos

portuguêses que hajam ascendido ao Pontificado (1). Como, porém, São Jerônimo já passara três anos, de 373 a 376, em Calcis, onde aprendeu a lingua local, tanto pode ter partido do texto hebreu como do caldaico. O Sr. Afrânio Peixoto, divergindo dessa opinião, acredita que a versão foi feita pelo santo com o auxílio de alguém, que lhe transpôs um texto aramaico em hebraico.

Seja lá como fôr, a história de Judith enquadra-se num episódio da guerra entre os Judeus e o rei de Ninive, Nabucodonosor, pelos caldeus chamado de Assurzanipal, enquanto Herodoto o designa sob o nome de Sosduchin. O *Livro de Judith* não logrou reunir o consenso de todos: os hebraicos não o querem admitir como livro canônico, aceitando-o apenas como hagiógrafo, isto é, livro santo; os católicos, por sua vez, consideram-no canônico, como tal reconhecido pelo concílio de Nicéia; os protestantes, por seu lado, qualificam-no de romance.

Romance, livro santo ou monumento histórico, a narrativa da aventura de Judith tem origem bastante confusa, o texto de São Jerônimo tendo sido redigido uns 1.055 anos depois dos acontecimentos relatados. (O cerco de Betúlia deve ter tido lugar no ano de 669 A.C., pois só pode haver sido realizado antes da tomada de Babilônia. V. a respeito: *De la Littérature des Hébreux*, de J. B. Salgues, Ed. Dentu, Paris, 1825). O santo erudito é o primeiro, aliás, a confessar que se prendeu mais ao sentido do que à letra e que se colocou acima das dificuldades encontradas cortando tudo que lhe pareceu obscuro. Por isso existem tão grandes diferenças entre o texto grego e o latino.

Assim, tiveram os escritores e poetas que se deixaram seduzir pelo romance de Judith um simples esquema de enredo, sobre o qual puderam à vontade bordar o que lhes insuflava o estro ou a fantasia. Daí a multiplicidade das interpretações de Judith na literatura.

Ainda no seu último livro, "Amor sagrado e amor pro-

(1) O outro Papa português foi João XXI (1220-1277).

fano" (2), o Sr. Afrânio Peixoto nos deu a sua, viva, colorida e ricamente vestida por um estilo luxuriante. Na interpretação de Afrânio Peixoto, a narrativa segue fielmente o enredo milenar; o cerco de Betúlia pelo exército do general de Nabucodonosor, Holofernes, o desânimo, o desespero do povo betuliano e do seu chefe Osias, a intervenção da formosa Judith, viúva de Manassés, a sua resolução, a sua partida para o campo adverso, o seu encontro com Holofernes, a sedução que exerce sobre o guerreiro inimigo, tanto pela sua beleza quanto pela sua fala (3), o festim, a punhalada da fraca mulher prostrando o bárbaro embriagado e tirando-lhe "a vida e depois a cabeça do tronco". E a volta à noite, a surpresa e o pânico nas hostes contrárias, a vitória dos judeus, a libertação da cidade.

E o fim, as consequências, o remate, sobre os quais o livro santo silencia?

Para Afrânio Peixoto são cheios de desencantos, de amarga ironia, culminam na mais desesperadora manifestação da ingratidão humana. Durante anos, a linda viúva de Manassés (morto de insolação no afã de apressar as searas que lhe haviam dado a fortuna), retirada em sua casa, afastada do mundo, vivera em preces e jejuns na mais severa solidão. Só abandonara o retiro voluntário para auxiliar o seu povo, salvar a cidade, oferecendo-se em holocausto, sopitando os reclamos da honra, do pudor, da santidade, disposta ao sacrifício, pronta a utilizar essa arma invencível que Deus lhe dera: a formosura.

Volvera vitoriosa e pura: "Juro que o Senhor não permitiu fôsse a sua serva deshonrada... e, sem mácula de pecado, me restitui a vós para a celebração da nossa vitória" (4).

Seu povo recebe-a com universal alegria, arma-se, faz uma sortida, bate e dispersa o inimigo atônito.

(2) Ver o conto "Judith ou a gratidão do povo".

(3) Non est talis mulier super terram in aspectu, in pulchritudine et in sensu verborum. — *Judith*, XI — 19.

(4) "Judith ou a gratidão do povo".

Logo após, entretanto, “a vitória é atribuída aos sacerdotes e aos chefes, aos anciãos e aos jovens, aos homens de lei e aos cabos de guerra, e todos, alternativamente, sucessivamente, tiveram o seu quinhão de glória” (5).

Modesta e recatada, Judith refugiara-se em seus aposentos, abismada em meditações e preces.

A maldade, a inveja, a maledicência, todavia, depressa substituíam a gratidão no coração dos betulianos. “Os olhos maliciosos riam, quando a boca não comentava, numa injúria” (6).

Vem o dia da partilha dos despojos do inimigo rechasado; junta-se o povo para a distribuição. E quando vem a vez das riquezas do chefe assírio, que Osias indaga a quem cabem, a multidão, unânime, brada com escárneo:

— À viúva de Holofernes! à viúva de Holofernes!

Tal a interpretação desabusada de Afrânio Peixoto.

Em sua peça *Judith*, Jean Giraudoux toma ainda maiores liberdades, embora o enredo, a estrutura, sejam respeitados. Para salvar Betúlia, Judith se oferece e vai ter ao acampamento de Holofernes e mata-o, voltando à cidade, que assim se consegue libertar do cerco dos assírios.

A interpretação final dos sentimentos da heroína, entretanto, aqui difere. Da noite que passou com o general de Nabucodonosor, e que não foi tão inocente como no conto do acadêmico brasileiro, a viúva de Manassés traz uma recordação que não pode apagar, um quase remorso, uma saudade. É amor. Sim, matou o inimigo do seu povo, mas fê-lo por dever, porque tal era a missão que alvitara para si mesma. Matou-o com repugnância e horror; pelo chefe glorioso, forte e jovem, apaixonara-se naquela noite trágica. E, surda às bençãos e às hosanas do seu povo, recordava com tristeza e dôr a figura do guerreiro que vencera à traição.

Nesta interpretação, contrária à de Afrânio Peixoto, os sentimentos da Judith de Giraudoux vêm confundir-se com:

(5) Ibid.

(6) Ibid.

as imprecações do povo na visão do autor brasileiro. O insulto que neste lhe atiram com escárneo é naquele a realidade na alma da bela judia: viúva de Holofernes, tal ela se considera no seu silencioso sofrimento.

A história da formosa hebréia teve, entre nós, outra interpretação, que se assemelha bastante com a do escritor francês. Num curto conto, publicado em jornal, Anibal Falcão (7) mais de cinquenta anos antes de Giraudoux, dá por curiosa coincidência, um desenlace sensivelmente igual. Esse conto, hoje esquecido, parece-nos merecer transcrição. Ei-lo:

“JUDITH

(Idéia de um poema perdido)

Com o favor da noite, a viúva de Manassés atravessou o campo adormecido, e aos primeiros albos da ante-manhã divisou os muros e a baixa casaria branca de Betúlia.

Deteve-se um momento, e voltou o olhar para aquele mar intermínio de tendas, onde ficara, já agora aniquilado, o inumerável exército de Saosducheu, poderoso senhor de cem povos, dominador das regiões que vão do mar Egeu e da Scítia à terra do Egito e ao país que o Indo banha. Toda aquela fôrça, que vinha a destruir as cidades e as aldeias da Judéia e que vencera imperadores e reis, — o braço de uma simples mulher a quebrara, como a mó tritura o grão!

Mas a êste pensamento de orgulho o coração de Judith estremeceu; e, agora, gloriosa e triunfante, assaltou-a inexprimível fraqueza. Os seus pés leves, calçados de sandálias, perfumados de óleos, correram precípites na planície; as suas arrecadas de ouro tilintavam, e a aragem matinal erguia-lhe a túnica tecida de fina lã dos carneiros de Hebron...

Ofegante e quase alucinada, veio ela cair junto de uma cisterna, cavada ao pé das portas da cidade; e com a fronte em terra, de joelhos, meio oculta nos seus véus, ali quedou-se largo tempo... Ao longe soavam as trombetas do campo de Holofernes.

Perscrutador e cauteloso, um pastor seguido do seu rebanho de cabras, aproximou-se da cisterna, e reconheceu a viúva do rico Ma-

(7) Sôbre a atividade literária de Anibal Falcão (1859-1900) ver o prefácio biográfico da “Fórmula da Civilização Brasileira”, edição da Biblioteca de Sociologia e Política, Editora Guanabara, Rio, 1933.

nassés; soltou um grito de espanto e de júbilo, e correu na direção de Betúlia.

Judith, absorta cismava. Em sua mente desenrolavam-se, vivas, as cenas da noite anterior. Ela via-se a si mesma, despida das vestes de luto, coberta de jóias e toucada de flores, apresentar-se a Holofernes, a adorá-lo. Sentia cair sôbre a sua cabeça vergada para o chão o fogo do olhar do inimigo de Israel; aspirava o cheiro ativo das essências com que êle perfumara a longa barba negra penteada em tranças; e penetravam-lhe o seio os raios despedidos da sua mitra de ouro, cravejada de pérolas e iluminando-lhe a face tostada do sol...

Depois ouvia o som dos instrumentos músicos, das harpas e das flautas que alegravam o banquete. Embriagavam-na os vapores que se elevavam das taças cheias de vinho e do delicioso mel que as abelhas fabricam, e onde sobrenadavam pétalas de rosas de Engaddi...

Atordoada e cobertas as faces do rubor do pêjo, divisava, à luz frouxa de uma lâmpada de bronze, de cujos crivos saíam pálidos fulgores que listravam a púrpura da tenda, as mãos lascivas do bárbaro, que a procuravam; e ela afasta-se, esquiva e púdica, de ao pé do trono recoberto de coxins.

Havia então uma lacuna na representação dessas imagens recentes; e só as lembranças de Judith se reatavam naquele ponto em que ela, ardente de febre, se erguia, compunha as vestes, olhava em tórno de si, e via Holofernes, caído prêsa do sono, com a boca entre-aberta, pálido, cansado da orgia, tendo ao seu lado, desprendida do cinto, cravejado de diamantes, a espada pesada e curta.

A viúva de Manassés, com o movimento brusco, apanhava a arma, e, inclinandô-se sôbre o corpo do general embriagado, corta-lhe nervosamente a cabeça.

Êle debatia-se num estertor convulso; os membros agitavam-se-lhe; e da garganta aberta saíam-lhe borbotões de sangue... Ela erguia rápidamente essa cabeça agonizante, aproximava-a da lâmpada, e parecia-lhe vêr que os lábios se moviam, suave, amorosamente.

Então Judith deixara-a cair junto do corpo já morto; alimpara nas brancas vestes festivas as mãos ensanguentadas, e saíra da tenda, donde se afastara, atravessando o campo adormecido.

Mas neste ponto da sua meditação, Judith ouviu que subiam ao céu, dissonantes e discordes, duas enormes massas de gritos, de cânticos, de sons desconhecidos. Uma vinha do campo de Holofernes, com fragor de ciclone, áspera e lúgubre, ululante, raivosa e carpidora; a outra partia de Betúlia, era jubilosa e festiva, litúrgica, solene. Ela voltou-se para a cidade, e viu uma longa procissão de donzelas, precedidas de levitas e seguidas de todo o povo. O seu nome era repetido entre os hinos sagrados.

Confusa e a passo demorado Judith foi na direção dos que saíam de Betúlia; e, quando se encontraram, rojou-se em terra, para adorar o Deus de Moisés. Mas entre as aclamações do povo, os cânticos das virgens e as cerimônias dos sacerdotes, que dansavam conforme os sagrados ritos, a que vencera o exército de Saosducheu, em vão se esforçava por dar graças a Jeová Todo Poderoso. E agora aquelas aclamações punham-na, porque em seu coração viúvo desde que morrera Manassés, alevantava-se a imagem de Holofernes, radiante de beleza e de fôrça varonil.

E na heróica libertadora do seu povo gemia como um remorso a glória de haver morto o general inimigo; porque acima de Eloim estava o seu pobre coração — duas vezes viúvo e yúvo para sempre.

As harpas ressoavam; mas Judith não ouvia senão a voz de Holofernes pedindo-lhe em língua estrangeira, desconhecida para a filha de Betúlia, o que a sua formosura parecia prometer — o amor, ao que ela respondera cruelmente dando morte traiçoeira e ignominiosa ao invicto e generoso guerreiro persa!

Aníbal Falcão.”

Ai estão três visões de Judith, de três autores diversos, separados pelo tempo e pelo espaço. Haverá outras, nas literaturas do mundo.

Mística, ferida na sua santidade; patriótica, só impelida pelo ódio ao inimigo; apaixonada, de súbito conquistada, guardando em si uma indelével recordação; sentimental, perseguida pelo remorso de haver morto aquele que lhe votara um repentino amor, Judith pode ser tôdas essas mulheres, e outras ainda, sendo sempre Judith.

OS DRAMAS DE SHELLEY E GONÇALVES DIAS SOBRE BEATRIZ CENCI

EUGÊNIO GOMES

O drama *Beatriz Cenci*, de Gonçalves Dias, é considerado como um simples ensaio de mocidade porque escrito quando o poeta estava ainda em seus vinte anos.

Sua única notoriedade reside no fato de haver sido impugnado pelo Conservatório Dramático sob a alegação principal de conter graves defeitos de linguagem, o que levou o autor a confundir os seus censores lançando-lhes à face as *Sextilhas de Frei Antão*.

Não se conhece o teor da impugnação, mas o depoimento, a êsse respeito, de Antônio Henriques Leal esclarece que o lado moral do enredo influiu também no espírito dos aristarcos da censura teatral para excluir da cena brasileira o drama de Gonçalves Dias. "Descobriram-lhe mil defeitos de linguagem e galicismos imperdoáveis, na essência immoralidades em barda e na forma muita inverossimilhança. Magoou-se Gonçalves Dias dêste juízo na parte concernente aos galicismos, êrros de linguagem e de estilo; porque prezava-se de purista e jurou *in petto* despicar-se" (1).

Apesar de sua indignação pelo reparo sôbre a linguagem e o estilo, Gonçalves Dias retocou posteriormente a sua peça, com o que cedeu de qualquer modo às razões da censura.

O Conservatório Dramático não negava licença por tão pouco para a representação teatral. Dentre os documentos

(1) *Pantheon Maranhense*, vol. III, pg. 88.

dessa extinta instituição que tivemos sob as vistas, no Arquivo Nacional, encontra-se um officio em que, da parte do Imperador, é dada uma interpretação definitiva do regulamento para a applicação da censura. O texto que interessa mencionar é o seguinte: "E O Mesmo Augusto Senhor Manda declarar a Vm. que achando-se aprovados pelo Govérno os artigos do Regulamento, pelos quais se rege o Conservatório, a censura dêste deve versar sôbre todos os pontos comprehendidos nos referidos artigos: sendo a sujeição ao julgamento do Conservatório só obrigatória, quando as obras censuradas pecarem contra a veneração à Nossa Santa Religião, contra o respeito devido aos Poderes Políticos da Nação e às Autoridades Constituídas, e contra a guarda da moral, e decência pública: nos casos porém, em que as obras pecarem contra a castidade da língua, e aquella parte que é relativa a ortoépia, a sujeição só pode ser voluntária, devendo o Conservatório nestes dois últimos casos notar os defeitos, mas não negar a licença."

Gonçalves Dias estava, aliás, certo de que, mesmo retocada, sua peça continuaria a ser objeto de repulsa por parte dos guardiães da moral pública ou official do seu tempo, por sinal, numa carta, dizia êle, então a braços com o drama *Leonor de Mendonça*: "Estou fazendo uma duquesa de Bragança muito bem comportada e grave, tanto que nem um frade de S. Domingos seria capaz de condená-la ao fogo, quanto mais os censores do Conservatório." Submetido à censura, o drama obteve lisongeira aprovação. No prefácio à peça, e verdadeiro desabafo contra a mesma censura que lha aprovou, refere-se Gonçalves Dias à luta que o artista precisava sustentar contra os preconceitos da censura nacional que não admitia a liberdade de pensamento no drama.

Como quer que seja, o drama romântico de Gonçalves Dias só tem sido visto até aquí exclusivamente por seu aspecto exterior.

Conquanto a correção da forma seja o argumento com que se procura sistematicamente exaltar o cantor de *I-Juca Pirama* em detrimento de outros grandes poetas brasileiros

do século passado, não é somente por esse aspecto que o seu drama sobre Beatriz Cenci deve ser visto.

O fato em que se inspirou esse drama apresenta várias versões e a história só ultimamente as pôde condensar numa resenha inflexível.

Em consequência, o que deve sobretudo interessar no drama inicial de Gonçalves Dias é a interpretação dos caracteres e a maneira como os acontecimentos foram nele representados.

Embora escrito em plena mocidade e justamente quando o romantismo estava em seu esplendor, a justificar tôdas as audácias, o poeta tomara por base um tema cuja transposição para a cena exigia muito tacto.

Mais do que o manejo da língua o do tema é que, no caso, parece constituir a pedra de toque do valor da peça.

Gonçalves Dias era um artista que se distinguia pela nobreza dos seus sentimentos, sendo óbvio concluir que ninguém melhor indicado que o lírico de *Ainda uma vez — Adeus* para dramatizar a história monstruosa dos Cenci sem correr o risco de chocar brutalmente o público.

Mas, ainda assim, custa a acreditar que haja escolhido esse tema com outro propósito que não fôsse o de resgatar um tributo de mocidade às tendências literárias da sua época, como quer, aliás, um dos seus críticos, o prestimoso Antônio Henriques Leal.

De qualquer modo, Gonçalves Dias deu prova de grande audácia transplantando para o teatro brasileiro aquele terrível drama italiano de século XVI que teve por epílogo um parricídio.

O tema não era, francamente, daqueles que poderiam ser tratados sem a idéia preconcebida de condenação ou defesa.

Como veremos adiante, Shelley que foi o primeiro poeta a fixá-lo numa peça dramática, apesar de suas afirmações em contrário, traiu na escolha um interesse político ou simplesmente metafísico que o impediu de dramatizar os fatos com a declarada isenção de ânimo.

Com os partidos de opinião que, de um lado, procuravam rehabilitar, a todo o transe, Beatriz Cenci, transformando-a em mártir, e, do outro, se cingiam à evidência dos fatos apresentando-a à execração pública como uma criminosa do pior estôfo, a imparcialidade tornara-se difícil, senão impossível.

Se o aspecto religioso ou político da tragédia, envolvendo a Igreja e, particularmente, o Vaticano, podia ser contornado, não havia entretanto como atenuar a feição tenebrosa do parricídio.

Estadeando-se no plano emocional, a defesa de Beatriz perante os seus juizes, embora produzida da maneira hábil e calorosa, não conseguiu eximi-la da pecha inapagável desse crime.

Por consequência, não era sem razão que Francesco de Sanctis, ocupando-se do romance *Beatrice Cenci*, de F. D. Guerrazzi, publicado em 1854 (2), assinalava o dilema a que o romancista se expusera convertendo sua heroína em objeto de amor e admiração: confessar e justificar o delito ou negá-lo. Colocado entre as duas pontas do dilema, Guerrazzi adotou aquela para a qual o impeliu a sua preocupação de rehabilitar Beatriz. Disto resultou aparecer a jovem, na sua narrativa, até como tendo salvo o pai duas vezes da morte. Viu-se Beatriz, dêsse jeito, com surpresa de todos, inesperadamente aureolada de uma bela virtude que não possuiu: a abnegação filial.

A idealização generosa de Guerrazzi não fôra, contudo, inteiramente gratuita; havia nela a pulsação latente de reações psicológicas que remontam à época da decapitação de Beatriz. Já por se tratar de uma figura feminina, já por haver legado haveres de vulto a instituições pias, a jovem parricida despertara simpatias populares que, com o andar dos tempos, deram um curso indulgente e benévolo à legenda que lhe perpetuou o nome. Mas quando a sua cabeça já se nimbava quase da auréola de santidade, a divulgação de algumas peças, até então ignoradas, do processo a que

(2) *Saggi Critici*, vol. I.

ela respondeu, fê-la ressurgir à luz da verdade intratável dos fatos. Desde então, a história começou a desferir golpes contra a lenda magnânima e à medida que esta veio perdendo terreno, a defesa de Beatriz se foi tornando cada vez mais insustentável. Como, entretanto, nem tudo se esclareceu inteiramente e, em tôrno da tragédia dos Cenci, ainda subsiste algo de mistério e dúvida justamente em relação a Beatriz, é compreensível que a criação artística seja conduzida por êsse tema a direções imprevisíveis.

Mas, não há dúvida de que, qualquer que seja a direção tomada, o artista terá diante de si, a obrigá-lo quando nada a uma definição implícita de propósitos, o dilema invocado por De Sanctis.

*

Por interessante coincidência, Percy Bysshe Shelley e Antônio Gonçalves Dias, dois grandes poetas representativos de seus países, escolheram a lenda dos Cenci para a estréia, o primeiro, na tragédia, e o segundo, no drama. Não ficou somente nisto a coincidência: ambos escreveram as suas peças quando se encontravam no estrangeiro: Shelley, na Itália; Gonçalves Dias, em Portugal. Finalmente, as duas peças tiveram a mesma sorte impugnadas que foram pela censura teatral nos países de origem dos seus autores.

O poeta inglês tinha vinte e sete anos e, o nosso, vinte e um anos de idade quando empreenderam essa ousada iniciação artística.

Conheceria Gonçalves Dias a obra de Shelley? Parece que não, pelo menos na época em que escreveu a sua primeira peça. É lícito mesmo admitir-se que a sugestão desta tenha resultado de contacto direto com a literatura italiana ou francesa. O fato é que o nosso poeta não se imolou à criação de Shelley, ao contrário do dramaturgo italiano G. B. Niccolini que, já autor de várias peças, preferiu traduzir *The Cenci*. A exemplo desta, a peça de Gonçalves Dias se caracteriza pelo cunho individual, o que torna singularmente interessante um confronto entre ambas. É o que passaremos

a fazer para salientar antes as discrepâncias que as analogias porventura existentes entre as duas peças. Afim-de que se possa ter uma idéia do desenvolvimento do tema através do jôgo cênico, faremos preceder a nossa ligeira análise de um resumo do enrêdo de cada peça, a começar pelo drama *Beatriz Cenci*, de Gonçalves Dias.

ATO I — *Personagens*: Beatriz Cenci — Lucrécia Petroni — Francisco Cenci — Paulo. A cena se passa no castelo de Rocca Petrella no ano de 1598, entre Nápoles e Roma. Sala modestamente mobiliada. *Cena I* — D. Francisco, inquieto e preocupado, submete Paulo a um interrogatório sôbre o desconhecido que êle dissera ter visto, de noite, a descartar ao pé da janela de Beatriz; e, finalmente, determina que o mordomo siga a pista do amante da filha. *Cena II* — Diálogo entre Lucrécia e Beatriz. Esta se refere ao destêrro, a que estivera condenada e durante o qual seu pai não lhe parecia tão bom como agora. A conversa descamba para o amante de Beatriz, Mársio, cujo vulto Paulo vira ao pé de sua janela. Lucrécia faz-lhe ver que D. Francisco poderá mandar matá-lo e oferece o seu próprio aposento para os dois amantes se encontrarem nele. Beatriz passa a falar sôbre os saraus do castelo que a deixaram deslumbrada lastimando que a madrasta não estivesse presente. Lucrécia adverte-a do perigo que existe nesses saraus e recomenda a Beatriz que se acautele do pai. *Cena III* — Aparece D. Francisco. Beatriz lança-se em seus braços e, ingenuamente, revela ao pai o conselho da madrasta. Cenci encara com severidade a mulher e passa a entreter a filha retendo-a nos braços, pegando-lhe nas mãos e dizendo-lhe palavras amorosas. *Cena IV* — Com a retirada de Beatriz, D. Francisco passa a alterar com a mulher e ameaça encarcerá-la. *Cena V* — Apresenta-se Paulo a D. Francisco para avisá-lo que vem executar as suas ordens. *Cena VI* — Saindo Lucrécia, o mordomo diz a D. Francisco que é de Mársio o vulto que estava ao pé da janela de Beatriz, acrescentando que êle se acha no momento na câmara de Lucrécia. D. Francisco mostra-se grato ao mordomo pela comunicação.

ATO II — *Personagens*: Os mesmos, e Mársio. Cenário: um aposento mais luxuoso que o do 1.º ato. *Cena I* — Diálogo entre Beatriz e Mársio, em que êste por fim declara estar decidido a pedí-la a D. Francisco. *Cena II* — Entra

Lucrécia a quem Mársio se mostra reconhecido por ter facilitado sua entrevista com Beatriz. Esta sai. *Cena III* — No correr da conversa, que entretêm a sós, Lucrécia manifesta a Mársio o seu receio de que D. Francisco não lhe conceda a mão da filha. Batem à porta e Lucrécia faz Mársio entrar no seu oratório; mal fecha a porta, dá com o marido. *Cena IV* — A conversa inicia-se como se nada houvesse acontecido. A princípio, aparentemente despreocupado, mais tarde irônico, por fim irritado, D. Francisco conduz a conversa até à altura em que fingindo querer entrar no oratório acusa a mulher de ter lá escondido o seu amante. Lucrécia jura não ter amante, mas D. Francisco persiste na sua afirmação e chama alto pelo mordomo. *Cena V* — Entra Paulo. Lucrécia diz para o marido que está resolvida a fazer o que êle quiser. D. Francisco dá-lhe o braço e pede a chave do oratório. Lucrécia lh'a entrega e Francisco Cenci, voltando-se para o mordomo, ordena que êle procure deixar fora dos muros do castelo, são e salvo, o cavalheiro que lá se encontra.

ATO III — *Personagens*: Os mesmos, mais: Letitia, o Abade Olímpio, os cavalheiros Steno, Strozzi, Montano, Leoni e Visconti, um pagem, máscaras, outros cavalheiros e damas. Cenário: um toucador. *Cena I* — Letitia dá o último remate ao penteado de Lucrécia para o sarau que se realiza no castelo, enquanto conversam, e sai. *Cena II* — Lucrécia, sòzinha, monologa, revoltada com os saraus do marido, onde sente que é preciso esconder o rosto, sob a máscara, para que o sangue não rebente das faces à fôrça de vergonha. *Cena III* — Letitia volta trazendo uma máscara que entrega a Lucrécia e sai, de novo. *Cena IV* — Entra um pagem, e entrega-lhe uma carta da parte do seu irmão, o Abade Petroni, e sai. *Cena V* — Outra vez sòzinha, Lucrécia expande a sua indignação contra o marido. *Cena VI* — No salão em festa, os cavalheiros Steno, Strozzi, Montano e Leoni dialogam entre si, ligeiramente, gabando o esplendor do sarau. *Cena VII* — Entra Visconti e o diálogo se prolonga. Passam a se ocupar com interêsse de Beatriz, todos empenhados em identificá-la entre as damas mascaradas. *Cena VIII* — Disfarçada, Lucrécia atravessa a cena e os cavalheiros supõem ser Beatriz. *Cena IX* — Surgem D. Francisco e Beatriz; a quem Visconti após dirigir algumas palavras de exaltação beija a mão e manifesta o desejo de dançar com ela, mas D. Francisco atalha o convite dizendo-lhe que a filha já tem par: êle próprio.

Cena X — Lucrécia e o Abade Petroni conversam à parte condenando a festa que presenciaram. Lucrécia faz ver ao irmão que fôra arrastada à festa para, sem o querer, ajudar Cenci a deshorrar sua filha. Petroni acha que a irmã calunia o marido. Lucrécia alude aos maus tratos que o marido lhe inflige e às suas terríveis e criminosas intenções, dizendo-lhe por fim que deseja ser vingada. Petroni promete entender-se com o Papa e pedir um divórcio em seu nome, mas afinal parece esquivar-se dela, o que leva Lucrécia a chamá-lo covarde e a romper com êle. *Cena XI* — Entra Beatriz desgrenhada e correndo, estando a cena quase às escuras, e lança-se nos braços de Lucrécia, que já se encontrava só, escondendo o rosto e a dizer que estava perdida. A madrasta incita-a a vingar-se, mas Beatriz, afastando-se, declara não poder vingar-se de seu pai.

ATO IV — *Personagens*: Lucrécia — Beatriz — Francisco Cenci — Mársio — Um pagem. Cenário: o mesmo aposento do 2.º ato. *Cena I* — Diálogo entre Lucrécia e Beatriz, esta deitada numa otomana e, aquela, sentada numa cadeira. Lucrécia incita novamente a moça à vingança. Beatriz resiste a essa idéia e, a uma referência a Mársio, exalta-se, caindo de joelhos, e suplicando que não lhe falem nele. Após, levantando-se em delírio fala como se estivesse diante dele e vai como para lançar-se nos braços de alguém quando entra D. Francisco. *Cena II* — Beatriz recua e cai na otomana, enquanto Francisco e Lucrécia altercam um com o outro. *Cena III* — Lucrécia já não está. D. Francisco fala brandamente a Beatriz; esta, reanimando-se, pede ao pai que a faça recolher ao aposento estreito e feio em que estivera antes degredada dentro do próprio castelo, para que não seja obrigada a estar na sua presença como um criminoso no pelourinho. Confessa em seguida ao pai que gosta de outro homem. D. Francisco mostra-se indignado, chama-a de maldita e se admira que ela tivesse o arrôjo de lh'ó dizer em plena face. *Cena IV* — Um pagem vem dizer a D. Francisco que Mársio deseja falar-lhe. Beatriz levanta-se para sair, mas o pai a detem. O pagem sai. *Cena V* — Novamente sós, o pai pergunta à filha se é de Mársio que ela gosta. Beatriz responde que não afirmara ser Mársio o seu amante, mas quando D. Francisco replica, ela pede que êle lhe crave o punhal no coração antes de levantar o braço contra Mársio. *Cena VI* — Entra Mársio e a seguir diz a que veio: pedir a mão de Beatriz. D. Francisco mostra-se entre esquivo e severo, até que, a uma insi-

nuação dêle sôbre a sua desgraça, Beatriz desabafa confessando o que lhe sucedera e incriminando com indignação a conduta do pai. Mársio chega a levar a mão à espada para se bater com D. Francisco, mas o cinismo dêste o dissuade da luta, que reputa indigna e finalmente sai. *Cena VII* — Vendo sair o moço, D. Francisco exclama que já estava marcado o lugar onde lhe faria estalar a vida.

ATO V — *Personagens*: D. Francisco — Mársio — Paulo — Lucrécia — Beatriz — Letítia — Criados. *Cenário*: Um aposento com 3 portas de fundo, etc. *Cena I* — Paulo, sôzinho, monologa sôbre os vinte mil sequins com que Beatriz prometeu remunerá-lo. *Cena II* — Entra Beatriz e o encarrega de abrir a porta do parque e conduzir à antecâmara um vulto todo de negro que encontrar lá fora; em troca, o mordomo ganhará os vinte mil sequins e poderá retirar-se para Veneza. Beatriz confessa-lhe que fugirá também essa noite com o vulto que êle vai fazer entrar no castelo, mas após levar D. Francisco a dormir com um pouco de ópio. *Cena III* — Sôzinha, Beatriz monologa dizendo que teria perdoado tudo a seu pai se êste não a houvera feito corar diante de Mársio. *Cena IV* — Diálogo entre Lucrécia e Beatriz, em que esta revela o seu intento de extinguir essa noite a vida do pai, mostrando o vidro de ópio à madrastra. Lucrécia faz-lhe uma recomendação para que a dose seja fatal. *Cena V* — Paulo conduz o vulto todo de negro, dando-lhe instruções para se locomover sem perigo no aposento. *Cena VI* — Mársio descobre-se e, sôzinho, monologa exprobando o procedimento de D. Francisco e jurando vingar Beatriz. Por fim, entra em outro aposento. *Cena VII* — D. Francisco, Beatriz e Letítia entram quando os criados estão colocando velas sôbre a mesa. Saem êstes, e em seguida, Letítia, ficando apenas D. Francisco e Beatriz. Esta finge corresponder à efusão com que o pai lhe fala, gabando-lhe os encantos e prometendo-lhe dias felizes. *Cena VIII* — Na ausência de D. Francisco, que saiu para voltar em seguida, Beatriz lança o conteúdo do vidro de ópio que trazia no seio num dos copos de vinho que estão sôbre a mesa, ufanando-se de não lhe tremer a mão nesse ato. *Cena IX* — Entram D. Francisco e Lucrécia e, juntamente com Beatriz, sentam-se à mesa e começam a cear. Afinal, D. Francisco bebe uma, duas vezes, enquanto Beatriz dedilha uma harpa; após alguns instantes, levanta queixando-se de estar sentindo forte sono e dirige-se para o seu aposento, cuja porta Lucrécia fecha. *Cena X* — A sós as duas, Lucrécia

diz a Beatriz que fôra ela que o matara explicando-lhe que o vidro em que dissera conter ópio, continha outro tóxico. Ouve-se um grito. Um vulto negro assoma à porta. Lucrécia afasta-se para um lado da cena. *Cena XI* — Beatriz exclama: Êle está morto! julgando ser Mársio e o pai embuçado descobre o rosto deixando cair o manto. D. Francisco confunde a mulher e a filha fazendo-lhes ver que o plano do seu assassinio falhara. Após uma breve altercação com Lucrécia leva a mão ao punhal para a matar. Lucrécia forceja por se desprender do marido que, afinal, a apunhala e cai ao seu lado cedendo à ação do tóxico.

Pelo visto, na peça de Gonçalves Dias, Beatriz se comporta inicialmente como uma jovem ingênua que, não obstante os conselhos da madrastra, se deixa embair com a linguagem suspeita do pai. Êste lhe fala e a acarinha, como um amante apaixonado, sem que ela dê nenhum sinal de compreender a sua intenção negregada. Entretanto, com o seu namorado, Beatriz não se mostra tão ingênua em coisas de amor como se pode deprender dêste diálogo:

Beatriz — E sabes tu, Mársio, que eu tinha medo de conversar contigo!

Mársio — Medo! de que?

Beatriz — Sei-o eu!... Tinha medo! parecias-me um homem tão sério, que eu me arreceiava de não estar contigo à minha vontade.

Mársio — Então, Beatriz, também eu me arreceio de que em breve te desgostes de mim, porque não possa ser jovial.

Beatriz — Eu! porém eu gosto de ver-te assim, Mársio; gosto muito.

Mársio — Muito?

Beatriz — Muito. Pareces-me assim muito melhor do que quando vinhas cantar debaixo de minhas janelas. E que lindo que era o romance que me cantavas!

Mársio — Achaste-o lindo!

.....

Beatriz — (esquivando-se) Mársio, como tu és belo! como tens gentil presença, meu Mársio! Senta-te. Deixa-me ver bem o teu rosto; — andava sequiosa por t'o ver bem de perto. (Encarando-o) Como tu és belo! que negros que

são os teus cabelos! (Concertando-os) Quero anelar-t'os bem anelados em roda da tua cabeça... Ah! não olhes para mim, que se me olhares..." (3).

Consumado o ultrage paterno, é Lucrecia quem incute no espirito ainda desprevenido e indeciso de Beatriz o pensamento de vingança. Quando Beatriz revoltada deixa entrever-lhe esse pensamento, Francesco Cenci replica: "Como hei de acreditar o crime numa alma tão inocente como a tua?" (4). Mesmo depois de haver assentado o plano de vingança, ainda se expande dêsse modo, em relação a seu pai:

"Eu lhe perdoaria tudo! Eu lhe perdoaria a minha des-honra — o meu futuro sem esperança — e a condenação de minha alma, que depois dessa noite fatal não pôde ter um pensamento de piedade nem de resignação. Mas por que me obrigou êle a corar diante de Mársio, — de meu nobre Mársio que eu tanto amava, que ainda amo tanto? Eu queria morrer —, já estava resolvida a isso; porém quisera que o meu Mársio se fôsse ajoelhar sôbre a minha sepultura, e alí orasse por mim; por mim que tanto o amara, e que morrera porque já o não podia amar! Que lhe respondesse êle: não quero; e eu rasgaria a sentença da sua condenação, e depois quando dentro da minha alma eu lhe houvesse perdoado, porque não queria ir para o céu com um pensamento de vingança, — eu me deitaria resignada sôbre a minha sepultura, esperando que a morte me levasse da vida. Mas êle não o quis assim! Insensato! Insensato!" (5).

À execução da vingança, Beatriz se transfigura completamente. Enquanto procura entreter o pai afim de fazê-lo beber o vinho envenenado, Beatriz se conduz com êle como uma amante ladina, dando-lhe a entender fingidamente que obedeceria daí por diante a todos os seus caprichos. Quando Francesco Cenci, já tendo ingerido o vinho, descobre o plano engendrado contra a sua vida e insinua ter assassinado Mársio, Beatriz se penitencia, intimidada e humilde, da intenção de exterminá-lo dizendo-lhe:

(3) Id., cit., Ato II, cena I.

(4) Id., cit., Ato IV, cena III.

(5) Id., cit., Ato V, cena III.

“Quis Deus que vos salvásseis; o que êle faz é bem feito; eu me arrependo do que intentei fazer; do fundo do coração, do fundo d'alma, eu me arrependo de o ter querido fazer... Mas vós, Senhor, vós, — cavalheiro, valente e nobre... não... não o matastes, dizei-o — dizei-o que esta incerteza me sufoca. (6).

Embora nessa altura Francesco Cenci passe a falar violentamente chama-lhe ainda: “Minha doce Beatriz”, declarando ter sido sempre humilde para com ela como um cão. Quando a filha lhe pede que a mate, Cenci, já muito próximo do estertor final, responde-lhe vivamente: “Não! Posso eu viver sem ti?” Enfim, toda a cólera de Francesco Cenci é descarregada unicamente contra Mársio e Lucrécia. Beatriz ficará sendo para êle até o derradeiro momento uma “pobre abelha sem dardo” que, querendo lutar, acabara vencida.

Na interpretação de Gonçalves Dias o caráter de Francesco Cenci despiu-se da irritabilidade agressiva que a lenda lhe empresta para se notabilizar antes por um cinismo lisongeador e pérfido; enquanto Beatriz atravessa quase toda a tragédia como uma criatura naturalmente meiga e débil de vontade, o que concorre para que Lucrécia apareça mais rija de ânimo, uma vez que sem ela, sem as suas insinuações, sem a sua participação no plano de extermínio do marido, o ultrage infligido por Francesco Cenci à sua própria filha não teria sido vingado. Essa Beatriz, manifestamente idealizada, não estaria muito longe de merecer a auréola de “angiolo di martirio” com a qual certa posteridade liberal ou antes puramente sentimental procurou redimi-la de toda a culpa. Entretanto, uma das versões da lenda dos Cenci assinala Lucrécia como sendo uma criatura “sciocca e molle” mais inclinada a queixas do que à ação, ao passo que confere a Beatriz uma natureza sensual e forte, mostrando-a em permanente rebeldia contra o pai de cuja paixão incestuosa se desembaraçou finalmente com a ajuda de um irmão e do amante, Olímpio Calvetti. Quanto

(6) Id., cit., Ato V, cena XI.

a Francesco Cenci tôdas as versões são unânimes em representar como um homem imperioso, cruel e violento.

*

No prefácio à sua famosa tragédia, menciona Shelley a versão em que se inspirou. “Na minha excursão pela Itália — conta êle — mostraram-me um manuscrito, copiado dos arquivos do Palácio dos Cenci em Roma, contendo a narração detalhada dos horrores que culminaram na extinção de uma das mais nobres e das mais ricas famílias dessa cidade durante o pontificado de Clemente VIII, no ano de 1599. Eis a história: Um velho, após ter passado a sua vida na devassidão e na perversidade, acabou por conceber um ódio implacável contra os seus próprios filhos, ódio que se manifestou a respeito de sua filha sob a forma de uma paixão incestuosa, agravada por tôda sorte de crueldades e violências. Essa jovem, após ter por muito tempo tentado inútilmente escapar àquilo que ela considerava um opróbrio inapagável para o seu corpo e para a sua alma, compactua, enfim, com a sua madrasta e com o seu irmão, a morte do tirano comum. Levada a tão terrível extremo em obediência a um impulso mais forte que o seu horror, a jovem era por certo uma criatura encantadora e adorável, feita para agradar e para ser admirada, porém violentamente desviada de sua índole pelo império das circunstâncias e da opinião pública. A conspiração foi prontamente descoberta; e, mau grado os apelos constantes dirigidos ao Papa pelas mais altas autoridades de Roma, os culpados foram submetidos à morte. O velho, durante a sua vida, tinha, em várias emergências, comprado ao Papa o seu perdão para crimes capitais, de inenarrável enormidade, ao preço de cem mil corôas, sendo difícil atribuir ao amor da justiça a morte de suas vítimas.”

Passando a justificar a razão de sua escolha, declara Shelley que teve a revelação de que havia um assunto verdadeiramente talhado para o drama na história dos Cenci pelo interesse que êle provocara, não já na Itália mas universalmente.

Quando ouvido a respeito, Byron, que já era autor de *Parisina*, discordou dessa opinião...

Procura Shelley em seguida justificar-se da idealização dos acontecimentos lembrando que a representação dêles sôbre a cena, em toda a sua brutalidade, seria intolerável. Quanto à finalidade de sua peça explica que o fim moral mais elevado a que se poderia propor a alta tragédia era a de ensinar o coração humano, por sua simpatias e antipatias, a se conhecer a si mesmo, porque, na medida progressiva da aquisição dêsse conhecimento é que o ser humano se torna melhor. Cingindo-se a êsse princípio, Shelley condena o ódio e o espírito de vindicta, mas acrescenta: "Se Beatriz tivesse pensado assim, teria sido mais sábia e melhor; porém não teria sido nunca um caráter trágico." Afirma que, tendo procurado representar os caracteres como provavelmente êles foram, diligenciou evitar o êrro de transformá-los em personificações de seus próprios conceitos do bem e do mal às expensas da tragédia romana. Devido à sua condição de ateu, Shelley julgou-se no dever de frisar também que êsses caracteres foram representados como católicos e católicos profundamente convictos. Estendendo-se a falar sôbre a religião católica diz êle que, na Itália, essa religião estava mesclada a toda a trama da vida, mas sem constituir um freio ou uma regra de conduta moral. Essa generalização tinha por base o caso de Francesco Cenci que foi, a um tempo, devoto e celerado, sem chocar a fé estabelecida. Embora voluntariamente levada à idealização dos fatos, com o que ficara naturalmente habilitado a dar largas à sua maravilhosa imaginação, Shelley acentua que teve o máximo cuidado em evitar a introdução da poesia pura no seu drama. Confessa, entretanto, que teve de abrir mão às vezes dêsse propósito; uma delas na descrição que Beatriz faz do abismo em que seu pai deveria succumbir e cuja idéia declara ter colhido de uma passagem da peça "*El Purgatorio de San Patricio*", de Calderón de La Barba, "o único plágio — confessa — que cometi intencionalmente em tôda a peça".

No seu comentário sôbre o drama, conta Mary Shelley

que a imaginação do poeta ficara fortemente excitada quando êle teve conhecimento da história dos Cenci e percorreu os palácios Colonna e Doria, onde se encontrava um retrato de Beatriz (7).

Shelley que não confiava no seu talento para a tragédia, insistiu a princípio com Mary para que ela fixasse nesse gênero a tremenda história. Com a recusa e o estímulo da mulher, o poeta decidiu-se finalmente a tomar essa obra a si e escreveu *The Cenci*. O casal vinha de perder um filho e, deixando Roma, refugiara-se numa vila próxima do Monte Nero, onde foi escrita a parte principal do drama. Segundo o testemunho de Mary Shelley o sentimento da perda do filho dominava o espírito do poeta quando êste fez Beatriz falar ao Cardeal Camilo sôbre

*"That fair blue-eyed child
Who was the lodestar of your life..."*

Refere Mary Shelley que, acabada a peça, o poeta ficara ansioso para vê-la ou sabê-la representada. Na carta dirigida neste sentido a um amigo residente em Londres, Shelley procurou neutralizar previamente a impressão repulsiva que a simples menção do caso de Beatriz Cenci pudesse causar, assegurando que havia conduzido a matéria com a maior delicadeza. Apesar disto, o drama de Shelley foi recusado. E para se avaliar a extensão da repulsa britânica a essa obra, cuja primeira edição saiu na Itália, basta recordar a seguinte opinião emitida na época pela *Literary Gazette*: "nem daqui a cem anos se verá um livro tão cheio de corrupção, impiedade e infâmia."

Essa condenação tornou claro que Shelley se antecipara intrêpidamente à época em que o teatro inglês abriu enfim

(7) Não somente Shelley, mas também Stendhal e Taine descreveram a misteriosa jovem de turbante da tela atribuída a Guido Reni e existente na Galeria Barberini, em Roma, como sendo Beatriz Cenci, em conformidade com a tradição formada a êsse respeito. Está provado, porém, que essa tradição encampava um êrro, visto não ser de Beatriz aquele retrato, e sim, de uma rapariga samaniana. E o que esclarece documentamente Corrado Ricci, na sua obra *Beatrice Cenci* (Fratelli Treves — Milão — 1925).

as suas portas às “unpleasant plays” de Bernard Shaw. Mas vamos resumir o entrecho de *The Cenci*.

Personagens: O Conde Francesco Cenci — Giacomo e Bernardo, seus filhos — O Cardial Camilo — O Príncipe Colonna — Orsino, prelado — Savella, legado do Papa — Olímpio e Mársio, assassinos — Andréa, serviçal do Conde — Nobre, Juizes, Guardas, Serviçais — Lucrécia, mulher do Conde e Beatriz, sua filha.

ATO I — Num aposento do Palácio Cenci. *Cena I* — Diálogo entre o Cardial Camilo e Cenci sôbre o tributo imposto a êste pelo Papa de um terço de suas terras. O Cardial sai e o Conde manda o criado Andréa dizer a Beatriz que o espere no seu aposento, à meia noite, e só. *Cena II* — No jardim do palácio, Beatriz e o Padre Orsino conversam. Orsino lembra a Beatriz que ela antes lhe afirmara que o amava. Beatriz lembra-lhe que êle agora é padre e não lhe deve falar de amor. Responde-lhe Orsino que poderá obter permissão do Papa para se casar, mas Beatriz pede que não fale de amor, declara que o ama como a um irmão e, em seguida, passa a falar sôbre a festa que o Conde dará à noite para celebrar as novas recebidas sôbre os filhos que estão em Salamanca. Beatriz refere-se ao rancor secreto do pai por seus filhos, mostra-se indignada com a sua hipocrisia, lastima-se de ser filha de tal pai e conta que êste lhe impôs e à sua madrasta o comparecimento à festa. Beatriz sai e Orsino monologa achando que a moça exagera a respeito do pai. *Cena III* — Banquete num salão do Palácio. Cenci proclama, perante os seus convivas, estar agradecido a Deus por terem morrido os seus filhos, em concordância com os votos que lhe formulara neste sentido e passa às mãos de Beatriz as cartas de Salamanca portadoras dessa notícia para que ela as leia à sua madrasta. Lucrécia desmaia, sendo apoiada por Beatriz. Há espanto e confusão geral entre os convivas; alguns se retiram, interrompendo-se o banquete. Beatriz fala com exaltação dirigindo-se aos presentes e por fim diretamente ao pai concitando-o, indignada, a retirar-se do convívio humano. Cenci desconcertado com a objuratória da filha dá por finda a festa e os convidados se retiram. Quando sai o último conviva Cenci dirige-se irritado à filha, a quem chama de víbora pintada e, dizendo-lhe conhecer o sortilégio que a tornará branda e mansa, ordena que ela saia de suas vistas. Em seguida, faz encher pelo

criado um copo de vinho e levá-o à boca, declarando que vai bebê-lo como se fôsse o sangue de seus filhos.

ATO II — Um aposento no Palácio Cenci. *Cena I* — Lucrécia aconselha a Bernardo que não chore. Entra Beatriz e indaga, com precipitação, se o pai havia passado por ali. Apela para Deus suplicando-lhe que a não abandone; conta que acabara de ver o pai e que êste mantinha o sobrecenho carregado para os outros enquanto sorria para ela como na noite anterior. Entra um criado e diz a Beatriz que o Conde o encarregara de comunicar-lhe que o Santo Padre tinha indeferido a sua petição sem abrí-la e passa às suas mãos um papel (Beatriz tinha impetrado a proteção do Papa). A moça empalidece, desanimada. Quando o criado sai, Lucrécia e Bernardo insistem em saber o que se passara entre ela e o pai, após a última festa. Beatriz esquiva-se de confessar a verdade. Lucrécia lembra-lhe que ela ainda poderá encontrar marido, ao que a moça pede que não lhe fale em casamento. Mostra-se grata à madrasta dizendo-lhe que nela encontrara uma verdadeira mãe. Entra Cenci, inesperadamente e dirige-se a Beatriz determinando-lhe em tom imperativo que se aproxime dêle, mas a moça recua, espavorida. Cenci ordena, exasperado, que ela se retire para o seu quarto e que Bernardo saia também. A sós os dois, estabelece-se um diálogo entre o Conde e a mulher, no correr do qual esta se defende de acusações do marido, inclusive de haver induzido Beatriz a perturbar a última festa. Cenci fala com veemência e rancor ameaçando por fim a mulher de encarcerá-la no subterrâneo do castelo. Sai Lucrécia e Cenci monologa fazendo um apêlo às trevas para a realização de seus desígnios. *Cena II* — Uma câmara do Vaticano. O Cardial Camilo e Giacomo Cenci conversam sôbre a possibilidade da intervenção papal em favor dos irmãos Cenci. Entra Orsino. A seguir, o Cardial retira-se. Os dois rapazes conversam entre si sôbre o mesmo assunto. Giacomo sai e Orsino monologa trabalhado pela idéia de eliminar Francisco Cenci e possuir Beatriz.

ATO III — No Palácio Cenci. *Cena I* — Beatriz, em estado de desesperação, pede à madrasta um lenço; quer enxugar os olhos que lhe parece estarem cheios de sangue. Lucrécia procura acalmá-la, mas a moça continúa a proferir palavras de desespero. A seguir, estando Orsino também presente, Beatriz confessa ter sido ultrajada pelo pai e, fa-

zendo uma invocação à morte, em quem declara ver o único juiz e o mais equitativo dos árbitros, retira-se. Há um breve diálogo entre Lucrécia e Orsino, até que Beatriz reaparece e, finalmente, combina com aqueles a morte do pai. Saem as mulheres e Giacomo, entrando, passa a dialogar com Orsino, que lhe fala finalmente do ultraje sofrido pela irmã. Volta Beatriz e vendo que o irmão está informado do que lhe sucedera concita-o a endurecer o coração para a vingança. *Cena II* — Um pequeno apartamento na casa de Giacomo. Monólogo de Giacomo, enquanto se desencadeia uma tempestade e um sino toca. Êle espera Orsino que afinal chega. São duas horas da manhã. Orsino conta a Giacomo que Cenci escapara da cilada que lhe tinham preparado por ter passado pelo lugar uma hora antes e acrescenta que encarregara Olímpio e Mársio de combinarem com Lucrécia e Beatriz a eliminação de Francesco Cenci. Assegura Giacomo que se o pai sair ainda com vida dêsse novo golpe êle tomará a si a empreitada de matá-lo.

ATO IV — Um apartamento no castelo de Petrella.
Cena I — Cenci monologa, esperando Beatriz, mas, em lugar da filha, entra Lucrécia e êle se exaspera exigindo-lhe que faça vir Beatriz. A mulher procura dissuadí-lo de assediá-la filha e o adverte do aviso que Beatriz recebera, numa crise, de que seu pai estava para morrer e deveria confessar os seus pecados. Cenci zomba do aviso e ameaça levar avante seus terríveis desígnios contra os filhos. Lucrécia confessa que desejou apenas provocar-lhe medo, com o que Cenci se irrita e, fazendo vir à sala um criado, manda chamar Beatriz. O criado volta em seguida dizendo que Beatriz se recusa a atender ao chamado. Com imprecações, Cenci despacha a mulher encarregando-a de trazer à sua presença Beatriz. Lucrécia sai e, sem demora, reaparece com a resposta negativa de Beatriz. Cenci, ajoelhando-se, dirige uma prece delirante a Deus envolvendo a maldição da filha, em termos hediondos. *Cena II* — Diante do castelo de Petrella — Lucrécia e Beatriz conspiram contra Francesco Cenci, combinando em seguida a sua eliminação com Olímpio e Mársio. Lucrécia adianta que o marido dorme profundamente sob os efeitos do ópio que ela entornara em sua bebida. *Cena III* — Um apartamento no castelo — Ligeiro diálogo entre Lucrécia e Beatriz, enquanto Olímpio e Mársio executam, na quarto do Conde, o plano combinado. Entram os dois e Olímpio confessa que não tem ânimo de matar um velho adormecido. Beatriz revolta-se com os si-

cários e, arrancando o punhal de um dêles, tenta entrar no aposento do pai, no que é impedida. Afinal, Olímpio e Mársio entram de novo no aposento e voltam em seguida dizendo que Cenci estava morto. Beatriz entrega-lhes um saco contendo ouro e, despachando os assassinos convida Lucrecia a retirar-se com ela para simularem um profundo sono.

Cena IV — Outro apartamento do castelo. O legado Savella, em desempenho de uma missão do Papa, procura falar a Cenci, urgentemente. A pedido de Lucrecia, o legado é conduzido por Bernardo à câmara do pai, enquanto Beatriz e Lucrecia conversam. Ouve-se um grito no interior, seguido de tumulto. É o alarme no castelo. Afinal, entram os guardas, conduzindo Mársio. Em seus bolsos, o oficial da guarda encontra um bilhete de Orsino a Beatriz, que compromete a moça tornando-a claramente responsável pelo assassinio do pai. Savella detem, em nome do Papa, todos os presentes. Beatriz procura eximir-se de culpabilidade, dizendo porém que o assassino foi uma espada na mão equitativa de Deus. Lucrecia desmaia vendo que são de balde os seus rogos para não ser conduzida a Roma. Beatriz fala com arrebatamento dizendo que a madrastra desmaiou porque não viu a inocência triunfante diante do tribunal dos homens.

ATO V — Um apartamento no palácio de Orsino.

Cena I — Diálogo entre Giacomo e Orsino. O assunto é a morte de Francesco Cenci. Enfim, sozinho, Orsino monologa conjecturando sobre um meio de fugir à provável condenação.

Cena II — Na Justiça. Mársio é introduzido e confessa ter estrangulado o Conde quando este dormia, mencionando os mandantes: Giacomo, Orsino, Beatriz e Lucrecia. São acareados com êle o primeiro e as duas mulheres. Beatriz toma a sua defesa com uma veemência que leva o Cardial Camilo, também presente, a julgá-la inocente, apesar das provas em contrário. O próprio Mársio, sob o olhar duro e as perguntas embaraçosas de Beatriz, declara por fim que os acusados são inocentes, sendo êle o único culpado. O juiz manda recolher os prisioneiros dizendo aguardar a decisão do Papa.

Cena III — Na prisão, Beatriz mantém-se obstinada em protestar a sua inocência.

Cena IV — Na sala da prisão, o Cardial Camilo dá a conhecer a Beatriz, em presença de Lucrecia e Giacomo, a sentença e a ordem de execução proferidas pelo Papa.

Em linhas gerais, quando nada, o trecho de *The Cenci* corresponde à história como esta é narrada no prefácio da peça. Pode concluir-se então que não esteja colorido pelos sentimentos ou pelas idéias do autor? A êsse respeito é bem significativa a dedicatória do drama a Leigh Hunt, sobretudo naquele tópico em que Shelley se refere de maneira tão incisiva “ao ódio obstinado e irreconciliável à tirania e à impostura doméstica e política” que dominava o ensaista. Outro revoltado contra a tirania paterna, Shelley não disfarça aí a disposição de ânimo e espírito com que escreveu *The Cenci*. O poeta estava contudo persuadido de que fizera obra impessoal, com o que os seus críticos jamais estiveram de acôrdo.

Na opinião de Sefton-Delmer, Shelley traiu iniludivelmente naquela peça a sua aversão pessoal à Igreja de Roma, alterando e falsificando a realidade dos fatos. É a opinião de um católico ortodoxo, mas que não colide, em suma, com a do satânico A. C. Swinburne sôbre *The Cenci*. No seu estudo a respeito, o autor do Hino a Proserpina, mostra que essa peça prega, na verdade, a revolta contra a paternidade tirânica e corrutora, não sômente dos conde Cenci, mas dos Jehovah, *doublé* de Moloch; que a Beatriz recriada por Shelley não se contentou com golpear um pai incestuoso e truculento, mas insurgiu-se também contra a Providência encarnada nos homens da Igreja e da Lei que deixavam os tiranos agir e se mostravam implacáveis com os vingadores. Finalmente, para Swinburne, essa Beatriz era uma encarnação do idealismo anárquico de Shelley.

O poeta de *Julian and Maddalo* encontrara, é certo, na tragédia dos Cenci um material que parecia dispensar o colorido de suas idéias. Mas, tomar o partido de Beatriz, insurgir-se com ela contra a tirania e o vilipêndio, era uma direção demasiado natural a um espírito insubmisso e altivo como o de Shelley para que êle sentisse que estava, no caso, falseando a verdade. Qualquer que seja, de resto, a sua contribuição pessoal na idealização dessa figura feminina, ainda hoje tão discutida, não há dúvida que Shelley se conservou fiel à versão que lhe foi comunicada e é narrada no pre-

fácio da sua obra. A história veio mais tarde modificar o conceito sobre a célebre parricida, implícito nessa versão, revelando que ela fôra levada por sua forte sensualidade a um grande deslize de conduta moral (8). Na verdade, o que Shelley procurou celebrar em Beatriz Cenci foi a sua capacidade de resistência contra a tirania do pai e das leis. Se bem que, da sua beleza física, o poeta tivesse tido uma falsa mas esplêndida visão através da tela de Guido Reni, o moral da parricida é que havia de absorvê-lo até porque sem esse elemento a tragédia teria perdido seguramente a sua força culminante de humanidade arrebatada e destemida. O espírito de luta e decisão com que a Beatriz teria enfrentado a fatalidade, após haver resvalado para o crime mais condenável, atinge no drama de Shelley a situações em que, por vezes, a moça romana dá até a impressão de uma criatura dessexuada. Está nesse caso a sua reação terrivelmente dramática contra os sicários que ela encarregara de matar o pai, quando êles recuam, mostrando-se indecisos, diante da figura do velho adormecido. Há qualquer coisa de shakespereano nessa cena. Lembra o momento do assassinio, em idênticas circunstâncias, do velho rei Duncan, em *Macbeth*.

É certo que uma análise mais detida da filosofia que Shelley introduziu na sua peça deixaria positivado que esta não escapa absolutamente à acusação de tendenciosa. Afinal, não foi sem intenção maliciosa, embora dissimulada, que o autor da *Necessidade do Ateísmo* se lançou à tarefa de fixar a tragédia dos Cenci. Entretanto, o espetáculo da fé católica, como êle pôde observá-lo através de certos aspectos da desagregação dessa família religiosa da cidade eterna do século XVI parece haver abalado de algum modo a Shelley. Acresce que êsse ateu, classificado de monstro no seu país, mas que ia ler Dante nos templos católicos de Milão, quando se propôs dramatizar a história dos Cenci estava grande-

(8) A tragédia de Shelley; a narrativa de Stendhal; o romance de Guerrazzi; tudo isso é inverídico, afirma Corrado Ricci, na sua notável obra já citada, onde a verdade dos fatos sobre a tragédia dos Cenci é restabelecida de maneira cabal.

mente empolgado pelo poeta católico de *La Vida es Sueno*, de quem traduziu mais de uma peça para o inglês. Shelley confessa mesmo ter plagiado uma passagem do *Purgatório de San Patricio*, mas, na verdade, o que existe dessa peça em *The Cenci*, salvo um certo colorido sombrio que lembra Calderón, consiste numa única metáfora, magistralmente desdobrada. É aquela em que um penhasco dá a impressão de sustentar-se com esforço sôbre o abismo:

*"No vés ese peñasco, que parece
Que se está sustentando con trabajo,
Y con el ansia misma que padece,
Ha tantos siglos que se viene abajo?"*

Essa metáfora foi tudo o de que Shelley precisou para compor uma das passagens do seu drama em que a poesia interferiu com maior desembaraço. Se o grande poeta católico espanhol não o converteu à sua fé, pôde, pelo menos, demovê-lo do propósito confessado de manter-se em *The Cenci* equidistante da poesia pura.

*

Como já vimos pelo resumo de ambas, as peças de Shelley e Gonçalves Dias diferem extraordinariamente uma da outra. Em *The Cenci* figuram nada menos de três representantes da Igreja: o Cardial Camilo, o prelado Orsino e Savella, legado do Papa. O segundo, na sua paixão por Beatriz não hesita em acompliciar-se finalmente com ela para o assassinio de Francesco Cenci. Shelley não inventou êsse fato cuja exploração uma das versões da tragédia autorizava.

Gonçalves Dias introduziu na sua peça apenas um religioso: o Abade Olímpio Petroni, o qual se conduz na única cena em que aparece como um espírito peculiarmente clerical. Fôsse pela intenção deliberada de não envolver o clero na escabrosa tragédia, fôsse por ter sido levado a proceder assim pela versão adotada, se é que seguiu fielmente alguma versão, Gonçalves Dias conferiu o papel de amante de Beatriz a um nobre romano. Beatriz teve de fato um

amante, mas o rústico Olimpio Calvetti, com o qual pactuou a morte do pai. Calvetti deixou fama de homem destemeroso, enquanto o nobre da peça de Gonçalves Dias somente se decidiu a matar Francesco Cenci sob a condição de que o velho conde seria antes narcotizado.

Ao contrário do que ocorre em *The Cenci*, onde as relações do Vaticano com os fatos foram aproveitadas intencionalmente, na peça de Gonçalves Dias só incidentalmente o Papa é lembrado, como sucede na fala de Francesco Cenci, à primeira cena, em que, aliás, a referência está longe de ser amável:

“— Covardes Ingratos, que denunciaram seu pai à santa Sé! — Tão covardes! tão ingratos como êsse velho avarento a que vós outros chamais Santo Padre; — mesmo êsse velho que esquadrinha pretextos para me obrigar a comprar a sua justiça, os despediu vergonhosamente da sua presença!”

No caracterizar Francesco Cenci os dois poetas tomaram posição muito diferente. O Cenci que Shelley recriou é um ente possesso e bestial, com qualquer coisa de apocalítico na sua obsessão avassaladora pela treva, a contrastar sensivelmente com o Cenci irônico e complacente da peça do nosso Gonçalves Dias.

Não é menor a diferença que se observa entre a Beatriz ingênua e vacilante da idealização lisongeira do poeta brasileiro e aquela Beatriz insubmissa e revoltada que enche *The Cenci* como os brados de sua cólera viril.

A tendência a inocentar Beatriz ou atenuar-lhe a culpa não foi uma atitude isolada de Gonçalves Dias no plano artístico. Balzac chamou-lhe “jeune-fille sublime” e um poeta polonês, Jules Slowacki, da época romântica, no seu drama inacabado sobre Beatriz Cenci, do qual só se conhecem alguns fragmentos do último ato, atribui a um pintor apaixonado as palavras a seguir ditas à jovem quando ela já estava condenada à morte:

“Oh que pensamento! A calma e a inocência de Beatriz, essa brancura de colomba, poderiam elas, mesmo na

imaginação grandiosa e sombria de Miguel Ângelo, se harmonizar com uma cena sangrenta? Beatriz com um punhal na mão! Beatriz coberta de sangue! Oh não! É Jefé condenada à morte e indo chorar a sua virgindade sôbre as montanhas da Judéa; e Jefé coroada de rosas que hei pintado dando-lhe a figura angélica de vossa irmã."

Por essa simples amostra do drama polonês, vê-se que o nosso patricio não pagou desajeitadamente o seu tributo à época, como seria de esperar de um jovem de vinte anos provocado pelos temas extravagantes do romantismo. Fazendo o velho Francesco Cenci passar em todo o drama como um D. Juan lamecha, Gonçalves Dias terá sido enfático demais na representação, já de si inconveniente, de um amor senil, incestuoso e ridículo. Mas o fato é que, embora escrita tão cedo, a sua peça revela um artista que, desde os seus primeiros passos, já sabia orientar-se por si mesmo. No emaranhado da lenda dos Cenci abriu êle um caminho e por aí seguiu resolutamente com uma audácia que lhe valeu lugar à parte entre aqueles que afrontaram, com a dramatização da famosa tragédia italiana, os preconceitos do século passado.

O NACIONALISMO DE GREGÓRIO DE MATOS

ANTÔNIO DE OLIVEIRA

Afirmar, com Araripe Júnior, que Gregório de Matos é o mais brasileiro dos nossos poetas, é cometer um exagêro, uma injustiça, mesmo, contra outros poetas, mais ou menos nacionalistas que o famigerado Boca do Inferno.

O que a êste, porém, empresta um cunho de inconfundível "brasilidade" não é a tósca viola de pau, por êle mesmo fabricada, mas a linguagem, puramente nossa, onde há de tudo, desde os têrmos indigenas e africanos, até os vocábulos de sabor arcaico, tão do agrado dos empoeirados gramaticistas desta e da outra banda do Atlântico.

Constâncio Alves achava que êsse rústico instrumento em que Gregório acompanhava as suas modinhas deificadoras das carnudas mulatas da Bahia, "substituindo a lira clássica, parece ter despertado nele, com o seu gemer, o sentimento da nacionalidade". Mas, acima dessa viola louva-minheira das epidermes tostadas, estava o temperamento de Gregório que, "nessa sociedade em formação, mascavada no sangue como nos costumes", não perdoa nem mesmo a terra em que nasceu, essa Bahia cujos costumes deplora num soneto imitado de D. Francisco Manuel de Melo ou de outro. Nem as mulheres, que tanto preocuparam a sua musa brigona e resinguenta, escaparam à maledicência incurável do temível satírico.

O seu nacionalismo é, aparentemente, negativo, uma espécie de nacionalismo às avessas. A terra parece-lhe, como

aos profetas bíblicos, não a da promessa, mas a terra da maldição.

E a causa dessa semelhança “acha-la-eis, sem dúvida, nos escândalos do tempo e nos vícios dos homens, na desonestidade dos que negociam, na covardia dos que adulam, na vileza dos que intrigam, nos ridiculos da vaidade, no cinismo dos que faltam à justiça, nos grandes defeitos de uma cidade pequena, onde a civilização bruxoleia”, observa um conterrâneo de Gregório, com admirável penetração.

Cuspinhando a torto e a direito a baba de sua sátira, éle “não maneja o florete que mata sem fazer sangue; mas o varapau que amolga cabeças e parte costelas”, no dizer, ainda, de Constâncio Alves.

Gregório, entre os homens de então, é uma espécie de ouriço em que se não pode tocar sem ferir os dedos nos seus milhares de espinhos. A própria Sé da Bahia, da qual também fez parte, “é um presepe de bestas”. A fidalguia tôda da terra, enfatuada e imoral, procede daquele Adão de Maçapé,

“Alarve sem razão, bruto sem fé,
Sem mais lei que a do gôsto”...

A figura grotesca de certo governador, D. Antônio da Câmara Coutinho, inspira-lhe êstes versos mordazes:

“Nariz de embono
Com tal sacada
Que entra na escada
Duas horas primeiro que seu dono.

Nariz que fala
Longe do rosto,
Que na Sé posto
Na praça manda pôr a guarda em gala.”

Até as mulheres da Bahia, que tanto incêndio provocaram no seu coração de fauno tropeiro, são as piores do mundo, porque, se lhes faltam enfeites e adornos, não querem ir para a igreja,

“Seja o dia mais festivo,
Mas em tendo estas alafaias
Saltam mais do que cabritos.

E se no Carmo repica,
Ei-las, lá vão rebolindo
O mesmo para São Bento
Ou Colégio ou São Francisco.

Quem as vir muito devotas,
Julgará, sincero e liso,
Que vão na missa e sermão
A louvar a Deus com hinos.”

A “burrice” é outra coisa com que o Boca do Inferno não consegue acomodar-se, não a perdoando nem mesmo nos doutores sizudos ou nos enfatuados e reverendos cônegos da Sé.

Ao padre que o vem assistir na última agonia, dirige uma das setas ervadas da sua sátira, e o próprio Crucificado se vê atingido por essa baba.

Numa série de tercetos êle passa em revista aquilo a que chama “torpezas do Brasil, vícios e enganos”.

Referindo-se, talvez, a algum emproado e mudo desembargador, diz que “a mudez canoniza bestas feras” e afirma, ainda, nesses mesmos tercetos, que

“Há bons, por não poder ser insolentes,
Outros há comedidos de medrosos,
Não mordem outros não — por não ter dentes.

Quantos há que os telhados têm vidrosos,
E deixam de atirar sua pedrada,
De sua mesma telha receiosos?”

Descrevendo a cidade da Bahia, êle nos dá uma triste idéia da sociedade de então:

“A cada canto um grande conselheiro,
Que nos quer governar cabana e vinha;
Não sabem governar sua cozinha
E podem governar o mundo inteiro.

Em cada porta um frequentado olheiro,
Que a vida do vizinho e da vizinha
Pesquisa, escuta, espreita e esquadrinha
Para o levar à praça e ao terreiro.

Muitos mulatos desavergonhados,
Trazidos sob os pés os homens nobres,
Posta nas palmas tôda a picardia.

Estupendas usinas nos mercados,
Todos os que não furtam muito pobres:
E eis aquí a cidade da Bahia."

Para êle, que não consegue aguentar-se por muito tempo num só emprêgo, "o subir é desgraça muitas vezes". Isso êle o diz num soneto dedicado ao famoso "Braço de Prata", o governador Antônio de Sousa de Menezes, e conclui afirmando que prefere "ser homem em baixo do que burro em cima".

Grandes máguas devia ter o poeta contra a sua terra, isto é, contra os maus e os burros que o apedrejavam:

"Que me quer o Brasil, que me persegue?"

Gregório mexe com os cônegos da Sé e assanha casas de maribondos entre os desembargadores da Relação da Bahia. Um deles é atingido em cheio por uma saraivada:

"Lá vai para a Relação
Dessa vossa infausta pátria
Aquele poço de leras
Joseph, o *Rabo de Vaca*."

Os poetas, aqueles que atacam o governador Antônio Luiz da Câmara Coutinho e de quem a sua musa se arroga em defensora, não passam de poetas sendeiros e trovadores rocins.

Lendo, entretanto, êste soneto inspirado por um passarinho, ninguém julgaria fôsse o seu estro maligno capaz de tamanho enternecimento, de tanta delicadeza, a par de tão puro sentimento e da perfeição da forma:

“Contente e alegre, ufano passarinho,
Que enchendo a todo bosque de harmonia,
Me está dizendo a tua melodia
Que é maior tua voz que teu corpinho.

Como da pequenez dêsse biquinho
Sai tamanho tropel de vozeria?
Como cantas, se és flôr de Alexandria?
Como cheiras, se és pássaro de arminho?

Simples, cantas, e incáuto, garganteias,
Sem veres que assim chamas o homicida,
Que te segue por passos de garganta.

Não cantes mais, que a morte lisongeias,
Eseconde a voz e esconderás a vida,
Que em ti não se vê mais que a voz que canta.”

*

* *

Mas, voltemos ao nacionalismo de Gregório de Matos. Como poeta, ninguém foi mais brasileiro do que Antônio Gonçalves Dias, êsse caboclo sofredor que tão alto cantou as belezas de nossa terra e compreendeu a alma dos nossos índios, elevando-os finalmente à categoria de seres humanos.

Não se deve, entretanto, pôr em dúvida o nativismo do grande satirico baiano, pela razão de ter sido combativo. Até hoje a obra de Gregório tem sido estudada apenas através da sua sátira bastante condimentada ou do seu lirismo inferior, sob todos os aspectos, ao do suave menestrel de “Ainda uma vez, adeus!”

O lirismo de Gregório às vezes é interessante, mesmo brilhantemente traduzido do espanhol, mas, via de regra, degenera numa apologia desbragada à carnadura sensual das Venus hotentotes.

Muitos descobrem nele apenas um poeta impróprio para menores, um Rabelais de porta de barbearia, sempre pronto a verter obscenidades rimadas e a pendurar um rabicho nas casacas solenes dos ridículos figurões da época.

Outros o vêem apenas como o grande clássico da sátira no Brasil e um dos nossos maiores poeta de todos os tempos.

Já o inquieto padre Antônio Vieira dizia que o Boca do Inferno, com as suas irreverências e a urtiga da sua sátira, era mais útil à sociedade de então do que êle, Vieira, com os seus sermões de légua e meia, recheiados de latim, que poucos entendiam.

O próprio Araripe, que escreveu sôbre o autor do "Marinícolas" um dos seus melhores estudos, conclui que Gregório não passava de um notabilíssimo canalha, o que, de certo modo, contraria a opinião do douto padre Vieira e a do ingênuo e panegirista licenciado Rabelo. Fôsse como fôsse, não se pode negar a influência de sua sátira sôbre os costumes dessa velha Bahia formigante de reinóis enfatuados e de clérigos vivendo em pacífica mancebia com mulatas dengosas de saias ramalhudas. É verdade, porém, que êle, ao fazer parte do clero, se embrenhou no cipoal dêsses desregramentos, indo meter-se, afinal de contas, com as mesmas crioulas sensuais que viviam de cama e mesa com os cônegos da Sé.

Afrânio Peixoto, no seu "Breviário do Humorismo", quis vêr naquela célebre quadra, dizem que feita na hora da morte, uma tirada humorística, uma última demonstração dêsse fino "sense of humour" britânico. Gregório de Matos, porém, não era humorista, suas sátiras não tinham o menor fundo moral. Provocavam apenas lágrimas de dôr física. A quadrinha em que compara os olhos do Crucificado com os dos filhos do seu vizinho e homônimo é, ainda, uma sátira, um derradeiro esguicho de baba venenosa atirado à feia catadura da morte.

Ele fazia sátira com o fim de provocar o riso que, no sentido bergsoniano, é o corretivo de alcance social aplicado aos ridículos e ao automatismo de uma época. E, ao mesmo tempo, vingava-se, de maneira genial, daqueles que se opunham à sua maneira de viver, desajustada a um meio que lhe parecia composto só de cretinos.

Assim, ninguém escapou à sua prêsa de surucucu de beira

de estrada, nem mesmo a mulher, obrigada a fugir de casa, escandalizada com a boca suja do marido.

Contam que um tio dela, tentando reconciliar os esposos desavindos, ouvira isto do Boca do Inferno, como resposta aos argumentos:

— “Minha mulher saiu de casa como qualquer escrava boçal. Pois bem; só há um meio de consentir que volte ao tugúrio marital. Que venha amarrada em cordas e pela mão do competente capitão do mato”...

*

* *

Como deveria ser profundamente detestado êsse estranho figurão que, de azorrague em punho, botava para correr os Rabo de Vaca, os desembargadores circunspectos, os cônegos da Sé e outros tipos de casaca de seda e cabeleira empoada! Como seria faunesca essa figura de “chacoteador que só com o pôr dos óculos no cavalete do nariz, quando à tarde olhava para as vidraças das casas nas ladeiras da cidade, provocava tanto riso e curiosidade”. Mas o pobre Boca do Inferno não foi apenas êsse fauno maluco de viola a tira-colo, em eterna peregrinação pelos engenhos do interior da Bahia e de Pernambuco, a farejar o bodum das crioulas cheias de dengues.

Não é preciso recorrer à teoria da obnubilação, gerada e batizada por mestre Araripe, para explicar o estranho nativismo dêsse satírico imortal.

O seu nacionalismo está na sua atitude de desajustado de gênio, na sua maneira de reagir que, talvez, não encontrasse razão de ser num meio mais bem policiado e, sobretudo, nessa deliciosa e fresca língua brasileira, por êle maravilhosamente adubada de indianismos e africanismos e que, mais tarde, se tornaria linguagem corrente, invadindo os dicionários mais sérios. Até então, a língua era acadêmica e solene como aqueles desembargadores da Relação da Bahia, que o riso provocado pelas sátiras de Gregório veio tirar do seu plácido sossêgo.

O certo, porém, é que o Boca do Inferno é uma figura digna de estudos mais aprofundados, não só por ter sido o primeiro poeta satírico das Américas e a flôr das nossas glórias, como escreveu embevecidamente o grande Araripe, mas, e principalmente, pelo motivo de ter sido o nosso primeiro poeta nacionalista, o primeiro poeta brasileiro.

Para muitos, Gonçalves Dias é o nosso poeta máximo, o poeta da Raça, aquele que mais profundamente se identificou com a nossa Natureza e com a nossa indole.

Gregório de Matos, porém, é, nas letras, a primeira manifestação verdadeiramente artística da nossa nacionalidade, o primeiro grito do sentimento da terra!

ATUALIDADE DE EUCLIDES DA CUNHA

FRANCISCO VENÂNCIO FILHO

Há homens que são oceanos. Esta exclamação de Vitor Hugo, diante da grandeza universal de Shakespeare, pode aplicar-se ao gênio de Euclides da Cunha. Surgido há pouco mais de 40 anos, estudado em bibliografia das mais abundantes entre nós, ainda se encontram aspectos inéditos do homem e da obra. Por isso está sempre presente. Presente pela projeção, cada vez mais sensível da sua personalidade. Presente pela imponência de sua obra, pequena embora, mas profunda e densa de pensamento.

Afrânio Peixoto, que recolheu a herança da cadeira acadêmica de Castro Alves, que Euclides ocupara, acaba de dar a edição *ne-varietur* do primeiro dos seus livros primorosos de ensaios — “Poeira da Estrada” — em que reuniu os três estudos sôbre o glorioso antecessor. O primeiro, o discurso de posse, em que, pela primeira vez, foi o autor d’ “Os Sertões” revelado ao grande público, nas feições do homem, em mesmas dimensões da obra prima. O segundo — “Dom e arte do estilo” — por ocasião do primeiro decênio da morte, a primeira monografia sôbre o estilo euclidiano, a indicar novos rumos de estudos, ainda hoje não percorridos. O terceiro, a conferência realizada nas comemorações riopardenses de 1943, em que apreciou — “O outro Euclides; o que sobrou de “Os Sertões”.

Se já tantas vezes o mestre de euclidianismo tem feito Euclides depor em assuntos brasileiros, com a visão arguta de sua penetração, no presente ensaio fez um transunto de idéias fundamentais, muitas vezes de intuição genial. As-

sim, discutiu e comentou-as em outras feições brasileiras, a Amazônia sobretudo, mas principalmente, as apreciações do mundo do seu tempo. No "Primado do Pacífico", aparece àquela penetração aquilínea da distância, divinatória, em que pre-figura o conflito de 1942, entre os Estados-Unidos e o Japão. É igualmente a "Missão da Rússia", escrito em 1904, que lhe parece, — hoje, sem necessidade de retoque.

E conclui, admirável: "que, de futuro, perempta a propriedade literária, um geógrafo sábio ou um sábio euclidiano *arrume* em livro êsses ensaios, com a ordem de um espectro luminoso, e então veremos o mais belo dos nossos livros de geografia humana, indo da noção ecológica, à noção política, repleto de sociologia", compondo-se uma espécie de "geografia euclidiana".

E lembra, para concluir a queixa melancólica, do próprio Euclides, em carta a Agustin de Védia, transcrita no prefácio da edição argentina d' "Os Sertões", se, seria êste, "o seu único livro".

E remata o estudo formoso: "o outro Euclides, o que sobrou d' "Os Sertões", é igualmente maravilhoso".

*

* *

Como outros autores de livro célebre, de notoriedade conquistada de golpe, padeceu Euclides da mesma fatalidade de dispensar-se a própria leitura dêle, no louvor inconsiderado. Daí por diante ficou apenas autor d' "Os Sertões". Em uma ou outra citação aparecia êste ou aquele seu pensamento. Os nossos sociólogos, mesmo incidindo nos mesmos assuntos, senão por vezes repetindo-os, foram avaros em citar-lhe a contribuição. E são Oliveira Viana, Gilberto Freire, Caio Prado Júnior e o próprio Alberto Tórres.

Pela primeira vez aparece um grande livro — a primeira síntese global de nossa cultura, feita em termos de interpretação sociológica moderna, na qual o pensamento de Euclides da Cunha está presente. É a "Cultura Brasileira" de Fernando de Azevedo. Basta lembrar que é o segundo,

em citações, com 46 vezes, logo após Gilberto Freire, com 63. Seria uma prova real da atualidade de Euclides da Cunha.

*

* *

Com esse título, — Atualidade de Euclides da Cunha — Gilberto Freire realizou, em 1940, na Casa do Estudante, uma conferência, na qual pela primeira vez sua voz autorizada se pronunciou sobre Euclides. Este pequeno ensaio aparece agora ampliado em volume, com outros perfis. A conferência constitui a segunda parte do trabalho. Realmente a primeira, se não é o estudo que nos devia, é entretanto mais geral. Embora aqui ou ali haja conceitos de que se possa discordar, é incontestável que Gilberto Freire neste pequeno ensaio faz justiça a Euclides.

Bastaria este julgamento: “Nem o poeta, nem o profeta, nem o artista me parece que turvam, no “Os Sertões”, ou em qualquer dos ensaios de Euclides da Cunha — as qualidades essenciais de escritor adiantadíssimo para o Brasil de 1900 que ele foi: escritor fortalecido pelo traquejo científico, enriquecido pela cultura sociológica, aguçado pela especialização geográfica.”

O aspecto aí acentuado, o de ter Euclides escrito no começo do século, é oportuno lembrar, porque há quem o acuse de não explicar a hemerolopia como avitaminose, fato descoberto depois de 1910 (êle faleceu em 1909), ou desconhecer os trabalhos de Roquette-Pinto e Boas. Há, ainda, no capítulo do presente volume uma informação exata, mas que tem induzido a exageros inexplicáveis, a ponto de chegar-se a afirmar ser “Os Sertões” livro de colaboração. É certo que Euclides probidosamente informou-se com autoridades, nos vários dos domínios que percorreu. Ouviu Derby, sábio das nossas coisas geológicas e históricas; consultou Teodoro Sampaio, que percorreu a região de Canudos, por ocasião da exploração Milnor Roberts; indagou de Gonzaga de Campos, sabedor de nosso solo.

•Mas, daí concluir-se ter escrito livro em colaboração, seria negar autoria pessoal a qualquer escritor. Foram colabores, em sentido geral, e em grau menor, como o foi Francisco Escobar, segundo depôs o próprio Euclides.

*

* *

Recentemente, o professor Herbert Parentes Fortes, precursor dos estudos sociológicos da linguagem falada no Brasil, tomou como exemplo o estilo de Euclides, n' "Os Sertões".

E, em páginas lúcidas, mostrou como a matriz dêste estilo foi aquele contacto íntimo com a natureza que defrontou, seja a terra, a cuja descrição e a cujos fenômenos dinâmicos deu tanta vida, seja o homem, especialmente o sertanejo, que a sua pena imortalizaria.

Entrando na análise verbal ou filológica também apresenta aspectos novos ou pouco examinados. Mostra como na sua obra prima o vocábulo de rigor científico se ajusta ao barbarismo cru, filho nativo da terra.

"Tal mistura e tal consequência, diz Parentes Fortes, são coisas trazidas para a cultura brasileira pelo gênio de Euclides. Neste sentido profundo, psicologicamente fundamental, Euclides é o fundador da "língua brasileira, posta em confronto com a exatidão da própria expressão científica e ganhando a esta em vigor e sugestão."

Vê-se, pois, quanta reflexão profundamente atual, como a impor um estudo mais sistemático, mais profundo e mais completo sôbre o estilo euclideano.

*

* *

Umberto Peregrino, jovem e culto oficial do Exército, de há muito se vem dedicando ao estudo da obra euclideana e agora nos deu, em volume, a conferência realizada na Academia Carioca de Letras, sôbre "Euclides da Cunha — historiador militar".

Depois de examinar o conceito de história militar, e passar em revista tôda a nossa bibliografia, conclui ser Euclides o nosso maior escritor militar.

Como a demonstrá-lo lembra alguns capítulos de "Contrastes e Confrontos", onde a classificação começa a se justificar. Analisa o "Kaiser", "Contra os Caucheiros", as considerações sôbre a Guerra do Transval, em "Civilização" e a seguir as passagens d' "A Margem da História", em "Martin Garcia" ou "Da Independência à República".

Mas, é n' "Os Sertões", que Umberto Peregrino encontra, em cheio, o nosso maior historiador militar, documentando-o, com a sua competência especializada, em análise segura, seja nos planos da campanha, no desenrolar delas, seja no esculpir as figuras marciais de alguns bravos. É, assim, monografia das mais valiosas dentre quantas se têm escrito sôbre Euclides.

*

* *

O Instituto Nacional de Cinema Educativo prepara, neste momento, por iniciativa do seu Diretor, euclideano da primeira hora — o prof. Roquette-Pinto, e sob a direção técnica de Humberto Mauro, um *filme* sôbre "Euclides e Os Sertões". Pertence à admirável série educativa, que já nos deu Machado de Assis, Carlos Gomes, Henrique Oswald. Não são *filmes* históricos, difíceis, senão impossíveis de realizar. São evocativos e simbólicos de grandes figuras nacionais, em fusão cinegráfica, aspectos da vida e da obra. Assim, no caso de Euclides, encontram-se paisagens de Cantagalo, desde a pequenina vila de Santa Rita do Rio Negro, onde nasceu, até praça principal da cidade, onde se ergue a herma votiva. E S. José do Rio Pardo, onde lhe nasceu a glória, desde a ponte metálica reconstruída por Euclides, à barraquinha d' "Os Sertões", preservada, em abrigo de cimento armado, da ação do tempo pelo carinho daquele povo generoso. Bem como a herma, inaugurada, em 1918, pela palavra amiga de Vicente de Carvalho.

O Colégio da cidade tem-no por Patrono, e sua construção foi realizada pela economia local e oferecida ao Estado.

Nas mesmas bases, projeta S. José do Rio Prado edificar o "Museu Euclides da Cunha". Doadá pela Prefeitura uma grande área fronteira ao Colégio, deverão ser aí reunidas diversas instituições de cultura. No prédio será também instalada a Biblioteca Municipal, com uma secção infantil e outra para adultos. O Museu ficará ao fundo de uma aléa de árvores, que constituirão um calendário florido. O corpo do prédio será constituído de três salas e um vestibulo. Neste haverá apenas, ao centro, um busto de Euclides e uma coleção de primeiras edições de suas obras, além de três mapas murais do Brasil, com indicações, por pequeninas lâmpadas elétricas, dos diversos lugares ligados à vida ou a obra euclideanas. O primeiro, biográfico, terá assinalados os pontos principais em que viveu. O segundo, o de glorificação, todos os sítios em que há qualquer lembrança dêle — ruas, praças, escolas, monumentos, com a fotografia respectiva. O terceiro — o de euclideanismo, isto é, a projeção da sua obra sobre o Brasil. E todos funcionarão por um comutador, manejado pelo público. As demais salas serão consagradas respectivamente a "Os Sertões", à Amazônia e aos demais aspectos. As cartas, mais de uma centena, ou originaes ou cópias foto-estáticas, serão colocadas em prateleiras verticais, com paredes de vidro, afim de torná-las legíveis. De cada lado haverá um jardim amazônico e nordestino e ao fundo da praça um jardim botânico escolar, público e que servirá aos alunos das escolas; à frente, um relógio solar e pequeno posto meteorológico. O museu deverá ficar anexo ao Colégio e será, por certo, pela sua singularidade e pela originalidade com que está planejado, além de monumento digno ao autor d' "Os Sertões", uma expressão de cultura do povo paulista.

*

* *

Mas, a grande atualidade de Euclides da Cunha é, sem dúvida, o aparecimento da tradução norte-americana d' "Os Sertões".

Já quando surgiu, em 1938, a versão castelhana, carinhosamente feita por um grande amigo de nossas letras Benjamin de Garay, na "Biblioteca de Autores Brasileños", o sucesso em todo o continente foi extraordinário.

De antes, o Ministro uruguaio Manuel Bernardez, exclamava: "Alguns escritores platinos a quem levei "Os Sertões", diziam-me, com estupefação, depois de lê-lo: mas é possível que semelhante livro possa aparecer em alguma parte do mundo sem converter-se imediatamente num sucesso notório para todo homem culto?"

Viria a repetir o mesmo entusiasmo Enrique Fabregat, cuja primorosa tradução ainda não apareceu.

Igualmente, Isaac Goldberg, no seu estudo sôbre a literatura brasileira, afirmava não haver na literatura norte-americana livro que se comparasse a "Os Sertões", "em espírito, propósito e realização".

Sôbre a tradução de Garay pôde dizer J. C. Nelson, professor de literatura hispano-americana na Universidade de Oregon, que o considerava como o maior livro escrito no hemisfério ocidental.

E. J. M. Puig Causaroux, escritor mexicano, escreveu: "Os Sertões" é um dos documentos intelectuais mais altos da América; duvido que se tenha escrito livro de maior fundo humano e de mais pungente e bela forma literária".

Não estranha, pois, a repercussão que vai tendo nos Estados- Unidos a tradução feita por Samuel Putnam, por iniciativa da Chicago University Press, com o título "Rebellion in the Backlands".

O tradutor é especialista consagrado em literaturas latino-americanas, tendo já vertido para o inglês cêrca de 24 livros de línguas latinas. Tendo vivido longos anos na França, de longa data se familiarizou com os nossos autores. O depoimento de escritores que conhecem as duas línguas, como Sergio Milliet e Érico Veríssimo, assegura a exelência da versão norte-americana.

O cuidado e o carinho com que foi feita se verificam pela adição das notas, do glossário, a primorosa vestimenta da encardenação, os mapas e ilustrações, sem esquecer o primoroso prefácio, de Afrânio Peixoto, que assim conclui, com beleza e justiça: "Tal é êste livro, digno de estar numa lingua mais ampla já universal, porque êle representa, "Os Sertões" de Euclides da Cunha, um momento de humanidade. E graças ao estilo, à arte, à ciência, êsse minuto efêmero será eterno..."

O que a crítica norte-americana está dizendo é mais do que muito dito pela nossa.

Vicent Starrel, no *Chicago Sanday Tribune*, afirma que se trata de "um dos grandes livros da humanidade".

E, no *Chicago Daily News*, reclamou A. Haden para Euclides, posto igual ao de Victor Hugo, Dostoievski ou Cervantes.

O número recém-chegado do *Book Review* do New-York Times, de 6 de fevereiro de 1944, traz gravura ilustrativa de Rugendas e artigo de primeira página de Érico Veríssimo.

Mais expressivo ainda, o número de 27 de março passado, da revista *Time*, que aparece aqui, agora, simultaneamente com a edição norte-americana, consagra página inteira de crítica ao "Brasil's Great Classic", considerando-o como enciclopédia brasileira, sem similar nos Estados- Unidos. Certo que começarão, d'agora por diante a aparecer òs grandes estudos que hão de levar Euclides à glória universal que a altitude do seu gênio impõe.

*

* *

E sabe-se como foi êste livro escrito. Testemunha ocular da tragédia de Canudos, para onde fôra por iniciativa de Júlio de Mesquita, concebeu para logo o livro futuro.

Já era anunciado, pelo "Jornal do Comércio", em outubro de 1897, com o título "Nossa Vendéa" e o sumário dos dois primeiros capítulos. De regresso, sua vida errante de

engenheiro do Estado, permitia apenas notas e trechos esparsos. A pausa de relativo repouso de S. José do Rio Pardo, reconstruindo a ponte que ruiu, pôde permitir "Os Sertões". Graças à amizade providencial de Francisco Escobar, cultura e bondade a serviço de Euclides. E, assim, concluídas as obras da ponte, igualmente concluído "Os Sertões". Mas havia ainda tarefa desanimadora. Como passar a limpo aqueles manuscritos, em letra miúda, cheios de emendas? Ainda uma vez velava aquela amizade sem par.

Um ex-sargento da Policia, de excelente grafia, se incumbiria do trabalho meritório. E anos passados, participe da grande glória, José Augusto Pereira Pimenta vem depor nestes têrmos:

"Cópia das declarações datilografadas e assinadas pelo Senhor José Augusto Pereira Pimenta com referência a "Os Sertões"

Eu, José Augusto Pereira Pimenta, abaixo assinado, residente e domiciliado em Cafelândia, neste Estado, por ser a expressão da verdade declaro o que se segue:

Tendo residido nesta cidade, onde era estabelecido com uma casa de comércio, na época em que aquí se achava o Dr. Euclides da Cunha, dirigindo a reconstrução da ponte metálica sobre o Rio Pardo, a convite de Francisco Escobar me encarreguei de copiar as "tiras" originais do livro "Os Sertões" que o Dr. Euclides da Cunha estava, naquela ocasião, escrevendo; que esta incumbência me foi dada por ser a minha caligrafia bem legível, facilitando assim a leitura do original para a impressão desse livro, porquanto a caligrafia do Dr. Euclides da Cunha era difícil de ser lida e exigia do intérprete estar acostumado com ela para bem ser compreendida, pôs tratava-se de letra miúda e nervosa; que copiei mil e tantas "tiras", levando para isso quase um ano, "tiras" essas que me eram dadas quotidianamente pelo próprio Dr. Euclides da Cunha à medida que as ia escrevendo, das quais êle tinha muito zêlo e pelo que controlava rigorosamente a entrega e o retôrno das mesmas, tendo o cuidado de anotar em uma sua caderneta que êle trazia no bolso, a numeração das "tiras" que me eram entregues; que eu frequentemente, à tarde me dirigia à sua casinha de zinco, a mesma que hoje está guardada cuidadosamente na redoma de vidro, e com êle subia até à sua casa, à rua 13 de Maio, esquina de Marechal Floriano, onde, em seu escritório, êle me fazia entrega das "tiras" escritas recentemente e eu lhe entregava as que

acabava de copiar que eram guardadas numa gaveta de sua escrivaninha; que posso dar o meu testemunho que essas "tiras" foram escritas no ranchinho da beira do Rio Pardo, tendo eu e várias pessoas desta cidade, amigas do Dr. Euclides da Cunha, presenciado a escritura delas, tanto isso é verdade que certa vez um redemoinho de sucção, repentino, levou algumas "tiras" para o ar tendo uma delas caído no Rio Pardo a qual foi salva pelos catraieiros a pedido insistente do Dr. Euclides que, nervoso, gritava: "Salve esta tira que eu não reconstruo outra"; que era hábito do Dr. Euclides dirigir-se bem cedo para as obras da ponte aí passando o dia todo, onde almoçava, sendo a sua refeição levada, em uma bandeija, pelo preto Benjamim, britador da turma e seu serviçal de confiança, e aí, quando lhe sobrava tempo, escrevia as "tiras" que à tarde me entregava; que, tendo conhecimento de que se levantou a dúvida de que "Os Sertões" tivesse sido escrito no ranchinho à beira do Rio Pardo, achei de minha obrigação contribuir com o meu testemunho para que se dissipe tal dúvida pois minhas declarações acima são a expressão da verdade, e eu que outrora admirava e respeitava o Dr. Euclides, que sempre me foi um amigo cordial, hoje, na minha velhice, sinto-me feliz em poder contribuir para o esclarecimento dessa verdade histórica, prestando a minha comovida homenagem à sua memória e orgulhar-me de ter manuseado "Os Sertões" nas tiras de papel que passaram por minhas mãos. São José do Rio Pardo, 29 de setembro de 1943. (a) José Augusto Pereira Pimenta." — Como contemporâneos do Sr. José Augusto Pereira Pimenta, nesta cidade, confirmamos as declarações supra por ser a expressão da verdade. (aa) João Modesto de Castro. João Américo Ribeiro Filho — *Reconhecimento de firma*: Reconheço a firma supra de José Augusto Pereira Pimenta e dou fé. São José do Rio Pardo, 29 de setembro de 1943. Em testemunho (sinal público) da verdade. (a) João Ribeiro Nogueira Sobrinho. 2.º Tabelião. — Assistiram à assinatura destas declarações as pessoas abaixo enumeradas, conforme autógrafos apostos nos respectivos originais: Aurino Vilela de Andrade, Prefeito Municipal; Dr. Adolfo Pires Galvão, Juiz de Direito da Comarca; Dr. Laudelino de Oliveira Barbosa, Promotor Público da Comarca; Dr. Agripino da Silva, representante do Grêmio "Euclides da Cunha" e presidente da comissão dos festejos euclidianos; José de Sousa Guimarães, funcionário postal; Dr. Osvaldo Galotti, 2.º Secretário da Comissão dos Festejos Euclidianos; Ítalo Antonio Lizzieri, funcionário do Fórum; Dr. Umberto Lacreta, advogado; Dr. Fausto Couvert Ribeiro, advogado; Otávio Pereira Leite, 1.º Secretário da Comissão dos Festejos Euclidianos; Hermenegildo Landini, contador, Partidor e Distribuidor do Juízo; João Ribeiro Nogueira Sobrinho, 2.º Tabelião; Marcolino Custódio Ribeiro, Oficial de Justiça;

Dr. Honório Dias de Siqueira, advogado; Clóvis Pacheco Silveira, 1.º Tabelião e Tesoureiro da Comissão dos Festejos Euclidianos.

*

* *

A sua afetividade não esqueceria o modesto colaborador. E, em carta a Francisco Escobar, de 10 de agosto de 1902, depois de noticiar o regresso do Rio, aonde fôra ultimar a impressão d' "Os Sertões", escreve Euclides: Apresso-me em dar-te a notícia, porque foste o meu melhor colaborador neste ermo de S. José do Rio Pardo, e peço transmiti-la ao Augusto, dizendo-lhe que o nosso contrato sem escrituras tem a garantia da minha palavra, que às vezes parece ser palavra de rei".

E, assim, o modesto patricio se incorporou à glória d' "Os Sertões".

O VISCONDE DE CAIRÚ — JORNALISTA (1821-1828)

HÉLIO VIANA

Dentre os muitos aspectos sob os quais pode ser examinada a singular figura histórica e literária de José da Silva Lisboa, 1.º Barão e único Visconde de Cairú (1756-1835), não serão dos menos importantes os que dizem respeito às suas atividades jornalísticas.

Exerceu-as, com o devotamento que caracterizava tôdas as suas atitudes, entre 1821 e 1828. Iniciando-as desde que se apresentaram os primeiros sinais da crise de ruptura entre as duas partes do Reino Unido de Portugal e Brasil, conseguiu mantê-las até o comêço do ocaso do reinado de D. Pedro I, quando a querela da sucessão ao trono português mareou a proximidade de seu térmo. Pode-se dizer que todos os acontecimentos políticos da época receberam seus comentários, muitas vezes apaixonados, mas sempre esclarecidos. Grande é, portanto, o valor da contribuição pelos mesmos oferecida à história dos últimos meses do Brasil-Reino e dos seis anos iniciais do Primeiro Reinado. Contava, então, o ardoroso publicista, de 65 a 72 anos de idade.

Não menos de nove pequenos jornais, dignos de nessa categoria serem classificados, dentro dêsse período redigiu o velho economista, sempre disposto à defesa das idéias que julgava úteis à “boa ordem” ao “bem-comum”, expressões muito de seu gôsto. Isto sem falar em nada menos de trinta e dois panfletos políticos no mesmo lapso de tempo pelo incansável batalhador dados à luz — como em outro trabalho explanaremos. E tudo sem prejuizo da elaboração de quatro obras de maior vulto, em doze volumes, entre 1824 e 1830 aparecidas (1).

(1) Referimo-nos à *Constituição Moral e Deveres do Cidadão*, de 1824 e 1825, em três partes, um *Suplemento* e apêndice, somando 790 págs.; à *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, quatro volumes aparecidos em 1826, 1827, 1829 e 1830; às *Leituras de Economia Política ou Direito Económico*, de 1827, dois volumes; à *Escola Brasileira ou Instrução útil a todas as classes, extraída da Sagrada Escritura para uso da Mocidade*, de 1827, também em dois volumes.

Limitando-nos, no presente estudo, aos periódicos, também deixamos para outra oportunidade o exame das deficiências bibliográficas até agora registradas em todos os ensaios dedicados ao eminente baiano. Especialmente quanto aos folhetos de sua lavra, anônimos ou assinados com pseudônimos, são diversas as respectivas omissões. Outros, por terem aparecido em série, datados e numerados, embora de temas restritos, prestam-se à confusão com as gazetas de sua redação.

1 — CONCILIADOR DO REINO UNIDO (1821)

Foi o *Conciliador do Reino Unido*, terceiro jornal brasileiro em ordem cronológica, o primeiro dos periódicos políticos que redigiu José da Silva Lisboa, fazendo-o em momento especialmente crítico da vida brasileira. Seus sete números in-4º, com 67 páginas, compostos na única tipografia aqui então existente, a Impressão Régia, de que era êle um dos diretores (2), apareceram entre 1.º de março e 25 de abril de 1821, exatamente quando aqui se resolvia a volta do rei D. João VI para Portugal e a permanência do príncipe D. Pedro no Brasil, como regente. Teve o n. 3.993 no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, em 1881 promovida pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Nesta, como na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, existem suas raríssimas coleções.

Do aparecimento do *Conciliador* e das circunstâncias que cercaram essa iniciativa deu sucinta notícia Bento da Silva Lisboa, 2.º Barão de Cairú, filho do 1.º Barão e Visconde do mesmo título, na memória bio-bibliográfica que dedicou ao pai: "Quando rebentou a revolução do Pôrto, em 1820, e que o seu éco repercutiu em todo o Brasil, tendo-se visto o Senhor Rei D. João VI na necessidade de jurar, em 26 de fevereiro de 1821, a Constituição que as Côrtes Constituintes em Portugal fizessem, era tal o crédito de que gozava Silva Lisboa que foi nomeado Inspector dos Estabelecimentos Literários, emprêgo sumamente espinhoso, pois que tinha de censurar todas as obras que se publicassem; mas que êle satisfatoriamente desempenhou, não se esquecendo, no meio das suas graves ocupações, de aconselhar a concórdia e harmonia entre os cidadãos, publicando o jornal *Conciliador do Reino Unido*" (3).

(2) Cairú fez parte tanto da primeira como da segunda Junta Diretória da Impressão Régia, com mandatos que se prolongaram de 1808 a 1815 e dêste ano ao de 1830. (Cf. Alfredo do Vale Cabral — *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822* (Rio, 1881, págs. LXIII/LXIV).

(3) Bento da Silva Lisboa — "José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú", memória publicada na *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo I, de 1839 (reedição de 1855), pág. 241.

Completando a informação, acrescentou o grande bibliógrafo Alfredo do Vale Cabral que o periódico defendia “ardentemente o Príncipe-Regente D. Pedro, pregando a concórdia e a boa harmonia entre os cidadãos, advogando a causa do Brasil com argumentos irrefutáveis e avivando a memória a todos os cidadãos, acêrca das Cartas de Lei de 16 de dezembro de 1815 e 13 de maio de 1816, em que El-Rei D. João VI declarara a união dos Reinos de Portugal, Brasil e Algarves, incorporando as armas de todos êles em um só escudo” (4).

Nesse sentido, à vista das coleções do *Conciliador* existentes entre os reservados da Secção de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, julgamos não ser impossível a hipótese de que, mais do que à próxima regência do príncipe D. Pedro (ainda não iniciada, enquanto existiu o jornal) procurou Cairú defender a possibilidade da permanência de D. João no Brasil, de acôrdo com a idéia de que o bom rei no íntimo preferisse essa solução para a crise constitucional luso-brasileira do comêço de 1821, versão que tem sido aceita por vários historiadores brasileiros (5).

Melhor que essas conclusões posteriores será, porém, o exame dos sete exemplares do *Conciliador do Reino Unido*.

Concordando com o título e os objetivos do periódico, servem-lhe de epígrafe versos de três estâncias dos *Lusíadas*, entre as quais aquela que se refere à

..... “portuguesa alta excelência
De lealdade firme e obediência.”

Em tom de proclamação aos compatriotas, d’aquém e d’além-mar, aos amantes do Reino Unido e à tropa de linha — começa o artigo inicial e único, do exemplar de 1.º de março de 1821. Lembra-lhes o decreto de 13 de novembro de 1813 e as Cartas de Lei citadas por Vale Cabral. Refere-se à divisa do infante D. Henrique — “*Talent de bien faire*”. E termina com a classificação da data de 26 de fevereiro de 1821 como o Dia da Salvação e da Regeneração, com elogios ao príncipe D. Pedro por ter sido o mediador da concessão da Constituição que ainda se iria fazer.

O segundo número, de 12 de março, evoca a recomendação de D. Manuel I a Vasco da Gama, para que mantivesse sempre a Paz e a Concórdia. Alude ao nascimento de D. João Carlos, Príncipe

(4) Alfredo do Vale Cabral — *Vida e Escritos de José da Silva Lisboa — Visconde de Cairú* (Rio, 1881), pág. 26.

(5) Principalmente pelo Visconde de Pôrto Seguro, na *História da Independência do Brasil* (Rio, 1917), 69/70; e pelo sr. Tobias Monteiro, na *História do Império — A Elaboração da Independência* (Rio, 1927), cap. XII — “A partida do Rei”.

da Beira, filho de D. Pedro e de D. Leopoldina, ocorrido no dia 6 do mesmo mês, não se esquecendo de salientar a distinção desde o reinado de D. João IV outorgada ao nosso país, por intitularem-se Príncipes do Brasil os herdeiros presuntivos da Coroa de Portugal. Aproveita-se da oportunidade para concluir que D. João VI do Brasil e de Portugal fizera um só corpo, sendo Lealdade e União a divisa que aconselhava. Depois de exaltar, mais uma vez, o ato de 26 de fevereiro, divagando sobre a Lealdade e a Concórdia, encerra o fascículo com os "Votos Patrióticos" contidos no Hino composto por um goiano por motivo dos acontecimentos daquela data, com o seguinte estribilho:

"Dai-nos Pedro segurança;
Cesse de todo a opressão:
Sejamos livres, felizes,
Por Santa Constituição."

A maior parte do terceiro número do *Conciliador do Reino Unido*, datado de 24 de março de 1821, é dedicada, como boa obra de propaganda, à transcrição de opiniões de escritores europeus, relativas ao governo de D. João VI no Brasil (6).

Começa pela do "famoso Arcebispo de Malines", isto é, o conhecido abade De Pradt, sobre os inegáveis benefícios da transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil, ocorrência ainda hoje errôneamente classificada como simples fuga pelos historiadores de curto fôlego: "Uma nova cena foi aberta na Europa. O que os holandeses se propuseram a executar, quando Luís XIV trovejara às portas de Amsterdão; o que Filipe V projetava, quando a fortuna contrária parecia entregar a Espanha à sua rival; o que o resolutivo Pombal aconselhava, quando Lisboa engulida pelo terremoto parecia não assentar senão sobre um abismo; o que Carlos IV ia empreender depois de, já mui tarde, esclarecido sobre a sorte que lhe estava preparada — foi executado pelo Príncipe do Brasil (7). Dêle é que veio o exemplo dado aos soberanos da Europa para unânime Confederação e Resistência ao Déspota da França... (8). A

(6) Cf. o exemplar que em duplicata possui o sr. Francisco Marques dos Santos, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e que, gentilmente posto à nossa disposição, integralmente transcrevemos no artigo "D. João VI, a transmigração da Família Real Portuguesa e a colonização do Brasil no jornal *Conciliador do Reino Unido*, do Visconde de Cairú (1821)", publicado no *Anuário do Museu Imperial*, vol. II (Petrópolis, 1941 — Rio, 1942), págs. 43/48.

(7) Era este o título que pessoalmente cabia ao Príncipe-Regente D. João, enquanto viva sua mãe D. Maria I.

(8) Napoleão. O exemplo dado por D. João em 1807 foi seguido, na guerra atual, por diversos soberanos e chefes de Estado europeus, que assim preservaram a personalidade internacional de seus países, sem que ninguém se lembrasse de acoimá-los de fujões.

sua passagem de Portugal ao Brasil é um successo que exercerá a maior influência sobre o destino do mundo. A nau que o levou ao Brasil alcançaria entre os gregos ainda mais honras que a embarcação que transportou a Jasão e a seus argonautas. O novo Rei da Monarquia Lusitana é o Conservador da Realeza na América, e o seu ponto de apóio. Os Tronos da Europa a Elle deverão essa obrigação... Portugal não tem mais Colônias na América; ora tem tudo a ganhar e nada a perder. O Soberano deve agradecer ao Céu de o levar a suas terras sem limites de espaço e de riquezas, para encher os destinos preparados à Humanidade, entrando agigantado na Política do Universo e constituindo-se Independente. Eis a graduação sublime a que o chama o próprio interêsse bem entendido”.

Opiniões idênticas, francamente elogiosas ao Brasil e seu soberano, foram transcritas a seguir, devidas ao Conde Chaptal, Inspector das Fábricas de França, ao historiador e poeta laureado Robert Southey e a outros estrangeiros ilustres, por diversos motivos conhecedores do Brasil, como o Conde Hogendorp, ex-ministro holandês e general de Napoleão, voluntariamente exilado aqui nas Águas Férreas; o cientista príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, autor de magnífica *Viagem ao Brasil*; e o Barão de Langsdorff, cônsul-geral da Rússia, fazendeiro na Baixada Fluminense, futuro e trágico explorador dos sertões paulistas e mato-grossenses.

No quarto número entrou o *Conciliador do Reino Unido* em terreno mais doutrinário. Referiu-se, com luxo de maiúsculas e vigor de adjetivos, ao vulcão revolucionário da França, à liberal Constituição da Inglaterra, à divisão da sociedade civil em proprietários, capitalistas e salarizados (particulares e públicos) — ponto em que Cairú teve ocasião de expor os seus sólidos conhecimentos da economia política do tempo. Terminou longamente recordando os motivos mais confessáveis da revolução portuguesa de agosto de 1820.

A liberdade de imprensa constituiu o tema principal dos três últimos números do *Conciliador*, primeiro jornal brasileiro a ocupar-se do assunto. Sendo o seu redator o próprio censor de todas as publicações que se candidatassem à composição tipográfica na Imprensa Régia, era natural que entendesse elle ser aquella liberdade melhor quando estabelecida de modo a serem evitados quaisquer abusos. Nesse sentido, esforçou-se Silva Lisboa por esclarecer os seus contemporâneos, para tanto se valendo assim dos recursos que provinham de sua incontestável erudição como da capacidade dialética que sempre caracterizou os seus escritos, apesar do tom dogmático em que eram geralmente vasados.

As três últimas páginas do n. 7 do *Conciliador do Reino Unido*, de 25 de abril de 1821, que faltam ao exemplar da Biblioteca Nacional, mas existem na coleção do Instituto Histórico, que pertenceu ao neto de Cairú, Dr. Lucas da Silva Lisboa e ao senador Ma-

nuel Barata — transcrevem a nova redação à letra do hino “Votos Patrióticos” dada por seu misterioso autor. Êste, o “Anônimo Goiano”, que a 26 de fevereiro, no entusiasmo da vitória da revolução constitucionalista o havia composto, entregando os respectivos originaes à Tipografia Real, corrigiu-os depois, e a 13 de março endereçou-os ao jornalista e censor (9).

2 — SABATINA FAMILIAR DE AMIGOS DO BEM-COMUM (1821-1822)

Tendo publicado, em 1819-1820, o trabalho intitulado *Estudos do Bem-Comum e Economia Política*, a êle indiretamente se referiu José da Silva Lisboa, ao atribuir o nome *Sabatina Familiar de Amigos do Bem-Comum* ao periódico que em fins de 1821 iria lançar, tendo em vista a organização, entre nós, de uma “sociedade doméstica dos homens de letras”, com amplos objetivos culturais, que chegavam à realização da própria Universidade.

Apesar das preocupações políticas da época, às vésperas da declaração do *Fico* do Príncipe-Regente, foi aquilo proposto no *Prospecto da Sabatina*, folheto de 10 páginas: “O redator há muito tempo meditava fazer uma *Companhia doméstica* de homens de letras, para em amigável conferência se lerem e discutirem as obras sôbre êste assunto e se ir formando uma Coleção das doutrinas que parecessem mais convenientes e praticáveis nas atuais circunstâncias dêste Reino. Não efetuou porém o intento, porque lhe pareceu que, só com autoridade superior, convinha dar a êsse respeito impulsão ao espírito público, etc.” (10).

(9) Entre o *Conciliador do Reino Unido* e a *Sabatina Familiar de Amigos do Bem-Comum*, primeiro e segundo jornais em 1821 redigidos por José da Silva Lisboa, costumam vários bio-bibliógrafos intercalar como de sua redação *O Bem da Ordem*, periódico do mesmo ano. Estudando-o, como a outras publicações da época, verificamos ser errônea essa indicação, devida a explicável lapso de Vale Cabral. (Na *Vida e Escritos*, cit., à pág. 66, nos *Anais da Imprensa Nacional* à pág. 189). — Acontece que na coleção da Biblioteca Nacional, que certamente foi a examinada pelo criterioso investigador, falta, além do n. 2, também o décimo e último número da pequena gazeta. Vendo-os, porém, na Biblioteca do Arquivo Nacional, verificamos, pelo contexto dêste, sem a menor dúvida, que sua autoria coube ao então terceiro redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*, Cônego Francisco Vieira Goulart, mais tarde diretor da Biblioteca Imperial e Pública. Comprova-o, além disso, a polémica com êle e com os proprietários da *Gazeta* mantida pelo respectivo antecessor no cargo, coronel Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Dela há vestígios em avulsos e jornais do tempo, inclusive a própria *Gazeta*, o *Diário do Rio de Janeiro* e *O Espelho*. Ao assunto dedicaremos trabalho especial.

(10) Fiel, talvez, à idéia de que ao govêrno deveria competir a iniciativa na organização de sociedades literárias do gênero da proposta, sete anos mais tarde, em 1828, tendo sido solicitado o seu parecer pelo ministro do Império, Pedro de Araújo Lima, futuro Visconde e Marquês de Olinda, opinou Cairú que

SABBATINA FAMILIAR

DE

AMIGOS DO BEM-COMMUM.

.....
Mas o Publico Bem que o seu desejo.
Cant. Luc. IV. 27.
.....

Theophilo.

Tendo o Publico recebido benignamente o 1.º e 2.º Numero da nossa Sabbatina, convém, para satisfação dos curiosos, mostrar, que esta Companhia Domestica, não só he Constitucional, e Civil, sem o menor intento de offender a qualquer pessoa, classe, e ordem de pessoas; mas tambem que se funda em bons exemplos, antigos e modernos, jamais censurados pelos Zollos e Aristarchos dos Paizes cultos, antes geralmente approvados pela sua reconhecida utilidade pratica.

Almanaxio.

Hiremos seguros regendo-nos pela Nova Lei Fundamental. O Soberano Congresso de Lisboa nas BASES DA CONSTITUIÇÃO Secção I. Art. 2 e 8,
Declarou:

Fac-simile do terceiro número da Sabatina Familiar de Amigos do Bem-Comum, de 22 de dezembro de 1821, periódico redigido por José da Silva Lisboa, 1.º Barão e Visconde de Cairú, no qual era preconizada a criação, no Brasil, de "Companhias Domésticas de Homens de Letras".

“O objeto principal dêsse periódico” — prossegue o *Prospecto* — “é o formar cidadãos úteis à Igreja, à Pátria e à Humanidade, sempre prontos a sacrificar, sendo necessário, o próprio interesse ao bem público, como exige a Constituição do mundo, pela estabelecida ordem do regedor da sociedade; no que consiste a genuína virtude, religiosa e civil.”

“O redator dêste periódico também se propôs fazer um esboço dessas sociedades, para se multiplicarem no Brasil; afim de que os literatos das partes mais cultas desenvolvam os recursos do respectivo distrito, em ordem ao aumento da virtude, ciências, indústria e riqueza do Estado. Assim se estabelecerão as bases de uma bem fundada Universidade, de que tanto há mister nesta grande Terra da América Meridional” (11).

Apareceu êsse *Prospecto* antes dos cinco números in-4º, datados de 8 de dezembro de 1821 a 5 de janeiro de 1822, com mais 38 páginas, dessa raríssima gazeta, n. 19.539 do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Composta na Imprensa Nacional, como então se denominava a anterior Impressão Régia, não se conhecem hoje outros exemplares seus, além do n. 3, de 22 de dezembro de 1821, que possui o sr. Francisco Marques dos Santos, há tempos por nosso intermédio reproduzido na revista *A Ordem*, do Rio de Janeiro (12).

Para justificar aquelas vastas proposições, Silva Lisboa nele julgou conveniente apresentar os precedentes estrangeiros das sociedades literárias que até então tivessem existido ou ainda existissem, mais ou menos nos moldes daquela cuja organização preconizava.

Depois de alterada epígrafe de Camões (“Mais o público bem que o seu *respeita*” — modificada para “Mais o público bem que o seu *deseja*”), conversam no n. 3 da *Sabatina Familiar de Amigos do Bem-Comum*, três personagens: Teófilo, Atanásio e Crisóstomo. Diz o primeiro:

“Tendo o Público recebido benègnamente o 1.º e 2.º Número da nossa *Sabatina*, convém, para satisfação dos curiosos, mostrar que esta Companhia Doméstica não só é Constitucional e Civil, sem o menor intento de ofender a qualquer pessoa, classe e ordem de pessoas — mas também que se funda em bons exemplos, antigos e

se não deveria conceder licença a uma Sociedade Filopoliténica, que em São João d'El-Rei projetara fundar o respectivo juiz de fora Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, depois Visconde de Sepetiba. (Cf. o trabalho do autor — *Visconde de Sepetiba*, separata de *Centenário de Petrópolis — Trabalhos da Comissão — “Os Fundadores”*, vol. VII (Petrópolis, 1943), págs. 114/115).

(11) Cr. Alfredo do Vale Cabral — *Vida e Escritos*, eits., pág. 27.

(12) N. 8, ano XXII, de agosto de 1942, artigo “O Visconde de Cairú e as *Companhias Particulares dos Homens de Letras*”, págs. 122/127.

modernos, jamais censurados pelos Zoilos e Aristarcos dos países cultos, antes geralmente aprovados pela sua reconhecida utilidade prática.”

Mostra o segundo a constitucionalidade do projeto, à vista das *Bases da Constituição Portuguesa*.

Salienta o terceiro, longamente, que “as Companhias particulares dos Homens de Letras têm exemplos ainda na mais alta antiguidade. Os ajuntamentos dos filósofos gregos nos chamados Liceu, Pórtico, Peripato, Jardins de Epicuro — não eram tanto aulas de ensino como *Sociedades Literárias*.”

“Roma seguiu o exemplo da Grécia” — continúa Crisóstomo, mais adiante. Augusto “também teve a sua *Companhia Familiar de Homens de Letras*.”

“A primeira Sociedade de Homens de Letras na Europa, depois da invasão dos bárbaros que destruíram o Império Romano, foi estabelecida por conselho do monge Aleuino, mestre do celebrado Carlos Magno, que se intitulou o Imperador do Ocidente. Esta sociedade se ajuntava no Palácio Imperial e dela foram membros os maiores literatos da Côrte, sendo presidente o mesmo Imperador; e por isso foi intitulada a *Escola Palatina*.”

Errôneamente aludindo, de acôrdo com as idéias da época, aos “séculos da tirania e barbaria que oprimiram e escureceram a Europa até com a perseguição e queima das livrarias públicas e particulares e hórrida intolerância das seitas e opiniões religiosas e políticas”, durante os quais diz ter havido “tênuo progresso do espirito humano por mais de milênio” — chega o erudito Silva Lisboa, sempre por intermédio de sua personagem, à Itália de “depois de 1453, em que alguns literatos gregos, fugindo das violências do Império Turco, estabeleceram escolas para o ensino público e formaram as bases de várias particulares Sociedades Literárias e Instituições Acadêmicas. Só em Milão houveram 25, e em toda a Península 500, compreendendo-se as destinadas a apurar a língua e promover a literatura italiana, a música, pintura e mais artes liberais. Distinguiram-se a *Academia da Arcádia* e a *Academia della Crusca*, fazendo-se esta célebre pelo seu *Dicionário Italiano*, de grande merecimento, e pelos insígnos sócios Tasso e Torricelli. É notável a sociedade literária que em 1560 foi estabelecida na casa de Batista Porta, intitulada *Academia dos Segredos da Natureza*, cujo objeto era a investigação da Ciência Física. No século XVII o príncipe Frederico Cesi estabeleceu em Roma para o mesmo fim a *Academia Lyncei*, sendo os seus membros os mais eminentes filósofos dessa Capital, entre os quais foi o illustre Galileu.

“Em 1690, Eustáquio Monfredo, tendo só dezaseis anos de idade, foi o fundador de uma academia em Bolonha, fazendo na própria casa seus estudos com os companheiros. A sua divisa foi — *Mens*

agitat. Ela em 1714 foi depois unida ao *Instituto de Bolonha*, estabelecido e dotado pelos Sumos Pontífices Clemente XI e Benedito XIV.

“No princípio do século XVIII Vicente Coronelli fundou em Veneza a *Academia Cosmográfica*, para promover os conhecimentos da geografia e navegação, tomando os membros o título de Argonautas e a divisa *Plus Ultra*.

“Estas sociedades particulares ocasionaram estender-se no povo o gosto de saber, e nos soberanos de Sardenha e Nápoles o zelo de promoverem os conhecimentos úteis em vasta esfera, que por isso fundaram no século décimo-oitavo suas *Reais Academias das Ciências*, semelhantes às de França e Inglaterra.

“A França, desde o tempo de Henrique IV adiantando-se em riqueza e potência, começou a fazer grandes progressos na literatura; mas só em 1635 é que o Cardial Richelieu fundou a *Academia Francesa*, sendo seu principal fim melhorar a língua nacional e promover a eloquência e poesia.

“Depois, o celebrado ministro Colbert em 1663 ampliou o plano, para promover a memória dos importantes sucessos da sociedade civil, e especialmente os da monarquia francesa, pelo exame das moedas, cunhos, relevos, fundando nova sociedade, que ao princípio foi composta só de quatro membros tirados da dita *Academia Francesa* e por isso intitulada a *Pequena Academia*; sendo acrescentado o número de seus membros em 1691, obtendo êste estabelecimento o patrocínio do rei e o título de *Academia Real das Inscrições e Medalhas*, com a divisa — *Vetat mori*.

“Não é do nosso propósito aquí expor a história da fundação da *Real Academia das Ciências de Paris*, estabelecida em 1666 por el-rei Luís XIV; e da *Real Academia e Polida Literatura* de Tolosa e de outras academias literárias estabelecidas em várias cidades da França, nem as mudanças de nomes (de Academia para Instituto e de Instituto para Academia) que sobrevieram depois da Revolução Francesa e da Paz Geral. O público já está de posse dos *Anais* que se publicam em Paris, por hábeis nossos patriotas no idioma português (13), e em que se tem dado mui instrutivas notícias dos estabelecimentos literários da grande nação francesa, especialmente dos relativos à perfeição das artes superiores.

“N’Alemanha, a *Academia dos Curiosos da Natureza* foi estabelecida por M. Bausch, médico em Swinfurth, cidade da Francônia, instituída para comunicação das novas descobertas na física; foi o seu primeiro ajuntamento no 1.º de janeiro de 1652. Obteve em 1687 a proteção do Imperador Leopoldo, que lhe deu o título

(13) Trata-se da revista *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, na capital francesa entre 1818 e 1822 dirigida por José Diogo Mascarenhas Neto, com a colaboração de Francisco Solano Constâncio.

de *Cesário-Leopoldina Naturæ Curiosorum Academia*, sendo a sua divisa — *Nunquam otiosus*.

“Das outras côrtes da Alemanha em que se tem estabelecido Academias Reais das Ciências, é particularmente memorável a de Copenhague, na Dinamarca, que deve a sua origem ao zêlo de seis *estudantes*, a quem el-rei Cristiano VI em 1742 havia ordenado o arrançamento do seu gabinete de medalhas. Entre êstes seis foi Pontoppidan, celebrado autor da *História Natural da Noruega*.

“A Espanha, pátria de Seneca, Trajano e Cervantes, sempre distinta em grandes engenhos, bem que decaída em literatura depois da introdução do barbarismo gótico, sarraceno e ultramontano começou a figurar no teatro da civilização depois da publicação das obras do seu crítico Feijó, e adoção do expediente das Sociedades Patrióticas, que presentemente são 80, segundo afirma M. De Pradt na sua obra de 1820 sôbre a *Revolução Atual de Espanha*, cap. I, pág. 20. Sem dúvida, elas têm muito cooperado a sustentar o espírito público do país para completar a sua regeneração política.”

Suspendendo-se aqui, pelo desaparecimento de outros exemplares da *Sabatina Familiar de Amigos do Bem-Comum*, a exposição do propagandista das sociedades literárias, muito sentimos não poder expor quais as características da que aqui desejou fundar o futuro Visconde de Cairú, não levando avante seu projeto certamente pelas dificuldades políticas agravadas em janeiro de 1822.

Vale Cabral, que chegou a ver a coleção da publicação, anotou a inclusão, em seu último número, de várias estâncias do canto I do *Caramuru*, de Santa Rita Durão, com a promessa de sua continuação em publicações subseqüentes.

3 — RECLAMAÇÃO DO BRASIL (1822)

À entrada do ano da Independência, ao decidir-se a permanência do Príncipe-Regente D. Pedro no Brasil, contra as ordens das Côrtes constituintes reunidas em Portugal, iniciou José da Silva Lisboa a publicação de seu segundo periódico político, a *Reclamação do Brasil*, de que possuem coleções a Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Assinado “Fiel à Nação”, deu quatorze números, ou “partes”, como preferia dizer o redator, com 28 páginas não numeradas, até 23 de maio (e não março, como tem sido repetido), de 1822. Teve o n. 7.068 no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, que errôneamente o não incluiu entre os jornais da época, fazendo-o entre as publicações históricas.

Data do próprio dia do Fico, 9 de janeiro de 1822, o aparecimento de seu primeiro número, composto na Imprensa Nacional. Atendido pelo príncipe D. Pedro o pedido do povo, tendo os com-

ponentes da Câmara Municipal voltado a seu paço, subiu a um monte de pedras existente perto do consistório da igreja do Rosário, à rua da Vala (hoje Uruguiana), o jovem Inocêncio da Rocha Maciel, filho do *leader* político e maçônico José Joaquim da Rocha, e em voz alta leu à multidão entusiasmada o conteúdo do referido exemplar (14).

Não era êste mais que um comentário enérgico à declaração contida na lei portuguesa de 1.º de outubro de 1821, reproduzida em epígrafe, em sua parte essencial: "A continuação da residência do Príncipe Real no Rio de Janeiro, se torna não só desnecessária, mas até indecorosa à sua alta gerarquia. — Regresse, quanto antes, para Portugal; logo que chegue, passe a viajar incógnito a Espanha, França e Inglaterra."

A técnica foi seguida nos números seguintes. No segundo, havendo ao alto outro trecho da referida lei, quanto à conveniência de viajar o príncipe, para obter conhecimentos, acrimoniosamente apreciou-o o futuro Cairú.

Passou à outra questão a terceira parte da *Reclamação do Brasil*: ficarem os governadores e comandantes das armas das províncias diretamente sujeitos ao govêrno do Reino. Comentou, a respeito, a atitude de oposição assumida pela Divisão Auxiliadora Portuguesa então estacionada no Rio de Janeiro, terminando pela transcrição da célebre estância de Camões alusiva aos traidores, mesmo entre os lusitanos algumas vezes existentes.

Assunto idêntico apareceu no quarto número: a ordem para que novas tropas portuguesas viessem substituir as que aquí se encontravam. Examinou, a propósito, a partida de Avilez, no mesmo mês de fevereiro resolvida.

Lisboa como "centro e sede da monarquia", a exclusão do Brasil no título do rei de Portugal, a extinção dos tribunais no Rio de Janeiro criados desde 1808, a assinatura das leis pelos Secretários de Estado — foram outras medidas das facciosas Côrtes acriminosamente censuradas por Silva Lisboa, nas quatro *Reclamações* seguintes. Entre exclamações dirigidas aos "Habitantes do Brasil!", aos "Altivos Fluminenses!", etc., além de citações dos *Lusíadas*, do *Uruguai* e do *Caramurú*, sérios argumentos políticos aparecem, como, por exemplo, o relativo à arbitraria supressão dos tribunais cariocas. Nula é a lei de 13 de janeiro de 1822, diz o erudito redator, pois, "pela *Ordenação do Reino* (Liv. 1.º Tít. 2), o Chanceler-mór tem a prerrogativa de opôr na publicação da Chancelaria

(14) Cf. Joaquim Manuel de Macedo — *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* (Rio, edição de 1942), pág. 384. — Sobre José Joaquim da Rocha, importante vulto do movimento da Independência, deve ser visto o trabalho do seu descendente sr. Salomão de Vasconcelos, intitulado *O Fico — Minas e os Mineiros na Independência* (São Paulo, 1937).

glosa contra Cartas e Provisões de Graça em nome d'El-Rei contra o Direito do Povo. Esta glosa é uma espécie de veto. A lei da extinção dos tribunais do Rio de Janeiro se pode considerar, quanto ao fim e efeito, como Carta e Provisão de Graça à Casa de Suplicação e mais tribunais de Lisboa, contra o Direito do Povo do Brasil."

Outro caso, que de perto dizia respeito ao baiano que Silva Lisboa nunca deixou de ser, apereceu nas partes VIII, IX e X das *Reclamações*, provocando sentidas reflexões: a atitude do brigadeiro Madeira de Melo insurgindo-se contra a nova ordem de coisas criada pelo Príncipe-Regente. A feliz viagem d'este a Minas Gerais, em fins de março e princípio de abril de 1822, também mereceu comentários no décimo-primeiro número, assim como, no seguinte, a posição mais cautelosa quanto ao Brasil, então assumida pelas Côrtes de Lisboa, já naturalmente temerosas dos resultados de seus anteriores excessos.

Além do habitual Camões, mimosos versos de um mineiro, dirigidos a certa matrona, aparecem na parte XIII, destoando do tom sempre político da publicação:

"Nas faces formosas
Mui lindas rozas
Sempre trazeis.
Mas inculcando
Ternos carinhos,
Cruéis espinhos
Falsa escondeis
Ímpia tais armas
Com que ofendeis."

A XIV e última parte da *Reclamação do Brasil*, apesar de errôneamente datada de 23 de março de 1822, é de 23 de maio, pois na epígrafe e no texto comenta o célebre discurso de Joaquim Gonçalves Ledo de 20 d'este mês, que termina pelo conhecido trecho, dirigindo-se o orador ao Príncipe-Regente:

— "Tu já conheces os bens e os males que te esperam e à tua posteridade... Queres? Ou não queres? Resolve, Senhor!"

Dentre os diversos periódicos editados por José da Silva Lisboa foi a *Reclamação do Brasil* o que maior número de polémicas jornalísticas suscitou, como prova a publicação, pelo mesmo Cairú, dos três panfletos intitulados — *Defesa da Reclamação do Brasil* (contra o *Compilador Constitucional, Político e Literário Brasileiro*), *Memorial Apologético das Reclamações do Brasil* (contra o *Correio do Rio de Janeiro* e o *Revérbero Constitucional Fluminense*) e *Falsidades do Correio e Revérbero contra o escritor das Reclamações do Brasil*, ainda respondendo a ataques d'esses jornais de João

Soares Lisboa, e do cônego Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo. Em trabalho à parte relativo a "O Visconde de Cairú — panfletário", foram, todos, devidamente estudados.

4 — ROTEIRO BRASÍLICO OU COLEÇÃO DE PRINCÍPIOS E DOCUMENTOS DE DIREITO POLÍTICO EM SÉRIE DE NÚMEROS (1822)

Fiel ao programa esboçado no título, destinava-se o *Roteiro Brasília* a divulgar entre nós os princípios políticos que o autor julgava mais convenientes ao país na fase de intensa organização em que se encontrava êste, às vésperas e pouco depois da Independência.

Foi êste o único periódico de José da Silva Lisboa em cujo cabeçalho apareceu o seu nome. Teve, no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, o n. 4.481. Seus onze números (ou "partes"), in-4.º, existentes na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, formam um conjunto de 196 páginas, incluindo-se-lhe o "Manifesto de Espanha, circulado confidencialmente em Madri, sôbre os negócios do Sul d'América", quinze páginas anexas à última parte. Vale Cabral considerou êsse "Manifesto" independente do *Roteiro na Vida e Escritos de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú*, não o fazendo, porém, como é mais certo, nos *Anais da Imprensa Nacional* (15). Composto na Tipografia Nacional, o primeiro fascículo ainda trouxe impressas as armas do Reino Unido, visto ser datada a nota "Aos Leitores" de 23 de agosto, duas semanas antes do grito do Ipiranga.

Nessa introdução depois da epígrafe de Salústio, declarou o redator ter lido na *Bibliothèque de l'Homme Publique*, tomo XIV, pág. 95, do chamado "Belo Espírito da Europa", que "os indígenas do Brasil haviam ainda (sic) em vários séculos passar por três metamorfoses para desenvolverem as próprias faculdades; mas que talvez algum dia teriam Newtons e Lockes". Para apressar o advento dessa éra, resolveu êle coordenar a presente coleção de notas de direito político.

Antes de entrar na matéria, dedicou o seu esforço "à memória do autor do poema épico do *Descobrimento da Bahia*, frei José Durão" (sic), a seguir transcrevendo vinte e duas estâncias dos cantos VI, VII e X do *Caramurú*, relativas à "Descrição do Brasil".

"Direito Político" é o título geral daí por diante adotado no *Roteiro Brasília*. "Conhecer é poder" foi a epígrafe de Bacon, colocada à entrada das "Observações preliminares".

(15) Obras citadas, págs. 69 e 292, respectivamente.

“A idade das Constituições chegou” — sentença do invasor de Portugal (Napoleão) que contra êle próprio se executou, aproxima-se, no texto, da observação de que igualmente errava o govêrno português de então, querendo recolonizar e escravizar o Brasil. Tendo o autor sincera e devotamente trabalhado pela união dos dois países, verificando tê-lo feito em vão, resolveu oferecer ao público alguns extratos úteis de autores notáveis.

Começando por Montesquieu, elogia-o apesar de seus paradoxos. Combate, porém, o apelidado “Sofista de Gênêbra”, escritor do *Contrato Social*, cujas doutrinas via transcritas em folhas volantes e regulares, sendo êle autor, também, do “absurdo paradoxo de que o estado selvagem era melhor que o civilizado”. E já estando convocada a Assemblêia Geral (de acôrdo com o decreto do Príncipe-Regente, datado de 3 de junho de 1822) queria por isso mesmo organizar um compêndio de *Máximas* de Burke, de cuja obra havia publicado *Extratos* em 1812 (16).

“Doutrinas de Burke” formam o conteúdo do segundo folheto do *Roteiro*, a começar pelo conceito de que a “boa ordem é o fundamento de todas as cousas”.

Resumos do *Espírito das Leis* contém o terceiro número. Em nota, lembra o redator que na Inglaterra ergueram um monumento a Montesquieu. Na Rússia, mandou Catarina II que atendessem aos seus ensinamentos, na elaboração do respectivo *Código Civil*. Mas as suas idéias de economia política encerram, em sua autorizada opinião, êrros graves, como, por exemplo, ao aprovar o sistema de monopólio na política colonial.

Ainda em apêndice alude à Constituição pelo *Protetor* general San Martin outorgada ao Perú. Considera-o um ambicioso, imitador de Cromwell ou Napoleão, propositalmente lembrando o fim dêste em Santa Helena, depois de à fôrça d'armas também se ter declarado *Protetor* da Confederação do Reno.

O sistema a que chama de “govêrno misto” e que diz vigente na Inglaterra, ocupa, com a exaltação da fôrma monárquica, o quarto número do *Roteiro Brasílico*, em que começa sua segunda parte. As doutrinas de Daví Hume, William Paley e Portalis foram resumidas nos números V, VI e VII. Voltou às do último no X, estudando o “Pacto Social” nos números VIII, IX e XI. Aludiu, ainda, à “galomania”, que a seu ver inútilmente vinha tentando estabelecer a democracia nos Estados regidos pela monarquia e condenou a “cabala anti-brasílica” que desejava “firmar o Reino do Terror do Congresso (de Lisboa) e estabelecer o Regime Democrático para esquartejar o Brasil, introduzindo a anarquia e tirania dos

(16) Referia-se aos *Extratos das Obras Políticas e Econômicas de Edmond Burke*, de que então havia publicado duas partes e um apêndice, com o total de 358 págs., in-4.

demagogos da gentalha, abismando no báratro o aclamado Império Constitucional”.

Citando o padre Antônio Vieira terminou José da Silva Lisboa o *Roteiro Brasileiro*.

Como aviso às tentativas portuguesas de reconquista do nascente Império do Brasil, reproduziu, em anexo, a verdadeira pali-nódia que era o citado “Manifesto de Espanha”. Não o fez, porém, sem salientar o fracasso da expedição espanhola recolonizadora da Venezuela, que da Europa veio comandada por Pablo Morillo: “Deixo aos compatriotas fazer o comentário e o paralelo do proceder das Côrtes de Portugal contra o Brasil: elas têm a Espanha por sua Estrêla d’Oriente.”

5 — IMPÉRIO DO EQUADOR NA TERRA DA SANTA CRUZ

(1822-1823)

De grande importância para a história dos primeiros tempos do Brasil independente é o quinto periódico do Visconde de Cairú, que de outubro de 1822 a janeiro de 1823 teve quinze partes publicadas, embora, como sempre, mais doutrinárias que noticiosas. Contendo V-152 páginas, recebeu o n. 7.087 no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, que também não o considerou um jornal. Suas coleções existem na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde o consultamos.

“Voto filantrópico de Roberto Southey, escritor da *História do Brasil*”, é o sub-título de sua primeira parte, ainda com o escudo do Reino Unido composta na Imprensa Nacional. Justificando-o, cita em inglês e português este trecho do poeta e historiador: “Deus, na sua misericórdia, prepare os brasileiros para esta feliz mudança; e conceda que se estabeleça entre êles ordem, liberdade, sabedoria e verdadeira piedade; e que floresçam por todas as gerações” (17).

Um “Voto do Rio de Janeiro” vem a seguir: “Havendo o continente d’América tomado nova face política, o Brasil não pode, nem deve permanecer estacionário, achando-se em especialíssimas circunstâncias para sobressair no Teatro da Civilização e ser o Baluarte de uma Monarquia Imperial e Constitucional”.

Cita, a propósito da situação política do continente, o aumento dos Estados Unidos com os territórios da Flórida e Luisiânia, notando, porém, que o autócrata das Rússias apoderou-se das Califór-nias, isto é, do Alaska. A aclamação de Iturbide como Imperador do México, e a de San Martin, como Protetor do Perú, são outros

(17) Robert Southey — *History of Brazil* (Londres, 1819), 1.ª edição. tomo III, cap. XLIV, pág. 879. Na tradução brasileira de Luís Joaquim de Oliveira e Castro (Rio, 1862) VI-539.

fatos que merecem sua atenção. Conclui comentando que o Brasil, cercado de Estados democráticos, pediu ao Príncipe-Regente que aceitasse o título de Imperador.

Como "Voto do Brasil", declara-o "uma só peça inteiriça".

"Ser melhor sempre e aos outros preexcelso" foi a epígrafe extraída da *Odisséia* que abriu uma nova subdivisão da primeira parte do *Império do Equador*, dedicada ao "Direito Político".

Acêrca da escolha do título de Imperador para D. Pedro I, lembra Silva Lisboa que, também por motivo da grande extensão territorial de seus domínios, tomou-o Pedro, o Grande, da Rússia. No Brasil, além disto, coube a D. João, então Príncipe-Regente, declarar em 1808 que aquí vinha criar "um novo Império". Tendo D. Pedro aceito o título de Defensor Perpétuo, competia-lhe, ainda, sustentar o seu direito de primogenitura — argumenta, previdentemente, o jornalista.

"Breve resposta à cabala anti-brasilica" foi o sub-título da parte II do *Império do Equador*, impressa na Tipografia Nacional ainda em outubro ou novembro de 1822, portanto já sem as armas do Brasil-Reino, substituídas por simples vinheta. Aludia, como se vê, aos acontecimentos de fins de outubro, embora sem tomar partido, ostensivamente, pela política de José Bonifácio.

Depois de epígrafe tirada ao *Espírito das Leis*, ligeiras bases de um liberal sistema político, "alicerces do edifício da felicidade brasileira" aí são apresentadas, sendo logo interrompidas por assunto mais premente: a situação da Bahia, a Princesa do Brasil, província natal do publicista, duramente dominada pelo "Junot Lusitano" (brigadeiro Madeira de Melo), infenso à separação do Brasil.

"Observações de um Novo Político Anônimo da França", autor, em 1820, da obra *L'Europe et ses Colonies*, aparecem na parte III. Transcrevendo e refutando seus êrros relativos ao Brasil, mostra-se Cairú verdadeiro precursor do tipo de escritor brasileiro sempre preocupado com o que dizem os estrangeiros, que tantos seguidores tem tido entre nós. No caso, procura desfazer as ironias e intrigas do desconhecido autor, que atingiam a Inglaterra e suas relações com Portugal e o Brasil, o Conde da Barca e os Estados Unidos.

"Defesa do Estado" foi o título da parte IV do *Império do Equador na Terra da Santa Cruz*. Depois de citações de Montesquieu, William Wralxal e Adam Smith (dêste, sôbre o Brasil, na *Riqueza das Nações*), apreciou Cairú a doutrina firmada nos congressos de Troppau e Laybach, segundo a qual seriam considerados ilegais os govêrnos estabelecidos por revoltas militares — caso em que a seu ver se encontrava Portugal.

Uma ode de Horácio, traduzida por A. R. S., isto é, por Antônio Ribeiro dos Santos, o Elpino Duriense, da Arcádia ("A hidra não cresceu com todo o corpo"), serviu de epígrafe à parte V, de-

dicada ao "Triunfo Imperial". Contendo jubilosos écos da aclamação do Imperador, realizada a 12 de outubro, cita, também, a *Proclamação* de D. Pedro I, publicada a 2 de novembro no *Diário do Rio de Janeiro*, em que há referência a traidores, certamente aqueles que eram apontados pela polícia-política de José Bonifácio, então poderoso ministro do nascente Império. Com a aludida menção concorda Silva Lisboa, sibilinamente declarando, porém, haver indícios de que também entre os fluminenses existissem "Torquemadas e Malagridas, Dantons e Carriers."

Um trecho do testamento de Luiz XVI apareceu como epígrafe à sexta parte do *Império do Equador*, intitulada "Justiça Política". A propósito da atitude das Côrtes portuguesas relativamente a D. João VI, acha justo o articulista que D. Pedro vingue o insulto feito ao pai. Contra a assembléa, argumenta que ela mesma confessou ter sido militar a revolução que lhe deu origem. E acrescenta que as cartas do inglês Jeremias Bentham, aconselhando-a a redigir um Ato Constitucional mesmo antes da chegada do rei a Portugal, mostram a recíproca má fé. Apesar de sua reconhecida anglofilia, não tem dúvidas o futuro Visconde de Cairú em prevenir os brasileiros contra o referido escritor.

"Ignomínia dos carbonários", com epígrafe tirada à *Henriada*, é o título da sétima parte do periódico. Comenta a *Proclamação* de Sua Majestade de 11 de novembro corrente, isto é, de 1822 (o que dá a época do número), em que, certamente informado por José Bonifácio, referiu-se D. Pedro I à república "planificada pelo concieábulo fluminense dos astutos burlões". Promete o redator tratar do assunto, combatendo-o, de acôrdo com suas conhecidas idéias, no *Roteiro Brasílico*, órgão doutrinário que já havia começado a "dar à luz, em série de números". Sustenta, a respeito, que nenhum grande Estado pode ser regido com govêrno democrático, citando Hume — hipótese que o tempo tornaria inútil.

Écos do magno acontecimento de 1.º de dezembro justificaram a designação dada à parte VIII do *Império do Equador*: "Sagrada Coroação". Uma "nova éra nos Anais d'América Meridional" foi então inaugurada — assegura o jornalista. Lembra, a propósito, o conselho de D. Luiz da Cunha, para que D. João V viesse assumir no Rio de Janeiro o título de Imperador do Ocidente (18). Realizando D. João VI o antigo projeto português da mudança da sede da monarquia, não se conformou Cairú com sua volta a Portugal: "É incompreensível como, passados treze anos de residência no Brasil, abandonasse o seu imenso Império Ultramarino, estando ainda convulsa a Europa e sujeita às explosões das crateras dos Vesúvios

(18) Cf. Robert Southey — *Op. cit.*, tomo III, cap. XXXV, pág. 296 da edição inglesa; e V-381 da tradução brasileira, cit.

políticos, cercada de Carbonários, Iluminados e Inovadores que ainda não assentaram no que seja Boa Constituição, com especiosas ilusões dos povos crédulos, tendentes à desorganização da Ordem social". As Côrtes de Lisboa recorda, ainda, o sábio conselho que entretanto não seguiram: "Sempre foi de boa regra da Sabedoria Estadística: — Conquistas devem fazer-se depressa e as leis devagar".

Voltou a tratar da situação da Bahia, dominada pelas tropas lusitanas, aliadas ao "Partido Taverneiro e Marujal e dos Comissários Volantes e Contrabandistas" a parte IX do jornal de Silva Lisboa. Como prova de sua capacidade de resistência às adversidades, mencionou o memorável fracasso do ataque dos holandeses do comando do Conde João Maurício de Nassau-Siegen, em 1638 fragorosamente derrotados pelas tropas portuguesas, brasileiras, espanholas e napolitanas, auxiliadas por toda a população baiana. De passagem, opinou pela adoção do nome de Província Soteropolitana, isto é, de São Salvador, para toda a "rica e ameníssima Bahia".

A criação da Imperial Ordem do Cruzeiro, a 1.º de dezembro de 1822, forneceu assunto à décima parte do *Império do Equador*. Considerou esse decreto "magnífico ato de ilustrada política, que tende a dar solidez e beleza ao majestoso edifício do Império. Sôbre a instituição das ordens de cavalaria citou comentários favoráveis de Robertson e Burke. Contra elas tinha sido impotente até mesmo "a galomania que tentou nivelar todas as classes e indivíduos" — acrescenta.

"Desfôrço Patriótico" denomina-se a parte XI. Mais tarde, em 1824, publicaria Cairú outro *Desfôrço Patriótico*, êste, porém, em panfleto político, "*contra o libelo português do Anônimo de Londres, inimigo da Independência do Império do Brasil*". Aquele, entretanto, refere-se à lei portuguesa de 26 de setembro de 1822, que continha virtual declaração de guerra ao Brasil, pretendendo anular atos do Imperador, já aclamado de Pernambuco a Montevideu. Ataca, principalmente, o discurso pelo deputado Ferreira de Moura pronunciado nas Côrtes na tormentosa sessão de 19 do mesmo mês, sôbre a remessa de mais tropas para a Bahia. Para combatê-las, chegou a escrever o seguinte: Sou patriota e não político. Mas, como têm surgido horrendos monstros internos e externos que maquinam a destruição do Brasil, convém, pelo menos, lançar mãos de reféns e penhores. Deixemos a absurda filantropia de que os nossos inimigos se riem".

"Protesto brasileiro" contra as leis portuguesas de 27 de setembro e 28 de outubro, que visavam abolir o direito de primogenitura de D. Pedro I — foi o assunto da duodécima parte do *Império do Equador*. Depois de citar a *História da Decadência do Império Romano*, de Gibbon, transcreve um trecho de frei Santa Rita Durão

sôbre os indígenas do Sul, terminando com elogios ao fiel Lecór, Barão da Laguna.

“Extermínio da Democracia” intitula-se a parte XIII, destinada a combater os demagogos que no Brasil queriam restaurar idéias na opinião de Silva Lisboa já vencidas na própria França. Quanto aos Estados Unidos, então citados pelos partidários da forma republicana, argumenta que grande era a diferença existente entre as suas e as nossas circunstâncias. Sua Constituição filiava-se à inglesa, *apenas* não sendo hereditários o poder executivo e o Senado. E, quanto às relações conosco mantidas, tínhamos queixas de que em portos norte-americanos asilaram-se “piratas do régulo Artigas”. Ainda como prova das tendências aristocráticas de George Washington, lembrou o publicista o seu projeto de criação da Ordem de Cincinnati.

Ao “Estado Cisplatino” foi dedicada a décima-quarta parte do periódico que estamos examinando. O Conselho Militar que a 28 de junho havia sido organizado em Montevidéu, fôra destituído a 14 de agosto de 1822. Haveria, nas dificuldades aí aparecidas, tramas da facção espanhola, sendo incitado o comandante português D. Álvaro da Costa, partidário das Côrtes, a agir contra Lecór, aderente ao novo Império.

“Demarcação do Brasil” é o título da última parte do *Império do Equador*. Ainda provocado pela situação do Estado Cisplatino, examina o direito territorial brasileiro do Amazonas ao Prata, de acôrdo com a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, e o tratado do ano seguinte. A *História de Portugal*, escrita por uma sociedade de escritores ingleses, reimpressa em Lisboa em 1802, em tradução do carioca Antônio de Moraes e Silva, pormenorisadamente expôs essa questão. Documentos sôbre a atitude de D. Álvaro da Costa e as reações de D. Pedro e Lecór — foram transcritos a seguir.

Completam o último número do jornal um apêndice sôbre a criação do reino dos Países Baixos, em 1815, e uma conclusão, datada de 28 de janeiro de 1823, declarando que “convém se exterminar dos Pátrios Lares os incendiários princípios do sofista de Genebra, escritor da obra a que se deu o título de *Contrato Social*, que tanto ocasionou a Revolução Francesa, a qual tão caro pagou o seu delírio, armando-se para defendê-los.”

6 — CAUSA DO BRASIL NO JUÍZO DOS GOVERNOS E ESTADISTAS DA EUROPA (1822-1823)

O sexto periódico redigido por José da Silva Lisboa atendeu, como os dois anteriores, à necessidade de explicar e justificar o movimento da independência brasileira. Mas, enquanto ao *Roteiro*

Brasílico foi reservado caráter mais doutrinário, ao *Império do Equador* e à *Causa do Brasil* couberam as funções de orientadores da opinião pública nacional, ao mesmo tempo que de comentadores das repercussões estrangeiras daquele acontecimento.

Tendo tido o n. 7.067 no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, que como em outros casos não o classificou como periódico, formou a *Causa do Brasil no Juízo dos Governos e Estadistas da Europa* um conjunto de dezesseis partes, com o total de 135 páginas. Datada a introdução, intitulada "Ao Brasil ultrajado em Portugal", de 12 de outubro de 1822, dia da aclamação de D. Pedro I, recebeu a última daquelas habituais seções a data de 20 de março de 1823, conforme a raríssima coleção existente na Biblioteca da Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Composta na Tipografia Nacional, ainda teve impressas as armas do Reino-Unido o primeiro fascículo. Errôneamente considerou Sacramento Blake que a *Causa* fôsse um "livro", dividido em capítulos (19).

Como epígrafe, trouxe o primeiro folheto a ode de Horácio "Pela Pátria morrer é doce e honroso", em tradução de A. R. S., isto é, do citado Antônio Ribeiro dos Santos, Elpino Duriense, na Arcádia. Com o texto latino e português, êste ainda do mesmo tradutor, segue-se outra ode de Horácio, intitulada "Ao Gênio da Harmonia".

Vem depois o Prefácio, com duas epígrafes tiradas ao *Espírito das Leis*. Diz-se, aí, que a *Causa do Brasil* fundamenta-se, principalmente, no *Manifesto às Nações Amigas*, a 6 de agosto emanado do "Gabinete da Boa Vista". Mas também se baseia em razões patrióticas, da alçada da literatura. Resumem-se estas nas seguintes teses, expostas nas seis primeiras partes do periódico:

"A honra bragantina deve consolidar a Imperial Obra da Exaltação do Brasil. . . . A honra brasileira exige que segure o seu inalienável Direito Político, pela manutenção da categoria em que foi posto na ordem cosmológica e estatística". A honra britânica é empenhada na mesma garantia. A honra européia não menos reclama que os Estados cultos da Mestra da Civilização não sejam espoliados da posse legítima em que se acham para a respectiva, direta e livre correspondência mercantil, literária e diplomática com o Brasil". A honra fluminense ocorrem idênticas exigências. A honra americana, afinal, "interessa que se não eclipse a própria glória de tantos Estados em um Continente imensurável, proclamando ao mundo a sua independência das metrópoles e franqueza social, vendo como indiferentes espectadores que só o Brasil tolere o opressor jugo da ingrata e iníqua Mãe-Pátria".

(19) Sacramento Blake (Augusto Vitorino Alves) — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1899, V-198).

Mais uma ode de Horácio, em tradução do mesmo árcade, foi incluída na quarta parte da *Causa do Brasil* — “Cai com seu pêso a força sem conselho”.

Na sexta parte foi transcrita parte de um relatório dos comissários norte-americanos Graham e Rodney, referente à má situação política da República de Buenos Aires, em 1818 apresentado ao Secretário de Estado John Adams, dos Estados Unidos.

Repercussões internacionais da independência do Brasil foram comentadas nas quatro partes seguintes (VII a X). Começou a sétima pelas “Observações de M. de Pradt, Arcebispo de Malines, muito conhecido por sua obra — *As três idades das Colônias*, em que previu a independência do continente americano”. Transcreve trechos de seu novo volume *L'Europe et l'Amérique*, publicado em 1822.

Seguem-se “Documentos sôbre o Império Mexicano”.

Longa refutação à “Opinião de M. Balbi sôbre a melhor capital da monarquia portuguesa” ocupa as três partes seguintes. Aspectos de relevância, como a comparação da população brasileira com a portuguesa, aí aparecem, fornecendo argumentos de pêso à discussão com aquele especialista em estatísticas.

Ataques às Côrtes de Lisboa, especialmente quanto à anunciada vinda de mais tropas portuguesas para o Brasil, figuram nas partes XI a XIV da *Causa do Brasil*. “Desafronta literária” intitula-se a XII. E “Independência ou Morte” a seguinte, na qual se diz que “Nada de Portugal será daqui por diante o Tudo do Brasil”.

Ainda a situação da Bahia ocupada por Madeira de Melo é objeto das duas últimas partes do periódico de Cairú: “Heroísmo do Recôncavo da Bahia”, com epígrafe de Southey e o elogio de seus habitantes; e “Bahia auxiliada”, mais uma vez recordando o valor de sua terra natal na vitória obtida sôbre os invasores holandeses ineptamente comandados pelo Conde João Maurício de Nassau-Siegen em 1638, de acôrdo com a obra contemporânea de Bartolomeu Guerreiro — *Restauração da Bahia*.

7 — ATALAIA (1823)

“Periódico político, do qual saíram pelo menos 14 números” — eis a informação que sôbre o *Atalaia* forneceu Alfredo do Vale Cabral, na *Vida e Escritos de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú* (20). Não tendo figurado na Exposição de História do Brasil, em 1881 promovida pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, também não existe nas coleções desta e do Instituto Histórico e

(20) *Op. cit.*, pág. 70.

Geográfico Brasileiro — motivo pelo qual não nos foi possível descrevê-lo neste trabalho.

Atribuído a Cairú pelo jornal de Bernardo Pereira de Vasconcelos *O Sete d'Abril* (21), confirmou essa autoria o próprio Bento da Silva Lisboa, filho de Cairú, na citada "Lista das Obras" (22).

8 — TRIUNFO DA LEGITIMIDADE CONTRA FACÇÃO DE ANARQUISTAS (1825-1826)

Dedicados à questão da independência da Província Cisplatina, os quatorze números do *Triunfo da Legitimidade contra Facção de Anarquistas* foram impressos na Tipografia Nacional e assinados com o pseudônimo "Imperialista Firme", entre 9 de dezembro de 1825 e 28 de janeiro de 1826, conforme a coleção existente na Seção de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional. Teve o n. 4.551 no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Enganou-se Sacramento Blake dando-o como *Triunfo da Legalidade*, supondo-o publicado em 1824 e versando temas de política interna (23).

Dois navios figuram na vinheta do cabeçalho, ladeando armas, bandeiras, tambores e capacetes. "Perdoar aos submissos e debelar os soberbos" — foi a epígrafe escolhida, tirada à *Encida*.

"Fronteira necessária do Brasil na Banda Oriental do Rio da Prata! Ouvi a voz da Honra Brasileira!" — é como se dirige à Imperial Cidade de Montevidéu, concitando-a contra o levante que supõe chefiado pelo "infame régulo" Artigas. Sustenta, a propósito, que o Imperador do Brasil não ambiciona territórios, tendo devolvido o de Chiquitos, que lhe fôra oferecido.

Contra a mascarada revolucionária da incorporação de Montevidéu a Buenos Aires, determinada pelo governo desta, é todo o segundo número, de 15 de dezembro, que também ataca os gazeteiros portenhos. O mesmo assunto consta do terceiro, do dia seguinte, comentando tópicos do *Argos*, de *El Argentino* e do *Piloto*. O mesmo, ainda, ocorre no quarto número, datado de 19 do mesmo mês.

O decreto de declaração de guerra do Brasil às Províncias Unidas do Rio da Prata foi apreciado no quinto número, de 21 de dezembro. Nele foram elogiados o exército e a marinha, por terem sufocado a Confederação do Equador. E aludiu-se ao Grande Oriente — "enigma da Seita Monstruosa, que quer dividir o Brasil, não quer um Trono".

(21) N. 59, de 20 de julho de 1833, exemplar do Sr. Francisco Marques dos Santos.

(22) Na *Revista Trimensal*, cit., I-245.

(23) No *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, cit., V-200.

Rebatendo opiniões do *Argos*, de Buenos Aires, citou Burke e Vattel o *Triunfo* do dia seguinte, procurando mostrar como efetivamente ocorreu a incorporação da Cisplatina ao Império. O mesmo tema prosseguiu no sétimo número, a propósito da extensão portuguesa até o rio da Prata, sendo lembrados alguns versos do *Caramuru*, de frei Santa Rita Durão.

O último exemplar de 1825 procurou explorar um desabafo de Bolívar contra os hispano-americanos: "O povo d'América, ligado com a tríplice cadeia de ignorância, tirania e vício, não pode adquirir conhecimento, poder e virtude" (24).

A história da revolução de Buenos Aires, de 1807 a 1814 e de 1815 a 1817 foi narrada nos números IX e X do *Triunfo da Legitimidade*, de 10 e 14 de janeiro de 1826.

A questão dos limites portugueses até o rio da Prata, resolvida pelo Tratado de Utrecht e de acôrdo com as opiniões de Aires do Casal, monsenhor Pizarro e Southey — ocupou o fascículo seguinte.

Uma digressão que resulta em elogio da forma monárquica apareceu nos números XII, XIII e XIV, com exemplos que vêm da antiguidade à América contemporânea. Comentários à declaração de Montevideu passar à categoria de pôrto franco, determinada em decreto de 9 de janeiro de 1826, e a transcrição de louvores a D. Pedro I contidos na obra do "escritor português em Filadélfia" — *Reflexões sôbre as cousas do Brasil* — encerram o último número do *Triunfo da Legitimidade contra Facção de Anarquistas*.

9 — HONRA DO BRASIL DESAFRONTADA DE INSULTOS DA ASTRÉIA ESPADACHINA (1828)

Típico jornal de polêmicas é o intitulado *Honra do Brasil desafrontada de insultos da Astréia espadachina*, pelo Visconde de Cairú publicado em trinta e um números, entre 8 de abril e 20 de agosto de 1828. Impressos na Imperial Tipografia de P. Plancher Seignot, sob o pseudônimo "Escandalizado", suas 124 páginas receberam o n. 7.181 no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, que, como em outros casos, não o considerou um periódico. Três coleções suas, uma das quais incompleta, existem na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico.

Tendo por epígrafe uma frase de Tácito, explica o primeiro número da *Honra do Brasil* que vai contestar a *Astréia*, jornal carioca entre 1826 e 1832 dirigido por Antônio José do Amaral e

(24) Apud "Ofício ao Congresso de Venezuela", mencionado na revista *La Biblioteca Americana*, pelo venezuelano Andrés Bello e pelo colombiano García del Río, publicada em Londres, em 1823.

José Joaquim Vieira Souto, que em seus exemplares de 19 de fevereiro e de 1.º de abril de 1828 atacou a sagrada pessoa do Imperador, no segundo por motivo do decreto de 3 de março, dirigido à Regência de Portugal, no qual se declarou soberano do Brasil. Para isto, preliminarmente discorda do conceito de Rousseau, expresso no *Contrato Social*, de que o Príncipe é um simples Comissário do Povo.

A soberania do povo, o tratamento de Majestade Imperial, a questão das “delegações da Nação” — foram examinadas nos números 2 a 6, do mesmo mês de abril de 1828.

Textos sagrados citaram-se no sétimo fascículo, já de 1.º de maio, dando-se o Imperador como “inspirado por Deus”, ao oferecer, em 1824, o projeto de Constituição, o qual, tendo sido aceito pelas câmaras municipais e pelo povo, fez com que, pelo mesmo fato, ficasse D. Pedro reconhecido como nosso soberano.

Além da *Astréia*, outros contendores passaram a ser combatidos por Cairú, ainda por idêntico motivo — a soberania do Imperador, não do povo. Assim, a 3 de maio, respondeu ao “veterano de Belona” e “campeão no jogo da péla” Luís Augusto May, cuja cartilha, isto é, um folheto por êle então publicado, continha “a quinta essência do sublimado corrosivo do *Contrato Social* do sofista genebrês”, querendo atribuir a soberania às “assembléias primárias” (25). No mesmo número, respondeu a *O Universal*, periódico de Ouro Preto, orientado pelo feroso deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos. O *Novo Censor*, do Rio, foi respondido a 8 de maio. Contra os que o supõem um puro aristocrata, vale a pena transcrever a declaração de Cairú aí contida: “Sou pessoa do povo e ninguém mais do que eu cordialmente deseja o verdadeiro bem do povo”.

No décimo-primeiro número da *Houza do Brasil* entrou na polémica a *Aurora Fluminense*, cujo redator, Evaristo Ferreira da Veiga, inexperientemente o criticou por ter chamado ao Imperador “Supremo diretor da fôrça armada”, de acôrdo com o art. 102 da Constituição. O mesmo aconteceu a *O Farol Paulistano*, periódico paulista do futuro Regente José da Costa Carvalho, depois Marquês de Monte Alegre, jornal que decerto “não é o Farol de Alexandria” — escreveu o terrível brigador.

As mesmas gazetas continuaram a ser corrigidas nos fascículos séguentes, com exemplos estrangeiros quanto aos conceitos de soberania vigentes na Inglaterra e França, ataques a Rousseau — “corruptor da mocidade”, etc.

Mais interessante é a revelação contida no n. 16, de 12 de junho. De conformidade com os seus termos, teria o Imperador de-

(25) Cf. o nosso trabalho “Luís Augusto May e *A Malagueta* (1782-1850)”, como êste incluído no livro a sair *Contribuições à História da Imprensa Brasileira* (1812-1869).

cretado a constituição de uma Universidade no Rio de Janeiro, antes da instalação da Assembléa Legislativa, em 1826, sendo seus modelos os colégios de estudos gerais de Paris, Oxford, Lisboa e Roma, criados por fundadores de Impérios e restauradores das letras, como Carlos Magno, Alfredo, Henrique e Leão X (26).

Voltando à questão da soberania de D. Pedro, argumentou o redator, no n. 18, que a própria Cisplatina implicitamente a reconheceu, quando solicitou de D. Pedro a convocação da Constituinte. Ao Príncipe-Regente coube fazer a Independência, não à Câmara do Rio de Janeiro, diz no número seguinte. E isto, acentua Cairú, apesar das ambíguas expressões contidas na ata da sessão de 10 de outubro de 1822, em que se resolveu a sua aclamação como Imperador.

Transcreve trechos da *Política Ortodoxa*, do “arqui-antagonista dos revolucionários” Edmundo Burke, os exemplares da *Honra do Brasil* aparecidos entre 7 de julho e 20 de agosto (números 22 a 31).

Outra questão então versada pela facciosa imprensa do Rio de Janeiro e das províncias de Minas Gerais e São Paulo, também mereceu ardorosos ataques do “Escandalizado”: o confisco dos chamados “bens de mão morta”, pertencentes às ordens religiosas, mais uma herança da Revolução Francesa que aqui queriam introduzir seus ingênuos ou mal intencionados entusiastas. A respeito, a partir do n. 24, louvou Cairú os franciscanos, beneditinos e carmelitas, que tanto fizeram pela catequese dos selvícolas brasileiros, atacando a *Astréia* e citando os méritos de nossos grandes frades — São Carlos, Leandro, Gaspar e Veloso, por exemplo. Talleyrand e Mirabeau, partidários daquele roubo, também receberam seus ataques. Transcrições a propósito do anti-revolucionário Maury, que acabou cardinal, e, por fim, a proibição dos confiscos, contida no art. 179, § 20, da Constituição, encerram a discussão, prolongada até o n. 30, de 8 de agosto.

O último número da *Honra do Brasil desafiada de insultos da Astréia espadachina* combate, mais uma vez, o jornal cujo nome figura em seu título, criticando-o também por transcrever doutrinas anárquicas, divulgadas pelo *Farol Paulistano*, *O Universal* e *Astro de Minas*, êste último redigido em São João d’El-Rei por Batista Caetano de Almeida.

E com isto terminou a carreira do Visconde de Cairú como redator de periódicos, embora não ficassem encerradas as suas atividades de colaborador de jornais.

(26) Realmente, chegaram a ser recolhidos donativos para essa tentativa de criação da primeira universidade brasileira, como prova, por exemplo, o manuscrito que publicamos em “Alguns documentos sobre o 1.º Barão de Santa Luzia”, Manuel Ribeiro Viana, no *Anuário Genealógico Brasileiro*, ano V (São Paulo, 1943), pág. 91.

ACHEGAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS DE ASSÍS PEREIRA.

M. Nogueira da Silva — *Bibliografia de Gonçalves Dias*, Rio de Janeiro, 1942, 203 págs., ilustrado (Coleção B1) — Bibliografia — Instituto Nacional do Livro.

Com êste livro, o sr. Nogueira da Silva amplia a sua obra de motivo gonçalvino e o Instituto Nacional do Livro inaugura a sua publicação das bibliografias individuais dos nossos escritores (1).

A obra de Gonçalves Dias tem sido o *leit-motiv* das produções do sr. Nogueira da Silva que, em livros anteriores e em artigos esparsos, já tem contribuído, não só para o levantamento da bibliografia do Poeta maranhense, mas também para a resolução de problemas a ela referentes.

Se já não se conhecesse o sr. Nogueira da Silva, dêsses trabalhos precedentes, o seu novo livro daria idéia dessa contribuição bibliográfica. E também dará idéia o recente livro da sra. Lúcia Miguel Pereira (2) que confessa, no Prefácio, o inestimável auxílio que lhe representou o sr. Nogueira da Silva. Fica-se sabendo que êste sr. é um apaixonado do Poeta, é possuidor de um dos arquivos mais ricos sôbre Gonçalves Dias e é, sobretudo, um estudioso nãmiamente altruista...

Releva notar que a *Bibliografia* tem valor iconográfico,

(1) Depois da *Bibliografia de Gonçalves Dias* já se publicou, nessa coleção, *Bibliografia de Capistrano de Abreu*, de J. A. Pinto do Carmo e *Vida e obra de Manuel Antônio de Almeida*, de Marques Rebêlo.

(2) *A vida de Gonçalves Dias*, Rio de Janeiro, 1943, 424 págs., ilustrado.

enriquecida que foi, entre outros, por um retrato inédito do Poeta caxiense, cujo original pertence à “Coleção Gonçalves” do próprio Autor.

Poder-se-á não concordar com a ordenação das espécies bibliográficas, preferindo-se a separação entre obras propriamente de Gonçalves Dias e jornais, revistas e antologias que lhe transcrevam as poesias ou trechos em prosa. Igualmente se poderá notar a falta de um índice onomástico que facilite a consulta ao opulento repositório.

Porém, tudo isso é de somenos. O que importa reconhecer é que a presente obra contém informações curiosas e inéditas e retificações baseadas em documentação idônea — o que tudo a torna instrumento da pesquisa bibliográfica.

*

* *

O sr. Nogueira da Silva finaliza o trabalho com uma *Nota*, na qual é o primeiro a reconhecer “as faltas que vão ser fatalmente notadas”, e dá a noticia de que prepara “material para uma segunda edição”.

É com o pensamento nessa segunda edição, que me proponho cooperar com o Autor, apontando-lhe algumas antologias e manuais de literatura que transcrevem de Gonçalves Dias trabalhos em prosa e em verso e que lhe passaram despercebidos. Mas trata-se de espécies bibliográficas que não devem ficar esquecidas, em futura reedição. Dou-lhes entrada por ordem cronológica (vestindo os títulos com ortografia simplificada) e teço em tórno delas alguns comentários, que talvez não sejam de todo despiciendos...

*

* *

1 — Fernandes Pinheiro — *Curso Elementar de Literatura Nacional*, Rio de Janeiro, 1862, VIII + 568 págs.

Transcrevem-se trechos de *O canto do piaga* (págs. 547 a 548) e de *O gigante de pedra* (págs. 548 a 549), aos quais

sucedem apreciações estéticas. Resultou êsse *Curso Elementar* das lições, dadas pelo Autor, no Colégio de Pedro II.

2 — Francisco Sotero dos Reis — *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, Maranhão, MDCCCLXVI — MDCCCLXXIII, 5 vols.

No 4.º vol. (1868, VI + 392 págs.), vêm as seguintes poesias: *Canção do Exílio* (págs. 315 a 316), *O Mar* (págs. 322 a 324), *Idéia de Deus* (págs. 324 a 329) trecho da Sextilha — *Gulnare e Mustafá* (págs. 359 a 361), *O gigante de pedra* (págs. 353 a 359), *Menina e Moça* (págs. 359 a 361), a Introdução de *Os Timbirás* (págs. 369 a 370), e ainda dêste poema, o *Episódio de Coema* — 2.º canto — (págs. 371 a 382) e a *Mensagem de Juruçei* — 4.º canto — (págs. 385 a 388).

O 5.º vol. (1873, VIII + 418 págs.) — publicação póstuma devida a Américo Vespúcio dos Reis, filho do Autor (Sotero dos Reis faleceu, em Lisboa, em 1872) — traz o seguinte: cenas 5.ª e 6.ª do IV.º ato e todo o V.º do drama *Boabdil* (págs. 1 a 39) e o cap. V.º de *Brasil e Oceania* (páginas 41 a 56).

Representa êsse *Curso de Literatura* uma série de aulas, que o Autor leu, no Instituto de Humanidades, da então província do Maranhão. A obra transcrita, em prosa e verso, de Gonçalves Dias, seguem-se comentários estéticos e de exegese textual.

3 — Melo Morais Filho — *Curso de Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, 1870, VIII + 339 + IV págs.

Há um trecho em prosa de *Brasil e Oceania: Destruição dos índios* (págs. 57 a 61) e a poesia *Canção do Tamoio* (págs. 311 a 312). Na 2.ª edição (de 1882), não figura essa poesia; porém, aparecem *O canto do piaga* (págs. 325 a 327) e *Marabá* (págs. 330 a 331).

De Melo Morais Filho, o sr. Nogueira da Silva cita *Parnaso Brasileiro e Serenatas e Saraus*.

- 4 — Camilo Castelo Branco — *Cancioneiro Alegre de Poetas Portugueses e Brasileiros*, Pôrto e Braga, 1879, XIX + 550 págs.

Transcreve-se a poesia *Que coisa é um ministro* (páginas 285 a 287). A transcrição é precedida de observações sobre a obra e a personalidade do Poeta maranhense (páginas 283 a 284).

À pág. 154 do seu livro, citando o romance de Camilo — *As três irmãs* — onde figura a poesia de Gonçalves Dias — *Sobre o túmulo de um menino*, o sr. Nogueira da Silva faz referência ao *Cancioneiro*. Por que não o teria ementado?

- 5 — Antero de Quental — *Tesouro Poético da Infância*, Pôrto, 1883, XV + 218 + IV págs.

Nesse livrinho encantador, coligido e ordenado por Antero, comparece uma poesia de Gonçalves Dias cujo título — *Prece ao romper d'alva* — está ligeiramente modificado. O verdadeiro nome da poesia é — *O romper d'alva* —, a qual se encontra, na pág. 235 a 239, da 1.^a edição dos *Primeiros Cantos* (1846).

Antero modificou, não só o título, mas também alguns versos e, além disso, suprimiu a estrofe inicial e a primeira e a última quadras. Mas cumpre dizer não o fez arbitrariamente.

Na *Advertência* que precede o *Tesouro Poético da Infância*, êle dá os motivos dessas modificações e alterações: "Tomei a liberdade nalgumas composições de poetas muito distintos e de mim muito admirados, que aquí se incluem, de suprimir uma ou outra estrofe e de substituir uma ou outra palavra, onde quer que a palavra ou a estrofe representavam idéias, sentimentos, aspectos das cousas superiores à compreensão das crianças, ou, por outros motivos, inadequados à condição infantil. Perdoem-me os distintos poetas tal liberdade, que não há nela sombra de censura e menos ainda a estulta pretensão de corrigir quem é mestre. Tive só em vista, com essas ligeiras alterações, tornar ad-

missíveis nesta seleta composições (aliás belíssimas, mas que não haviam sido escritas para crianças) que eu muito quisera aqui incluir e que d'outro modo me veria forçado a excluir". (Págs. XII — XIII).

Ao ementar o *Tesouro da Juventude*, onde figuram dez poesias do Poeta caxiense, observa o sr. Nogueira da Silva (págs. 187 a 188 do seu trabalho) que nem tôdas as poesias foram integralmente transcritas e estranha tenham alguns versos sofrido modificações. Ora, no vol. III.º, págs. 879, dessa enciclopédia dedicada à infância, aparece a poesia *O romper d'alva*. Releva notar, porém, que com o título de *Prece ao romper d'alva*, omitidas a estrofe inicial, a primeira e a última quadras e com alguns versos modificados — exatamente como figura, no *Tesouro Poético*, coligido por Antero! (3).

Apesar de não possuir nenhuma prova documental, em que se baseie a minha afirmação, tenho para mim que o organizador ou organizadores dêse III.º vol., ao incluírem essa poesia, se serviram da lição dada pelo Poeta português. Andaram bem em tomá-la por exemplo, uma vez que o *Tesouro da Juventude* também se ia destinar às crianças.

Concordo com o sr. Nogueira da Silva em que melhor fôra não tocar nas poesias de Gonçalves Dias, por isso que "a propriedade intelectual da autoria é eterna" (Fidelino de Figueiredo). Mas tudo se releva a Antero, tendo em vista a alta finalidade pedagógica a que êle se propusera (4).

Além de Gonçalves Dias, figuram, no *Tesouro Poético da Infância*, os seguintes poetas brasileiros: Gonçalves Crespo, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire, Laurindo Rabelo, Lúcio de Mendonça, Álvares de Azevedo, Machado de Assis e Fagundes Varela.

(3) Excuso-me de transcrever a poesia, na lição original, na de Antero e na dos organizadores do volume em questão. Um paralelo entre o texto dos *Primeiros Cantos* e o do *Tesouro da Juventude*, fê-lo o sr. Nogueira da Silva, na *Bibliografia* (págs. 188).

(4) Preparo um artigo em que, cotejando os textos, que Antero nos oferece no *Tesouro Poético*, com os das edições originais (afim de surpreender variantes, omissões, etc.), analisarei melhor a fundamentação do seu método pedagógico aplicando à psicologia infantil.

Na já citada *Advertência*, Antero se expressa dêste teor, sôbre a poesia brasileira: "Entendi dever abrir neste livrinho um lugar de hospitalidade franca e fraternal aos poetas brasileiros. A poesia brasileira, expressão eloqüente duma individualidade nacional que de dia para dia se robustece, tem já originalidade e vigor bastantes para se não confundir com a portuguesa. Mas nem por isso devemos considerá-la estrangeira. É antes uma irmã da nossa — ao mesmo tempo parecida e diversa, como costumam ser os irmãos — e, como mais moça, de feições menos definidas ainda, mas também mais fresca e ágil na sua graça juvenil. Há nela um mimo de espontaneidade e viveza natural, uma ingenuidade de sentir e de expressão, que bem revelam a alma de uma nação jovem, a quem não pesa o passado nem o futuro assusta. Merecia ser mais estimada entre nós essa poesia brasileira, flor exótica desabrochada num ramo do velho tronco peninsular, transplantado noutra clima e noutra mundo, mas onde se sente inteira e vivaz, se bem com aroma diverso, a seiva primitiva." (Págs. XI — XII).

Porém, desde 1874, ao subscrever o *Programa* da "Revista Ocidental", já Antero dizia da autonomia intelectual do Brasil, em face dos países ibéricos e da América espanhola: "Assim deverá a *Revista*, por um lado expor os trabalhos que todos os dias adiantam a renovação dos estudos no mundo civilizado; por outro definir, nos seus elementos precisos, os caracteres gerais da nossa individualidade e os elementos que tornam natural a autonomia intelectual da Espanha, de Portugal, da América espanhola e do Brasil, e os dos grupos ainda diversos que êstes quatro povos encerram de certo" (*Prosas*, vol. II.º, págs. 275).

E em carta dirigida a Joaquim de Araujo e dataða de 1880, assim escrevia sôbre os poetas brasileiros: "Peço-lhe que me traga (se vem cedo) ou envie pelo correio (se ainda demora) as Poesias dos brasileiros Álvares de Azevedo e Castro Alves, se as tem, como supõe o Fortunato. É-me indispensável introduzir os brasileiros no livrinho, [refere-se ao *Tesouro Poético*] o que faço tanto mais gostosamente

quanto realmente acho entre êles verdadeiros poetas" (*Cartas de Antero de Quental*, págs. 208-209).

Dos poetas brasileiros, Junqueira Freire era, para Antero, o maior de todos. Possivelmente, pelo drama de consciência vivido pelo Poeta baiano. Nessa carta, falando do Autor das *Inspirações do Claustro*: "Junqueira Freire é de primeira ordem, um verdadeiro poeta.

Se V. não conhece Junqueira Freire, hei de dar-lh'o a ler quando vier. Era frade, frade por desgosto amoroso, e morreu aos 24 (sic) anos! Se não morre, seria dos primeiros do século, que lhe sinto no que deixou elementos para isso".

Escrevendo em francês, em 1883, ao poeta italiano Tommaso Canizzarro: "... Cela n'ôte rien au mérite intrinsèque des écrivains brésiliens, qui est très réel pour les poètes et même considerable pour quelques-uns d'entre eux, comme Magalhães, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu et Junqueira Freire. Ce dernier, moine à 20 ans, defroqué à 23, et mort à 24, (sic) avait véritablement du génie". (Págs. 292 do op. cit.).

Tudo isso mostra que o Poeta excelso do *Hino da Manhã* soube sempre incorporar a literatura brasileira e os seus autores, no mundo da sua compreensão e da sua simpatia.

O *Tesouro Poético da Infância* representa um dos primeiros e originais tentames de contribuição à literatura infantil (hoje tão rica e tão variada), dentro da língua portuguesa (5). Seria o primeiro de uma projetada *Biblioteca da Infância e da Adolescência* que compreenderia um volume de Contos de Fadas, outro de rasgos morais e tocantes e por fim uma coleção dos contos escolhidos de Andersen. (V. carta a Santos Valente, op. cit., págs. 69 a 70). Infelizmente, ou Antero desistiu do empreendimento, ou não pôde levá-lo avante.

Com êsse livrinho, Antero se associa a João de Deus,

(5) Este livro está merecendo uma nova edição feita por alguma Casa editora portuguesa ou brasileira.

devotado, desde 1877, à educação da infância, com o seu método de leitura — a *Cartilha Maternal*.

A poesia *As Fadas*, escrita especialmente para figurar no *Tesouro Poético*, foi depois recolhida por Teófilo Braga, nos *Raios de Extinta Luz* (págs. 171 a 178). Essa poesia “descobre uma espirituosa e enternecida vocação paternal”, como acentuou Fidelino de Figueiredo.

Cumpre dizer finalmente que a *Advertência*, com que abre o *Tesouro Poético*, não figura, por lamentável esquecimento, nas *Prosas*, editadas em Coimbra. Foi Fidelino de Figueiredo — o citado Mestre português — quem, pela primeira vez, chamou a atenção para êsse trabalho anterior. No seu livro *Antero* (págs. 203 a 212), lá figura essa encantadora *Advertência*.

6 — Sousa da Silveira — *Trechos Seletos*, Rio de Janeiro, 1919, XIX + 338 págs.

É uma antologia, modelarmente feita, de publicação anterior a muitas ementadas pelo sr. Nogueira da Silva, e que não deve deixar de figurar, numa próxima reedição do seu trabalho.

Foram transcritas duas poesias de Gonçalves Dias: *A Noite* (págs. 115 a 117) e *O Mar* (págs. 118 a 120). Na 2.^a edição de 1935), acrescentou-se um trecho de *I-Juca-Pirama*, que aparece com o título de *Um velho tupi maldiz o seu filho, por tê-lo suposto covarde* (págs. 321 a 323) e a *Canção do Tamóio* (págs. 323 a 326).

Já que estou citando um trabalho didático do Prof. Sousa da Silveira, apraz-me lembrar também a sua magistral (é bem o termo) edição das *Obras de Casimiro de Abreu*, em que o eminente filólogo repõe o Poeta das *Primaveras*, no seu devido lugar: escritor correto e sólida organização poética, apesar de ter morrido com 22 anos incompletos. Parece que ao sr. Nogueira da Silva passou despercebido êsse trabalho. (V. págs. 122 da *Bibliografia*).

7 — Manuel Bandeira — *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Romântica*, Rio de Janeiro, 1937, 314 págs.

Figuram nada menos de dezoito poesias do Poeta cariense. São elas: *Olhos Verdes*, *Canção do exílio*, *Não me deixes*, *Ainda uma vez — Adeus!*, *Se se morre de amor*, *Rôla*, *A Noite*, *Sôbre o túmulo de um menino*, *Introdução à “Loa da Princesa Sancta”*, *A sua voz*, *Quadras da minha vida*, *Dedicatória do poema “Tabira”*, *O canto do piaga*, *Leito de folhas verdes*, *Marabá*, *I-Juca-Pirama*, *Final da introdução aos “Timbiras”*, *Saudades*. (Da pág. 35 à pág. 86).

Como teria escapado aos olhos investigadores do sr. Nogueira da Silva esta formosa antologia que, em 1940, já estava em 2.^a edição a que Manuel Bandeira acrescentou, aos nomes dos autores, substanciosos resumos bio-bibliográficos? Por que não teria ementado essa antologia dedicada exclusivamente a poetas românticos? E note-se que Gonçalves Dias é dos mais aquinhoados, vindo logo abaixo de Castro Alves de quem se transcrevem dezenove poesias.

8 — Marco Antônio Canini — *Il Libro dell'Amore*, Venezia, 1885-1890, 5 vols.

Observo que, na *Bibliografia*, não se cita nenhum tradutor italiano do Poeta brasileiro. Eis porque, finalizando este artigo, ofereço ao sr. Nogueira da Silva a tradução da poesia *Lira* feita por esse Autor veneziano.

Marco Antônio Canini (1822-1891) — poeta, político e revolucionário — inclui, na sua antologia, centenas de poetas, traduzindo-os de mais de cinquenta línguas...

Figuram honrosamente portugueses e brasileiros. Entre estes últimos, depara-se-nos, afora Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire, Fagundes Varela e Bernardo Guimarães.

O poeta italiano tem, no Prefácio, palavras lisonjeiras para os autores brasileiros: “Ai portoghesi propriamente detti si aggiunsero i poeti brasiliani, pieni di fuoco ed appassionati, dei quali ho datto parecchi saggi”. (Págs. XXXI, 1.^o vol.).

E agora a tradução da já mencionada poesia *Lira* (6) :

*“Se mi brami a’ tuoi piedi inginocchiato,
Superbo di vedermi da te vinto,
Di silenzione lagrime bagnato,
Volgi, crudele,
Vulgimi gli occhi:
Basta una volta.*

*Se vuoi che mi trascini giù per terra,
Mentre delle tue vesti io bacio l’orlo,
Il du ol tacendo che il mio petto serra,
Dimmelo, ingrata,
Dimmi “lo voglio”;
Basta una volta.*

*Ma se meglio t’agrada sulla lira
Di sentirmi cantar l’immenso amore,
Onde invano sinor l’alma sospira;
Oh dimmi, bella,
Oh dimmi “t’amo”!
Basta una volta.”*

(Págs 403 a 404, do 1.º vol.)

*

* *

Veja o sr. Nogueira da Silva, com estas minhas achegas, apenas o desejo de cooperar no levantamento tão completo quanto possível da *Bibliografia de Gonçalves Dias*.

E aqui termino rendendo as minhas homenagens respeitadas ao seu labor e à sua erudição (*).

(6) Incluída nos *Segundos Cantos*, págs. 8 a 9 da 1.ª edição (1848).

(*) Quando ocorreu o falecimento do sr. Nogueira da Silva, estava acabado este artigo. Não querendo deixar de publicá-lo, fui obrigado a fazer pequenas alterações.

Com a sua morte, perde Gonçalves Dias um dos seus maiores e mais indefessos estudiosos. E agora volto a render as minhas homenagens respeitadíssimas à sua memória.

D. PEDRO II E WAGNER

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Quase tôdas as biografias de D. Pedro II mencionam o fato, realmente notável para a superioridade do seu nível cultural, de um convite feito a Wagner, em 1857, a que viesse ao Brasil, onde se lhe proporcionariam meios de lançar novas composições musicais.

As provas dêsse espantoso incidente na vida do revolucionário musical alemão são restritas: uma passagem das memórias, em regra citadas na edição francesa; algumas referências ao caso na correspondência e em obras esparsas; e, finalmente, (fonte que esclareceu tôdas as dúvidas derivadas dos inevitáveis estropiamentos dos nomes brasileiros pelos estrangeiros), seis cartas do Dr. Ernesto Ferreira França ao músico, publicadas no *Arquivo Ibero Americano*, editado pelo *Instituto Ibero Americano* de Berlim, no vol. XIII, fascículo 3 (X, 1939).

Foi o Dr. Ferreira França, então em missão do govêrno na Europa, que se dirigiu ao músico acenando com a sua vinda ao Brasil. Wagner em suas *Memórias* chama-lhe *Ferreiro*, e atribui-lhe a categoria de Cônsul brasileiro em Leipzig. Êstes enganos deram muito trabalho aos biógrafos de D. Pedro II que desesperavam em identificar o *Ferreiro*, cônsul em Leipzig, dado que naquele tempo não tínhamos consulado em Leipzig nem funcionário consular com aquele nome (1).

(1) Heitor Lira, *História de D. Pedro II*, S. Paulo, 1939, vol. 2.º, p. 226.

A publicação das citadas cartas de Ferreira França, vem liquidar todos os pormenores. Tratava-se, não propriamente de um funcionário do quadro diplomático, mas de um funcionário "em comissão" na Europa, onde aliás desenvolveu elogiável atividade na aproximação cultural entre a Alemanha e o Brasil.

Examinando todos estes dados em quatro extensos e minuciosos artigos no *Jornal do Comércio* de março a abril do ano passado, o Sr. Ernesto Feder assim resume o resultado de suas pesquisas: — Sabemos pelas cartas de Ferreira França que ele a 20 de junho de 1857 remeteu ao Imperador os arranjos para piano das três óperas mais antigas de Wagner; por intermédio de sua família remeteu também ao Imperador uma carta do próprio compositor; remeteu ainda, ao Teatro Lírico do Rio de Janeiro, as propostas de Wagner sobre a representação da ópera *Tristão e Isolda*; e incumbiu seu pai, o Conselheiro Ernesto Ferreira França, de promover as negociações com o Teatro e submeter ao Imperador o desejo de Wagner de dedicar-lhe o *Tristão*. Também sabemos pela autobiografia de Wagner que ele não recebeu jamais resposta do Imperador nem teve mais notícias de Ferreira França.

Acresce que no *Inventário dos Inestimáveis Documentos Históricos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil no Castelo d'Eu, em França*, editado pela *Biblioteca Nacional* (*Anais*, vol. LIV, 1939) não encontrou o sr. Feder qualquer referência a tal correspondência, a não ser uma carta de Ferreira França pedindo ser nomeado lente de Direito Romano. Na correspondência com Gobineau (2), também não há referência a este contato com Wagner no seu período de penumbra. Não hesita então o articulista em concluir que D. Pedro II não teve jamais conhecimento desta tentativa de Ferreira França que não teria passado, pois, de uma *ousadia* de jovem comissionado, talvez mesmo uma *esper-teza*, já que, em meio às negociações, o brasileiro tentou

(2) Georges Raeders — *D. Pedro II e o Conde de Gobineau*, S. Paulo, 1938.

alcançar, por intermédio de Wagner, uma nomeação de docente-livre na Universidade de Zürich.

Restaria aos admiradores do Imperador magnânimo o consôlo de sabê-lo digno de lhe ser atribuída tal intervenção, que certamente não seria acreditada, não tivesse êle o renome de que tão merecidamente goza. "*On ne prête qu'aux riches*", lembra o autor repetindo Oliveira Lima (3).

Parece-nos que não é possível aceitar as conclusões a que quer chegar o Sr. Ernesto Feder. Primeiro, porque do *Inventário dos Documentos do Arquivo da Casa Imperial* não se pode inferir a inexistência das cartas trocadas entre o Imperador e Wagner ou Ferreira França sôbre o assunto. O catálogo citado, se é uma excelente revelação da importância e extensão daquele acervo, ora incorporado ao Patrimônio Nacional pelo digno descendente do Magnânimo, pelos seus têrmos lacônicos e sumários não permite qualquer conclusão negativa em relação a um documento.

Assim é que, no caso presente, não parece provável que a única carta de Ferreira França seja aquela assinalada pelo Sr. Ernesto Feder. No Catálogo B (espécie de suplemento), com a indicação "manuscritos sem data", encontra-se sob o número 855 (p. 460) a seguinte rubrica: *D. Pedro 2.º — Ernesto Pereira (sic) França. D. Pedro 2.º — Correspondência — Três cartas*. Ora, como se pode verificar no texto do inventário, que serviu para impressão, o primeiro nome indica o signatário, e o segundo, o destinatário. No Catálogo B, porém, as datas, que precedem as rubricas estão substituídas pelo nome do soberano, indicativo da época. Quer dizer que a primeira referência a D. Pedro 2.º não indica senão 2.º reinado. O 2.º nome é o do signatário, no caso: *Ernesto Ferreira França*. (Há um engano na mudança de *Ferreira* para *Pereira* facilmente explicável por ter sido copiado o inventário a máquina e terem-se introduzido assim inúmeros equívocos.)

Além disso à p. 380 do catálogo geral aparece sob o

(3) Discurso in *Contribuições para a Biografia de D. Pedro II*. (Tomo Especial da Revista do Inst. Hist. e Geog. Bras., 1925, I, p. 986).

número 9.431 a seguinte indicação: *Vários autógrafos de compositores*. É vago, é bem verdade, mas suficiente para impedir que se possa afirmar não haver no Arquivo Imperial qualquer sinal de cartas de Wagner, nem de Ferreira França sobre Wagner.

A nossa suposição se transformou em certeza quando entre os papéis pertencentes ao Mordomo da Casa Imperial, Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, em nosso poder, encontramos um bilhete a lapis de D. Pedro II àquele dignitário nos seguintes termos:

“É preciso responder ao Ricardo Wagner que recebi as suas óperas e o seu livro e que, agradecendo-lhe a oferta não posso desde já manifestar o apreço que faço de seus trabalhos; pois que ainda não houve tempo de examiná-los. Quem me mandou a carta do Wagner e os livros foi o filho do Ernesto França que se achava em Dresden.”

Portanto, *tollitur quaestio*. Não só as óperas, mas ainda um livro e a própria carta de Wagner (esta, chegada *via* Conselheiro Ferreira França) vieram às mãos do Imperador. Este não somente as recebeu como as apreciou e determinou que se agradecesse, ficando de escrever ainda mais tarde quando os pudesse ler com mais vagar. Conhecida a minúcia e a atividade proverbiais do Mordomo, a resposta deve ter sido expedida. E agora, o que é mais grave, D. Pedro estava ao par da missão de Ferreira França, pois que a êle expressamente se refere. Como a carta deve ter sido entregue pelo próprio pai de Ernesto, incumbido pelo filho de entender-se com o Imperador, é impossível que êste tenha ficado estranho ao convite.

Terão sido outros os motivos da interrupção das negociações. Provavelmente alguma causa local. Não terá sido a crise do Teatro como também supõe o douto jornalista, porque exatamente no mês em que Ferreira França escrevia à direção do Teatro Lírico, a *Imperial Academia de Música e Ópera Nacional* inaugurava os seus trabalhos sob os me-

lhores augúrios. No período que vai de 1857 a 1863, ano em que se findou, a empresa conseguiu levar à cena, sem falar nas repetições, 75 peças “colla massima alacritá”, diz um estrangeiro historiador de nossa música (4).

A *Imperial Academia de Música e Ópera Nacional*, fundada a 25 de março de 1857, teve os seus estatutos aprovados pelo Decreto Imperial 2.294 de 27 de outubro de 1858. “O entusiasmo em tôrno da criação de uma ópera em vernáculo foi imenso naqueles anos”, comenta Luiz Heitor Correia de Azevedo. O sucesso da estréia (17 de julho de 1857) foi estrondoso (5).

A crise, a que se refere o Conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo em seu relatório (citado pelo sr. Ernesto Feder como de 1858 e que aliás é de 1859, visto como o 14.º gabinete de que êle fez parte, é de 12 de dezembro de 1858) não foi, pois, fatal à Ópera Nacional que só exalou o último suspiro a 31 de outubro de 1863 (6).

Terão sido, provavelmente, temores de incompreensão por parte do público, acostumado ao gênero italiano e que talvez não recebesse cordialmente um grande inovador, o que nada teria de estranhável, dada a reação despertada nos grandes centros musicais da Europa.

São estas as contribuições que julgamos dever trazer a um debate de tão vivo interêsse para a cultura universal.

(4) Vincenzo Cernicchiaro — *Storia della Música nel Brasile* — Milano, 1926, p. 208.

(5) *Relação das Óperas de Autores Brasileiros* — Ministério da Educação — Rio, 1933, p. 10.

(6) Cernicchiaro — *Op. cit.*, p. 217.

ROQUETTE-PINTO, EDUCADOR

CELSO KELLY

A Associação Brasileira de Educação consagrou uma de suas sessões públicas a Roquette-Pinto, não ao artista ou ao homem de ciência, por maiores que sejam os seus títulos, mas ao educador, de raras virtudes, de recursos maravilhosos, nutridos quase sempre de sua arte e de sua ciência, ciência e arte que nele se fundem na figura rica, polifórmica, sedutora e impressionante do Mestre. Do mestre sempre novo e atual, que não envelhece nos processos, sempre em dia com o que a técnica tem de mais moderno e eficiente. Como poderiam envelhecer os métodos de quem tem, abertos diante de si, dois caminhos largos e fecundos, como a arte, criadora por excelência, e a ciência, insaciável na revisão dos conhecimentos? Possuído de essência poética, que lhe permite sentir e encantar-se com os grandes feitos da espécie humana e com os caprichos enfeitados da natureza, é, ao mesmo tempo, cantor e músico; contista e ensaista, *speaker* e cineasta, fotógrafo e desenhista. Das artes estáticas à mais dinâmica das artes; das artes plásticas às artes sonoras; das artes de criação imediata às artes de reprodução — a todas Roquette-Pinto chega, com a claridade de seu espírito, com plena consciência de métodos e processos da extensão e dos efeitos de suas iniciativas. Nada fortalece tanto o raciocínio como a elaboração científica. Nada imprime à vida mais beleza do que a arte. E, quando essa arte não é impulsiva e puramente sensorial, mas refletida, inteligentemente construída, sua fusão com a ciência se opera dentro de uma grande unidade de espírito. Arte e ciência... Fazem-se concessões mútuas, ajudam-se, sonham juntas, admitem, sem

prejuízo em seus efeitos, a presença da imaginação no curso das idéias. “Um dia — são palavras de Roquette-Pinto — eu mesmo, que detesto em ciência, mas só em ciência... a fantasia — pus-me a imaginar uma leva de homens influenciados pela cultura do México e da América Central, chegando ao vale do Amazonas e aí dividida em dois ramos: um, subindo o grande rio, alcançando os altiplanos dos Andes, tendo como guia o gênio político, uma espécie de Cesar precolombiano, conquistador e capaz de organizar. Esse grupo deu mais tarde um Império... O outro, descendo o grande rio até encontrar terra estável, boa para a vida fácil, aí se lhe deparou material plástico de primeira ordem. Seu guia não foi como o do primeiro um conquistador militar; foi o gênio artístico. Esse grupo legou à posteridade o museu de Marajó. Mas não tinha capacidade de defesa. Desapareceu. Assim morrem os artistas nas mãos dos bárbaros. O primeiro grupo teria repetido na América, mal comparando, o destino de Roma conquistadora e civilizadora de bárbaros, alma do gênio organizador das sociedades; o segundo grupo teria repetido aqui o milagre dos gregos, buscando em tudo a beleza, a linha suprema das harmonias definidas e morrendo, como devia morrer, sufocado pelo ambiente de águas e florestas primitivas e grosseiras, cercado de gente incapaz de sentir o que êle andava realizando de esplêndido, ali, onde a luta dos seres que querem viver não permite, por muito tempo, os momentos de abandono e ócio, para o sonho bom que recebe e embala e acalenta e nutre o pensamento artístico” (1).

Recordado esse trecho, condensando na fantasia tanta realidade social e humana, teremos que repetir, a respeito de Roquette-Pinto, o pensamento de Vicente de Carvalho, seu poeta de eleição: “O sábio é um poeta que abriu os olhos e sonha de olhos abertos!” E como não haveria de ser poeta quem, além de fazer e viver poesia, proferira várias vezes essa grande sentença: “A virtude da Esperança é o maior bem da Terra”.

(1) *Ensaio Brasileiro*, págs. 125-6.

* *
* *

Do homem da ciência, tanto teria de referir que precisaria de ciência para sintetizá-lo. Sua obra se desenha grandiosa na antropologia brasileira. É o fruto de quem, ao mesmo tempo, ama a natureza e a pátria. Não há forma melhor de amar a Pátria do que pesquisando os seus tesouros naturais. A Associação Brasileira de Educação se deve ter pedido a Roquette-Pinto o curso de antropologia que realizou, em 1926, na Escola Politécnica. O curso resultou no livro, o qual, ao lado de "Rondônia", são os dois tomos fundamentais da sua obra. O naturalista insigne nos lega, não apenas o monumento científico que ergueu, mas os fundamentos de uma sociologia brasileira, que tão íntimos contatos há de manter com a educação.

Dois pontos essenciais daí decorrem com repercussão nos diversos domínios da cultura: o da igualdade das raças e o da formação de uma consciência nacional. Em nenhuma luta se empenhou tanto como na de destruir as teorias falsas do racismo, quando os adeptos do arianismo ainda não ameaçavam o mundo com a brutalidade dos seus exércitos. Desfez, escudado na ciência e nos fatos, os preconceitos contra a mestiçagem, e erigiu o sertanejo como o tipo rijo e forte, que alargou as nossas fronteiras e afirmou as nossas virtudes. Não o considerem inferior: dê-m-lhe educação e recursos e êle despontará em sua plenitude. "Muito mais do que o "recuo do meridiano" — o que me interessa, no formidável episódio, misto de grandeza e humildade, tecido sangüinolento de glórias e opróbrios, não é o *território* — é a *raça*" (2). O povo que construiu êsse mapa opulento, vencendo impressionante as mais duras dificuldades, é uma afirmação. Não pode admitir taxa de subalternidade. Só deve aspirar a cada vez mais cultura.

Para a educação dêsse povo, Roquette-Pinto tem sempre voltada sua atenção. É o pioneiro, no Brasil, da radiodifu-

(2) *Ensaio Brasileiro*, pág. 217.

são. Dizia, em 1923, cuidando dos seus efeitos: "Todos os lares espalhados pelo imenso território do Brasil receberão, livremente, o conforto moral da ciência e da arte; a paz será realidade definitiva entre as nações. Tudo isso há de ser o milagre das ondas misteriosas que transportam no espaço, silenciosamente, as harmonias" (3). Dizia, adiante, pensando nos seus patricios mais desprotegidos: "descalço, até mesmo rôto, esfarrapado, amarelo, mole de doença e de ignorância, aprenderá, antes de saber ler, que a preguiça é quase sempre doença; que é preciso plantar o melhor da colheita para obter maior rendimento; que ser soldado não é ser escravo e sim receber instrução e educação, em lugares assejados, dirigidos por patricios dedicados, fraternalmente, a serviço do país; que o Brasil não é de fato o país mais rico do mundo, mas que o pode vir a ser, facilmente, se os seus filhos souberem tirar da terra tudo o que ela pode dar; que os povos fortes são hoje em dia os *povos que sabem* aplicar a ciência e a arte em melhorar a vida" (4). Roquette-Pinto é o fundador da Rádio Sociedade. Construiu, êle próprio, a primeira Rádio-Escola, vindo a lançá-la e dirigí-la. Teve longo tempo a seu cargo o serviço de Rádio-difusão do Ministério de Educação. Em todos êsses setores, desde a modesta instalação da Rádio Sociedade, até a potente emissora oficial de nossos dias, o que Roquette-Pinto fez foi introduzir, aperfeiçoar, desenvolver e multiplicar o espírito da rádio-difusão. Iniciado nas gravações e na fotografia, havendo colhido som e imagens em sua expedição científica à Rondônia, fácil lhe foi transferir-se para a rádio-difusão e chegar até o lugar em que hoje se encontra: o Instituto Nacional de Cinema Educativo. Nesse setor, êle é também pioneiro. A arte cinematográfica é a mais exigente das artes. Requer inteligência, sensibilidade, técnica e erudição. Tudo isso se junta, às maravilhas, em Roquette-Pinto. O cinema educativo é arte e é imperativo de cultura. De seus estúdios saíram documentários de fatos de importância, chor-

(3) *Seixos Rolados*, págs. 233-4.

(4) *Seixos Rolados*, págs. 239-240.

tes de ciências, de música e de tema histórico, e filmes de grande metragem. Em todos, ao lado dos esforços técnicos da realização, sente-se o espírito alto da direção. E realiza para vulgarizar, para levar ao público seu precioso concurso. Confundem-se o cientista, o artista e o educador.

*

* *

Roquette-Pinto, professor no Externato Aquino, na antiga Escola Normal, no Instituto de Educação. Ainda na Academia de Altos Estudos do Instituto Histórico. Levou a palavra e o exemplo de mestre até Assunção. Na Capital do Paraguai inaugurou a cadeira de fisiologia. Não foi nunca um simples divulgador de ciência. Foi e é um criador apaixonado. Foi e é um educador convicto. O ensino das ciências, particularmente da história natural, mereceu-lhe a maior atenção. Em seu livro — “Seixos rolados” — há todo um capítulo, que é, ao mesmo tempo, doutrina pedagógica e essência poética: “A história natural dos pequeninos”. Contrariando a tendência, então em voga, das “lições de coisas”, dizia àquele tempo: “Há um mal, para a educação das crianças, em mostrar-lhes, sem nexos, os encantos da natureza, realizando o que devia ser quase proibido fazer — *lições de coisas*. Lições de coisas não servem. A noção elementar da *lei natural* deve e pode ser logo apresentada. Nada custa mostrar que, em a natureza, encontramos *sêres* e assistimos a *fenômenos* ou *acontecimentos*”. Mais adiante: “Ensinar a ver os *sêres* concretos, é outra face do problema da história natural, na escola primária. Uma lente, um papel e lápis. Fazer o pequeno desenhar, garantindo, como puder, sempre, o mais frequentemente possível”. E, como diretor de Museu, observa ainda: “A visita comentada ao Museu, ao Jardim Botânico e ao Jardim Zoológico é vantajosa, está claro. Mas... tenho, por curiosidade, assistido ao desandar de algumas escolas pelas galerias do Museu. Que tristeza! Todo mundo vai andando, vai olhando, vai passando... como um fio d’água passa numa lâmina de

vidro engordurada. Quem quiser aprender num Museu, deve primeiro preparar-se para a visita. Aquilo é apenas o *atlas*; o *texto* deve ir com o estudante. As crianças, por si sós, não sabem ver o que tem um museu; elas só lucrarão si forem acompanhadas do mestre, papel e lápis" (5). Com relação às escolas secundárias, não lhes compreende o ensino de ciências sem laboratório. "Estamos na hora de formar pesquisadores. Isso é vital para o Brasil e depende principalmente do *ensino técnico ginasial*". Não laboratórios luxuosos e impraticáveis: "nada justifica a existência de um riquíssimo laboratório sem biblioteca de igual tomo. Direi mais, prefiro um modesto laboratório provido de bons livros. Quem tem prática dos trabalhos de pesquisa de laboratório sabe que a maior parte dos problemas técnicos são resolvidos por meio de aparelhos construídos na ocasião pelo próprio experimentador" (6). Assim se externa em tantas e tão variadas passagens, porque é, em verdade, cientista e educador. Mestre é aquele que faz discípulos, e Roquette-Pinto os conta em todos os quadrantes da cultura. Educador é quem anseia por transmitir o que sabe e por melhorar as condições da vida de outrem. E Roquette-Pinto, dotado de exato sentimento do interesse público, procurou, desde cedo, ser um dos pioneiros da educação popular. Seu realismo em pedagogia, o senso agudo de suas recomendações e de suas afirmativas, decorria do seu conhecimento, da intimidade com os segredos da pesquisa e da elaboração científica. "Nenhum mestre foi mais querido dos seus alunos do que Fritz Muller; não se apartava da natureza, e nada prende mais as jovens inteligências do que a própria vida". E conclui: "em ciências naturais, quem não *mostra*, não ensina" (7). Era do trato direto da natureza que resultariam a ciência e o seu ensino. Falando de Frei Leandro, recorda a aula popular de botânica no Passeio Público: "naquele tufo de verdura, que é uma alegria e um pequeno parque de história simples, que inspirou a Macedo uma lenda de poesia

(5) *Seixos Rolados*, págs. 37, 38 e 41.

(6) *Ensaíes Brasileiros*, págs. 157 e 158.

(7) *Ensaíes Brasileiros*, pág. 21.

comovente, nasceu o ensino das ciências naturais em nossa terra” (8). A natureza como campo de observação; o espírito de análise objetiva, como método, iriam ser, pela vida em fora, a essência das reivindicações do naturalista e professor Roquette-Pinto. Éle próprio traça o quadro da sua geração: “Os homens da minha geração ainda conseguiram ouvir os ecos dos antigos doutores coimbrãos para quem tudo estava no “saber falar”. Há aos trinta anos, em todo o Brasil, o “moço que fala muito bem” — conseguia tudo, inclusive postos da maior responsabilidade científica. Não se indagava mais nada. O essencial não era saber as coisas, mas falar bem das coisas que os franceses sabiam... (9). Roquette-Pinto faz do Museu Nacional um grande centro de pesquisas. Amplia suas secções. Torna-o um foco de estudo e divulgação. Dá-lhe um guia modelar. Inaugura a coleção de etnografia sertaneja com a reunião das peças que documentam a vida do nosso povo. Institui o serviço de Assistência ao Ensino da História Natural. Adota e divulga o uso dos mais modernos instrumentos de difusão, desde o diapositivo ao filme. Lança a Revista Nacional de Educação, tendo como lema: “em todos os lares do Brasil, o conforto moral da Ciência e da Arte”. Estende a atuação e as pesquisas do Museu, — de seus laboratórios aos rincões longínquos e maravilhosos de “Rondônia”. Com êle, o Museu penetrou o coração da terra. A Academia Brasileira de Ciências foi e é outro núcleo de suas predileções. Ao receber, na Academia Brasileira de Letras, Miguel Osório, definiu o cientista “pelo arrôjo das concepções, segurança da técnica, quase sempre criada por meios próprios, a tenacidade com que perseguiu a verdade que se esconde e se negaceia”. Dizia ainda de seu novo confrade que vivia “a existência árdua e feliz dos laboratórios”. Fez, a seu respeito, no Centro Tobias Barreto, uma confissão que é um retrato íntimo: “há tantos anos vivo longe do bulício gostoso das tertúlias, prisioneiro feliz dos meus livros, dos meus aparelhos, da minha

(8) *Ensaio Brasileiro*, pág. 47.

(9) *Ensaio Brasileiro*, pág. 156.

oficina. Prisioneiro feliz, pelo que o trabalho me proporciona de calma e esquecimento; pelo que a natureza me oferece de renovada emoção nas coisas mais simples da vida. Prisioneiro angustiado, muitas vezes...”

Que maior lição, que maior exemplo poderia dar Roquette-Pinto? Apontou, e continúa a apontar, num momento de paixões generalizadas, o caminho sereno da pesquisa e da reflexão. Aos dogmáticos e conservadores intransigentes acena com a luz fértil da ciência. Aos que anseiam melhores dias aconselha a ausência de preconceitos, a análise renovada e direta dos problemas. Pelo exemplo, pela palavra e pela ação, o cientista Roquette-Pinto é um educador.

*

* *

Essa paixão pela educação se sente em inúmeras passagens de sua vida e de sua obra. Não cansa de clamar pela educação e se alista entre os discípulos de Miguel Couto, quando quer, com êle, repetir mais uma vez: “o problema da educação popular no Brasil não é questão pedagógica; é caso financeiro ou econômico” (10). Indica os caminhos para atingir o fim desejado. Estima que a escola se sirva dos mais modernos recursos e, na qualidade de diretor do Museu, proporciona grandes facilidades. Outras está a proporcionar do Instituto que ora dirige. Considera problemas pedagógicos, não apenas no campo do ensino das ciências, mas no da educação em geral. O tratamento individual em educação, fugindo às fórmulas gerais e ao ensino uniforme, já o preconizava Roquette-Pinto, quando, como médico e professor, dizia há muitos anos: “Tal qual os bons médicos que pregam: “não há doenças, há doentes”, o bom mestre deve começar bem certo de que não há ignorância, há ignorantes. Quero eu dizer com isso que o mesmo trato não pode ser aplicado a todos os pequenos, nem os mesmos fatos ensinados do mesmo modo a qualquer deles” (11). Ao ensino secundário

(10) *Ensaio Brasileiro*, pág. 105.

(11) *Seixos Rolados*, pág. 34.

atribui a maior importância: “os institutos de ensino secundário deveriam ser considerados o melhor de qualquer programa educativo”. Foi um dos pregoeiros, pioneiros e realizadores do ensino superior desinteressado. Apesar do muito que fez e faz, ainda se externa: “Se eu pudesse levar a cada povoação dêste continente brasileiro uma palavra sequer; se pudesse ser ouvido pelo povo de minha terra... eu lhe diria: — “aprende a ler, não para ser letrado, mas para conseguir a educação social indispensável aos filhos de um país moderno; fala aos teus, sempre, da casa em que nasceste, das suas palmeiras, dos seus pinheiros ou dos seus ervais; narra à tua família os farrapos da história comum que conheceres, porque a História do Brasil deve ser a oração dos nososs lares; trabalha e fiscaliza, com severidade e justiça, a aplicação do produto do teu esforço; considera a vida difícil da maioria dos povos e bendiz a tua. E quando o desânimo te infiltrar o coração, procura Euclides; êle te mostrará, com verdade e fulgor, o mundo de que és dono. E tu, meu irmão, como o Fausto da lenda medieval, erguerás de novo o grito da esperança: — Espirito sublime! permitisfe que eu lesse no seio profunda da minha terra como no peito de um amigo: revelaste as fôrças secretas da minha própria existência...” (12).

*

* *

Esse traço de exaltação patriótica encontra-se em tôda a sua obra. Cada vez mais forte. No pórtico de “Rondônia”, escrevia: “Possam os meus filhos, nestas páginas, encontrar motivos para amar ainda mais ao Brasil e razões para bem servi-lo”. E em “Rondônia” inúmeras são as passagens que valem como poemas da terra e da raça. Poemas que resultaram de suas caminhadas penosas pela terra virgem: “brasileiro, deu-se por bem pago daqueles dias de privações e perigos, porque voltou da “Rondônia” com a alma refeita,

(12) *Seizos Rolados*, págs. 300-301.

confiante na sua gente, que alguns acreditam fraca e incapaz, porque é povo *magro* e *feio*..." E logo adiante: "É preciso ir lá para retemperar a confiança nos destinos da raça, e voltar desmentindo os pregoeiros da sua decadência" (13). E seu nacionalismo se constroi, dentro de três características fundamentais: o conhecimento da terra e do povo, o espírito científico e a nota emocional do poeta. Tudo é grande, porque a ciência lhe diz que é grande e porque os seus olhos encantados o vêm maior. E, então, nasce em si um culto pelo passado e pelos grandes homens. "Um povo que rememora seus heróis cultiva energias necessárias a seu viver futuro. Heróis — e o conceito precisa ser definido por seguro — são todos aquêles que produzem uma idéia, ou uma concepção de Carlyle. Heróis filósofos, heróis poetas, e heróis guerreiros também... Porque "heróis" não quer dizer valente; mesmo no conceito greco-romano quer dizer divino" (14). E, passando da doutrinação à prática, Roquette-Pinto tem revivido grandes figuras da ciência, homens que deram a sua existência inteira à formação de nossa cultura. Homens que amaram a terra, se deslumbraram diante da natureza acolhedora e atrevida, se interessaram pelo destino do homem e do povo, à semelhança do que vem sendo sua própria existência. Só os grandes e puros sabem vêr os da mesma dimensão. Recordando Fritz Muller: "No dia em que fôr mister escolher uma figura para representar o *colono*, em tudo quanto essa palavra contém de fé, de ardoroso interesse pela terra, de coragem e de firmeza — não é preciso buscar outro tipo, entre tantos que existem no Brasil — engrandecidos pelo trabalho e engrandecendo a nação; aí o temos nesse homem raro, que conhecia o segredo de manusear as frágeis borboletas com os dedos calosos, que o machado e o enxadão jamais conseguiram inutilizar para as delicadezas do microscópio. Sua vida é um constante exemplo de honestidade para consigo mesmo, de meiguice e ternura para com os seus, de trabalho sem descanso para

(13) *Rondônia*, pág. 12.

(14) *Rondônia*, pág. 63.

a cultura do espírito humano. Há, na sua história, ao mesmo tempo simples e grandiosa, numerosos lances, que um dia serão traçados em um livro encantador, para delícia da gente pequenina, sedenta de aventuras, e sempre disposta a admirar os grandes" (15). Agora, Frei Leandro: "Foi o sábio amigo das árvores. Seu nome, nós não o devemos buscar nas bibliotecas; seria inútil. Nos grandes parques, que são a maravilha da minha cidade; nos troncos enrugados do Passeio Público; nas frondes das jaqueiras do Jardim Botânico — algo há de existir, ainda hoje do grande carmelita, seja apenas a lembrança ou a saudade. Se as árvores recordam? Quem sabe? Böse, um biólogo indú, o afirma, e outros o confirmam, que as árvores têm coração, como já o tinha adivinhado o sentido apuradíssimo dos poetas. E, talvez nervos também. Quem ousaria dizer que as do Passeio Público já esqueceram o seu grande amigo? Éle assim viveu encantado no meio das plantas. Numa terra em que cada homem tem destruído, pelo menos, um alqueire de floresta, em que cada patricio tem, por sistema, ou só por alegria, queimado os bosques sem piedade, Frei Leandro deu o exemplo magnífico, que às crianças devia ser apontado: viveu plantando" (16). E o retrato de Morize? "Muito alto, magro, olhar vivo e meigo: Morize. Palavra fácil, muita clareza, frequentes laivos de humorismo delicado, pronúncia francamente paulista. Dedicção e entusiasmo. O gesto, as figuras esquemáticas, os cálculos no quadro negro, as demonstrações práticas, numerosas e limpas novidades da ciência em que os compêndios ainda não falavam, excitando a curiosidade dos rapazes e subjugando a atenção de todos... Era assim aquele mestre, bom e sábio, que atraia para seu curso alunos de outra escola" (17). E como nos apresenta Labouriau: "Morreu presidente da Rádio Sociedade, filha da Academia de Ciências. Naquela casa gerada pelo idealismo construtor, quem estaria melhor do que o moço republicano, fremente de patriotismo consciente e sempre ansioso por ser-

(15) *Ensaíes Brasileiros*, pág. 38.

(16) *Ensaíes Brasileiros*, pág. 42.

(17) *Ensaíes Brasileiros*, pág. 66.

vir aos melhores e mais puros ideais de sua gente? Onde houvesse necessidade de uma voz clamando “mais verdade e mais justiça” — êle encontrava o seu posto. Foi tão forte o sentimento humano naquele coração cheio de entusiasmo e de carinhos que a Ciência não conseguiu obter tudo quanto êle lhe poderia ter dado, mau grado a pouca idade em que desapareceu. Labouriau — era a grande alma enferma do sofrimento alheio. O ardor social, nobre e vigoroso, a paixão com que sentia a miséria dos pequeninos, o desconforto que lhe causavam todos os quadros de injustiça, a revolta que nele provocavam o desleal e o deshonesto, a iniquidade e a vileza, deram-lhe toques sublimes de luz na personalidade sedutora” (18). E de Rondon: “A obra científica e social de Rondon não pode ser assás admirada. Em cinco anos de trabalho êle conquistou, pacificamente, alguns milhares de quilômetros quadrados, agora em condições de fácil valorização. De cada índio, cuja ferocidade não era lenda vã, e cuja animosidade sacrificou tantos homens, fez um amigo. Abriu à ciência um campo enorme de verificações e descobertas; à indústria, todas as riquezas de florestas seculares. Soube coroar sua atividade estendendo o fio telegráfico, que os Parecís chamam *língua de Mariano*, em homenagem ao seu grande amigo, entre pontos extremos da sua pátria que ligou por uma gigantesca estrada de rodagem. E mostrou à Humanidade irmãos primitivos, que mais uma vez recordam a modéstia da sua origem” (19).

*
* *

Retratos dos grandes homens... Perfis ou quadros desse grande artista que é Roquette-Pinto, a respeito de quem é de se desejar venha alguém traçar o retrato de corpo inteiro, retrato másculo de grandeza e de fé. Aqui ficam apenas notas de sua notável contribuição à educação nacional.

(18) *Ensaio Brasileiro*, págs. 76-77.

(19) *Rondônia*, pg. 17.

VIDA LITERÁRIA

CONTOS E CONTISTAS

JOSÉ VIEIRA

A prosperidade do comércio de livros vem interessando pelo conto os editores. Alguns dêles têm tentado incrementá-lo, se bem que, como nas sementeiras ingratas, sem resultado. Há os que se queixam, e não sem razão. O movimento, porém, está em marcha, e, também, vale para um inquérito, no qual se poderá avaliar, com mais ou menos exatidão, o pé em que anda o conto brasileiro, só agora melhor frequentado pelos escritores e pelos leitores. Uma editora — a José Olímpio, realizou concursos, desde 1938, instituindo o prêmio “Humberto de Campos”, só em 1943 suspenso, ao que se diz, devido à guerra. Êsse e outros estímulos melhoraram as condições da espécie menina da ficção. Contamos, por êles, com maior número de autores de histórias curtas, se assim lhes chamamos, e os leitores aumentam, embora não ainda compensando a boa vontade dos que escrevem e dos que imprimem. Para melhor êxito da tentativa de parte dos que produzem, bom seria que, a seu turno, os jornais nos compensassem das páginas e páginas de linguados, de noticiário redundante, de tópicos convencionais, da sua super-produção de literatura econômica, mesmo que fôsse como calço entre os anúncios, com uns contoziños bem criados e bem escritos.

O diário francês de antes da guerra não faltava com êste presente aos seus freguezes, no mínimo, uma vez por semana; e, na Inglaterra, chegou a haver, se não continua,

escolas de *short stories*, convidando candidatos, com a promessa de vantagens pecuniárias, provadas pela procura dos quotidianos e dos hebdomadários. E nos Estados Unidos em guerra, ainda o ano passado uma editora — a Earl Reed Silvers, publicava um compêndio que poderíamos utilizar como bom conselheiro para quem não acertou com a estrada real: *The editor accepts. How to write short stories that magazines buy*. Em nosso Brasil, a êste respeito, alguma coisa está regulando mal...

É de confundir que, num meio, como o nosso, atarefado, quando quem não tem o que fazer troca pernas pelas ruas, se não detém os que vão a sua vida para palestras de botica, haja a maior saída de romances volumosos, a ponto de os romancistas nativos já se estarem incartando na moda do historião caudal, e o menor dos três — romance, novela e conto — não dar para sustentar um concurso anual de prêmio convidativo. Enquanto ao atarefamento da gente do país, verdade é que se há de ter em vista isto: o nosso homem, se não lê contos, não lê os romances tão do novo gosto das mulheres. Dêste fato, tenho um depoimento que cabe aqui referir. O passado verão, uma criança que brincava, de manhã, na praça Rui Barbosa, em Petropolis, vendo-me com um livro aberto, soltou a sua pázinha de pegar terra, exclamando: "Homem lendo livro?!" Fechei o volume e intrevistei o pequeno. Ele me respondeu que, em casa, quem lia livro era a mãe; o pai só lia jornal. Pai sem vagar para frioleiras, como o ferreiro dos *Mistérios de Fafe...* Mas, se êsse fatigado dos negócios ou da administração encontrasse, a um canto da folha ou num rodapé, o conto escolhido para aquela diversão do espírito, não o leria, não se habituaria a ler?

Diga-se, em consciência, que, se o conto não constitui, no Brasil de hoje, um procurado passatempo, como o romance, devemo-lo, um tanto, ao só recente esforço da publicidade, outro, à própria natureza do nosso conto comum. O conto brasileiro popular, prosa ou verso, que se ouve e que os folcloristas recolhem, forma um gênero dos mais originais e interessantes. Selvagem ou caboclo, o que tem sido

escrito, e é o de que mais sabemos, prende e delicia pelo imprevisto, pelo valor de produto da terra, pela moralidade velada, manhosa, enfim, pela graça retratando a malícia do povo. Sant'Ana Nery, Silvio Romero e, ultimamente, o sr. Basílio de Magalhães são como os extratores de um tesouro rico entre os mais ricos; porque êsses contos são sínteses da psicologia coletiva traduzida em alegorias e em parábolas magníficas.

Seria para verificar que relação existe entre o primitivo conto brasílico e o conto literário. A influência das criações anônimas processa-se, de ordinário, inconscientemente. Não pareça absurdo afirmar que o nosso conto, sobre tudo o conto campônio — o mais usual —, se aparenta de mui próximo com o conto popular espontâneo. Se perdeu o sentido íntimo — o fundo simbólico, apenas vasado nas breves histórias folgazãs de intenção crítica, somente em casos pessoais, de resto raros, se afastou da vida do campo, da personagem e do drama do campo, onde nasceu aquele que se fez sem letras. Fato de registrar e meditar é que o caráter irônico ou humorístico do conto do povo veio reviver no conto que poderíamos chamar citadino e civilizado — num Machado de Assis carioca e num Lima Barreto, também carioca. O escritor da província, se se divorcia dos assuntos caipiras, se atinge ao tipo de conto capaz de interessar universalmente, conclui para uma reflexão, insinuada indiretamente, como é mais de certa modalidade do conto. Não se considere, por ter nascido entre velhas igrejas da colônia e ruínas da guerra holandesa, provinciano um civilizado como José Maria dos Santos. O autor da *Política Geral do Brasil* é autor de um dos melhores contos brasileiros — *A volta dos cães*, onde se narra o retorno dos cães de Canudos ao arraial, depois de tomado pelas tropas legais. Excluído um Machado, com êle, poucos outros, o nosso conto escrito tem sido a narração nua, sem melhor predicado que o episódio em si, quase nunca trazendo, ao menos, a “graduação de efeitos literários” que o sr. Plínio Barreto destacou no sr. Anibal Machado. A leitura de *A volta do cães* não nos deixa, unicamente, a notícia

vulgar, o quadro material dos cães tornando a Canudos ao termo da campanha. Aliás, o episódio é dos que emocionam pelo fundamento retrospectivo, cheio de imagens e evocações. O contista, porém, elevou-se da arquitetura simplès do fato e soube criar o ambiente extra-físico, o transporte, no qual o drama inteiro daquele sertão fanatizado se mostra, em sua derrota, recontituído e ressofrido.

Outro conto, êste de um escritor provinciano que nunca saiu do seu torrão e, vivido sem fama, se tornou desconhecido, *O quebra boneca*, do cearense Domingos Bonifácio. Não sei de mais curta história no conto de tóda parte. Um pai compra para a filhinha uma boneca de louça. A criança logo a quebra. Lá dentro se achava uma libra esterlina. Pai pobre, nada obstante, o homem pôs-se a comprar bonecas de louça. Ficou mais pobre do que fôra, até cessar de ir à casa de brinquedos. Não serão precisos comentários para despertar as sugestões que a pequena história por si provoca.

O conto, não se insista em que seja nada mais que uma história curta, comparada com a história, mais longa, da novela e a, maior de tôdas, do romance. A história, no conto, há de ser o necessário, mas para levar a círculos de sentimento e pensamento como os a que transfere a Música. Aquilo que em nós produz o conto de fadas, no conto real. E não basta o conto; é preciso o contista: é precisa a faculdade de, através da narrativa, impelir à emoção transcendente, ao recolhimento meditativo, à evasão ideal.

Os ingleses, educados com o conto de fadas, obtiveram, em sua *short story*, um conto que se realiza independente do sistema de variações onde se forma, por exemplo, no conto americano de um Sherwood Anderson, a atmosfera supra-real. Chegaram a tanto por um aperfeiçoamento de técnica combinado com a exigência de pequena extensão, feita pelos jornais e magazines; e são os mestres do conto que, como *O quebra boneca*, de Domingos Bonifácio, vive e comove, só, pelo episódio. O conto que se conta, com isto, transportando e satisfazendo. É, todavia, sempre, o contista, a mestria do criador e do escritor, a sua sugestionabilidade acordando a imaginação, levando a mundos ideais. O conto brasileiro al-

cançou esta perfeição, só, excepcionalmente. A nossa ficção apegou-se a um sociologismo do documento humano, mais nacional que humano, e, disto, nem o conto pôde ainda libertar-se. Mesmo em Machado de Assis, descobriremos o contista alimentado pelo comentador da semana e aliviando-se do pessimismo que, no psicólogo, se fez *humour*. Mau contista por isso? Em tudo onde tocou a pena de Braz Cubas, transmitiu-se, inconfundível, o gênio literário. E o poeta que, aportando ao romance, encostou a lira, substitui-a pelo instrumento do prosador, experiente de mais para reverter ao gôsto do cantor sozinho na tórre de outrora. O conto de Machado de Assis é a notação indireta do que derramou sobre si a piedade intrínseca e, para os outros — para o vulgo convertido em personagens, se condescendeu, foi pela ironia. Sorrimos com êle, aceitamos, na primeira hora, o traço caricatural castigador, a filosofia de desencanto, a conclusão de destruição; porém não diminuiríamos o nosso preito, o entusiasmo pelo artista, se êle nos comovesse, nos tirasse do mísero mundo de todo dia, mais do que nos adverte. Em algumas das pequenas histórias exemplares de Machado de Assis reencontramos o poeta; estão, entretanto, quase todas impreganadas do pessimismo crítico do romancista.

Tem-se aventado sejam os contos do criador de *D. Casmurro* a sua ficção mais esplêndida. Que é maravilha de concepção e de literatura, não se conteste. Enxerguem-se estas qualidades no que chamarei “presença”, querendo dizer — como identidade, que imprime à narrativa literária um poder de aproximação atualizadora, seja qual for a sua era, a sua posição no espaço. Tão significativa virtualidade oferecem-nos os livros de histórias mais antigos. Já em *Daphne e Cloé* ela se nos transmite, e, modernamente, nas nossas letras, temo-la em Humberto de Campos humorista bocaciano, como está em todo verdadeiro conto, novela ou romance. Humberto de Campos, bom contista, a possui no conto de assuntos velhíssimos, como nos de atualidade palpitante. Renascem nos países de cultura intensa descendentes de uma família Bocácio, ousados e fesceninos. Hum-

berto foi um seu representante no meio brasileiro, como fadado para a licenciosidade jocosa do *Vale de Josafá* e dos seus outros volumes congêneres. (Esta espécie de ficção corresponde à nossa preferência pelo superficial risonho, que evita a penetração, nada cômoda, no âmago das cousas; afastamos, adiamos assim, como povo, olhar de frente os nossos problemas do destino individual e coletivo.)

À presença, à proximidade atualizadora, constante nos dois tão diversos humoristas — Humberto bocaciano e otimista e Machado volutuoso e pessimista — contrapõe-se o conto *distante*, aquele que não adotamos sem esforço penoso da boa vontade. Conto *distante*, o nosso conto de costumes, talvez único, e, mais especialmente, o particularista, o regional, — o conto regional sem melhor virtude. Esta espécie de conto autorizou-se muito com os *Contos amazônicos*, de José Veríssimo, grangeou prestígio com *Os caboclos*, de Valdomiro Silveira e, ainda mais, com Afonso Arinos. Mas tenha-se em conta que o regionalismo dêstes três inspiradores, sistematizando-se no registro de caracteres distintivos da região e sua gente, nem sempre se dispensou de procurar no humano local, existente onde haja vida, o humano universal, que é o fim da ficção. Não releguemos em absoluto o conto regional. Mau grado as suas lamentáveis limitações, êle recolheu informes vários, úteis, inestimáveis por vezes, sôbre a existência de populações recuadas, sôbre os sentimentos, as reações psicológicas, as suas curiosidades de folclore, a condição econômica e o estado social em que vivem. Não se entenda, porém, seja isto função do conto, posto de lado o dever de criar, transfigurando e embelezando, que cumpre ao contista, ao novelista e ao romanista, mesmo, ao se propôr guiar, disciplinar, melhorar a sociedade.

O Brasil enfileira, presentemente, numerosos e variados contistas. A imitação do que se fez na Inglaterra e nos Estados Unidos, já temos um grosso volume de *Obras primas do conto brasileiro*, e temos uma revista, exclusivamente, de contos. No *Obras primas* estão José Veríssimo, Valdomiro Silveira, Afonso Arinos, Coelho Neto, Domicio da

Gama, Machado de Assis, Artur Azevedo, João do Rio, Lima Barreto, Carvalho Ramos, Antonio de Alcântara Machado, mortos, e os vivos Afonso Schimidt, Anibal Machado, Amadeu de Queiroz, Gastão Cruls, Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Origenes Lessa, Marques Rebêlo, Peregrino Júnior, Ribeiro Couto, Simões Lopes Neto, João Alphonsus e outros.

Nele não incluídos, lembremo-nos dêstes nomes: Carlos da Veiga Lima, desaparecido e um caso singular na nossa ficção, Viriato Correia, Alcides Maia, Coriolano de Medeiros, Diná Silveira de Queiroz, Adalgisa Nery, Guilherme de Figueiredo, Rodrigo de Melo Franco Andrade, Leda Maria de Albuquerque, Lia Correia Dutra, Breno Arruda, Alfredo Ladislau, Telmo Vergara, Luis Jardim, Eliezer Burlá, Cornélio Pires, Joel Silveira, Malba Tahan, Francisco Martins dos Santos, Aurélio Domingues, Henrique Castriciano, Perilo Neves, Alberto Dedoato e outros por nosso país de Deus. Êstes, como os de *As obras primas*, são cada qual um contista diferente. É o que demonstrará, compreendida a variedade, quanto o conto está por se fixar, no Brasil, como gênero literário. A par do regionalismo; a par da tendência para a documentação sociológica por meio da literatura, do descriptivismo gratuito, do cacoête popular sem interêsse fora do seu núcleo de origem, da linguagem dialetal de importância ínfima, do anedotismo vulgar, prosaico e mal conduzido, que se vê na maioria das histórias, a ausência de gradação das situações, de técnica literária, de sentido poético comunicativo.

Como por efeito de combinação, poderíamos citar uma dezena de livros em que as narrações na primeira pessoa abundam. Certo que não significa isto um mal; contudo, temos o abuso, raras vezes para acomodar o episódio e a sua apresentação numa feitura adequada.

A pobreza de técnica do gênero produz, às vezes, um conto teratogênico, de membros disconformes, que custa a acompanhar. Alguns tenho lido, nos quais o que é, propriamente, o conto se perde num emaranhado de narrações estranhas, saídas não mais que para, com infelicidade, aproveitar uma porta aberta. Tal incongruência salta à vista pela

disconformidade dos títulos com o corpo da narração e com o seu resultado final. Percebe-se que o contista imagina poeticamente a pequena história. Vai escrevê-la: as observações acumuladas reclamam vazão, e lá saem elas, umas por cima das outras, "abafando" o conto. Esta precipitação resolve-se, aqui e ali, num memorialismo, que vem a puxar a atenção para o autor, para a sua vida pregressa, e dá ao conto um papel do confessor raramente oportuno e justificável.

Disse que possuímos bons contos. Todos sabem disto. Entre os autores contemplados pelo prêmio "Humberto de Campos", na já referida antologia, em livros muita vez postos à margem, até, no importuno regionalismo sistemático, damos com excelentes pequenas histórias emocionantes, geradoras de sonho. O concurso "Humberto de Campos" de 1941 classificou em terceiro lugar uma contista que era para distinguir, animar e recomendar: Eliezer Burlá, com *Os braços suplicantes*. O prêmio daquele ano foi conferido a Lia Correia Dutra, por seu *Navio sem pôrto*. São dois recomendáveis livros de contos; e hesita-se para escolher entre êles, tais as qualidades de exceção de um e do outro. Lia Correia Dutra conquista, de início, pela produção que dá nome ao volume. É história de judeus ajuntados num barco como indesejáveis e, por isto, rejeitados em todo pôrto onde deitam âncora. Os demais episódios são, em si, atraentes, e a escritora, vigorosa. Necessitada de disciplina, de proporção arquitetônica, mas vigorosa escritora. Encontram-se, nos seus contos, defeitos dos que acima apontei e alguns novos, como o excesso de pormenores, a transferência do interesse para figuras e fatos secundários, qual ocorre em *O negro* e em *A finada D. Aninhas*; mas guardemos a precisão, a notação psicológica sutil, a "gradação literária" no desenvolvimento das cenas finais, se a autora concede ocupar-se, exclusivamente, com o que é necessário. Esta especialização patenteia-se de jeito modelar em *O banho no rio*. Assim que a narradora se desfaz do retratismo *vieux jeu*, das explicações intermediárias não menos obstrutivas por se introduzirem como elucidadoras do episódio, o conto adquire feição, individualiza-se, vive. Então se verá quão contrários ao gê-

nero são aquelas observações de uma argúcia apreciável mas de inoportuna e importuna aplicação. Lia Correia Dutra parece encaminhar-se para o romance. Se isto sucede, tê-la-emos empregando à vontade os seus recursos de minúcias e a exatidão literária presente e magnífica em *Navio sem pôrto*, se não extravasa no virtuosismo, também presente no livro e não enfadonho, somente, pela frescura da sua prosa jovem. Ante a frescura da prosa, é pena que o virtuosismo não passe despercebido. Lia Correia Dutra escreve um conto que não sofrerá sem injustiça crítica sôbre técnica, unidade e ordem literária. É o *Questão de dignidade*. Na história bem triste do velho amoroso que acaba sujeitando-se a continuar com a amante nova infiel, está um símbolo da aceitação e uma imagem da miséria humana degradando-se conscientemente e sofrendo duas vezes quando julga sofrer menos. Como realização no gênero, não vejo melhor trabalho em *Navio sem pôrto*.

O *Os braços suplicantes* também merece estudo menos de passagem. Sabem os que acompanham a sorte dos livros entre nós ter sido o volume de Eliezer Burlá apenas olhado e referido. No concurso em que terminou obtendo um terceiro lugar depois de um voto para primeiro, para o prêmio, quase foi desclassificado; deixou de afundar no limbo aonde iam parar as almas dos justos antes da vinda do Cristo, por bemfazeja demão, estranha ao julgamento. Li os implicados contos. Ou sou um dos ingênuos herdeiros da lança de D. Quixote, pronto a tomar partido pelos desherdados, ou estamos na presença de um contista não definitivo porém dando mostras de admirável vocação literária conduzindo um psicólogo poeta que nos deixa voltados para dentro de nós, depois de iluminar interiormente. Na sua análise acurada, Eliezer Burlá não nos infunde desgosto da vida e dos homens; ao contrário, concilia-nos com a vida, elevando-nos do quotidiano rasteiro sem nos deter com êle para uma visão pessimista e deprimente. Extraordinários os contos do escritor desconhecido e relegado? — perguntareis. Às vezes, não são bem contos, são fantasias, e nas primícias do estreante transparecem reminiscências de lei-

turas. Nêste ponto, considere-se, primeiramente, que somos sombras tateantes dos nossos mestres. Mas vejamos que mestres os do novo contista. Ao envés de mais uma descoberta do Eça, o autor de *Os braços suplicantes* topou-se, à partida, com Dostoievski e com outras divindades maiores. No livro de Eliezer Burlá, ainda, nos achamos em caminhos da grande Arte — da Música, da Poesia, da Pintura, como numa corrente de pensamentos e emoções a que só se chega pela escada alta da cultura. Dois dos contos — *Música de olhos fechados* e *Humilde presente de Natal*, um nos liberta da realidade prosaica para os já aludidos círculos de recolhimento profundo ou de evasão meditativa, o outro remove aquela realidade, vista em destino naufrago, dos para que só existiria mesmo refúgio na ilusão e no sonho. Pense-se numa pobre gata-borrallheira maltratada pela madrasta, e sem carinhos do pai, que, trabalhando, é, na véspera do Natal, vestida de noiva pelo patrão, afim de, com um noivo, outro manequim vivo, sair pelo Rio em festa, anunciando certa casa Loureiro. “Se mamãe estivesse viva — reflete Cinderela enquanto, humilhada, aviva a pintura do rosto —, haveria de morrer de vergonha”... Às onze da noite, chovia, ela estava numa praça deserta, sem ânimo para recolher. Compreendendo-lhe o sofrimento, o contista oferece-lhe o que tem: a sua imaginação; e é o sonho — a faculdade de, na desgraça, sonhar com a boa fortuna. Ela está tão cançada, que não pode, ou não quer a felicidade imaginária...

Nas suas criações sentimentais esteiadas de conhecimento, da busca de uma fiel interpretação das reações sensitivas, até, transbordando num freudismo por demais despedido para a ficção, como escreve bem Eliezer Burlá, descontada a meia eloquência do ficcionista sôlto da narração simples e aos vãos pela fantasia!

O livro que se viu colocado, no concurso, acima de *Os braços suplicantes* é *A semana de Miss Smith*, assinado por Léa Maria Albuquerque. Nada mau. Temos, aqui, uma narradora clara, atraente, curiosa das criaturas, tão diversas, em seu íntimo, do que “parecem ser por fora”, como diria

Vieira, e escrevendo uma lingua aceitável, melhor que a de muitos "modernos" do decênio 30-40. E é este um pendor de quase todos os novos contistas.

O livro de contos que ganhou o primeiro prêmio "Humberto de Campos" — *Maria perigosa*, reabre a questão do regionalismo, porém para solução. Luis Jardim escreveu numa série de contos regionalistas que são histórias humanas; mudadas as circunstâncias, os ambientes sociais, pertencem a todas as latitudes. O conto *O ladrão de cavalo* é uma delas. Romancêa a história conhecida do rastreador nordestino que se infestou do infame crime. Mas dêle logo fazemos representação para o simulador de todo o Mundo. Devemos isto ao contista. O ladrão finda castigado por si próprio: o remorso engendra-lhe uma aparição sobrenatural, e êle se entrega à cadeia, depois de tudo confessar. Dêste valor é *Paisagem perdida* — novela mais do que conto. Em ambos, como em todo o volume, Luis Jardim estilizou os modos de sentir gerais, conformando-os à região onde os deparou, e, mais naturalmente, não captou o humano essencial, associado ao propósito de retratar o sertão e as suas criaturas, o pitoresco do sertão e o dramático da vida sertaneja.

O escritor, em *Maria perigosa*, não se contenta com a gravação simples do falar caipira — desobriga fácil, insinuando-se pelo cômico, de gosto comum —, se por indignância de vernaculidade, ali fica. Nos contos do ficcionista pernambucano, a linguagem popular entra com intencionalidade responsável. Luis Jardim colhe o dizer sertanejo no que êle traz de regional, mas, principalmente, no que contém de subsidial para enriquecimento da lingua de todos. Os dicionaristas apanharão em *Maria perigosa* fruta tirada do pé madura, da que pode aumentar, ornando, o celeiro nosso e de lêm-mar.

Bem quisera continuar a tratar dos nossos bons livros de contos; porém seria alongar demais um artigo não para encher a *Revista*.

(Segue)

LETRAS PORTUGUÊSAS E AMERICANAS

OSCAR MENDES

Facilitar aos talentos jovens sua estréia nas letras, editando-lhes os livros, foi a meritória iniciativa que a Editorial Inquérito, de Portugal, tomou a seu cargo, iniciando uma coleção de livros inéditos, de escritores jovens, intitulada "Biblioteca da Nova Geração". Os dois volumes iniciais revelam, realmente, dois escritores de mérito e inteiramente desconhecidos, cremos, aqui no Brasil. O primeiro estréia com um romance, *Eu queria viver!* e o segundo, com um livro de contos, ambos interessantes e promissores.

O romance (*Eu queria viver!* — Manuel do Nascimento — Biblioteca da Nova Geração — Vol. I — Editorial Inquérito — Lisboa — 1943) de Manuel do Nascimento narra a história duma jovem empregada de escritório que, certo dia, vem a saber que o estado de seus pulmões é bastante precário e que está na iminência de morrer tuberculosa. Escrito na primeira pessoa, o romance vai expondo os sentimentos que se embatem na alma da moça, ao ter a triste notícia de que será preciso internar-se num sanatório, num esforço para deter o avanço da moléstia fatal.

Ela é noiva, embora sem muito entusiasmo. Um amor manso, sem complicações. O ambiente do romance é duma família burguesa, de pequenas posses, de gente que trabalha para manter-se e manter-se com dificuldade. Tôda a primeira parte do livro prende pelo estudo psicológico das reações provocadas na alma da moça pela doença, pela maneira por que todos a tratam e pelo ambiente do sanatório em que passara a viver. O autor se mostra um conhecedor sutil de certos aspectos da psicologia feminina, especialmente quando descreve as primeiras sensações da puberdade na jovem escolar.

Em determinado ponto do livro, aparece um personagem novo. Outro homem e por êste a jovem doente, já em pleno restabelecimento da saúde, se interessa fortemente. É uma figura um tanto estranha e vaga, que passa muito imprecisa pelo romance. E aqui, a nosso ver, está o ponto fraco do livro. O autor não se empregou

a fundo na descrição do conflito amoroso de sua heroína, embora nos apresente alguns dos entrecosques da noiva e do noivo, agora que ela sente não lhe ter amor. Mas o outro é uma figura fugidia. O diálogo que trava com a jovem, no momento crucial duma decisão definitiva, carece de força e profundidade. Ela mesma não é uma heroína romântica, que, levada pela força da paixão, resolva romper os laços da vida que leva e da vida que a espera. Resigna-se. Aceita o noivo. Nada acontece. A vida continuará na sua mesmice. De modo que não chega a acontecer o drama que se esperava.

Não iremos discutir os motivos por que o autor resolveu dar a seu romance êsse final apagado de vida quotidiana. Mas gostaríamos que, dentro mesmo dêsse quotidianismo, fizesse sentir melhor tôda a tragédia íntima daquela resignação e daquela aceitação duma vida sem amor e sem perspectivas.

Há em Manuel do Nascimento uma simplicidade de processos talvez extrema, em acôrdo, aliás, com seu estilo linear, incolor, pobre mesmo de expressão, embora agradável de ler, com o mérito de não cair em certo verbalismo, tão do gôsto de alguns estreitantes.

Em Ramos da Cunha, o autor do livro de contos *Lá fora, o sol brinca!* (Editorial Inquérito — Biblioteca da Nova Geração — Vol. 2 — Lisboa — 1943) encontramos mais maturidade, mais arte literária, mais colorido e mais profundidade. Seu livro consta de três novelas, em que descreve a vida de gente humilde, de bairros pobres ou de cidadezinhas de interior. Caracteriza-se a fatalidade que pesa sôbre os seres humanos. É o fado, o destino, que, como na tragédia grega, impende sôbre as criaturas.

Em tôdas as três novelas, o leitor é pôsto diante dessa irrevocabilidade do destino. A pobre Ana, o "chauffeur" Antônio e o Raulzinho da tia Emília são pobres vítimas dêsse destino cego e inexorável. Têm qualquer coisa de cordeiros imolados. São criaturas boas, inofensivas, mas tragadas pelo vortilhão da tragédia.

Ana é uma dessas mulheres sem maldade, mas por isso mesmo vítima da maldade alheia. Sua história é tôda de sofrimentos e desilusões, até que o excesso de desespero e de dôr a empurra para o esquecimento da loucura. Antônio é também uma vítima da fatalidade. É fuzilado inocente. Viu-se, sem querer, metido numa complicação com inimigos, no tempo da guerra e paga com a vida a sua prestimosidade, a sua ingenuidade, a sua inocência de homem bom e sem malícia. A tia Emília, a mãe de Raulzinho, é talvez a melhor figura destas novelas. Uma dessas mães dedicadas e amorosas, que tudo fazem pelo filho único.

Se a primeira novela é, do ponto de vista literário, a mais bem composta e a mais realística, a última, "Chuva de maio", em que se conta a história da tia Emília, é a mais trágica, a mais dolorosa, pelo que nela há de fatalidade. Um acidente estúpido e eis tôda

uma vida promissora extinta, eis uma mãe que perde sua própria razão de existir: o filho bem amado, porque a tia Emília vive da própria vida dêsse filho.

A força da fatalidade que pesa sobre essas criaturas é tão intensa que desnecessário se torna vir o autor, como fez, interferir na narrativa, para certas digressões, acentuando a inexorabilidade do destino. A novela ganharia mais em objetividade e em intensidade dramática. Apesar dessas falhas, mostra-se êle um observador feliz da vida popular, de seus tipos, de sua psicologia, descrevendo-os num estilo ágil e vivo, sem excessos nem verbosidade. Mas o que o caracteriza, principalmente, é a simpatia humana, diríamos mesmo a caridade, com que traça as figuras humildes de seus personagens simples e sofredores. Nele vemos, de modo especial, um romancista de grandes possibilidades.

*
* *

Poeta, dramaturgo, contista e historiógrafo, Jaime Cortesão é uma dessas figuras de letrados, que ilustram e honram a cultura universal. Vocacionalmente atraído pelas letras, a elas se dedicou desde a mocidade e a obra que realizou, em gêneros diversos, coloca-o na primeira fila dos grandes vultos da literatura portugueza de nossos dias.

Os azares da vida política trouxeram-no para o Brasil e entre nós vem realizando uma obra cultural digna dos melhores encômios. Bastaria a assinalá-la essa coleção de "Clássicos e Contemporâneos", que dirige e orienta para a editora "Livros de Portugal" e com a qual vem reatando o contacto cultural com o Portugal literário de ontem e de hoje, que nós havíamos de há muito perdido aqui no Brasil.

O primeiro volume da coleção é mesmo uma homenagem de gratidão e afeto à nossa terra, pois se trata da reedição fac-similada e da "tradução" para o português corrente da famosa "Carta de Pero Vaz de Caminha", a certidão de registro civil e de batismo de nossa terra. Mas o livro não é apenas uma reedição daquele inestimável documento, em que se narra o alvorecer de nossa história. O Sr. Jaime Cortesão aproveitou a oportunidade para presentear-nos com um estudo acurado e erudito, em que não somente analisa a carta do escrivão Pero Vaz, do ponto de vista histórico, mas do ponto de vista literário e filológico. É um trabalho sobre-modo feliz, no qual as qualidades de investigador cuidadoso e honesto e de humanista erudito e escritor de bom gosto, que marcam a personalidade literária do autor, se dão prazo.

O Sr. Jaime Cortesão, refazendo e completando a obra dos demais eruditos, que estudaram a carta de Pero Vaz, apresenta-nos uma análise conscienciosa de seus vários aspectos, discutindo os pontos controversos, reafirmando asserções postas em dúvida por outros e principalmente dando-nos uma versão fiel e honesta do documento, em linguagem acessível ao leitor comum, sem tirar-lhe o sabor de coisa antiga e pitoresca.

Além do estudo acurado do autor da carta e do próprio documento, que precede a reprodução do mesmo, enriqueceu o Sr. Jaime Cortesão o seu trabalho com magníficas notas de caráter histórico e filológico, que elucidam os pontos obscuros e tornam a leitura da pitoresca missiva de Pero Vaz um prazer e uma proveitosa lição. Integrada, após os estudos de João Ribeiro e Capistrano de Abreu e agora com esta nova exegese de Jaime Cortesão, ao patrimônio de nossas letras e de nossa história, a carta de Pero Vaz de Caminha, pelo seu sabor arcaico, pela cópia de informações que encerra sobre o nascimento de nossa terra e pelo pitoresco e vivacidade das cenas que descreve, merece a nossa leitura atenta e repetida, mórmente quando temos como guia e informante uma figura tão admirável de escritor e erudito.



O desconhecimento em que vivemos das literaturas dos países sul-americanos decorre da ausência de bons trabalhos de divulgação e da venda, entre nós, de revistas literárias, que nos ponham ao corrente do que ocorre no campo literário, nestas terras das Américas. Obras de utilidade para êsses primeiros contactos são as antologias, tanto de verso como de prosa, a igual desta coletânea, *Algunos cuentos chilenos* (Selección, prólogo y notas de Armando Donoso — Colección Austral — Vol. 376 — Espasa-Calpe Argentina — Buenos Aires — 1943).

Nela se encontram reunidos trabalhos de uns poucos escritores do Chile. Não é uma antologia em grandes moldes, mas uma coleção de dez escritores e todos, ou quase todos, duma geração que já ultrapassou a cinquentena. São êles Baldomero Lillo, Federico Gana, Augusto d'Halmar, Rafael Maluenda, Fernando Santiván, Eduardo Barrios, Joaquín Edwards Bello, Mariano Latorre, Marta Brunet e Manuel Rojas.

Alguns fixam tipos e cenas da vida popular, como "Dona Santos", de Marta Brunet, "El colocolo" de Manuel Rojas, "Eloísa" de Rafael Maluenda ou "La desconocida" de Mariano Latorre. Outros reproduzem casos de âmbito mais universal, e de tom mais dramático, como por exemplo, o conto "El chiflón del diablo", nar-

rando um drama na vida dos mineiros, ou o admirável conto "En província", de Augusto d'Halmar, a nosso ver, o melhor da coletânea, pela maneira com que está escrito, pelo leve humor e pela figura feminina de psicologia interessante e incomum.

Precede cada trabalho uma breve biografia do autor. Pena é que de cada um apenas seja publicado um conto. Mais de um trabalho, daria melhor idéia dos autores aqui reunidos. Faz-se mister agora, e aliás o selecionador o promete, a publicação de novas coletâneas, em que apareçam novas figuras literárias chilenas, especialmente as da nova geração, que já conta com magníficos contistas dignos de serem conhecidos por aqui.

Remessa de livros: Rua Santa Catarina, 1455 — Belo Horizonte.

O HOMEM ATRAVÉS DO ESTILO

ANTENOR NASCENTES.

O homem se trai na fisionomia, na expressão do olhar e na do sorriso, no andar, no gesto, na fala, nas predileções do vestuário, nas distrações, no modo de alimentar-se; não podia deixar de trair-se no modo de escrever.

Com efeito, desde o talhe da letra até a escolha das palavras e as construções que arma, revela de modo inconfundível a personalidade.

Para conhecê-la basta saber ver, o que nem todos fazem.

O talhe da letra a grafologia estuda; ela não possui a futilidade que muitos lhe atribuem, pois se baseia nos impulsos nervosos que a mão imprime às letras que escreve.

Vamos aqui interessar-nos apenas com o estilo.

A personalidade de um escritor pode ser claramente conhecida através das obras d'ele, mas sobretudo na correspondência particular se revela, como notou Eça de Queiroz na introdução do seu livro *Correspondência*.

Daí a necessidade de publicar as cartas de um grande escritor para melhor conhecimento da pessoa do mesmo.

A Academia há tempos publicava em sua Revista cartas do maior interêsse, assinadas por acadêmicos falecidos.

Domina sobretudo nas cartas a espontaneidade.

Quem as escreve, como as escreveu Plínio, como as escreveram Cícero e Mme de Sevigné, nunca pensa que algum dia elas se publiquem e por isso mostra sua alma sem rebucos, com tôdas as superioridades e baixezas.

Não há porém, facilidade em obter para todos os escritores os testemunhos de sua correspondência

Daí o ter-se de recorrer às próprias obras para através delas conhecer-se o autor.

As almas simples preferem o estilo simples, em que aparecem as palavras comuns, as de todo dia, as construções singelas.

As complicadas preferem palavras difíceis, usam construções rebuscadas com ousadas inversões, num estilo empolado.

Quem tem talento e bom caráter e conhece bem um assunto, escreve com clareza pois sabe o que quer dizer, possui capacidade de expressão e se mostra sincero.

Em contraposição, o estilo confuso, obscuro, revela que o escritor ou não teve capacidade para exprimir-se de modo que se entenda ou quis mistificar o próximo.

O homem prático usa de estilo conciso. Frases curtas, períodos curtos. Limita-se a escrever o que precisa dizer; nada mais.

As frases longas, vazias, em estilo campanudo, cheias de rodeios, perifrases, indicam o indivíduo massador, pedante, que não vai direito ao fim, que se compraz em importunar a humanidade.

O pedante se denuncia principalmente nas palavras que escolhe. Gosta de peregrinismos, de arcaísmos. Vai ao dicionário, breviário dos pedantes, na frase de Machado de Assis, buscar palavras que os outros não saibam e que êle mesmo não sabe.

A predileção dos pedantes recai sôbre umas quantas palavras: *quejandos, quiçá, alhures, algures, algo, antanho, assaz, entrementes, soer, mau grado*, etc. Conheço um que emprega sempre o mais-que-perfeito em vez do perfeito simples; naturalmente acha mais bonito assim e quer armar ao efeito. Outros abusam da tmesse. Outros usam as combinações *mo, to, lho, no-lo, vo-lo*, fora do uso vivo brasileiro.

Difícilmente se encontrará quem adote tais práticas, que não possa clasificar-se na irritante classe.

O nefelibata (espécie de pedante artístico, não extinta de todo) revela tal ou qual falta de equilíbrio mental, do senso das conveniências artísticas.

O emprêgo do pronome *eu*, o *moi haïssable*, o dos verbos primeira pessoa do singular, indicam logo o egoïsta, o vaidoso, espécie de chantecler que pensa o que o seu canto faz nascer o sol.

Os vaidosos sentem necessidade de se ocupar com as suas pessoas, já que os outros delas não fazem caso.

Os lusitanizantes, isto é, os que para iludir os leigos empregam palavras e construções de Portugal para pelo contraste infundir respeito, usam de vários truques, desde a escolha de palavras não correntes no Brasil até a de construções que repugnam à entoação e à cadência próprias da frase brasileira. Requintam na colocação dos pronomes: *Não sabes o conselho que lhe eu dei? Ainda não to disse?*

Mas é sobretudo no adjetivo, êsse escolho do estilo, que um autor se patenteia melhor.

O adjetivo está diretamente ligado à sensibilidade. Por êle se reconhecem as pessoas em cujo temperamento dominam as impressões visuais, aquelas em que dominam as auditivas.

No adjetivo aparecem a sinceridade, a hipocrisia, a adulação, o exagêro.

O sincero adjectiva pouco. Quando oferece a alguém um livro, um retrato, limita-se às vezes a mencionar o seu nome e o da pessoa a quem faz o oferecimento.

O hipócrita não dispensa um adjetivo para encobrir com êle a sua falta de sinceridade.

O adulator também não dispensa esta excelente arma; êle sabe quanto a humanidade é sensível ao elogio, embora imerecido. Os deuses da Grécia aspiravam com delícia as emanações dos sacrificios feitos pelos mortais. Os grandes gostam do cheiro do incenso, ainda que reconheçam sua finalidade.

O adulator, quando colhe um exemplo num autor, não diz: *Colhi êste exemplo na obra tal de tal autor*. Êle diz: *Este precioso exemplo se me deparou na excelente obra do exímio escritor, o sr.* (se é doutor, não falta o título) *Fulano de Tal*.

O superlativo indica os exagerados.

Conheço uma senhora histérica para o quem o dia nunca está quente, está sempre quentíssimo; um vestido nunca está lindo, está sempre lindíssimo.

Os ambiciosos abusam do aumentativo. Nada lhes basta por maior que seja.

Os delicados, os carinhosos, os efeminados, abusam dos diminutivos; dizem bem com o seu caráter.

O advérbio de modo acompanha de perto o que dissemos a propósito do adjetivo; aliás nele se baseia geralmente.

O abuso do adjetivo aparece no escritor bisonho como um recurso estilístico.

Faz lembrar o discípulo de um célebre pintor da antiguidade o qual, não podendo fazer bela a sua Vênus, a fez rica.

O escritor que começa abusando do adjetivo, às vezes mais tarde se corrige, limitando-se ao indispensável.

Em certos casos o abuso do adjetivo se prende a um excesso de imaginação, a um temperamento ultrasensível, de forte impressionismo.

Grande escritor nosso, que no começo abusou do adjetivo, em posteriores edições de suas obras podou muitos destes excessos de adjetivação.

Não nos furtamos a exemplificar nossas considerações com alguns dos mais notáveis escritores brasileiros.

Bilac foi um auditivo.

Sem apelar para o célebre soneto a quem se deu o nome de *Ouvir estrélas*, repare-se no entrechoque de tacapes, troar de inúbias, suspiros de harpas, sons de guitarras, que perpassam por tôda a sua obra.

Quem não vê que as *Panóplias*, a *Via-Láctea*, as *Sarças*, foram compostas na mocidade? *O tropicalismo* que as enche logo mostra:

Nos alvos seios nus da lúbrica Popéia

Por estas noites frias e brumosas
É que melhor se pode amar, querida!

No triunfo imortal da Carne e da Beleza!

Em *Tarde* o poeta se apresenta meditativo, filosófico, no outono da vida, como êle mesmo disse num banquete.

O temperamento impulsivo de Euclides da Cunha transparece claramente no que êle escreveu. Sentindo isto, Nabuco comparou o estilo de Euclides a cipó.

No Visconde de Taunay, em Alberto de Oliveira se reconhece raro senso de equilibrio, da proporção, uma elegância de linguagem, correspondente à elegância com que ambos se apresentavam na sociedade.

Em Cruz e Sousa sente-se o revoltado contra o destino, contra a sociedade, que o perseguiram, que lhe negaram aquilo a que êle tinha direito.

Alencar patenteia a simplicidade, a meiguice de sua alma.

Machado de Assis, com seus periodos curtos, suas constantes correções do que acaba de dizer, trai certa hesitação, certa indecisão, certa timidez, que fizeram Silvio Romero dizer que assim como êle gaguejava falando, gaguejava escrevendo.

A exaltação de Castro Alves mostra o hipertiroideu, como hoje se diz.

Coelho Neto foi um visual. Uma orgia de côres brilhantes orna toda sua obra, obra de quem muito se deixava impressionar pela vista.

Augusto dos Anjos foi um sofredor, um homem doente; basta ver as doenças, as miríades de micróbios que reponham aqui e ali nas poesias dêle.

Silvio Romero não esconde seu espírito combativo, sua franqueza às vezes muito rude. Lembra um leão, no desempenho do ataque.

Alphonsus de Guimaraens devia ter sido um místico, um homem de caráter extremamente religioso, um puro.

Muitos outros exemplos poderíamos apontar se não teméssemos tornar fastidioso o artigo.

Cremos ter provado suficientemente quantas conclusões se podem tirar do caráter de um escritor, analisando-lhe apenas a obra.

ATRAVÉS DA SEMÂNTICA

EM TÔRNO DOS VOCÁBULOS *GRINGO*, *POLACO*, *TURCO* E *PORTUGUÊS*

A. TENÓRIO D'ALBUQUERQUE.

Dos mais interessantes são, no mais das vezes, os estudos de semântica.

Proporcionam-nos, à farta, fatos que nos dão aso a observações assaz curiosas, a conclusões surpreendentes. Pôsto sejam os estudos semânticos tão agradáveis, raros são os que a êles se dedicam, tão sòmente de raro em raro surge algum trabalho, mais ou menos digno de aprêgo, em tórno do assunto.

Incentivado pelo prêmio com que a Academia Brasileira de Letras nos distinguiu, mais vigorosamente empenhamo-nos na feitura de um livro acêrca da significação e procedência de dezenas e dezenas de vocábulos e forcejamos pelo concluir tão breve quanto nos seja permissível. Enfeixaremos observações colhidas no Brasil, na Argentina, no Uruguai, etc.

Divulgaremos, aquí umas poucas de observações em tórno dos vocábulos: *gringo*, *polaco*, *turco*, *mascate* e *português*. Estamos em que tais vocábulos ainda não foram convenientemente estudados.

GRINGO

QUAL A SIGNIFICAÇÃO EXATA DO VOCÁBULO?

*O seu emprêgo na Argentina, no Uruguai e no Brasil.
Um pretenso brasileirismo.*

GRINGO, eis um vocábulo de sentido bastante discutível, sujeito a várias interpretações, para as quais, grande é a influência do local.

A significação dada ao vocábulo "GRINGO" no Rio, é bastante diversa da que lhe é atribuída no Rio Grande do Sul e daquela com que a palavra é correntia na Argentina e no Uruguai. Quer em

Buenos-Aires, quer em Montevidéu ou no interior da Argentina, que temos o prazer de conhecer bem, ouvimos o vocábulo "GRINGO" frequentemente empregado, no mais das vezes, com o mesmo sentido. Os nossos lexicógrafos quase nada nos aclaram no tocante ao sentido ou acepções do vocábulo "GRINGO". A nosso ver, quase todos incidem em um desacêrto. Vejamos.

Cândido de Figueiredo diz:

"GRINGO" — "Brasileirismo. Depreciativo. Estrangeiro. (Exceto o português e o hispano-americano". (*Dicionário da Língua Portuguesa*" 4.^a ed., vol. I, pág. 983).

O "*Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*", organizado por Hildebrando Lima e Gustavo Barroso, fornece-nos a seguinte definição, à pág. 580 da 3.^a edição:

"GRINGO" (Brasileirismo). Designação depreciativa dada a estrangeiros, principalmente de tipo alourado ou arruivado; (Pernambuco, Alagoas e Baía), estrangeiro que vende a prestações".

A parte final da definição ajusta-se ao sentido com que o vocábulo se tornou usual no Rio: "estrangeiro que vende a prestações", acepção que não foi apontada por Cândido de Figueiredo.

No Rio, são comuníssimas frases como: "Olha o *gringo* da prestação", assim como não rareiam, entre o povo, frases semelhantes a: "Olha o *polaco* da prestação". O vocábulo *polaco* adquiriu um sentido mais amplo, generalizou-se. Como houvessem afluído ao Rio centenas de judeus da Polônia (asquernazins), o povo passou a ter em conta de poloneses os demais vendedores a prestações, e o vocábulo *polaco* chegou mesmo a ter sentido de vendedor à prestações.

Voltemos a "GRINGO".

Discordamos dos dicionaristas, quando averbam "GRINGO" como brasileirismo. Não se trata de vocábulo peculiar ao Brasil. Na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Paraguai, no Perú e na Bolívia, ouvimos numerosas vezes, a palavra "GRINGO", corrente entre o povo, inclusive no interior. Ela está registada, de há muito, no "*Dicionário da Academia Espanhola*". Na 16.^a edição, pág. 655, lemos:

"GRINGO" adj. fam. despect. Extrangeiro especialmente el inglés y en general todo el que habla una lengua que no sea la española."

Numerosos lexicógrafos platinos estudaram o vocábulo.

Pedro Inchauspe assim define o vocábulo *gringo* em "Voces y Costumbres del Campo Argentino", pág. 207.

“En el campo se distinguia al extranjero con las denominaciones de *gringo*, “nacion” y “estranjis”. *Gringo* era, en general, el italiano; “nación” todo el que hablara un idioma diferente: inglés, francés, etc. y “estranjis” un generico que comprendia a unos y outros. Estas denominaciones resultaban, en cierto modo, verdaderos despectivos, pues el criollo se sentia orgulloso de sus habilidades camperas, habilidades que dificilmente llegaban a poseer por completo los extranjeros, asi convivieran años y años con los gauchos.”

O Dr. Lisandro Segovia (“Diccionario de Argentinismos”, pág. 123) assim definiu o vocábulo: “GRINGO — En Málaga apodan asi, segun Terreros, à los extranjeros que hablan con acento y señaladamente à los irlandeses. *Gringo*, entre nosotros en sentido propio, es el europeo, que no es español ni italiano y en especial el anglo-saxon. En sentido impropio comprende tambien à los italianos.”

No final do livro de Lucio V. Mansilla, “*Una Excursion a los Indios Ranqucles*” (Coleccion Austral), há un vocabulário, em que vemos: “*Gringo*” — En la Argentina y algun otro país de América, el extranjero aunque nunca el español.” (pág. 298).

Avelino Herrero Mayer, em “*Condenacion y Defensa de la Gramática*”, pág. 66, escreveu: “Historicamente, *gringo* califica en nuestra lengua a todo extranjero, especialmente al inglés, y con dirección irónica en relacion de la dificultad para expresarse en castellano. Pero en nuestro país se aplicó casi exclusivamente a los de Italia.”

Eleuterio F. Tiscornia, à pág. 357 da excelente edição de “*Martin Fierro*”, por êle comentada e seguida de um vocabulário explicativo, escreveu: “*Gringo* — extranjero en general; italiano, en particular.”

O dr. Adolfo Berro Garcia, diretor da secção de “Filologia y Fonética Experimental” do Instituto de Estudos Superiores do Uruguai, assim definiu o vocábulo:

“GRINGO”, *dicese en general del extranjero, y en particular del italiano, por ser el inmigrante que acude en mayor número al Rio de la Plata.*” (Boletim de Filologia, pág. 166, n.º 2).

Carlos Teschauer, S. J., que se devotou ao estudo do nosso vocabulário e às falhas dos dicionários, em “*Apostilas ao Dicionário de Vocábulo Brasileiros*”, pág. 64, escreveu: “*gringo*, s. m. e adj. 1.º O estrangeiro, menos o português e o hispano-americano. Assim nas Repúblicas Platinas *donde foi introduzido no Rio Grande do Sul*. 2.º — (particularmente em Pôrto Alegre”. O italiano em

sentido depreciado do espanhol *gringo*. Adj.: incompreensível, da linguagem: hablar en *gringo*, *falar grego*; êste *gringo* parece corrupção de "*griego*", e êste de *grégo*".

E' uma definição que se nos apresenta bastante condizente com os fatos. Não se trata de um *brasileirismo* e sim de um *espanholismo* ou, mais acertadamente, de um *creolismo*, de vocábulo peculiar aos povos sul-americanos, de língua castelhana e que foi trazido para o Brasil, como vários outros, através do Rio Grande do Sul.

No "*Vocabulário Sul Rio Grandense*", de Luiz Carlos de Moraes, à pág. 119, lemos:

"GRINGO" — adj. Apelido dado ao italiano. Há opiniões atribuindo a origem dêsse tratamento à palavra *grego*, por ter, em tempos remotos, aportado a um dos países do Prata, uma leva de colonos gregos."

No Rio Grande do Sul, o vocábulo "GRINGO" é de uso corrente, para indicar estrangeiro. Os escritores regionalistas riograndenses, como os argentinos, empregam o vocábulo em barda. Aí vão alguns exemplos:

"Andara à roda, viajara até as cidades onde o povo se entropilha e reina o *gringo*"...

"Eh! gente! que ia fazer que nem o *gringo* lá do Cruzeiro".

(Alcides Maya, "*Alma Bárbara*", pág. 25/132).

"... claro e ruivo como um *gringo*..."

"... ou cabia aos estrangeiros, aos *gringos*, saídos não sabia de onde..." (Idem, "*Tapera*", págs. 64 e 99).

"Aí inundou-se a fronteira da província de espanhóis e *gringos*."

"...meio espanhol, meio *gringo* mas mui jeitoso..."

"... então conchavava algum *gringo* tocador de realejo."

(J. Simões Lopes Neto — "*Contos Gauchescos*", pags. 155, 161 e 162).

"Ah! porque certamente eram *gringos* aqueles. *Gringo* é que estraga tudo."

"Fora mandado ali para cuidar o gado mas não para bombar *gringos*."

"Mas não passava de uma *gringa*, de uma *ajena*."

"São *gringos*, são de outras terras, é verdade."

(Vieira Pires — "*Querência*", págs. 110, 113, 114 e 116).

Piá do Sul (pseudônimo de Felix Contreiras Rodrigues), referindo-se a Garibaldi, escreveu: "...foi para cima de mim aquele *gringo*. ("*Farrapo*", pág. 235).

“Poucos dias andou êsse *gringo* almirante em cima do meu lombo. — (Idem, pág. 239).

“Atacada por mar pelo *gringo* almirante...” (Idem, pág. 240).

Do Rio Grande do Sul, a palavra “GRINGO” passou a outros Estados e foi adquirindo outras acepções. No Rio Grande, como na Argentina, “GRINGO”, em sentido mais ou menos pejorativo, indica o italiano (1).

Em Buenos-Aires, “GRINGO” é empregado de preferência, com o sentido pejorativo, para designar o italiano. No interior da Argentina, entretanto, é usado para indicar qualquer estrangeiro que não sul-americano, é de emprêgo frequentíssimo.

No popularíssimo poema argentino “*Martin Fierro*”, de José Hernandez, um dos livros mais interessantes e verdadeiros acêrca da vida do gaúcho, o vocábulo “GRINGO” apresenta-se-nos umas poucas de oportunidades. Comprovemos:

*“Alli un gringo con un órgano
Y una mona que bailaba,
Haciéndonos reir estaba
Cuando le tocó el arreo
! Tãn grande el gringo y tan feo!
! Lo viera como lloraba!*

*“Era um gringo tam bozal
Que nada se le entendia
Quién sabe de onde seria!
Tal vez no juera cristiano;
Pues lo único que decia
Es que era “pa-po-litano”.*

*“De las manos y las patas
Me ataron cuatro cinchones
Les aguanté los tirones
Sin que no un! ay! se me oyera,
Y al gringo la noche entera
Lo harté con mil maldiciones.”*

*“Al punto salió de adentro
Un gringo com um fusil,
Pero nunca he sido vil,
Poco el peligro me espanta:*

(1) Na Argentina, o italiano também é vulgarmente chamado apenas “*tano*”.

No curioso livro “*Tangos*”, no qual Henrique Gonzalez Tuñon reproduziu o linguajar plebêu de Buenos Aires, o *lunfardo*, lemos, à pág. 73: “*La tana*

*Y me refalé la manta
Y la eché sobre el candil*".

(págs.: 30, 31, 61 — *Editorial Tor*).

Ricardo Güiraldes, famoso escritor regionalista argentino, em seu tão apreciável livro "*Don Segundo Sombra*", escreveu:

"... la pelea del tape Burgos con Sinforiano Herrera, o la desvergüenza del *gringo* Culasso que habia vendido por veinte pesos su hija de dos años..." (pág. 20).

"Yá un *gringo* habia instalado uma carpa com comida, masas y beberaje..."

"Habia unos *gringos*" groserotes y charlatanes. De que nación? Y un gallego hablaba de romerías." (pág. 335).

O trecho acima evidencia que "*gringo*" é empregado com o sentido de estrangeiro (*de-que nación?*).

Lucio V. Mansilla, outro prestigioso regionalista argentino, natural de Buenos Aires, escreveu, referindo-se ao gaúcho:

"... ama la tradicion, detesta el "*gringo*", su lujo son sus espuelas, su chapeado, su tirador, su facon." ("Una excursión a los Indios Ranqueles", pág. 221) — Colección Austral. —

"Hace muchissimos años que los *gringos* desembarcaron en Buenos Aires". (Idem, pág. 232).

(No trecho acima, como no de Ricardo Güiraldes, claramente se vê que Mansilla empregou "*gringo*" como sinônimo de estrangeiro).

A pág. 233, do livro supracitado, topamos os seguintes trechos, bastante elucidativos:

"eran puros hombres los *gringos* que vinieron y no traian mujer; los indios eran muy zonzos, no sabian andar a caballo, porque en esta tierra no habia caballos; los *gringos* trajeron la primera yegua y el primer caballo, trajeron vacas, trajeron ovejas."

"Los *gringos* les quitaron sus mujeres a los indios, tuvieron hijos de ellas, y es por eso que les he dicho que todos los que han nacido en esta tierra son indios, no *gringos*."

"Ustedes eran muy pobres entonces; los hijos de los *gringos*,

Carola, compositora del produto que debutaba". "El *tano* Ricota, que habia copado todas las piezas..."

que son los cristianos, que somos nosotros, indios como ustedes, le hemos enseñado una porción de cosas.”

“No es cierto — me interrumpió Mariano Rosa; — aquí había vacas, caballos y todo antes que vinieron los *gringos*, y todo era nuestro.”

“Están equivocados — les contesté; — los *gringos*, que eran los españoles, trajeron todas esas cosas- Vou a probárselo”.

“Porque ustedes no las conociam hasta que las trajeron los *gringos*”.

“Porque antes de que vinieran los *gringos* a Buenos Aires, ya la luna estaba en el cielo y ustedes la conociam.”

Em Fausto Burgos, escritor bastante popular, lemos:

“Ajam!... ustedes se dejan explotar por el *gringo* Pietronini...” (“Coca, Chicha, Alcohol”, pág. 23).

Benito Lynch, outro popularíssimo regionalista argentino, escreveu: “Ni que fuera um *gringo*, ni que estuviese loco.” (“Palo Verde”, pág. 45).

Em Estanisláu del Campo, outro prestigiosíssimo escritor regionalista argentino, anotamos:

“*Algun gringo como luz,
Para la niña ha de haber sido.*”

“*Tenia fecha la intencion
De ir a la fonda de um “gringo”*”

“*A ver si queda con vida
El primer gallego ó “gringo”
A quien le enderece el pingo*”.

(Fausto y otros Poemas, edição Tor, págs. 43, 74 e 127).

Os escritores regionalistas uruguaios também fazem farto emprego do vocábulo “*gringo*” para indicar o estrangeiro. Carlos Reyles, no seu empolgante livro “*El Gaucho Florido*”, tão largamente difundido, usou o vocábulo “*gringo*” entre outras, nas seguintes passagens:

“Los *gringos* jugaban a las bochas”. (pág. 42) (o jogo de bochas é uma das grandes paixões dos italianos).

“A los *gringos* las mujeres no les llevaban el apunte...” (pág. 43).

“El augarse en poca agua, pa lo *gringo* chapetones.” (pág. 60).

“... y el de los peones de más humilde sueldo a los *gringos*...” (pág. 108).

“El patrón, criollo, viejo, no prefiere a los *gringos*.” (pág. 133).

Domingos Faustino Sarmiento, o grande estadista e escritor argentino, em seu famoso livro “Facundo”, usou *gringo* para designar o inglês, pois que empregou o vocábulo com referência ao romancista inglês Walter Scott. Eis o vocábulo:

“... la humillacion de las armas inglesas arrancaron a Walter Scott, “Las vastas llanuras de Buenos Aires — dice — no estan pobladas sino por cristianos salvajes conocidos bajo el nombre de *huachos* (por decir *gauchos*), cuyo principal amueblado consiste en craneos de caballos, cuyo alimento es carne cruda y agua, y cuyo pasatiempo favorito es reventar caballos en carreras forzadas. Desgraciadamente añade el buen *gringo*.” (Edição Losada, pág. 35).

Através do exposto, não há porque afirmar que GRINGO é brasileirismo. E’ um argentinismo introduzido através do Rio Grande do Sul, como tantos outros, fartamente empregados na linguagem quotidiana dos riograndenses, inclusive pelos escritores. Assim temos:

Acuchilhar — formado de *cuchillo*, vocábulo espanhol, correspondente à faca. Aleides Maya, da Academia Brasileira de Letras, empregou *acuchilhar* no seguinte trecho:

“e errou (havia de ser!) e allí mesmo lo *acuchilhei*, como rez no sangradouro.”

(*Alma Bárbara*, pág. 85. Citação de Roque Calage, em *Voc. Gaucho* — pág. 10).

Anilho — “parte da coleira que circunda o pescoço do animal”.

Arrinconar — “pôr os animais em um rincão”. (Idem, pág. 17).

Lemos em Roque Calage: “*arrinconados* ali à beira do capão...” (*Quero-Quero*, pág. 11).

Em J. Simões Lopes Neto, anotamos: “Metades dos batalhões *arrinconavam-se*...” (“Contos gauchescos”, pág. 146).

Broma — “Gracejo. Troça.” (*El Gaucho Florido*, pág. 26).

O “*Diccionario de la Lengua Española*” publicado pela Real Academia Española, regista o vocábulo “*broma*”. (16.^a edição, pág. 197).

Cancha — “lugar onde se realizam carreiras,” terreno convenientemente preparado, onde se efetuam corridas de cavalos. (Idem, pág. 30).

Em Aleides Maya, recolhemos: “... evitava as chinas, fugia às vendas e às *canchas*, indiferente ao prazer...” (“*Alma Bárbara*”, pág. 59).

Em Piá do Sul, topamos: "Voltando a cabeça da *cancha*, depois desta partida, te direi..." ("Farrapo", pág. 68).

Em Ciro Martins, encontramos: "A *cancha* nova, que fizeram, uma nova pra grande..." (*Campo Fóra*, pág. 9).

"Ao clarear do dia começaram a estalar as patas dos pingos na *cancha*." (*Idem*, pág. 12).

"Era uma sacudida nomais, *cancha fóra*." (*Idem*, pág. 13).

"O zaino cruzou a ponta da *cancha*." (Pág. 13).

Em Roque Calage, lemos: "... iam-se encontrar pela primeira vez na *cancha* do Generoso." ("*Rincão*", pág. 70).

"... decerto seria mais uma vitória nas *canchas* da querência." (*Idem*, pág. 71).

"P'ra os infernos! que isto não é *cancha* p'ra cavalo de tiro curto." (*Quero-Quero*", pág. 21).

"... uma linda promessa de parreheiro de respeito e de lei nas *canchas* direitas da querência..." (*Idem*, pág. 46).

"Doze anos a fio exercitara na *cancha* dos saladeiros, a profissão dizimante de carneador." (*Idem*, pág. 55).

Pulperia — "Subst. Venda, pequena casa de negócio no campo. E' um dos tantos têrmos platinos empregados no Rio Grande do Sul" (Roque Calage, pág. 100).

Eleutério F. Tiscornia assim define o vocábulo: "... despacho de bebidas y comestibles en la campaña. Es vocabulo muy generalizado en los países de América." ("*Martin Fierro*", pág. 385).

O "*Diccionario de la Lengua Española*", 16.^a edição, pág. 1046, diz: "*Pulperia*" Tienda, en América. donde se venden diferentes géneros para el abasto, como son vino, aguardiente o licores..."

O dr. Adolfo Berro Garcia, filólogo uruguaio, assim definiu *pulperia*:

"*Pulperia*: Llámase asi a la tienda establecida en la campaña uruguayana, en la que se venden todos los artículos necesarios para la vida común: tejidos y bebidas, herramientas, útiles de toda clase, comestibles, vino, licores y bebidas en general, combustibles, menaje, etc., etc. Estos comercios alcanzan a menudo gran importancia y poseen fuertes capitales en giro, que permite a los *pulperos* adquirir frutos del país (lanas, cereales, cueros, etc.), que permutan por artículos de sus tiendas y luego revenden con buenas ganancias."

("Boletim de Filologia", do Instituto de Estudos Superiores", vol. I, pág. 44).

No interior da Argentina e do Uruguai, bem como no Rio Grande do Sul, é comuníssimo, o vocábulo *pulperia*. Em Roque Calage lemos: “riu-se estrepitosamente da *pulperia*.” (*Rincão*, pág. 44).

Alcides Maya, o grande regionalista gaúcho, escreveu: “Ora, uma noite em que bebeu de mais e pegou a dormir numa *pulperia*...” (*Alma Bárbara*, pág. 84).

“tanto fizeram que o agarraram solito em uma *pulperia*...”
(Idem, “Ruínas Vivas”, pág. 173).

“Ora aqui, ora ali, sesteando num pôsto, pousando numa *pulperia*...” Vieira Pires (“Querência”, pág. 166).

Nos autores argentinos, principalmente nos regionalistas, é encontradigo o vocábulo *pulperia*.

No magnífico livro regionalista “*Don Segundo Sombra*”, de Ricardo Güiraldes, lemos:

“Me aburría nuevamente por más que fuera al hotel, a la peluquería a los almacenes o a la *pulperia* de la “Blanqueada”.

“En la *pulperia* de Las Ganas respondi contando mi capital.”

“Oimos un galope detenerse frente a la *pulperia*, luego...”

“... y comencé a imaginar crecientes de agua, diálogos de *pulperia*, astucias y malicias de chico...”

“Delante de la *pulperia*, el callejón se agrandaba en amplia bolsa.”

(pags. 21, 28, 29, 65, 85).

Carlos Reyles, regionalista uruguaio de renome, escreveu no popularíssimo livro “*El Gaucho Florido*”:

“La *pulperia* y sus alrededores estaban animadísimos.”
(pág. 42).

“La *pulperia* hormigueaba de forasteros.” (*Idem*).

“A las cuatro salía el gateau para la *pulperia*.” (pág. 43).

“En la *pulperia*, donde se corrió una penca...” (*Idem*)

“Quedaba un poco más allá de la *pulperia*.” (pág. 87).

“En las *pulperias* me buscaban camorra...” (pág. 110).

Em Hugo Wast, anotamos: “Cuando llegó la noche, volví a la *pulperia* con los dientes filosos...” (*Las Espigas de Ruth*, pg. 36).

Em Lucio Mansilla registamos: “... estas palabras, proferidas por los indios en sus conversaciones de *pulperia*...” (“*Una Excursion a los indios Ranqueles*, pág. 25).

QUERÊNCIA — (1) Foi assim definido por Manuel do Carmo, em "*Cantares da minha Terra*", pág. 50:

"... lugar onde se cria e vive um animal e ao qual êle sempre aspira onde quer que esteja e pelo qual *relincha de saudade*, mais expressivo ainda do que *pagos*, tão expressivo para indicar o rincão que se *aspira* e pelo qual se chora, como a saudade o é para exprimir lembrança triste que faz bem. O vocábulo *querência* deve ser introduzido na língua como já vai sendo *pagos*, pois-não tem outro que o substitua."

No Rio Grande do Sul, o vocábulo é de uso frequente inclusive pelos escritores. Tomemos, por exemplo, o interessante livro regionalista de Roque Calage, "*Quero-Quero*", e topamos:

"Que o digam gaúchos do meu respeito, patrícias dos meus pagos, filhos do mesmo rincão caroável, amigos da *querência* da saudade." (pág. 5).

"... marchavam a trote curto, lerdando despeito no mais, farejando o terreno desconhecido, ainda tão longe do rapadouro da *querência*." (pág. 7).

"Não faltaria, portanto, quem arrastasse asa na *querência*, que se peneirasse por êle num lasqueado." (pág. 31).

"Terminada a guerra, de lá regressou para o mesmo sítio, para o mesmo ponto dileto da *querência*." (pág. 38).

Em "*Rincão*", do mesmo autor, encontramos:

"... o velho Chico Pedro já não se demorava na *querência*, com aquela pertinância..." (pág. 41).

"... amiga inseparável da vida nómade e errante através do livre *habitat* da *querência*." (pág. 16).

"... seria mais uma vitória nas canchas da *querência*..."

"... pouco a pouco se dispersava para pontos diversos da linda *querência* amável de S. Gabriel." (pág. 120).

Em "*Campo Fora*", de Ciro Martins, assinalamos:

"Só agora, vivo e tantos anos depois, voltara à *querência*." (pág. 57).

Em "*Farrapo*", de Piá do Sul, registamos:

"Como as coisas não têm fim, quando não têm princípio, vamos, então á *querência* do teu nascimento..." (pág. 66).

(1) Equivocadamente, Cândido de Figueiredo apontou "*querência*" com o sentido que estudamos acima, como brasileiroismo, quando, em realidade, se trata de um argentinismo.

"Um dia desaparecí da *querência* e me pus a matreirar." (pág. 71).

"Depois... touro fora da *querência* até de vaca leva coronada..." (pág. 74).

"... p'ra que não ficasse *querência* nenhuma povoada de tão preciosos elementos de guerra..." (pág. 87).

Alcides Maya, escreveu: "Quando um não póde é largar a *querência* ao que tem mais fôrça." ("*Alma Bárbara*", pág. 87).

"... cabeceando, pelo animal, satisfeito de voltar à *querencia*..." (Idem, "*Ruínas Vivas*", pág. 77).

"... que eram dali, da *querência*..." J. Simões Lopes Neto ("*Contos gauchescos*", pág. 24).

"... os trilhos do gado cruzando-se entre aguadas e *querências*..." (Idem, pág. 37).

E' também frequentíssimo o emprêgo de *querência*, na Argentina. Em Buenos-Aires, na Avenida de Mayo, há um café, em estilo regionalista, com cantores e músicos regionais, que se denomina "LA QUERÊNCIA". Um sem número de vezes lá fui, ouvir canções regionais argentinas, torturar-me com o prazer da saudade de nossas canções.

Nos escritores argentinos, depara-se-nos, a cada passo, o vocábulo *querência*.

Em Guiraldes lemos:

"...los rezagados que marcaban un intento de escapar para la *querencia*." (*Don Segundo Sombra*, pág. 83).

No hay *querencia* mejor que el lomo de sus caballos para un resero, ni coma más acomodadita que sus jergas y pellones." (pág. 244).

BOLICHE — "Casa de negócio de ínfima espécie. Bodega." informa Luiz Carlos de Moraes ("*Vocabulário Sul Rio Grandense*", pág. 50).

Bolicho — "pequena casa de negócio na campanha, onde em geral se vende bebida. (Roque Calage — "*Vocabulário Gaúcho*", pág. 25).

Anotamos em Carlos Reyles: "... pá que confesase anda teniba la plata en el *bolicho*." ("*El gaucho Florido*", pág. 153 — Coleção Austral").

O desassombrado escritor Gustavo Martinez Zuviria, que se popularizou excepcionalmente com o pseudônimo de Hugo Wast, escreveu: "y nada más: alli terminaba el surtido del *bolicho*." (*Las Espigas de Ruth*, pág. 34).

E' outro argentinismo fartamente empregado no Rio Grande do Sul, bastante encontrado nos escritores gaúchos. Lemos em Roque Calage: "Era uma viagem de dois meses a fio, visitando casa por casa, *bolicho* por *boliche*..." (*Quero-Quero*, pág. 20).

"Contava-se a rir, o primeiro viandante que topamos, no mesmo *boliche*..." (*Rincão*, pág. 60).

"Os *boliches* atopotavam-se, o trago andava de mão em mão..." (*Idem*, pág. 71).

"... resolvera inaugurar festivamente os novos galpões e ramadas anexos ao seu *bolicho*". (*Idem*, pág. 79).

Em Alcides Maya, repetidas vezes, topamos com o citado vocábulo. À página 32 de "*Alma Bárbara*", lemos:

"Ora, um dia, no *bolicho* do Petrarca, italiano, o gauchito, por infelicidade..."

"...esquecendo a direita o *bolicho* do Bento..." Alcides Maya — ("*Ruínas Vivas*", pág. 78).

Numerosos outros argentinismos que se vulgarizaram no Rio Grande do Sul, poderíamos citar, com abonações, mas vai bastante extenso este capítulo. (1).

Do exposto, depreende-se, de modo categórico, que o vocábulo *gringo* não é um brasileirismo e sim um argentinismo introduzido no Brasil.

POLACO E POLACA

DOIS VOCABULOS QUE ADQUIRIRAM SENTIDOS NOVOS

São frequentes, em todos os idiomas, os casos de ampliação de sentido, o que M. Bréal denominou "*élargissement du sens*." (*Essai de Sémantique*, p. 117).

Por vezes, um vocábulo perde o sentido particular que tinha e adquire outro mais amplo, em virtude de um elemento de contacto, por analogia. Com alguns vocábulos, coexistem o sentido particular e o sentido geral, durante certo tempo, mas o sentido parti-

(1) Em livro que estamos concluindo, *Americanismo*, publicaremos longo estudo acêrca da influência dos argentinismos na linguagem popular do Rio Grande do Sul.

(2) Assim opinou A. Darmesteter em *La Vie des Mots*, pg. 67, 19.^a edição: "Cet oubli a reçu des grammairiens le nom de catachrèse, c'est-à dire abus. Les grammairiens, que n'en ont pas reconnu le vrai caractère, constatent un abus de langage dans ce fait qui transporte ainsi complètement le nom d'un objet à un autre, au risque des contradictions le plus apparentes. Ils signalent comme des étrangetés les expressions telles que "un cheval ferré"

cular acaba por ficar esquecido, perde-se. (2). E' um fenômeno linguístico que se opera por influência de vários fatores, é um fato histórico. (3) Casos expressivos temos com os vocábulos *polaco* (4) e *polaca*.

Quando o Rio começou a ser ameaçadoramente invadido por homens desasseiados, de caras estranhas, nariz característico, vendendo a prestações, em sua maioria êles se diziam naturais da Polônia. Eram judeus asquernazins, oriundos do leste da Europa.

Procedentes da Rússia, da Polônia, da Letônia, da Estônia, da Ucrânia, etc., diziam-se naturais da Pátria de Paderewsky; em suma, consideravam-se *polacos*.

Vulgarizou-se a denominação. Dentro em breve, generalizou-se o vocábulo, o seu sentido ampliou-se. Houve um caso de catacrese, esqueceu-se o significado primitivo da palavra: natural da Polônia e o vocábulo entrou a ser empregado como sinônimo de vendedor a prestações.

No Rio, qualquer estrangeiro que venda a prestações, ainda que não seja natural da Polônia, é... *polaco*.

Em várias cidades brasileiras, já *polaco* está sendo empregado com o sentido que lhe é atribuído pelos cariocas.

O feminino *polaca* tornou-se pejorativo. *Polaca* deixou de indicar a mulher natural da Polônia, que, entre nós, começou a ser denominada *polonesa*, que se assemelha bastante ao francês *polonaise*.

Polaca passou a sinonimizar com meretriz, com prostituta. As mulheres estrangeiras que vivem do meretrício, quaisquer que sejam as suas nacionalidades, vieram a ser enfeixadas sob a classificação de... *polacas*. E como explicar tal acepção concedida ao vocá-

d'argent.", "un pavé en bois", puisque ferrer (le mot l'indique lui même) veut dire garnir de fer et que pavé signifie une masse cubique de pierre."

(3) Declarou M. Breal: "...l'élargissement a une cause extérieur: il est le résultat des événements de l'histoire." (*Essai de Sémantique*, p. 117).

(4) Houve quem estranhasse houvéssemos empregado, em outro livro, o vocábulo *polaco*, como gentilício ou pátrio de Polônia. I. Xavier Fernandes consignou-o em *Toponímios e Gentílios*, p. 237, acrescentamos: "Cândido de Figueiredo, em mais de um dos seus muitos volumes de estudos da língua, condenou a forma polonês, por ser uma espécie de máscara do francês *polonais*. Há, todavia, inúmeros casos idênticos, o que não significa que defendamos aquela forma. Julgamos até preferível empregar *polaco* ou mesmo as duas últimas formas registadas, por terem melhor cunho português."

Antenor Nascente, à p. 134 de *O Idioma Nacional*, vol. I, 4.^a edição, indicou *polaco* como gentilício de Polônia.

Camões empregou *polônio*. Ei-lo:

"Entre êste mar e o Tánais vive estranha
Gente: Rutenos, Moscos, e Livônios,
Sármatas outro tempo; e na montanha
Hereínia os Marcomanos são Polônios..." (Canto III, 11).

bulo *polaca*? Houve uma época, já lá se vão dezenas de anos, que as meretrizes do Rio eram francesas, em sua maioria. Posteriormente, os navios passaram a despejar na capital do nosso país, com a mais assombrosa complacência da polícia, levadas e levadas de zabaneiras da Polônia, que viuham mercadejar o corpo sifilítico no Brasil. De permeio com as veteranas, eram trazidas algumas noviças. Irritaram-se as francesas, com a concorrência e passaram a chamar depreciativamente todas as demais de... *polacas*.

Questões comerciais...

Popularizou-se a denominação e já agora é ofensivo chamar uma mulher de *polaca*, ainda que ela tenha nascido na Polônia.

Tão usual se tornou o emprêgo do vocábulo *polaca* com o sentido a que nos reportamos, que um ministro da Polônia, junto ao nosso Govêrno, se dirigiu aos jornais, solicitando-lhes que, daí em diante, não empregassem *polaca* como sinônimo de meretriz, pois que nem todas as prostitutas eram suas patrícias.

TURCO E MASCATE

MAIS DOIS CASOS DE AMPLIAÇÃO DE SENTIDO

No capítulo anterior estudámos o caso da ampliação de sentido dos vocábulos *polaco* e *polaca*. A extensão do sentido dêles tornou-se muito maior.

As particularizações de sentido, as generalizações, as acepções novas são indicadas, no mais das vezes, tão somente pela frase. E' ela, é o conjunto de termos que determina o sentido do vocábulo. (1)

O sentido da palavra *barra*, por exemplo, só o poderemos colher, pelo conjunto da frase em que aquele vocábulo encontrar-se. Poderemos ter:

Vi valiosa *barra* de ouro.

Molhou a *barra* da saia.

As frações estavam escritas entre *barras*.

Na *barra*, êle fez exercícios.

O navio parou na *barra* do pôrto.

Uma *barra* de outra côr foi feita na parede.

A muralha *barra* a passagem das águas

(1) Ferdinand Saussure escreveu: "Quand on parle de la valeur d'un mot, on pense généralement et avant tout à la propriété qu'il a de représenter une idée, et c'est là en effect un des aspects de la valeur linguistique."

("Cours de Linguistique Générale", p. 158).

Em Vendryes lemos: "Entre les divers sens d'un mot, seul emerge à la conscience celui qui est déterminé par le contexte." (Le Langage, ps.: 207 e 21).

Assim succede com muitos outros vocábulos, segundo vimos em capítulo anterior.

Focalizamos, agora, porém, os casos dos vocábulos: *turco* e *mascate*. Como *polaco*, *turco* deixou de indicar nacionalidade, na maior parte das vezes, para designar uma espécie de negociante, qualquer que seja a sua nacionalidade, mas que, em geral, não é originário da Turquia. São raríssimos os verdadeiros turcos no Brasil. No Rio, talvez não haja 20.

Turco, entre nós, como na Argentina, no Uruguai e em outros países, indica o negociante de fazendas, o dono de armarinho.

A que se deve essa ampliação de sentido, o fato de passar a denominar-se *turco*, mesmo os que não são naturais da Turquia? Quando em uma das muitas ocasiões, os turcos, os verdadeiros turcos, maometanos fanáticos, arremeteram-se violentamente contra os povos cristãos que estavam oprimidos por êles: sírios, armênios, libaneses, etc., é bem possível que muitos fugitivos hajam vindo abrigar-se no Brasil. Embora sequiosos por destruir o jugo da Turquia, êles eram considerados *turcos*, como são considerados britânicos, os australianos, os canadenses, os neozelandeses, etc.

Com tendência bastante acentuada para mercadejar com tecidos, aquí se estabeleceram com casas de fazenda, as quais apresentam aspecto bastante diferente das européias.

Tivemos, então, um caso de catacrese, isto é, foi esquecida a significação primitiva e própria do vocábulo *turco*: natural da Turquia. *Turco* passou a ter o sentido de proprietário de casa de fazendas, de armarinho. Daí resultou que, embora talvez não haja em todo o Brasil, nenhum *turco*, nenhum natural da Turquia, que seja dono de armarinho, todos os proprietários de tais estabelecimentos comerciais são conhecidos por *turcos*, quando em sua maioria são sírios, libaneses ou armênios, que são inimigos irreconciliáveis dos... *turcos*.

Outro exemplo assaz curioso de generalização de sentido, oferece-nos o vocábulo *mascate*. *Mascate* é uma cidade asiática, capital do Oman. Os naturais da cidade tem o mesmo nome do que ela, em português, isto é, são *mascates*. Em geral, êles são nômades, comerciam através das cidades. Alguns vieram para o Brasil e, seguindo a sua tendência tradicional, tornaram-se negociantes ambulantes, sobretudo de fazendas. O sentido do vocábulo, dentro em breve, adquiriu maior amplitude, generalizou-se, e *mascate* veio a ser sinônimo de negociante ambulante de fazendas. No Rio, sabem todos o que é um *mascate*, figura tradicional carioca: é um homem com enorme caixa de folha às costas, cheia de fazenda, linha, botões, etc que anda pelas ruas, gritando ou matraqueando com dois paus.

No Rio Grande do Sul, como em Minas e em outros Estados, os mascates vão, montados, transportando as mercadorias em cavalos, de lugar para lugar.

No Sul, o termo é comuníssimo, inclusive nos escritores.

Em Simões Lopes Neto ("Contos Gauchescos e Lendas do Sul", pág. 35), anotamos:

"... até contavam de um mascate que aí atolou-se e sumiu-se com duas mulas cargueiras..."

Em Vieira Pires, ("Querência" págs. 68, 91, 92 e 114) assinalamos:

"... com grande fracasso e gostosas gargalhadas de Dario e do *mascate*."

"... o Imperador do país do *mascate* usava artigos daqueles... O *mascate* sacudia os ombros."

"... a nota que recebera de troco do *mascate*..."

"Não ficava ali, à sogá, como *matungo* pasmado de *mascate*."

Embora tais homens sejam de outra procedência, e no mais das vezes o são, tornaram-se conhecidos por *mascates*. A nossa História regista, no século XVIII, a guerra dos *mascates*, que se desenrolou em Pernambuco. Bernardino José de Sousa, à p. 258, da 4.^a edição, de *Dicionário da Terra e da gente do Brasil*, assim explica o vocábulo *mascate*:

MASCATE: Nome que figura na História do Brasil desde 1710 quando houve em Pernambuco a guerra dos mascates entre brasileiros e portugueses. Estes eram por menosprêzo denominados mascates pelos brasileiros que em maioria moravam em Olinda, ao passo que os portugueses predominavam em Recife. Os lusos eram, em geral, negociantes ambulantes ou não, de humilde nascimento e que tinham vindo do reino pobres, enriquecendo-se pela trabalho. Daí o apelido pejorativo de *mascate*, que englobava todos os moradores de Recife."

PORTUGUÊS

UMA ACEPÇÃO SURPREENDENTE DO VOCABULO NA ARGENTINA E NO URUGUAI

Assaz curiosa é a acepção que se empresta ao vocábulo *português*, na Argentina e no Uruguai, sobretudo no ambiente esportivo e no teatral.

Nos citados países, é muito comum ouvirem-se frases como as seguintes:

“La cancha estaba llena de *portugueses*.

“Yo he entrado de *português* en el Teatro Colon, ayer.”

“La recaudacion ha sido chica porque habia muchos *portugueses*”.

“Yo soy periodista y entro de *português*, en los teatros y en las canchas de fubol.”

Sem dúvida, é difícil a um brasileiro pouco afeiçoado aos modismos e idiotismos usados na Argentina, atinar com a significação do vocábulo *português* nas frases supra-transcritas. Evidentemente, *português* não está empregado para indicar o natural de Portugal, que são em número reduzido, em Buenos-Aires, não dão para encher um campo de futebol.

Nas frases citadas e em outras semelhantes, o vocábulo “*português*” é usado para designar o indivíduo que não paga entrada ou passagem, isto é, como sinônimo do brasileirismo “*carona*” (1).

“La cancha estaba llena de *portugueses*”, significa: O campo estava cheio de pessoas que não haviam pago entrada. (Estava repleto de *caronas*).

E como o vocábulo teria adquirido tal acepção?

Em Buenos-Aires, procurei obter informações, depois de haver ouvido o vocábulo *português* empregado repetidas vezes, com uma acepção bastante estranha para mim, a princípio. Um poucas de pessoas estudiosas deram-me a mesma explicação que, ao que presumo, é a verdadeira.

Quando o nosso Presidente da República, Campos Sales, visitou a Argentina, em homenagem a êle, foi representado o *Guaraní*, com a maior aparatosidade possível. Organizaram um enorme corpo coral, com muitas pessoas desempenhando o papel de *portugueses*, como é bem de ver. No dia do espetáculo, as pessoas que tinham ensaiado para fazer o papel de *português*, pediram ao empresário os respectivos ingressos para entrar à noite.

(1) Cláudio de Sousa, purista que enriqueceu a nossa literatura com dezenas de livros, membro da Academia Brasileira de Letras, empregou *carona*, com a significação acima, no seguinte trecho: “Na hora de exibirem as passagens, verificou o caipira que só êle pagara a sua, pois os outros viajavam com passe gratuito ou de *carona*.” (Recepção de Clementino Fraga e resposta de Cláudio de Sousa”, p. 52).

Raul Pederneiras, em “Geringonça Carioca”, pág. 15, consignou o vocábulo assim:

“*Carona* — O que não paga. De *carona*, sem pagar”.

No Rio Grande do Sul, como na Argentina, o vocábulo *carona* tem outro sentido: “CARONA — Subst. Peça de couro que se coloca em baixo do

“Não é preciso”, teria dito êle. “Basta dizer ao porteiro: *Português* Será a senha”.

Os porteiros receberam ordens para permitir a entrada de quantos lhes declarassem a senha: “*português*”. Deviam ser os componentes do corpo coral...

A informação espalhou-se rapidamente entre o rapazio da encantadora Buenos-Aires.

À noite, numerosas pessoas deixaram de comprar ingresso, limitando-se a dizer para o porteiro: “*português*”, e entravam gratuitamente.

Assim o teatro encheu-se de... *portugueses*, isto é, de pessoas que entraram gratuitamente, de *penetras*, de *caronas*...

Daí em diante, o vocábulo passou a indicar qualquer pessoa que assiste a um espectáculo sem ter pago entrada.

E' interessante salientar que o vocábulo já está sendo empregado na Itália, com igual acepção, em virtude da ida de numerosos jogadores argentinos de futebol para aquele país.

Entre os platinos, o vocábulo *carona* tem sentido idêntico ao que lhe é dado no Rio Grande do Sul. No “Vocabulário”, publicado no final do livro de Lucio V. Mansilha, “Una Excursion a los Indios Requeles”, lemos:

CARONA — *En la complicada montura gaucha del caballo, la carona es una pieza de cuero formada de dos partes cosidas, que llevan en medio una jerga, y ésta impide que pase el sudor del animal”.*

“O “Diccionario de la Lengua Española (16.^a edição, pag. 258) regista o vocábulo *carona* com igual sentido.

lombilho. E' termo muito empregado em sentido figurado.” (Roque Callage, *Vocabulário Gaúcho*, p. 32).

CARONA — s. f. (Provs. merid.) 1.º, couro quadrado que se põe por baixo do lombilho. (*Dic. do voc. bras.*) 2.º, locuções: “levar, tomar” — diz-se em linguagem militar do oficial que é preterido; “não aguentar” dura; não suportar insultos ou desaforos sem reagir; andar pelas —s— = andar mal, falho de recursos, em apuros, em situação crítica. (Corréa).” (*Apostilas ao Oic. de Vocábulos Brasileiros*, p. 42).

CARONA: — Peça de couro do arreamento sôbre que se coloca o lombilho. Em s. fig. trabalho que se passa, luta pela vida. Dando lugar à expressão: “Fulano precisa de mundo e *carona*”, para tomar juízo, isto é precisa rolar e passar trabalhos para aprender a viver ou para se corrigir. Não aguentar *carona*: não aguentar desaforo. (Luis Carlos de Moraes) *Voc. Sul Rio Grandense*, pg. 125.

Em Alcides Maya, assinalamos. “O seu cinturão domingueiro e as abas da *carona* nos arreios de gala) Alma (Barbara, pg. 27).

Eis alguns exemplos de emprêgo do vocábulo *carona*, por escriptores platinos, com o sentido acima:

"... y protegiendolo del lado del viento com una *carona* dispuesta a manera de biombo." (Carlos Reyles — "El Gaucho Florido", pág. 2) (Colección Austral).

"... haciendo bocina de una *carona* arrollada, les gritó a los remeros..." (Idem, pág. 21).

"... ordem de entregar sus armas, excepto el sable, que sin vaina debia ser colocado entre las *caronas*." (Lucio, V. Mansilla "Una Exeursion a los Indios Ranqueles", página 25).

"... y una lata de caballeria para llevar entre las *caronas*." (Ricardo Guiraldes — "Don Segundo Sombra", pág. 62).

"Le hiee dar un poncho calamaco que llevaba entre mis *caronas*." (Idem, pág. 82).

José Hernandez, no famoso e popularíssimo "Martin Fierro", escreveu:

"le jugaba las lloronas
y al ruido de las *caronas*
salia haciendose gambetas."

(Pág. 33 da edição anotada por Eleuterio Tiscornia).

"Saquemen una *carona*
De mi mesmisimo cuero."

(Estanisláu del Campo — "Fausto y Otros Poemas",
pág. 143 — edição Tor).

"y, entonces, quiso el facón
pelar de entre las *caronas*..."

(Hilario Ascasubi — "Santos Vega", versos 3 820 e
3 821).

NOTÍCIAS

REVISTA BRASILEIRA

A Comissão Diretora desta Revista sofreu, com a Academia Brasileira de Letras, perda irreparável em consequência da morte de Rodrigo Otávio. Desde a publicação do primeiro número desta Revista, o ilustre acadêmico lhe emprestava, com inextinguível dedicação, o precioso concurso da sua cultura.

*

Colaboram neste número da Revista os Senhores:

Tasso da Silveira — (T. Azevedo da S.) — Nasceu em Curitiba, Paraná, em 1895. Bacharel em ciências jurídicas e sociais, pela Faculdade Nacional de Direito. Catedrático de literatura portuguesa na Faculdade Católica de Filosofia. Membro da Academia de Letras do Instituto do Brasil; das Academias de Letras do Paraná e do Amazonas; Oficial da Ordem de Santiago (Portugal). Publicou: *Fio d'água*, *A Alma heróica dos homens*, *Alegria do mundo*, etc. (poesias); *Romain Rolland*, *Alegria criadora*, *Os caminhos do espírito*, etc. (ensaios); *Só tu voltaste*, *Silêncio*, etc., (romances); peças de teatro, traduções. — Res.: rua Paisandú n. 274, Rio.

Rafael (Garcia) Pardelas — N. no Rio, em 1897. Doutor em Medicina. Membro titular da Academia Nacional de Medicina, antigo Diretor do Serviço de Indústria Pastoril. Publicou: *Endocardite e seu tratamento* e outras monografias científicas. — Res.: rua Senador Vergueiro, 103, Rio.

Arthur Ramos — N. em Alagôas, em 1903. Doutor em medicina. Professor na Faculdade de Medicina da Bahia, na Universidade do Brasil e na antiga Universidade do Distrito Federal. Publicou: *O negro brasileiro*, *O folclore negro no Brasil*, *As culturas negras no Novo Mundo*, *Introdução à antropologia brasileira*, etc. — Res. Av. Atlântica n. 212, Rio.

Ademar Vidal — N. na Paraíba, em 1899. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Antigo Procurador da República, Presidente do Conselho Penitenciário e Secretário do Interior e Justiça na Paraíba, Presidente

do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Atualmente, Procurador do Tribunal de Segurança Nacional. Publicou: *História da Revolução na Paraíba, Origens da família brasileira, Terra de homens*, etc.

Luis Anibal Falcão — N. em Paris em 1897 (brasileiro nato). Licenciado em Direito pela Faculdade de Paris e diplomado pela Escola de Ciências Políticas de Paris. Publicou: *Babiote*, comédia em francês; *A mulher que sofria da imaginação*, contos; *Colóquios transatlânticos* (crítica e ensaios), etc. Traduziu para francês: *Antologia de contos brasileiros*, editada pela Academia. — Res.: Av. Ruy Barbosa, 624, Rio.

Eugênio Gomes — N. na Bahia, em 1897. Publicou: *Moema* (poemas), *D. D. Lawrence e outros* (ensaio de literatura inglesa contemporânea), *Influências inglesas em Machado de Assis*. — Res. rua Pinheiro Machado n. 89, Rio.

Antônio de Oliveira — N. em Barra da Corda, Estado do Maranhão. Publicou: *Meu Rosário de Ternura* (versos). — Res. Av. Passos n. 33, Rio.

F. Venâncio Filho — N. em Campos, em 1894. Engenheiro civil. Professor do Instituto de Educação do Distrito Federal. Publicou: *Euclides da Cunha e seus amigos, A glória de Euclides da Cunha, Euclides da Cunha* (notas biobibliográficas, publicação da Academia), *Qual o melhor meio de divulgar o ensino primário* (1.º Prêmio "Francisco Alves", da Academia), *Educar-se para educar, Notas sobre Educação*, etc. — Res. rua Senador Vergueiro n. 52, Rio.

Hélio Viana — N. em Belo Horizonte, em 1908. Professor da Faculdade Nacional de Filosofia e da Faculdade Católica de Filosofia. Publicou: *Formação Brasileira, Educação no Brasil Colonial, Contribuição de Portugal à formação americana*, etc. — Res. rua General Azevedo Pimentel n. 21, Rio.

Carlos de Assis Pereira — N. em 1920. Licenciado em Letras Clássicas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; Catedrático-interino de Literatura do Colégio Pedro II. Res. rua Bento Lisboa n. 83, Rio.

Américo Jacobina Lacombe — N. no Rio, em 1909. Bacharel em Direito. Diretor da "Casa de Rui Barbosa". Professor de História do Brasil na Faculdade Católica de Filosofia. Publicou: *Paulo Barbosa, Um passeio pela História do Brasil, Mocidade e exílio de Rui Barbosa, Memórias de um magistrado do Império, Nobreza do Império*. — Res. rua 19 de Fevereiro n. 105, Rio.

Celso Kelly — N. em Niterói, em 1906. Bacharel em Direito. Antigo diretor da Instrução Pública do Estado do Rio. Publicou: *Educação Social*. — Res. rua Fonte da Saudade n. 128, Rio.

José Vieira — N. na Paraíba. Bacharel em Direito. Publicou: *A Cadeia Velha, Sol de Portugal*, e os romances: *Ladrão de Moças, O livro de Tilda*,

O Bota-abaixo, Espelho de cusados e Romance da solteira. — Res. rua Almirante Tamandaré n. 47, Rio.

Oscar Mendes — N. em Pernambuco, em 1902. Bacharel em Direito. Professor na Faculdade de Direito de Minas-Gerais. Publicou: *Quem foi Pedro II, A alma dos livros* (ensaio de crítica), *Papini, Pirandelo e outros*, etc. — Res. rua Santa Catarina n. 1455, Belo Horizonte.

Antenor Nascentes — N. no Rio, em 1886. Bacharel em ciências e letras e em ciências jurídicas e sociais. Professor catedrático do Colégio Pedro II. Publicou: *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, tradução do Teatro de Beaumarchais, *Num país fabuloso* (viagens), *América do Sul* (idem), *Antologia Espanhola e Hispano-americana*. — Res. rua Ernesto de Sousa, 60-A.

A. Tenório d'Albuquerque — (Araçá Suzano T. d'Al). N. no Rio, em 1889. Professor em vários colégios. Publicou: *A Alemanha* (impressões de viagem), *O Vocabulário de Camilo, A Evolução das Palavras* (3.º Prêmio "Francisco Alves, da Academia Brasileira"); *Contradições de Rui, Escândalos do Morro Velho, Atentados contra o Brasil, Atentados à gramática*, etc. — Res. rua Bernardo Guimarães n. 1879, Belo-Horizonte.

Peregrino Junior (João Peregrino da Rocha Fagundes Junior) — N. em Natal (Rio G. do Norte) em 1902. Doutor em medicina. Assistente e docente da Faculdade Nacional de Medicina e da Faculdade Fluminense de Medicina. Professor Catedrático da Universidade do Brasil; Membro do Conselho Universitário. Publicou: *Vida fútil, Jardim da Melancolia, Um drama no seringa, Pussanga* (prêmio da Academia Brasileira), *Doença e Constituição de Machado de Assis*, etc. Res. rua Barão de Jaguaribe n. 55, Rio.

Oswaldo Melo-Braga de Oliveira — N. no Distrito Federal, em 1901. Professor do C.T.A. da Prefeitura. Do Instituto Histórico de Sergipe; da Academia Fluminense de Letras. Publicou: *As edições de Marília de Dirceu, Joaquim Nabuco, A educação bibliográfica, Os mestres da língua: João Ribeiro e Carlos Góis*, etc. — Res. rua Agenor Moreira n. 54, Rio.

INFORMAÇÕES LITERÁRIAS

P. J.

Do meio de toda essa onda compacta e tumultuária de traduções que inundam o nosso mercado de livros, é lícito destacar, pela sua qualidade literária e apresentação gráfica, duas obras: "Carlitos", de Manuel Villegas Lopez, com prefácio de Anibal M. Machado, e "Tibério", de Gregório Marañon. Trata-se de dois autênticos grandes livros, que aparecem em traduções honestas, realmente literárias, que podem ser lidas com prazer e proveito. A tradução de "Carlitos" devemos-la ao sr. Melo Lima — e é primorosa; a de

"Tibério" foi feita pelo sr. Brito Bacoa e é um modelo de elegância e probidade. Aliás, os dois livros mereciam esta homenagem dos editores. "Tibério" é o ensaio admirável em que Gregório Maranhão expõe e debate o problema psicológico do ressentimento. Manuel Villegas Lopez, no "Carlitos", fixando com ardente paixão a vida, a obra e a arte de um artista de gênio, estuda em verdade toda a história do cinema. Esses dois livros deviam servir não só de modelo mas de estímulo para os editores brasileiros que lançam todos os dias no mercado uma avalanche de traduções inacreditáveis, tão desonestas e monstruosas quanto prejudiciais à nossa formação cultural.

— Prossequindo no seu programa de divulgação do livro francês no Brasil, a America — Edit. acabou de dar-nos, na coleção "Connaissances et Culture", mais um volume: "L'Enfant sans défauts", do sr. Gilbert Robin.

— Com uma primorosa apresentação gráfica, trabalho dos Irmãos Pongetti, o poeta paraense sr. Correia Pinto publicou um livro de poemas: "Fascinação". O livro é impresso em papel Velutine e traz bonitas ilustrações de J. Carlos.

— "Poemas antigos" é o nome do livro de versos que o sr. Vinicius da Veiga vem de publicar, edição Pongetti.

— O sr. Wilson Woodrow Rodrigues, fixando um dos símbolos mais sugestivos do drama da formação brasileira, deu-nos o belo poema de "Pai João" — uma trilogia intensamente humana, que recolhe e utiliza material folclórico do mais palpante interesse.

— De Haydée Nicolussi, cuja presença era assídua nos suplementos literários da nossa imprensa, tivemos este ano um belo livro de poemas, que marca à autora um lugar definitivo nas letras brasileiras: "Festa na sombra".

— Estranho e forte romance, este com que estréia de modo tão singular Clarice Lispector: "Perto do coração selvagem". Romance, de análise, de introspecção, tocado de um grave e profundo lirismo, foi um dos sucessos literários deste começo de 1944.

— Estudioso infatigável da arqueologia brasileira, o professor Angione Costa vem de enriquecer a sua bibliografia científica com mais um volume do maior interesse, uma série de ensaios sobre o índio brasileiro, sob o título "Indiologia", ed. Zélio Valverde).

— O sr. Eloi Pontes publicou, na Coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olímpio Editora, mais uma documentada biografia: "A vida exuberante de Olavo Bilac".

— Ensaio do mais vivo interesse sociológico e histórico são esses que o sr. Castilhos Goycocheia vem de reunir em livro, sob a denominação de "Fronteiras e Fronteiros" (Coleção Brasileira).

— O professor Veiga Cabral, cuja obra didática sôbre a nossa história e a nossa geografia é tão extensa, acaba de publicar mais um livro atualíssimo: uma "História do Brasil", organizada de acôrdo com os novos programas do ensino secundário.

— É digno de assinalar-se o excepcional successo de crítica que acolheu nos círculos literários dos Estados Unidos a tradução inglesa — "Rebellion in Blacklands" — de "Os Sertões", de Euclides da Cunha. A tradução foi feita com probidade e competência por Samuel Putman e contém anotações muito elucidativas e interessantes. E a crítica norte-americana registrando-a qualifica "Os Sertões" como "um dos grandes livros do mundo e o mais famoso da literatura brasileira".

— Apareceu em 2.^a edição o livro de Helena Morley — "Minha vida de menina" (José Olímpio Editora).

— Sôbre "João Cordeiro, abolicionista e republicano", o sr. Freitas Nobre deu à estampa um ensaio histórico.

— O sr. José Teixeira de Oliveira publicou êste ano um livro utilíssimo: "Dicionário Brasileiro de Datas Históricas".

— Tendo como tema a "Idade Média", o sr. Ivan Lins acaba de publicar um estudo de largas proporções.

— Acada de aparecer a 3.^a edição aumentada de "As parábolas de Cristo e outras poesias", do sr. Bastos Tigre.

— "Origens e fins" é o título do novo livro de ensaios do sr. Oto Maria Carpeaux.

— Edição da Companhia Editora Leitura Limitada, vamos ter êste ano a grande obra de Oliveira Lima: — "Formação histórica da nacionalidade brasileira".

— Anuncia-se para êste ano um novo livro do sr. Jorge Amado: "S. Jorge de Ilhéus" (Livraria Martins Editora).

— O sr. Luiz da Câmara Cascudo vai publicar muito breve dois livros: "Montaigne e o índio Brasileiro" e "Geografia dos Mitos Brasileiros".

— "Zumbi dos Palmares" é o título do próximo livro da escritora Lêda Maria de Albuquerque, com ilustrações de Noêmia.

— Do sr. José Vieira se anuncia mais um romance: "Vida e aventuras de Pedro Malazartes".

— O mais teimosamente inédito dos nossos eseritores, o sr. Anibal M. Machado, vai afinal desencantar-se: a Livraria José Olímpio anuncia o próximo aparecimento de um seu livro de contos e novelas: "A vida feliz".

— Continúa a fazer successo o novo romance do sr. José Geraldo Vieira — “A quadragésima porta”.

— “Fronteira agreste”, o forte e áspero romance do sr. Ivan Pedro de Martins, acaba de receber uma definitiva consagração: foi apreendido pelo “Deip” de Pôrto Alegre e está despertando um largo e vivo debate em todo o país.

— Já em 5.^a edição, surge-nos êste ano o livro de contos regionais do sr. Darci Azambuja: “No Galpão”.

— “Letras da Província” — eis o título do belo, claro e harmonioso livro de ensaios do sr. Moisés Velinho (Paulo Arinos) Livraria do Globo. Obra de um verdadeiro ensaísta moderno, êste livro consolida o prestígio literário do jovem crítico gaúcho, que assim definitivamente se consagra como um dos mais ágeis e penetrantes comentadores da nossa literatura.

— “Os sobrinhos do Tio Sam” (impressões de viagem), é o nome do livro que acaba de dar a lume o sr. Arlindo Pasqualini (Edição da Livraria do Globo).

— Do sr. Gilberto Freire tivemos recentemente, na Coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olímpio Editora, mais um livro: “Perfil de Euclides da Cunha e outros perfis”.

— “Como vivem os homens que governaram o Brasil” é o título de uma curiosa reportagem que o sr. João Lima publicou em livro sôbre os políticos do antigo regimê.

— O sr. Fócion Serpa deu a lume uma biografia de Miguel Couto: — “Miguel Couto — uma vida exemplar”.

— Maria Isabel, a autora de “Dardo de vidro”, publicou o seu segundo livro de poemas: “Prosa leve”.

— Fixando “A vida boêmia de Paula Nei”, o sr. Raimundo Marques deu-nos flagrantos muitos vivos e curiosos da vida literária do tempo em que viveu aquele singular boêmio.

— “A casa transparente” — eis o título do novo livro de contos e novelas do sr. Lúcio Cardoso (edição Pongetti).

— O sr. Umberto Peregrino, que além de ficcionista e crítico, é oficial do Exército, acaba de publicar um ensaio extremamente interessante sôbre Euclides da Cunha: “Euclides da Cunha — historiador militar”. Estuda êle o autor de “Os Sertões” de um novo ângulo, e traz, com o seu trabalho, uma considerável contribuição à compreensão do grande estilista brasileiro.

— Edição do Ministério da Educação, acaba de aparecer a “Biografia de Manuel Antônio de Almeida”, do sr. Marques Rebêlo.

— O sr. Nelson Werneck Sodré tem pronto para o prelo um novo livro: “Síntese da formação brasileira”, a aparecer na Coleção Documentos Brasileiros da Livraria José Olímpio Editora.

— O sr. Damaso Rocha anuncia dois livros para este ano: um de poemas e um romance.

— A “Lanterna Verde”, boletim da Sociedade Filipe d’Oliveira, vai dar um número especial dedicado aos escritores do Rio Grande do Sul.

REVISTA DAS REVISTAS

O. M. B. O.

Revista das Academias de Letras. Ano VII, n. 48, novembro-dezembro de 1943. Rio.

Órgão da Federação das Academias de Letras do Brasil, contém artigos originais de índole geral sobre aspectos intelectuais, notícias curtas da vida acadêmica e bibliografia.

Dentre os estudos que nele figuram, por sua importância, ressaltamos os seguintes: “Manuel Nogueira da Silva”, da autoria de *Castilhos Goycochêa*; “Rui Barbosa”, dr. *Raul Bittencourt*, substancioso trabalho sobre a ação cultural do grande baiano; “Carlos Ribeiro (Carlos Gonçalves Fernandes Ribeiro)”, de *Edith Mendes da Gama Abreu*; “Problemas da Poesia”, dr. *Waldemar de Vasconcelos*, onde o seu autor, depois de várias considerações em torno da linguagem poética, das formas gramaticais e psicológicas da crítica de Karl Vossler, chega à conclusão de que a chamada poesia modernista “com raríssimas exceções, é um vasto cemitério de atos que falharam”; “Notável e Obscuro”, de *Esmaragdo de Freitas*, contra a “superioridade pedante com que do Rio de Janeiro se observam ligeiramente os Estados” e, simultaneamente, um ato de reivindicação para a notável e obscura personalidade de Higino Cunha; “José Peregrino Xavier de Carvalho”, de *Luis Pinto*; “Diogo de Vasconcelos”, de *Noraldino Lima*; “Lampeões e candeiros”, de *Mário Sette*, bela reconstituição histórica do sistema de iluminação da cidade do Recife; “Uma página de Humberto de Campos”, em boa hora republicada e que não figura no volume póstumo das “Memórias” de Humberto de Campos; “Os Patronos: Luiz Manuel Fernandes Sobrinho”, de *Luis da Câmara Cascudo*; “Academia Matogrossense de Letras”, relação das 30 cadeiras de que se compõe, com os seus patronos, fundadores e atuais ocupantes.

Anais da Academia Brasileira de Ciências, t. XV, n. 4.

Revista especializada, por excelência, deixamos aqui transcrito o sumário: I — Profundidade dos solos e vegetação em campos cerrados do Brasil meridional (com 2 pranchas), por *Felix Rawitschen*, *Mário G. Ferri* e *Mercedes Rachid*; II — Notas sobre alguns sabetíneos, por *A. da Costa Lima*; III — Tipologia carpológica, por *A. J. de Sampaio*; IV — Pesquisa de solu-

ções da equação de derivadas parciais de Fourier pelo método dito do refino de soluções, por *Afonso P. de Toledo Piza*; V — Novo conceito da velocidade da luz nos meios materiais, por *Artur do Prado*; VI — Statistical mechanics of processes observed in cosmieray phenomena, *G. Wataghin*; VII — Protozoa associados a vermes límnicos (com 1 prancha), por *Eveline du Bois-Reymond Marcus*; VIII — Nota sobre a sensibilidade ao choque das misturas de trinitrotolueeno e clorato de potássio, por *Alvaro-Alberto e Marcelo R. Liberalli*.

Universidad Catolica Boliviana. Publicación bimestral, Vol. IX, ns. 30-31.

Nesta interessante revista há a assinalar os trabalhos de Sérgio Elias Ortiz, de Rodrigo Noguera, Clarence Finlayson e de Carlos Mario Londoño.

O trabalho de Ortiz é um estudo de lingüística colombiana, referente à família *Goahibo*. Ortiz, servindo-se de material abundante, examina os fenômenos típicos dessa família lingüística através de seu desenvolvimento na região compreendida entre as duas margens do Meta e o rio Arauca de uma parte e, de outra, o rio Viehada até a margem esquerda do Orinoco.

Baseado em Rivet, Ortiz confirma o parentesco dialetal do *churoya* com o *guahibo*. Vocabulários comparativos da família lingüística *Guahibo* ou *goahibo*, com o espanhol terminam e abonam suficientemente as afirmações do autor.

Outro excelente trabalho lingüístico é o da autoria de Rodrigo Noguera, *Sobre el tercer posesivo*. Procura o autor provar que Bello, Cuervo e Caro, andavam divorciados da realidade dos fatos da linguagem e, mais ainda, da explicação dos mesmos. Noguera funda as suas asserções em bons autores de todos os séculos, servindo-se deles para para retificar conclusões um tanto apressadas.

Clarence Finlayson, na tese sobre *Los nombres metafísicos de Dios o el constitutivo formal de la Divinidad*, diz que êles, no seu modo de entender, são três: "la existencia a se, el entender actualísimo y el amor". A prioridade lógica, *quoad nos*, pertence à existência, supremo nome colocado na linha comuníssima do ser humano. Os outros nomes respondem a pontos de vista distintos e a ângulos de visão mais formais e específicos. Conclue que a metafísica tomista encontra tôda sua realidade plenária, tôda sua extensão, na entidade divina.

Finalmente, Carlos Mario Londoño, também baseado na metafísica, considera que em todo o processo de eriações humanas há alguma cousa, ou muita, de divino e transcendental. A essência das cousas e a alma dos fatos têm as suas raízes no inescrutável, no metafísico — diz êle, escrevendo sobre o *Fundamento filosófico y jurídico de la retroatividad*.

America Indigena. Organo trimestral del Instituto Indigenista Interamericano. Vol. III, n. 4.

O índio é o problema fundamental da América — afirmam os que tem estudado o assunto. Na América do Norte, no México, na Guatemala, no Equador, no Perú, no Brasil, o problema é tomado como ponto de partida ou de

convergência: espírito ou matéria, anelos e pessimismos; tradição e cultura, tudo se move ao ritmo dessa velha estrutura e desse velho motor: o índio.

Dai o assunto ser considerado sempre novo e sempre velho: novo pelos aspectos desconhecidos com que surgem quotidianamente, e velho, por isso mesmo, porque é o problema de todos os dias, problema sem solução...

Assim discorre Luis Monsalve Pozo, no seu ensaio premiado pela Casa Farrar & Rinehart de New York.

Mas, a insolubilidade do problema índio não impede que historiadores, etnólogos, sociólogos, literatos e outros partidários da corrente psicobiológica, das concepções das antigas doutrinas antropogeográficas de Viola, Pende e Kretschmer e, modernamente, dos raios catódicos da filosofia freudiana, apresentem diretrizes dignas de serem estudadas e aplicadas.

Esse o pensamento que predomina no Instituto Indigenista Interamericano sob a direção de Manuel Gamio. As páginas da sua revista consignam estudos heterogêneos sobre o índio. Haja vista o conteúdo do seu último número que traz trabalhos firmados por *Ralph L. Beals* e *Evelyn Hatcher*, sobre "Diet of a the Tarasean Village"; por *Henrietta Jurchenco*, sobre "La música indígena en Chiapas"; por *Julián H. Steward*, sobre a "Acculturation and the indian Problem"; por *Amílcar Botelho de Magalhães*, sobre "O problema da civilização dos índios no Brasil (3.º artigo); por *Juan Comas*, sobre "La Asistencia Publica y el desarrollo biológico del indígena"; por *Kent Pellet* sobre "The tradition of indian democracy"; por *Lilly de Jongh Osborne*, sobre "La cerámica indígena en Centro America" e por *Donald Collier*, sobre "The Sun Dance of the Plains Indians".

Acta Americana. Vol. I, n. 2.

Já nos referimos ao primeiro número de "Acta Americana", publicação periódica, escrita em três idiomas.

Neste segundo número temos nova amostra da considerável atividade científica e modernidade de métodos da Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia.

O conteúdo do presente número é o seguinte: "Evidence for a Paleo-Indian in the New World", *Frank H. H. Roberts, Jr.*; "La labor arqueológica argentina en estos últimos años", *Alberto Mario Salas*; "Archaeological explorations in the United States, 1930-1942", *Frank M. Stezler*; "Preliminary report of the Institute of Andean Research Program", *W. C. Bennett, P. A. Meams, W. D. Strong, G. C. Vaillant*; "Publications for the Institute of Andean Research"; "Kanaimé. El vengador de la sangre", *Gilberto Antolínez*; "Pan-American Anthropology", *Ales Hrdlicka*; "The portuguese and Spanish in Hawaii", *William W. Krauss*. Comunicações curtas, notas e noticiários, resumos e notas bibliográficas, encerram esta excelente revista ilustrada com documentação fotográfica sobre os vários tipos de portugueses e espanhóis, resultantes do cruzamento com hawaianos.

Universidad de La Habana. Año VII, n. 49.

Esta é outra magnífica revista de publicação bimestral, cujo comité dire-

tivo está integrado por José A. Presno Bastiony, Roberto Agramonte y Pichardo, Miguel Villa y Rivera e outros intelectuais cubanos.

Nunca é inútil repetir que essa revista é notável por seu valor intelectual, pela densidade de suas colaborações, pela variedade e atualidade dos temas tratados.

Dividida em três secções (Filosofia y letras y educacion; Ciencias puras y aplicadas; Derecho y Ciencias Sociales), apresenta o seguinte sumário: "Unamuno y su tiempo", *María Zanbrano*; "Marti idealista", *Federico Córdova*; "Ubicacion de Varona", *José A. Fernández de Castro*; "Caracteres de Enrique Piñeyro como historiógrafo", *Victoria de Caturla Brú*; "La pintura de dos siglos", *Marcelo Pogolotti*; "Diccionario de Sociologia", *Carlos A. Echánove Trujillo*, em publicação, abrangendo as palavras "Quesada (Ernesto)" a "Suprasociologia"; "La enseñanza de ingenieria de ruinas en nuestra Universidad", *Antonio Calvache Dorado*; "Las lagunas del Derecho", *Carlos Cosío*; "El ordenamiento positivo, el derecho y la justicia", *Demófilo de Buen*, e, finalmente, "Vida Universitaria" e "Bibliografia".

Vozes de Petrópolis. Janeiro-fevereiro de 1944. Vol. 2. Fasc. 1.

Como órgão da ação católica brasileira surge mais um número dessa bem feita revista.

Vozes de Petrópolis não só afirma defender, robustecer e manter o catolicismo no Brasil, como pôr os seus serviços e o seu prestígio à disposição dos intelectuais católicos.

De tantos estudos interessantes apraz-nos ressaltar o belo e substancioso trabalho de Mesquita Pimentel, sobre "Literatura e Catolicismo". Diz o seu autor: "Se ficasse restringida ao que, na essência é, — um meio aperfeiçoado de expressão pela palavra falada ou escrita — a literatura não teria nenhuma dificuldade em ajustar-se ao catolicismo.

O caso, porém, é que ela pretende ser mais do que pode ou deve, arvorando-se em intérprete da Criação e em orientadora das atividades do espírito. Com o que invade terreno privativo do catolicismo. Daí o problema das relações entre literatura e catolicismo que vamos em seguida considerar nos seus aspectos principais".

O professor Everardo Backheuser traz também a sua contribuição de notável sociólogo e educador, escrevendo longo estudo sobre "A religião em antropogeografia", desenvolvendo a sua tese em torno do fenómeno religioso que se alastra sobre toda a Terra, devendo, por isso, ocupar, de modo particular, a atenção dos geógrafos.

"O problema da habitação e seus aspectos morais" preocupa o Sr. Francisco de Paula Ferreira e aos modernos sociólogos já que a família está interessada no problema da habitação, e da maneira de resolvê-lo depende, na linha da causalidade direta, a moral da sociedade de que a família é a célula-mater e a má habitação é a causa de desajustamentos morais.

O Sr. Carlos Oswald escreve a sua "Arte cristã" e afirma que a *imagerie de S. Sulpice*, como é chamada em Paris a arte comercial religiosa e que é

entre nós muito espalhada, pode efetivamente exercer uma influência religiosa mil vezes superior à dos quadros e estátuas de assunto sacro que os artistas plásticos expõem nos salões de belas-artes.

No entanto, — continúa o autor — se a religião não precisa da nossa arte humana, o contrário não se dá; a arte sem fé (seja sacra ou leiga) fatalmente degenera, envolvendo em si mesma e decaindo até o êrro: “arte pela arte” que acaba matando-a; como o demonstra certa arte moderna que, afastando-se sempre mais do senso-comum, torna-se desinteressante; e a sociedade, não mais a compreendendo, abandona-a.

O Padre Heliodoro Pires é um apaixonado das tradições nacionais e a sua “Crônica da linda igreja da Penitência, do Rio de Janeiro, diz bem desse amor e de seus grandes conhecimentos sôbre arte colonial.

A Ordem. Janeiro-fevereiro de 1944. Ano XXIV, ns. 1-2.

Como a anterior, esta é uma Revista de cultura católica.

Fazemos menção especial das “Indicações Pedagógicas”, belo discurso pronunciado pelo Sr. Alceu Amoroso Lima em Curitiba, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em que o seu autor traça as verdadeiras diretrizes que o professor deve seguir, em face das condições e transmutações do mundo moderno.

Dois outros trabalhos citaremos: “A piedade segundo Platão”, de J. Marques de Oliveira e a “Defesa da inteligência cristã”, de Alfredo Lage.

O CENTENARIO DE PAUL VERLAINE

J. V.

Passa êste ano o centenário de Paul Verlaine, nascido em Metz aos 30 de março de 1844. É-nos grato registrar esta efeméride, porque a Verlaine, como a vários outros dos grandes poetas franceses do século XIX, a cultura brasileira muito deve do seu gosto literário e educação da sensibilidade. De dois modos, pois, influiu Verlaine no Brasil: como criador de novos ritmos poéticos e como revelador de emoções que experimentávamos sem conhecer ou ver expressas. Verlaine foi, sôbre tudo, mestre dos nossos simbolistas. Mas os parnasianos, se não o seguiram, respeitaram aquele que esteve na primeira linha da sua escola em França, mais tarde desertada. Parnasiano com os fundadores e colaboradores da famosa *Parnase*, Verlaine nunca será, pròpriamente, um dêles. É certo que a idade e a Poesia os ligaram; porém já o poeta dos *Poèmes saturniens* vinha comunicado de maneiras de ver, sentir e exprimir diversas das que definiram a obra dos parnasianos. Verlaine chegara à *Parnase* impregnado das *Flores do mal*, que foram a sua descoberta da Poesia, e o seu temperamento designava-o, não para

a impassibilidade característica da escola, mas para a confissão profunda e livre do seu eu, marcado de qualidades particularíssimas e atuado por circunstâncias, também, não vulgares. A nenhuma adaptação do poeta à “técnica satânica” de Baudelaire não o inibe de ser outro estranho intérprete da vida. E nisto se distinguem ambos dos corretos, perfeitos mas marmóreos, frios mestres parnasianos. Verlaine vem encontrar a sua família literária de eleição em Mallarmé (outro de *Parnase* porém outro “estranho”), em Tristan Corbière, em Arthur Rimbaud. *La bonne chanson*, seu segundo livro e preferido, o que êle dirá “do tempo feliz” (livro do noivo) assinala o distanciamento natural e voluntário do grupo anterior. Uma forma límpida e a comum língua apurada não serão suficientes para confundir os segundos companheiros com os do início. Paul Verlaine é um poeta cuja obra não poderia ser estudada fora da sua existência. Seus versos são história do espírito do poeta e toda a sua vida. Homem de incertos e duros caminhos, criou uma poesia em que se refletem os passos infelizes do filho de Metz no Paris e no estrangeiro, de 1850 a 1896. A educação religiosa acabou por o levar ao refúgio consolador do Catolicismo e inspirar-lhe um dos mais comunicativos e asserenadores livros da poesia francesa. Quem meditar sobre o que êle escreveu de si verificará não ter sido pouca a sua vocação para a boa fortuna. As circunstâncias, porém, o conduziram sempre à desgraça.

Menino de sete anos, Verlaine afeiçoa-se a uma pequenita de oito, não bela, contudo, possuidora de encantos que o atraíam, indo-lhe ao coração e, desconfia, aos sentidos. Memorialista em 1895, o poeta dirige-se à dama de agora lamentando não ter para contar senão coisas assim doces e sinceras. Êle diz que, em criança, lhe toleraram por demais as travessuras e que era um pequeno diabo... Esquecia, nisto, ser um dos meninos mais práticos entre os do seu tamanho. Nele se sucediam a expansividade e a taciturnidade; e a conjunção das duas pareceu prepará-lo para ser um “burguezinho equilibrado”, que não pôde enraizar-se no homem feito.

Verlaine contrai, na meninice, segunda afeição: uma prima órfã, mais idosa que êle oito anos, que viera morar com os seus, — “*affection d'un jeune frère*”. Casada, é Elisa quem lhe fornece dinheiro para a publicação de *Poèmes saturniens* — o livro de estória. Ela morre quando o poeta já trabalhava na Municipalidade de Paris e era o seu tanto participante da boêmia da cidade. Chamam-no às pressas à província, e êle ainda vê o cadáver, ainda acompanha o entêrro. Nos dois dias que se seguiram a essa morte, Verlaine não comeu, bebeu (... “*je n'ai pas mangé, je bus*”). Foi em cerveja que o primo de Elisa afogou o seu pezar. Chegou a embriagar-se. Em Paris, sendo péssima a cerveja, o poeta recorre ao absinto — “a atroz feiticeira verde”. Mais tarde, êle exclamará:

“Cette absinthe, quel horreur quand j’y pense d’alors... et d’un depuis que n’est pas loin, assez loin pour ma dignité, pour ma santé, pour ma dignité pourtant plus encore, quand j’y pense vraiment”. Mau grado tudo, apesar de tão lúcida compreensão e do fundo de equilíbrio interior, Verlaine bebe dia e noite. Sua vida decorreu entre desastres e desassossêgos; e cada um dêles determina maior surto e maiores excessos do vício. Mesmo depois do recolhimento, da austeridade, da contrição com que escreveu *Sagesse*, o mau êxito e o infortúnio não se acolheram a outro asilo. “Quel imbécile l’a donc (o absinto) magnifié en fée, en Muse verte?” — não cessará êle de interrogar. E não se coíbe, não logra coibir-se senão por breves pausas. Casando-se, distrai-se com a espôsa, a quem ama. Mas, está na lua de mel, sobrevem a guerra franco-prussiana, que o lança, incorporado, na Guarda Nacional. Os hábitos da soldadesca podem, então, mais que o bemquerer. Feita a paz, êle é, para a bebida, o poeta solteiro das tertúlias de café. O termo do conflito desgosta-o do emprêgo; êle se demite. Logo cai em miséria, que mais crua não se torna por o sogro o abrigar. Não tarda, porém, a desavir-se com a espôsa, e dela se separa. Para o fim, “le vin immuable”, que bebe em *Sagesse* não supre, como o amor não supriria, o gôsto de beber. Debalde a mãe o aconselha ou ameaça. “Tu verras, tu en feras tant qu’un jour je m’en irai sans qui jamais tu saches où je suis”. Falava assim nas rugas com o boêmio. Nada o detém. Entretanto, havendo vivido desta sorte, como realizou Verlaine a obra longa, variada, profunda e bela que as modas literárias não se alçam a desdenhar e que todos lêem admirados e comovidos? Verlaine viveu desordenadamente, mas um espírito imutável o dirigiu, ainda, nos desatinos e nos mais desanimadores momentos. No seu enterramento, Mallarmé dizia que, em um tempo de transtornos e com uma vida de miséria e sofrimento, “Verlaine nunca deixou de ser um poeta. Êle próprio recorda que, aos 14 anos, o homem de letras nele nascia, — “disons plutot, se vous voulez bien, le poète”... E êste viveu enquanto o homem respirou.

*
* *

Paul Verlaine era filho de um oficial de artilharia. Educado em ambiente militar, chamado às armas, não estranhou a milícia e a ela se adaptou rapidamente, até, inconvenientemente. Tendo seu pai deixado o Exército, a família vem viver em Paris. O jovem Paul é pôsto num colégio, faz o seu bacharelato e entra para a Faculdade de Direito. Não assíduo às aulas, deixa a Faculdade sem terminar o curso. Aos 14 anos começara a escrever versos. Não era próspera a situação dos seus. Êle se emprega numa companhia de

seguros, indo, depois, trabalhar na Municipalidade de Paris, refúgio de escritores e artistas facultado pelo Barão Haussmann. Morre-lhe o pai. Êle fica vivendo ao lado da mãe viúva. Relacionado com os novos poetas, quer publicar os seus versos de rapazinho: os periódicos não os aceitam. Verlaine não somente se relacionara com poetas nòveis: brilhava na boêmia por êles constituida. Boêmio, porém católico e um espanizante que chegava a assinar-se *Pablo*.

Nas rodas literárias, os seus amigos mais próximos eram Catule Mendés, Glatigny, Sully Prudhomme, que muito lhe influíram no espírito "*instinctivement camarade*" A êstes se seguem Stéphane Mallarmé, François Coppée e José Maria Heredia, com os quais colabora na *Parnase Contemporain*, fundada por Mendés e Sully Prudhomme. Verlaine contava, nesse tempo, 22 anos. Ê quando publica os *Poèmes saturniens*, que passam quase despercebidos... Sem embargo, um segundo livro aparece — *Les fêtes galantes*, e terceiro — *La bonne chanson*, inspirado pela irmã do compositor Charles Servy, com quem se casará o poeta após um noivado retardado não alegre. O casamento realiza-se em agosto de 1870, e a lua de mel interrompe-se pela incorporação do espôso à Guarda Nacional. Verlaine militar acaba entusiasmando-se pelas idéias republicanas e comunistas que exaltavam a juventude da França batida. Concluida a paz, estava êle pai. (Seu filho — Jorge, faleceu em 1926 como empregado do Metropolitano de Paris). O fim da guerra foi uma fase de desfortuna para a nova família. Modificado pela caserna e pela perturbação social do país, Verlaine reparte a sua estima de marido e de pai com Arthur Rimbaud, com quem sai de Paris para excursões aventureosas. Os dois param na Inglaterra e na Bélgica. Não terá sido, pelo menos para Rimbaud, uma comunidade de delícias; em 1873, êle declara ao amigo que vai separar-se dêfinitivamente. Exasperado, Verlaine dá-lhe dois tiros. Ê condenado a 18 meses de prisão, que cumpre em Mons. Foi prêso que o poeta escreveu *Romances sans paroles*, publicados em 1874 e de que nenhum crítico se ocupou... Pôsto em liberdade no ano de 1875, Verlaine tem pronto *Sagesse* — o seu livro de experiência, de arrependimento, de fé e contrição. Regressa a Paris, envelhecido, cansado, amargurado. A mulher, na sua ausência, obtivera divórcio. Ê a mãe do poeta que o conforta. Verlaine transporta-se à Inglaterra e; lá, viveu de lecionar francês e desenho, até 1877, ajudado com recursos mandados pela boa mãe. Quando, nos anos de boêmia em Paris, ela ameaçava deixá-lo, êle não cria naquilo. E é com ela que vem contar no isolamento e no grande infortúnio.

Verlaine retorna à França, faz-se agricultor. Havia se afeiçoado a um antigo aluno — Lucien Letinois, que o acompanha, frustrado o ensaio agrícola, em uma terceira ida à Inglaterra. Lu-

ciem morre. Não houve mais consolação para o pobre Lélian. Daí em diante, as tentativas são feitas, apenas, para reduzir a miséria. Verlaine tinha repudiado os seus versos céticos. Triste, puro, ficando-se, busca reentrar na Municipalidade. Vão esforço. Ele recorre ao jornalismo. O jornalismo falhou em suas mãos. São passados 10 anos da prisão em Mons. Ele escreve e publica *Les poètes maudits*, chamando a atenção para Mallarmé, Corbière, Rimbaud, para ele próprio — o “Pauvre Lélian”... Tenta o poeta o Teatro e publica outras obras: *Jadis et naguère* (1884), *Madame Auburn* (teatro); *Amour* (1888); *Parallement* (1889); *Dédicace* *Mes hôpitaux* (1891); *Mémoires d'un veuf*, prosa (1892); *Lithurgies intimes* (1892); *Mes prisons*, prosa (1892); *Élegies* (1893); *Odes en son honneur* (1893); *Dans les limbes* (1894); *Épigrammes* (1894); *Confessions* (1895); *Quinze jours en Hollande* (1895); *Chair* (1896); *Invectives* (1896). Seus derradeiros versos intitulam-se *Mort*; foram os escritos em dezembro de 1895. Verlaine morreu em fins de 1896.

“PÓSTUMA”, DE ALBERTO DE OLIVEIRA

J. V.

Em volume de 95 páginas, a Academia Brasileira de Letras acaba de publicar as poesias inéditas de Alberto de Oliveira. Encarregou-se da edição o sr. Aloysio de Castro, discípulo e amigo dedicado do poeta, e tudo fez para serem estas últimas rimas do Mestre consagradas em formoso e duradouro livro. O sr. Aloysio de Castro abre o volume com uma breve apresentação de sentida e discreta saudade. A *Póstuma* traz, ainda, o último retrato de Alberto de Oliveira, com recordações pessoais, também, até agora, desconhecidas do público, sob o título *Comêço de vida*. São nove páginas de curiosas memórias, esclarecendo sobre os primeiros e incertos passos daquele que seria no tempo uma das mais legítimas glórias das letras nacionais. O homem e o intelectual que o Brasil veio conhecer e admirar sem restrições anteciparam-se num episódio contado nessas reminiscências, em que é rememorada certa competição de escolares, vencida pelo partido em ação sob a chefia do menino de Palmital: “Podiam me vir daí entonos de orgulho” — escreve Alberto —; “não os tive, porque atribuia não só aos meus esforços mas aos de todos os meus companheiros o bom êxito daquelas campanhas. Sentia-me feliz, e só uma coisa me aguava a satisfação: a saudade que tinha da minha casa, com o seu largo campo estendido e verde e a mata perto, rumorejando”... Eis nesta confissão a alma emotiva, pura de ambições, só dada ao estudo, aos

nobres sentimentos e à Arte que magistralmente cultivou. A *Póstuma* fala de outra saudade e de outra casa. Já não é a modesta morada tendo à frente “o campo a fenecer nas vertentes da serra” e, “aos fundos, a mata virgem”, porém o seu lar definitivo, depois, o “lar extinto”.

Os versos reunidos na *Póstuma* são de épocas diversas, a contar de 1912, vindo até 1930; alguns não trazem data. Destinava-os Alberto de Oliveira, todos, à publicidade? A êste respeito, o sr. Aloysio de Castro, que foi seu íntimo, nada informa; e é de cuidar que, se sôbre tais poesias teve qualquer pensamento, não chegou a manifestá-lo o poeta. Como a esperança de viver só lhe há de ter esmorecido nos desânimos dos derradeiros anos, talvez esperasse Alberto compor novos poemas para outra coleção de *reliquias da casa velha*, como aos versos agora dados, também, chamaríamos. O que o sr. Aloysio de Castro recolheu, em sua apanha no antigo jardim, nasceu, quase tudo, à sombra do lar fechado pela morte.

Os versos finais de Alberto de Oliveira sobrevivem às renovações e inovações por que está passando a Poesia, no Brasil, desde o movimento modernista de 1922, — movimento por Alberto não repellido, antes, acolhido com animador apôio. Bem sabia o parnasiano rebelado contra o relaxamento gramatical e literário dos fins do nosso Romantismo que as gerações, se não trazem, pelo menos, julgam trazer algo de novo ao patrimônio comum. Infelizmente, ou felizmente, o Mestre não viveu bastante para ver que, passada a hora de entusiasmo iconoclasta, volvemos ao relaxamento gramatical e literário da sua revolução de moço.

Alberto de Oliveira envelheceu bemquerendo o novo, nas criaturas como nas coisas. Não de lembrar-se os seus amigos do quanto êle acarinhava as crianças, as mocinhas, os rapazes estudiosos, como mostrava prazer em contemplar a Natureza. Nele, a paisagem foi, realmente, “um estado d'alma”. Porque olhá-la nunca deixou de ser transferir-se para os aspectos da Natureza atraentes em sua fisionomia. Os seus companheiros do trem de Petrópolis na estação de veraneio, que, na serra, é a mais rica “estação das flores”, referem-lhe a predileção pelo pau d'arco esguio erguido num barranco do Meio da Serra. Maravilha vegetal, êsse ipé fininho, quando está coberto das lindas corolas amarelas, que o Sol faz brilhar. Alguns lhe chamam “o ipé do Alberto”, e êle, hoje, como que sente saudade do seu panteísta poeta. Criado no meio das ricas florações da bela terra fluminense, ao encanecer, o cantor de tantos magníficos poemas revia-as, por certo, recordando. O que fôra alegria e fôrça inspiradora do poeta jovem voltava em primavera, em recordação.

O Alberto de Oliveira da *Póstuma* é êsse evocador cada vez mais amante daquilo que foi. Quanto o menino, no triunfo cole-

gial, se recordara da primeira casa, o poeta viúvo glorioso lembrou a segunda. Nos versos hoje publicados, vária matéria se lê; nunca, porém, está ausente a saudade, sempre acerba, sempre a pungir. Vai, um dia, o poeta à morada de Medeiros e Albuquerque. Regressando, fala, em verso, ao amigo, abençoando a vida de família — “Tu que a tens e és feliz, eu que a perdi”... Muitos versos da *Póstuma* se lêem como ao ouvir músicas que logo associamos a outras. É a saudade de Machado de Assis no memorável soneto a Carolina, perpassando, enquanto nos ressoa o soneto de abertura do livro póstumo — *Melhor cantei*:

Melhor cantei quando, cativo, outrora,
Os carmes modulava acompanhado
Do som dos elos do grilhão dourado
Que me impôs quem se foi tão cedo embora.

Eu era qual a ver o espaço fora
É o pássaro, que súbito apanhado,
Em cárcere de arame empoleirado,
Suspira e melhor canta ou melhor chora.

Tornando agora à antiga liberdade,
Como essa ave, que solta acaso um dia,
Mal sabe onde se vai no voar ligeiro:

Sinto que nos meus versos se há poesia,
É tôda essa poesia a da saudade
Do tempo em que vivia prisioneiro.

Este humano sentimento se declara em maior tomo nos tercetos *Foi a um sol sem raios*. Alberto de Oliveira atingira à maestria do verso e ao sumo apuro da sensibilidade. Homem de coração e poeta perfeito. Nos tercetos de *Foi a um sol sem raios*, como que se concentra a inteira ternura de Alberto, com tôda a arte do que se fez mestre do vernáculo e mestre do verso cantando a terra do Brasil

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Faleceram, nesta capital, aos 10 de janeiro último, o acadêmico Fernando Magalhães, ocupante da cadeira 33, e, a 11 do mesmo mês, o acadêmico Pereira da Silva, ocupante da cadeira 18. A ambos prestou a Academia as devidas homenagens, falando por ocasião dos funerais, respectivamente, os Srs. Pedro Calmon e Múcio Leão. Em sessão de 13 do mesmo mês foram abertas as inscrições às vagas de ambos os saudosos escritores, que se encerraram a 13 de março último. As eleições estão marcadas para 18 de maio próximo.

— Faleceu, nesta capital, em 28 de fevereiro, o acadêmico Rodrigo Otávio, um dos fundadores da Academia e membro da Comissão Diretora desta Revista desde o início de sua publicação. Junto à sua sepultura, orou, em nome da Academia, o Sr. Múcio Leão.

— Em sessão de 23 de dezembro foi eleita a Diretoria da Academia para 1944, que ficou assim constituída: Presidente, Múcio Leão; Secretário Geral, Pedro Calmon; 1.º Secretário, Manuel Bandeira; 2.º Secretário, Menotti del Picchia; Tesoureiro, Roquette-Pinto. Para os cargos de Bibliotecário e Diretor dos Anais foram eleitos os Srs. Barbosa Lima Sobrinho e Ademar Tavares. Posteriormente, em 19 de janeiro, tendo renunciado os cargos para que tinham sido eleitos os Srs. Menotti del Picchia e Roquette-Pinto, elegeu a Academia os Srs. Viriato Correia e Gustavo Barroso, respectivamente 2.º Secretário e Tesoureiro.

A Comissão de Contas, constituída pelos Srs. Ataulpho de Paiva, Cláudio de Sousa e Clementino Fraga, foi reeleita.

A Diretoria foi empossada em sessão de 30 de dezembro.

— Realizou-se, aos 29 de dezembro, a sessão solene de posse do Sr. Getúlio Vargas, eleito na vaga de Alcântara Machado, cadeira n. 37, de que é patrono Tomaz Antônio Gonzaga. O novo acadêmico foi saudado pelo Sr. Ataulpho de Paiva.

— Em sessão pública de 28 de dezembro, prestou a Academia homenagem a Vicente de Carvalho, de quem foi inaugurado, numa das salas da sede, o retrato a óleo, oferecido pelo Comendador Rodrigo Soares. Ocupou a tribuna o Sr. Cláudio de Sousa, que fez uma conferência acerca da vida e obras de seu ilustre antecessor na cadeira de Martins Pena. Usou, igualmente, da palavra, o Sr. Oliveira Ribeiro Neto, membro da Academia Paulista de Letras.

— Em 22 de dezembro, realizou-se a sessão pública de encerramento do "Curso Gonçalves Dias". Ocupou a tribuna o Sr. Manuel Bandeira, que discorreu sobre "Poética de Gonçalves Dias".

— Em sessão pública de 30 de dezembro, ocupou a tribuna o Sr. Celso Vieira, que proferiu uma conferência sobre Olavo Bilac, comemorando-se assim o 25.º aniversário da morte do grande poeta, que foi um dos fundadores da Academia.

— Em sessão de 30 de dezembro foi unanimemente aprovado o parecer acerca da proposta dos Srs. Gustavo Barroso, Afrânio Peixoto e Aloysio de Castro, concedendo "Palmas Acadêmicas" aos Srs. General Antônio Oscar de Fragoso Carmona, Presidente da República Portuguesa; Dr. Antônio de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros de Portugal; e Dr. Martinho Nobre de Melo, Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro.

— O Sr. Leví Carneiro, em sessão de 5 de janeiro, propôs que a Academia se associasse à comemoração literária, realizada em Lima, em honra de

Victor Andrés Belaunde, uma das mais eminentes personalidades americanas, autêntico representante da melhor cultura da grande república do Pacífico, sociólogo, historiador, publicista, orador, membro destacado da Academia Peruana. A Academia aprovou unanimemente a proposta.

— Em sessão da Academia, de 30 de dezembro, o Presidente Sr. José Carlos de Macedo Soares comunicou a assinatura da Convenção Ortográfica entre o Brasil e Portugal, pelos Srs. Oliveira Salazar, Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e João Neves da Fontoura, Embaixador do Brasil em Lisboa e representante da Academia Brasileira de Letras. A convenção assinada tem por fim assegurar a defesa, expansão e prestígio da língua portuguesa no mundo e regular de modo estável o respectivo sistema ortográfico, resultante do acôrdo entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras.

Nos têrmos da mesma Convenção, nenhuma providência legislativa ou regulamentar sôbre a matéria ortográfica deverá ser, de futuro, posta em vigor por qualquer dos dois govêrnos sem prévio acôrdo com o outro, ouvidas as duas Academias, constituídas órgãos consultivos sôbre o assunto.

— A Academia, em sessão de 2 de dezembro último, foi apresentado o parecer, assinado pelos Srs. Pedro Calmon e Rodolfo Garcia, sôbre o projeto de Dicionário da Academia Brasileira de Letras, elaborado pelo Sr. Antenor Nascentes, conforme proposta do Sr. Afrânio Peixoto. O fichário da obra contém 100.000 palavras.

— Visitaram a Academia: — em 9 de dezembro, o Sr. Spencer Vampré, membro da Academia Paulista de Letras, que foi saudado pelo Sr. Cláudio de Sousa; em 16 do mesmo mês, o Sr. Rubens Porto, Diretor da Imprensa Nacional, que entregou aos Srs Acadêmicos exemplares especiais do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", resultante do acôrdo Luso-Brasileiro, e editado pela repartição que dirige.

— Foi aprovado, em 23 de dezembro, o novo Regimento Interno da Academia de acôrdo com o parecer dos acadêmicos Srs. Levi Carneiro e Pedro Calmon.

— Em sessão de 27 de janeiro, o Sr. Múcio Leão, presidente da Academia, apresentou o livro, por ela editado, contendo poesias inéditas de Alberto de Oliveira, e intitulado "Póstuma", organizado e prefaciado pelo Sr. Aloysio de Castro.

Os Srs. Antar de Oliveira e Luis Mariano de Oliveira, filho e irmão de Alberto de Oliveira, ofereceram à Academia uma preciosa coleção dos últimos autógrafos do grande poeta, muitos dêles já incluídos no volume "Póstuma" e outros de poesias ainda inéditas.

— Para a Comissão Diretora desta Revista, foram designados, pelo Sr.

Múcio Leão, presidente da Academia, os Srs. Rodrigo Octávio, Aleeu Amoroso Lima, Roquette-Pinto, Miguel Osório de Almeida e Levi Carneiro.

PUBLICAÇÕES DA ACADEMIA

Foram publicados pela Academia os seguintes volumes:

“Vicente de Carvalho (bio-bibliografia, pelos filhos do poeta Maria da Conceição de Carvalho e Arnaldo Vicente de Carvalho, prefácio do Sr. E. Roquette-Pinto;

“Santo Antônio”, de Constâncio Alves, com prefácio do Sr. Afrânio Peixoto;

“Póstuma”, de Alberto de Oliveira, prefácio do Sr. Aloysio de Castro;

“Arquivo Camoneano”, conferências acêrca de Luis de Camões, realizadas no salão da Academia, de 8 de maio a 24 de julho de 1943;

“Anuário da Academia Brasileira de Letras”, de 1943;

“Revista da Academia Brasileira (Anais)”, de julho a dezembro de 1943, vol. 66;

“Ensaio” — 1.º vol. — “Evolução da crítica literária no Brasil”, de Xavier Marques, com prefácio do Sr. Clementino Fraga. O 2.º vol. está sendo impresso nas oficinas da Imprensa Nacional.

